Manuel Fernandes da Silva

MESTRE E ARQUITECTO DE BRAGA

1693 / 1751

MANUEL
JOAQUIM
MOREIRA
DA ROCHA

PORTO 1996

Colecção Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão - 4

Colecção D. Domingos de Pinho Brandão

1. *Arouca - Notas Monográficas*, por D. Domingos de Pinho Brandão e Olímpia Maria da Cunha Loureiro, 1991.

2. *Arquitectura Civil e Religiosa de Braga nos Séculos XVII e XVIII. Os Homens e as Obras*, por Manuel Joaquim Moreira da Rocha, 1994.

3. *O Livro e a Leitura no Porto no Século XVIII*, por Olímpia Maria da Cunha Loureiro, 1994.

4. *Manuel Fernandes da Silva, Mestre e Arquitecto de Braga, 1693 / 1751*, por Manuel Joaquim Moreira da Rocha, 1996

SEDE: Mosteiro de Arouca
4540 AROUCA
TEL: (056) 94 33 21

MANUEL FERNANDES DA SILVA

MESTRE E ARQUITECTO DE BRAGA

1693-1751



MANUEL FERNANDES DA SILVA
MESTRE E ARQUITECTO DE BRAGA 1693-1751

COLECÇÃO CENTRO DE ESTUDOS D. DOMINGOS DE PINHO BRANDÃO - 4
1ª EDIÇÃO • 1996

AUTOR
MANUEL JOAQUIM MOREIRA DA ROCHA

PREFÁCIO
JOAQUIM JAIME B. FERREIRA-ALVES

EDIÇÃO
COLECÇÃO CENTRO DE ESTUDOS D. DOMINGOS DE PINHO BRANDÃO

CAPA
LUÍSA RIBAS

COMPOSIÇÃO E DIRECÇÃO GRÁFICA
JOÃO NUNO BASTOS

IMPRESSÃO
HUMBERTIPO • PORTO

DEPÓSITO LEGAL
104249/96

COPYRIGHT ©
MANUEL JOAQUIM MOREIRA DA ROCHA

MANUEL JOAQUIM MOREIRA DA ROCHA

MANUEL FERNANDES DA SILVA

MESTRE E ARQUITECTO DE BRAGA

1693-1751



PORTO

1996

«Nem todos são chamados a ser legistas, físicos ou filósofos e a viver no primeiro plano da cena. Nem todos foram dotados pela natureza com qualidades excepcionais. Mas todos, tais como somos, fomos criados para viver em sociedade e para os deveres que essa vida implica. Somos todos responsáveis pela influência pessoal que exercemos.»

VITTORINO DA FELTRE

«Abstive-me de fazer da verdade um ídolo, preferindo designá-la pelo nome mais humilde de exactidão».

MARGUERITE YOURCENAR

P r e f á c i o

Na história do Minho setecentista sobressaem quatro figuras que como arquitectos/riscadores deram origem a algumas das obras mais representativas da nossa arquitectura. Foram esses personagens Manuel Pinto de Vilalobos (? - 1734), Manuel Fernandes da Silva (1671-1751), André Ribeiro Soares da Silva (1720-1769) e Carlos Luís Ferreira da Cruz Amarante (1748-1815). Os dois primeiros, nascidos no Porto, fixar-se-iam no Minho onde desenvolveram toda a sua actividade; o terceiro, natural de Braga, nunca se afastou da sua terra natal, enquanto que Carlos Amarante, oriundo também da cidade dos Arcebispos, viria a falecer no Porto onde, juntamente com Braga, podemos encontrar o que de mais importante nos legou.

De formação diversa, estes quatro «arquitectos» tiveram de comum aquilo que caracterizou sempre a arquitectura de então: a permanência de formas arquitectónicas tradicionais e a adesão a novas correntes. Será, pois, num conflito constante entre o passado e o presente que todos eles irão desenvolver a sua actividade. Através das suas obras — que cronologicamente se situam entre os finais do século XVII e os alvores do século XIX — iremos percorrer um caminho que vai desde a permanência de uma arquitectura chã ao início e afirmação do Barroco, passando pela exuberância do rococó num enquadramento tardobarroco, pelas primeiras tentativas classicizantes, até à consolidação da arquitectura neoclássica.

Neste contexto, uma das personalidades marcantes é Manuel Fernandes da Silva que, pela primeira vez, foi estudada de forma exaustiva por Manuel Joaquim Moreira da Rocha. Manuel Fernandes da Silva, filho do mestre pedreiro Pascoal Fernandes, é um dos exemplos mais representativos do mestre pedreiro de arquitectura, figura-chave da maior importância no

contexto da arquitectura portuguesa. Formado na escola paterna, contactando com alguns mestres pedreiros de maior vulto da transição do século XVII para o século XVIII, Manuel Fernandes da Silva será uma referência obrigatória não só no panorama da arquitectura bracarense da primeira metade de setecentos, mas também do Entre-Douro e Minho em geral. A sua actividade como mestre pedreiro de arquitectura muito ficou a dever a D. Rodrigo de Moura Teles, um «mecenas» que encontrou no filho de Pascoal Fernandes o executor exímio das suas vontades e dos seus sonhos.

Com este trabalho de Manuel Joaquim Moreira da Rocha, cujo percurso temos acompanhado nestes últimos anos, as figuras do «mecenas» e do «arquitecto» ficam mais próximas, revelando-nos o autor, com a qualidade científica a que já nos habituou, o contributo que Manuel Fernandes da Silva deu à arquitectura portuguesa do período joanino.

Francelos, 23 de Julho de 1996

JOAQUIM JAIME B. FERREIRA-ALVES

Plano de Trabalho

NOTA PRELIMINAR

FONTES E BIBLIOGRAFIA
Fontes Manuscritas
Bibliografia

ABREVIATURAS E SINAIS

INTRODUÇÃO
Apresentação
Fontes e Metodologia

I. BRAGA CORTE RELIGIOSA
1. Os Poderes
2. A Política de Intervenção e de Espectáculo

II. MANUEL FERNANDES DA SILVA - O HOMEM
1. A Família
2. A Formação: De Aprendiz a Arquitecto de Pedraria
3. Os Seus Representantes

III. MANUEL FERNANDES DA SILVA - A OBRA
1. Arquitectura Religiosa
1.1. A Transformação da Sé
1.1.1. Estrutura da Sé na Primeira Metade do Século XVIII
1.1.2. A Igreja
1.1.2.1. Capela de S. Martinho de Dume e outras obras
1.1.2.2. Capela da Santíssima Trindade
1.1.2.3. Acesso da Capela do Santíssimo Sacramento para a Sacristia Privativa

1.1.2.4. Obras no Transepto do lado do Evangelho - Interior e Exterior
1.1.2.5. O Sistema de Iluminação
1.1.2.5.1. A Torre Lanterna do Cruzeiro
1.1.2.5.2. Frestas da Nave Central
1.1.2.6. A Fachada
1.1.2.6.1. A Fachada Primitiva e Antecedentes à Reconstrução
1.1.2.6.2. A Nova Fachada
1.1.3. A Sacristia
1.1.4. Capela de S. Geraldo

1.2. O Espaço Conventual
1.2.1. Conventos Femininos
1.2.1.1. Convento de S. Francisco de Jesus de Monção
1.2.1.2. De Recolhimento a Convento de Nª. Sra. Penha de França
1.2.1.3. Convento de Nª. Sra. da Conceição
1.2.1.4. Outras Intervenções
1.2.1.4.1. Convento do Salvador
1.2.1.4.2. Convento de S. Bento de Viana do Castelo
1.2.1.4.3. Convento de Nª. Sra. dos Remédios
1.2.2. Conventos Masculinos
1.2.2.1. Congregação do Oratório
1.2.2.2. Colégio de Nª. Sra. da Graça do Pópulo
1.2.2.3. Mosteiro de S. Martinho de Tibães

1.3. As Igrejas e Capelas
1.3.1. Confrarias e Irmandades
1.3.1.1. Igreja de Santa Cruz
1.3.1.2. Capela de Santa Maria Madalena do Monte da Falperra
1.3.1.3. Igreja dos Terceiros de S. Francisco
1.3.1.4. Capela de Santo António Esquecido
1.3.1.5. Capela do Bom Jesus de Fão
1.3.1.6. Igreja de S. Vicente
1.3.1.7. Capela de S. Sebastião das Carvalheiras
1.3.1.8. Capela de Nª. Srª. de Guadalupe
1.3.2. Igrejas Matrizes
1.3.2.1. S. Martinho de Rio Mau
1.3.2.2. S. Martinho de Travassós
1.3.2.3. Nª. Srª da Conceição da Póvoa de Varzim

2. Arquitectura Civil
2.1. Pública
2.1.1. Hospital de S. João Marcos

2.1.2. Aljube de Braga
2.2. Privada
2.2.1. Casa de Manuel da Costa Pessoa
2.2.2. Casas dos Meira Carrilho
2.2.2.1. Residência da Rua do Anjo
2.2.2.2. Residência do Campo de Santiago
2.2.3. Palácio do Deão Francisco Pereira da Silva
2.2.4. Quinta de S. Miguel - S. Clemente de Sande
2.2.5. Palácio do Cónego António Felgueira Lima

3. Outras Obras
3.1. Chafariz do Largo do Paço
3.2. Obras Atribuídas - Ensaio
4. Cronologia da actividade de Manuel Fernandes da Silva

IV. MANUEL FERNANDES DA SILVA - O ARTISTA
1. Mestre de Obras e Arquitecto e sua clientela
2. Arte e Expressão

CONCLUSÃO

APÊNDICES
1. Documental
2. Fotográfico

Nota Preliminar

A concretização de um projecto de investigação não é, para nós, um trabalho em circuito fechado. Muitos foram aqueles que com as suas palavras e conselhos, a sua experiência profissional e até amizade, nos ajudaram a desbravar o caminho. Revemo-los também neste nosso estudo. Em tempo de balanço e pela justiça o esquecimento seria imperdoável.

O nosso reconhecimento primeiro vai, incondicionalmente, para o orientador científico desta dissertação, o Professor Doutor Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves. As pistas, as cogitações, as informações bibliográficas, e o empenho que colocou neste trabalho, são motivo de sobra para a expressão do nosso obrigado. O profissionalismo e o humanismo que nos vem revelando num tempo que ultrapassa já este curso, de que somos devedores, exige de nós a mais profunda palavra de agradecimento.

Aos Mestres que orientaram o primeiro grupo de especialização em História da Arte da Faculdade de Letras do Porto, o nosso reconhecimento pelas críticas construtivas que durante a parte curricular nos foram dirigindo.

Nos Arquivos que percorremos, alguns revelados neste trabalho, encontrámos, regra geral, um ambiente de ajuda por parte dos seus funcionários. Seja-nos permitido destacar o Distrital de Braga — a D. Maria da Costa Martins e o Sr. Armando Soares Araújo —, o Distrital de Viana do Castelo, o Municipal de Braga e a Biblioteca Nacional da Ajuda.
A forma como as instituições religiosas de Braga nos abriram as portas foram incentivo pela vontade expressa de conhecer o passado, sendo poucos os entraves à nossa ânsia da procura. Ao Ilustríssimo Senhor Arcebispo Primaz, D. Eurico Dias Nogueira, agradecemos veemente as facilidades concedidas nomeadamente no trabalho desenvolvido na Sé de Braga.

À Universidade Portucalense - Infante D. Henrique, local onde vimos desenvolvendo actividade, pela forma como promove a investigação, suportando inclusivé parte

dos encargos financeiros deste trabalho, a expressão do nosso apreço materializada na pessoa do Director do Departamento de Ciências Históricas, Professor Doutor Humberto Baquero Moreno.
Ao Dr. José Manuel Alves Tedim, Director do Instituto de História de Arte da Universidade Portucalense, a confiança que sempre depositou no nosso trabalho.
À Luísa Reis Lima, nossa colega nestas lides, pelos debates que travámos tendo como tema de fundo Braga.
À Fernanda Paula Sousa Maia, pela cedência de algumas informações sobre o Convento dos Remédios, e pelo tempo que disponibilizou para decifrar algumas lacunas paleográficas das transcrições.

Ao Professor Doutor Arnaldo de Pinho, sempre tão interessado nas conclusões a que íamos chegando, deixamos o nosso apreço.

Aos amigos Maria João Pinto e Manuel João de Almeida Pinto, que nos acompanharam em trabalho de campo, expressão perfeita de partilha, agradecemos a paciência com que durante meses nos ouviram falar de Manuel Fernandes da Silva, como a valiosa ajuda na montagem do trabalho.

À Olímpia pela vida que nos vai transmitindo.

E a outros, que no silêncio souberam estar presentes, o nosso muito obrigado.

A D. Domingos de Pinho Brandão a gratidão que o tempo não apagará.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Distrital de Braga

Colecção Cronológica, Pasta 75, Doc. 2506, n.os 1.e 2.

Colecção Cronológica, Pasta 76, Doc. 2560, n. 256.

Diário Bracarense de Manuel José da Silva Tadim, Policopiado, col. dos Mss. 1054.

Fundo Monástico, Colégio de Nª. S.ra do Pópulo, A 35 (Pasta de Documentos), Doc. 230.
C.S.B., n. 112 (Estado de 1728).
C.S.B., n. 112 (Estado de 1734).
C.S.B., n. 461 (Livro de Obras).
Nª. S.ra de Penha de França, F. 129, Doc. 955.
Nª. S.ra de Penha de França, F. 129, Doc. 956.
Nª. S.ra de Penha de França, F. 129, Doc. 957.
Nª. S.ra de Penha de França, F. 129, Doc. 958.
Nª. S.ra de Penha de França, F. 129, Doc. 958A.
Nª. S.ra de Penha de França, F. 129, Doc. 959.
Nª. S.ra de Penha de França, F. 129, Doc. 959A.
Nª. S.ra de Penha de França, F. 129, Doc. 961.
Nª. S.ra de Penha de França, F. 129, Doc. 962.
Nª. S.ra de Penha de França, F. 129, Doc. 962A.
Nª. S.ra de Penha de França, F. 129, Doc. 963.
Nª. S.ra de Penha de França, F. 129, Doc. 965.
Nª. S.ra dos Remédios, F. 562, Doc. 2621.

Nª. S.ra dos Remédios, Ms. n. 856 (Livro dos Privilegios Izençoes e Regalias deste Convento de Nossa Senhora dos Remedios, Piedade e Madre de Deos, e Memorias do mesmo Convento composto pela Madre D. Luiza de S. Joze Abbadeça no seu terceiro trienio e dada a luz no anno de 1759).

Livro de Devassas, n. 18, Convento de Nª. S.ra da Conceição, Braga.

Livro de Devassas, n. 19, Convento de Nª. S.ra dos Remédios, Braga.

Memórias de Braga Escriptas e Illustradas por João Baptista Vieira Gomes, Policopiado, col. dos Mss. 1059.

Fundo Notarial, *Nota Geral*, 1ª série, n. 451.
Nota Geral, 1ª série, n. 452.
Nota Geral, 1ª série, n. 463.
Nota Geral, 1ª série, n. 480.
Nota Geral, 1ª série, n. 484.
Nota Geral, 1ª série, n. 486.
Nota Geral, 1ª série, n. 498.
Nota Geral, 1ª série, n. 502.
Nota Geral, 1ª série, n. 503.
Nota Geral, 1ª série, n. 505.
Nota Geral, 1ª série, n. 509.
Nota Geral, 1ª série, n. 510.
Nota Geral, 1ª série, n. 516.
Nota Geral, 1ª série, n. 517.
Nota Geral, 1ª série, n. 520.
Nota Geral, 1ª série, n. 522.
Nota Geral, 1ª série, n. 523.
Nota Geral, 1ª série, n. 528.
Nota Geral, 1ª série, n. 533.
Nota Geral, 1ª série, n. 540.
Nota Geral, 1ª série, n. 542.
Nota Geral, 1ª série, n. 545.
Nota Geral, 1ª série, n. 554.
Nota Geral, 1ª série, n. 566.
Nota Geral, 1ª série, n. 571.
Nota Geral, 1ª série, n. 579.
Nota Geral, 1ª série, n. 594.
Nota Geral, 1ª série, n. 605.
Nota Geral, 1ª série, n. 608.
Nota Geral, 1ª série, n. 621.

Fundo Notarial, *Nota Geral*, 1ª série, n. 622.
Nota Geral, 1ª série, n. 624.
Nota Geral, 1ª série, n. 625.
Nota Geral, 1ª série, n. 627.
Nota Geral, 1ª série, n. 632.
Nota Geral, 1ª série, n. 648.
Nota Geral, 1ª série, n. 622.
Nota Geral, 1ª série, n. 653.
Nota Geral, 2ª série, n. 52.
Nota Geral, 2ª série, n. 34.
Tabelião Público, 1ª série, n. 42.
Tabelião Público, 1ª série, n. 43.
Tabelião Público, 1ª série,.n. 109.
Tabelião Público, 2ª série, n. 70.

Registo Geral, n. 251 (11).

Registo Paroquial, Secção de Registo Civil, Braga, Freguesia de S. João do Souto, Livro n. 4.

Secção de Registo Civil, Braga, Freguesia de S. João do Souto, Livro n. 5.

Secção de Registo Civil, Braga, Freguesia de S. Vítor, Livro n. 3.

Secção de Registo Civil, Braga, Freguesia de S. Vítor, Casamentos, n. 1.

Secção de Registo Civil, Braga, Freguesia de S. Vítor, Óbitos, n. 3.

Arquivo Distrital do Porto

Secção Notarial, PO8, n. 241.
Secção Notarial, PV1°, n. 21, 1ª série.
Secção Notarial, PV1°, n. 22, 1ª série.
Secção Notarial, PV1°, n. 23, 1ª série.
Secção Notarial, PV1°, n. 24, 1ª série.
Secção Notarial, PV1°, n. 27, 1ª série.

Secção de Registo Civil, Porto, Freguesia de Santo Ildefonso, Misto, n. 2.
Secção de Registo Civil, Porto, Freguesia de Santo Ildefonso, P.12, Livro 2.
Secção de Registo Civil, Póvoa de Varzim, Nª. S.ra da Conceição, Óbitos, Livro n. 2 (1746-1777).

Arquivo Distrital de Viana do Castelo

Fundo Notarial

Livro de Notas, 4.33.1.23, n. 8.
Livro de Notas, 4.33.1.24, n. 4.

Arquivo da Irmandade do Bom Jesus de Fão

Contas Gerais.
Livro das Eleições e Acordãos.
Livro das Esmollas que se dão Particulares para as obras do Senhor Bom Jezus.
Visitações (Doc. avulso).

Arquivo da Irmandade de Santa Maria Madalena do Monte da Falperra

Livro de Termos (Folhas soltas), Termo de 6 de Agosto de 1693.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Dicionário Geográfico- Memórias Paroquiais, vol. 7, n. 57.

Biblioteca Nacional da Ajuda

51 - IX - 40.
54 - VIII - 21 (62).
54 - VIII - 21 (63).
54 - X - 29 (249).

Biblioteca Nacional de Lisboa

História Ecclesiastica e Politica do Paiz Bracarense da Època do Século XVIII, Códice 682 (F. 279).

Biblioteca Pública Municipal do Porto

Cónegos e Arcebispos de Braga, RES., ms. 1419, n/p.

Colecção Particular de D. Gonçalo de Vasconcelos e Sousa

Index da Livraria do Illustrissimo Senhor D. Rodrigo de Moura Telles Conselheiro de Sua Magestade seu Sumiler de Cortina e Bispo da Guarda.

Bibliografia

ABREU, Leonídio de - *Santo António Esquecido*, in «Correio do Minho» - Braga de Outros Tempos, Ano XXIII, n. 6974, Abril de 1949.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Barcelos*, Col. *Cidades e Vilas de Portugal*, n. 9, Lisboa, Ed. Presença, 1990.

AZEVEDO, Carlos - *Solares Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1969.

BALTHASAR, Hans Urs von - *Gloria una Estética Teológica,* t. 5 - *Metafisica Edad Moderna*, Madrid, Encuentro Ediciones, 1988.

BARATA, Mário - *Nota sobre a Igreja de N. Sª. de Guadalupe, de Braga, relativamente ao surto dos espaços curvilíneos, na arquitectura setecentista lusa e brasileira*, in «Bracara Augusta», vol. XXXII, n. 73-74 (85-86), Braga, 1978, pp. 69-82.

BARREIROS, Manuel d'Aguiar (Padre) - *A Cathedral de Santa Maria. Estudos criticos archeologicos-artisticos*, Ed. Fac-similada, Braga, Sòlivros de Portugal, 1989.

BASTO, A. de Magalhães - *Apontamentos para um Dicionário de Artistas e Artífices que Trabalharam no Porto do Século XV ao Século XVIII*, in «Documentos e Memórias para a História do Porto», vol. XXXIII, Porto, Câmara Municipal, 1964.

BAZIN, Germain - *Reflexions sur l'origine et l'évolution du baroque dans le Nord du Portugal*, in «Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes», 2ª. série, n. 2, Lisboa, 1950, pp. 3-15.

BELLINO, Albano - *Inscripções e Lettreiros da Cidade de Braga e Algumas Freguezias Ruraes*, Porto, Typographia Occidental, 1895.

BLUTEAU, D. Rafael - *Vocabulario Portuguez e Latino*, ts. I e V, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 e 1716.

BORGES, Nelson Correia - *Arte Monástica em Lobão. Sombras e Realidade - I Das Origens a 1737*, vol. I, Coimbra, 1992. (Tese de Doutoramento Policopiada).

BRANDÃO, D. de Pinho - *A Igreja Matriz da Póvoa de Varzim - Duas Nótulas*, Sep. do «Boletim Cultural» da Póvoa de Varzim, vol. V, n. 1, Póvoa de Varzim, 1966.

— *A Obra de Pedraria da Actual Igreja Matriz da Póvoa de Varzim*, Sep. do «Boletim Cultural» da Póvoa de Varzim, vol. IV, n. 1, Póvoa de Varzim, 1965.

CÁMARA MUÑOZ, Alicia - *Arquitectura y Sociedad en el Siglo de Oro. Idea, Traza y Edificio*, Madrid, Ediciones El Arquero, 1990.

CARVALHO, Ayres de - *D. João V e a Arte do seu Tempo*, vols. 1 e 2, Lisboa, Ed. Autor, 1962.

CONSTITUIÇÕES SINODAIS DO ARCEBISPADO DE BRAGA Ordenadas pelo Illustríssimo Sor. Arcebispo D. Sebastião de Matos Senorª no Anno de 1639 E mandadas emprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa (or) Arsibispo es de Braga Primas das Espanhas em Janeyro de 1697, Lisboa Officina de Miguel Deslandes - Impressor de Sua Magestade, 1697.

COSTA, Avelino de Jesus da (Padre) - *A Arquidiocese de Braga - Síntese da sua História*, Sep. do «Dicionário da História da Igreja em Portugal», vol. III, Lisboa, 1984.

— *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*, Braga, 1985.

— *D. Diogo de Sousa Novo Fundador da Cidade de Braga*, Sep. de «O Distrito de Braga», n. 1 (3/4), Braga, 1962.

CUNHA, Rodrigo da (Dom) - *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, Reprodução Fac-similada com Nota de Apresentação de José Marques, vol. II, Braga, 1989.

CRUZ, António - *Os Mesteres do Porto. Subsídios para a História das Antigas Corporações dos Ofícios Mecânicos*, vol. I, Porto, Ed. Sub-secretariado das Corporações e Previdência Social, 1943.

FEIO, Alberto - *Bom Jesus do Monte*, Braga, Ed. da Confraria do Bom Jesus, 1930.

FERREIRA-Alves, Joaquim Jaime B. - *Elementos para a História da Sé do Porto nos Séculos XVII-XVIII(I) - Nótula sobre algumas obras (1665-1709)*, Sep. da «Revista da Faculdade de Letras», II série, vol. VIII, Porto, 1991.

Elementos para a História da Construção da Casa e Igreja da Congregação do Oratório do Porto (1680-1703), Sep. da «Revista da Faculdade de Letras», II série, vol. X, Porto, 1993.

Construção da Igreja de São Nicolau (1671-1676), Sep. da Revista «Poligrafia», n. 1, Porto, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1992.

Magalhães, Pe. Pantaleão da Rocha de, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Ed. Presença, 1898.

Pascoal Fernandes, mestre pedreiro de arquitectura. Alguns elementos para o estudo da sua actividade, in «IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga», Actas do Congresso Internacional, vol. II/2 (*A Catedral de Braga na História e na Arte - Séculos XII-XIX*), Braga, 1990, pp. 395-404.

O Porto na Época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas, vol. I, Porto, 1988.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho - *A Arte da Talha no Porto na Época Barroca (Artistas e Clientela. Materiais e Técnica)*, vol. I, col. «Documentos e Memórias para a História do Porto», vol. XLVII, Porto, Arquivo Histórico, 1989.

FERREIRA, J. Augusto (Monsenhor) - *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga (Séc. III- Séc. XX)*, t. III, Braga, Mitra Bracarense, 1932.

FERREIRA, José Augusto - *Ampliação e Transformação do Edifício do Hospital de S. Marcos de Braga no século XVIII, segundo Plantas do Engenheiro Manuel Pinto Vilalobos e do Arquitecto (?) Carlos António Leone*, in «Lumen», n. 3 (5), Lisboa, 1939, pp. 265-272.

— *Os Arcebispos de Braga na Fundação da Pátria*, Lisboa, 1933.

FLOREZ, Henrique (Fr.) - *España Sagrada Theatro Geographico Historico de la Iglesia de España - Origem, divisiones y limites de todas sus Provincias. Antiguidad, Traslaciones, y estado antiguo y presente de sus Sillas, com varias Disertaciones criticas*, 2ª ed., t. XV, Madrid, Oficina de Pedro Marin, 1737.

FREITAS, Bernardino José de Senna - *Memórias de Braga Contendo Muitos e Interessantes Escriptos Extrahidos e Recopilados de Differentes Archivos*, ts. I e II, Braga, Imprensa Catholica, 1890.

KUBLER, George - *A Arquitectura Portuguesa Chã Entre as especiarias e os Diamantes 1521-1706*, Lisboa, Vega, 1988.

LANGHANS, Franz-Paul - *As Corporações dos Ofícios Mecânicos. Subsídios para a sua História*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1943.

LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha - *Uma Leitura de Sucesso no Século XVIII: Mestre da Vida que Ensina a Viver e Morrer Santamente*, Revista «Poligrafia», n. 3 (No Prelo).

O Livro e a Leitura no Porto no Século XVIII, col. «Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão», n. 3, Porto, Centro de estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1994.

MARQUES, João Francisco - *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640--1668. A Revolta e a Mentalidade*, vol. I, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.

MARTINS, Fausto Sanches - *Trono Eucarístico do Retábulo Barroco Português: Origem, Função, Forma e Simbolismo*, in «Actas do I Congresso Internacional do Barroco», vol. II, Porto, 1991.

MASSARA, Mónica F. - *Santuário do Bom Jesus do Monte - Fenómeno Tardo--Barroco em Portugal*, Braga, Confraria do Bom Jesus do Monte, 1988.

MAPA DAS RUAS DE BRAGA, vol. I, Braga, Universidade do Minho e outros, 1991 (Edição Fac-similada).

MATOS, Helena Maria Araújo Carvalho (S.ra) - *Estudos Sobre a Sé de Braga*, in «Bracara Augusta», vol. IX-X, fasc. 1-4(39-42), Braga, 1959, pp. 168-213.

OLIVEIRA, Aurélio de - *Elementos para a História do Barroco no Noroeste Português*, Porto, Faculdade de Letras, 1973.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *Convento dos Congregados*, Braga, Centro Integrado de Formação de Professores e Universidade do Minho, 1988.

— *O Edifício do Convento do Salvador. De Mosteiro de Freiras ao Lar Conde de Agrolongo*, Braga, Lar Conde de Agrolongo, 1994.

— *Estudos Sobre o Século XVIII em Braga*, Braga, Edições APPACDM Distrital de Braga, 1993.

— *As Ruas de Braga em 1750 que figuravam no Mapa*, in «Mapa das Ruas de Braga», vol. II, Braga, Universidade do Minho e outros, 1991.

PEIXOTO, Inácio José - *Memórias Particulares de Inácio José Peixoto - Braga e Portugal na Europa na século XVIII*, Introd. de Luís A. Oliveira Ramos, Braga, Arquivo Distrital de Braga e Universidade do Minho, 1992.

PEREIRA, Fernando António Baptista - *Morte, iconografia da*, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Ed. Presença, 1989.

PEREIRA, José Fernandes - *Artista*, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Ed. Presença, 1989.

— *Policromia*, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Ed. Presença, 1989.

— *Resistências e aceitação do espaço barroco: a arquitectura religiosa e civil*, in «História da Arte em Portugal», vol. 8 - *O Limiar do Barroco*, dir. de Carlos Moura, Lisboa, Publ. Alfa, 1986.

— *Retórica da Fé: Simbolismo e Decoração no Escadório dos Cinco Sentidos*, in «Claro.Escuro», n. 1, Lisboa, Quimera, 1988, pp. 17-32.

PIMENTEL, António Filipe - *Arquitectura e Poder. O Real Edifício de Mafra*, col. «Subsídios para a História da Arte Portuguesa», vol. XXXV, Coimbra, Instituto de História da Arte - Faculdade de Letras, 1992.

REIS, António Matos - *A arte sob a égide de D. Rodrigo de Moura Teles*, in «Actas do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga», vol. II/2 (*A Catedral de Braga na História e na Arte - Séculos XII-XIX*), Braga, 1990, pp. 373-394.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Altares e Invocações na Sé de Braga: a Formação de um Espaço Contra-reformista*, in «MVSEV», IV série, n. 2, Porto, Círculo Dr. José Figueiredo, 1994, pp. 37-53.

— *Arquitectura Civil e Religiosa de Braga nos séculos XVII e XVIII. Os Homens e as Obras*, Col. «Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão», n. 2, Braga, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1994.

— *A Capela de Santa Madalena do Monte da Falperra de Braga, à Luz da Documentação Notarial*, Sep. da «Revista de Ciências Históricas», vol. V, Porto, Universidade Portucalense, 1990.

— *A Capela de Santo Ovídio de Caldelas - Um projecto vindo do Brasil*, in «MVSEV», IV série, n. 3, Porto, Círculo Dr. José Figueiredo. (No Prelo).

— *As Capelas de Santa Madalena do Monte da Falperra - Nova Abordagem*, Trabalho apresentado no «Congresso Internacional de História da Arte», Lisboa, Outubro de 1992. (No Prelo).

— *Construção de Capelas pela Irmandade do Senhor dos Passos - Uma via crucis no espaço urbano*, Sep. da Revista «Poligrafia», n. 1, Porto, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1992.

SANTOS, Eugénio dos - *O Oratório no Norte de Portugal. Contribuição para o estudo da história religiosa e social*, Col. «Textos de História», n. 4, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

SEBASTIÁN, Santiago - *Contrarreforma y Barroco - Lecturas Iconográficas e Iconológicas*, 2ª. ed., Madrid, Alianza Editorial, 1985.

SIMÕES, J. M. dos Santos - *Azulejaria em Portugal no Século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

SMITH, Robert C. - *A Casa da Câmara de Braga (1753-1756)*, Sep. da Revista «Bracara Augusta», vol. XXII, fas. 51-54, Braga, 1968.

— *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, Escultor Beneditino do Século XVIII*, vols. I e II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

— *A Sacristia do Tesouro da Sé Primacial*, Sep. da Revista «Bracara Augusta», vol. XXIV, fasc. 57-58, Braga, 1972.

— *Santo André de Rendufe - Subsídios para a História da sua igreja durante o século XVIII*, in «Bracara Augusta», vol. XXIII, fasc. 56(68), Braga, 1969, pp. 7--106.

SOARES, Franquelim Neiva - *O Sínodo de 1713 e as suas Constituições Sinodais*, in «IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga», Actas do Congresso Internacional, vol. II/2 (*A Catedral de Braga na História e na Arte - Séculos XII-XIX*), Braga, 1990, pp. 209-232.

SOROMENHO, Miguel - *Manuel Pinto de Vilalobos. Da Engenharia Militar à Arquitectura*, 3 vols., Lisboa. (Tese de Mestrado Policopiada).

SOUSA VITERBO - *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988. (Edição Fac-similada).

VALE, Manuel Gonçalves - *Algumas notas para a História do extinto convento de São Bento de Viana*, in «Centro de estudos Regionais - Boletim Cultural», n. 3, Viana do Castelo, 1986.

VASCONCELOS, Maria Assunção Jácome de - *Breve notícia das obras realizadas pelo Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles no Paço Arquiepiscopal*, in «Forum», n. 11, Braga, Universidade do Minho, 1992, pp. 3-8.

— *Casas Foreiras ao Cabido no ano de 1750*, in «Mapa das Ruas de Braga», vol. II, Braga, Universidade do Minho e outros, 1991.

Abreviaturas e Sinais

Arquivos e Bibliotecas

A.D.B. - Arquivo Distrital de Braga

A.D.P. - Arquivo Distrital do Porto

A.D.V.C. - Arquivo Distrital de Viana do Castelo

A.I.B.J.F - Arquivo da Irmandade do Bom Jesus de Fão

A.I.S.M.M.M.F. - Arquivo da Irmandade de Santa Maria Madalena do Monte da Falperra

A.N.T.T. - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

B.N.A. - Biblioteca Nacional da Ajuda

B.N.L. - Biblioteca Nacional de Lisboa

B.P.M.P. - Biblioteca Pública Municipal do Porto

Outras Abreviaturas e Sinais

art. c. - artigo citado

aprox. - aproximada

Cf. - Confrontar

Cit. - citado

cod. - códice

col. - colecção

C.S.B. - Congregação de S. Bento

Doc. - Documento

Docs. - Documentos

Ed. -	Editor / Editorial
ed. -	edição
fasc. -	fascículo / fascículos
Fig. -	Figura
fl. -	folha
fls. -	folhas
Fot. -	Número(s) de Fotografia(s) em Apêndice
H.R.C. -	Fotografia de Helena Rego Cruz
Mss. -	Manuscritos
ms. -	manuscrito
n.º -	número
n/p -	não paginado
o.c. -	obra citada
p. -	página
pp. -	páginas
Publ. -	Publicação / Publicações
séc. -	século
segs. -	seguintes
Sep. -	Separata
t. -	tomo
ts. -	tomos
v. -	verso
vol. -	volume
vols. -	volumes

(...) -	omissão de texto numa citação bibliográfica ou documental
[ ] -	alteração introduzida no texto documental
[...] -	omissão de texto não legível no documento

Introdução

Apresentação

Um dia, no rescaldo da sua pesquisa Robert Smith escreveu: «Tudo leva-nos a crer que podemos aceitar Manuel Fernandes da Silva como a maior aproximação de um verdadeiro arquitecto que a cidade de Braga produziu na primeira metade do século XVIII» [1]. A chamada de atenção do autor não encontraria eco nas décadas subsequentes. O tempo não era ainda de levantar da poeira dos arquivos figuras de saber, distantes dos considerados centros eruditos do país e da miragem dos ventos europeus, e de mestria, explanada em obras de feição contida e até discreta. Não admira, pois, que permanecesse incólume no desenvolvimento da pesquisa de História da Arte. O tempo era, e foi, preferencialmente, entre nós, de estudo de obras consagradas pela monumentalidade no consciente colectivo do mundo português.

Não obstante esse aviso, a cujo pioneirismo fazemos vénia, coloca-lo-ia o investigador, na rápida inventariação que apresentou da sua obra, numa dependência de outros vultos, de quem, *a priori* mais seria de esperar esteticamente: Manuel Pinto de Vilalobos, engenheiro militar, seria a sua sombra.

Diz-se, e a História prova-o, que a alteração das ideias é um dos processos mais morosos. Moroso, muitas vezes, porque difícil é a sustentação de formas diversas de análise quando se pretende dar um passo no não (re)conhecido. No entanto, e alertando para esse grau de exigência e dificuldade, as pedras vão sendo lançadas por quem compete, em primeira mão, delinear o curso da pesquisa. Deixando arquitectos consagrados, de quem se vai já conhecendo obra, ainda que vista com lentes disformes da ampliação, urge estudar vultos cuja aprendizagem se enfeuda a uma tradição familiar: «A necessidade de estudos biográfico-históricos dos

---

[1] SMITH, Robert C. - *A Casa da Câmara de Braga (1753-1756)*, Sep. da Revista *Bracara Augusta*, vol. XXII, fasc. 51-54 (63-66), Braga, 1968, p. 35.

principais mestres pedreiros é premente. Conhecer a sua formação, aliada tantas vezes a uma tradição familiar, e a sua trajectória, é tarefa que consideramos fundamental ainda que difícil» [2]. O tempo é de viragem.As *Actas Notariais*, de apuramento demorado a exigir uma boa dose de paciência no seu manuseio, brindam-nos sempre com elementos que permitem uma actualização do conhecimento de obras e de artistas. Foi nesse domínio que nos aventuramos, escolhendo Braga, onde durante longos meses (e porque não anos), efectuamos a inventariação de elementos facultativos ao encontro com o mundo da arquitectura nos séculos XVII e XVIII. Sem partidarismos positivistas nem formalistas, quisemos estudar uma figura distante da charneira arquitectónica nacional, mas marcante e determinante no seu meio mais restrito. Tirando o microcosmos da Corte política e da sua clientela, onde as transições e a pureza de formas têm espaço próprio para mais rapidamente se implantarem, fica um país alargado à espera da descoberta de uma arte anónima. Longe, o passado é prolongável num presente de procuras, de ensaios, de caminhos, que se vão trilhando sem sobressalto. O passado vai-se integrando harmoniosamente no presente.

No trabalho que fizemos pusemos toda a honestidade que a ciência exige, e a nossa capacidade permitiu. Se conseguimos alcançar os objectivos, é isso tarefa que a outros compete julgar.

Fontes e Metodologia

Num trabalho cuja espinha dorsal se prende à actividade de um produtor de arte, diversas são as fontes compulsadas para ilustrar, além das obras por ele empreendidas, dados que possibilitem um encontro com o homem.

Sendo as *Actas Notariais* um manancial fecundo onde a par e passo se encontram registos de contratos para execução de obras, viriam a permitir um contacto sincrónico com a actividade de Manuel Fernandes da Silva. Este tipo de documento, para além da datação, fornece elementos vitais sobre a obra, os referidos apontamentos, da responsabilidade do arrematante ou de artista competente ou até do próprio autor do risco, que esclarecem, muitas vezes, dados técnicos a observar durante a execução, e mais raramente elementos estéticos; custo da empreitada, formas de pagamento e ritmos de construção; entidade que encomenda e financia a obra; do arrematante fica-se a conhecer o nome, o grau profissional, a morada e as teste-

[2] FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *Pascoal Fernandes, mestre pedreiro de arquitectura. Alguns elementos para o estudo da sua actividade*, in «IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga», Actas do Congresso Internacional, vol. II/2 - *A Catedral de Braga na História e na Arte (séculos XII-XIX)*, Braga, 1990, p. 396.

munhas que lhe deram crédito. O autor do projecto pode também ser outra informação colhida no contrato de obra. Todos estes pontos podem figurar no contrato *tabeliónico, nem sempre como regra.*

Quando se pretendeu saber quem foi o homem em estudo, além das procurações e dos próprios contratos de obra, que elucidam indirectamente passos da vida a biografar, pouco mais se pôde esperar deste notável e precioso, mas incompleto, *fundo documental.* Aí desvendou-se o homem enquanto artista.

O homem tem um nascimento e uma morte. Neste espaço, inúmeras foram as suas acções, incontáveis os seus actos e as relações que travou com os contemporâneos. Da aprendizagem à maturidade intelectual, da vida individual à familiar, e desta à relação com o meio, a outras fontes se exigiu procura.

Do *Registo Paroquial* as cédulas de nascimento, casamento, filiação e morte; do ambiente familiar que o formou, os seus progenitores e irmãos.

Os dados disponíveis continuavam a não satisfazer a procura.

Quem foi Manuel Fernandes da Silva?

O meio artístico que o apadrinha — do Porto vem para Braga e aqui desenvolve a sua actividade — era movido, substancialmente, pelas orientações do clero contra-reformista. Ao serviço dele colocou a sua arte. Um percurso inverso se ensaiou: partiu-se do meio social para atingir o artista e as suas condicionantes. Do clero como grupo actuante em Braga de setecentos, destacou-se um personagem que se afirma potencial cliente do artista: D. Rodrigo de Moura Teles. Dele colheram-se dados para objectivar a sua postura enquanto mecenas. Das visitas pastorais que promoveu e pessoalmente realizou, até às pastorais que outorgou, pretendeu-se vislumbrar o seu perfil como financiador de arte.

Na Sé Catedral polarizaram os dois homens as suas atenções: um, para evangelizar moralizando, prevê uma actualização do edifício às novas coordenadas litúrgicas; o outro, remodelando, construindo e reconstruindo, a preparar a catedral para que a retórica das artes, desenvolvida no seu interior, num diálogo estudado e de resultado previsto, transmitisse justa imagem do seu mecenas.

Ainda neste domínio, do total para o particular, quando se procede a um enfoque diacrónico sobre a primeira metade do século XVIII, destaca-se, incontestavelmente, Manuel Fernandes da Silva como mestre arquitecto de pedraria, seguido de seu pai Pascoal Fernandes. A quantidade de empreendimentos que lhes andam adstritos são disso prova.

Do sobrante da sua obra, aquela que resistiu à voragem do tempo e das modas, foi outro campo para onde dirigimos a nossa pesquisa. Nesta, a leitura das formas, dos símbolos e das técnicas possibilitaram a compreensão da arte de Ma-

nuel Fernandes da Silva, e a sua integração nas correntes estilísticas do dealbar do barroco.

Auscultar o pulsar de um produtor de arquitectura no século XVIII na sua inter-relação é um trabalho apaixonante, envolvente e sempre insatisfatório. Nunca os dados disponíveis ilustram a totalidade do indivíduo. A resposta a uma questão levanta uma plêiade de direcções na investigação.

Temos consciência de que o projecto está incompleto. Algumas são as lacunas primárias que permanecem encerradas à espera de suporte documental. Foi o possível para um tempo — o da vida de Manuel Fernandes da Silva — e para um espaço — basicamente a cidade de Braga. Na nossa pesquisa valorizamos, sobremaneira, os arquivos de Braga, nomeadamente o Distrital, o Municipal, e o de algumas Confrarias. Incursões fizemos também no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional da Ajuda. Para o apuramento da actividade de Manuel Fernandes da Silva articulou-se o estudo em quatro capítulos, três directamente relacionados com o homem, a obra e o artista, cada um respectivamente, antecedidos de uma tentativa de compreensão das linhas ambientais sociais onde lavra a sua arte.

Na análise da obra optou-se pela sua apresentação a partir do tipo de encomenda dentro de uma hierarquização: da religiosa para a pública e desta à privada. Na especificidade tipológica da encomenda seguiu-se uma ordem cronológica. Em cada edifício onde trabalhou estudámos apenas a sua intervenção.

O trabalho completa-se com dois apêndices, documental e fotográfico. Aquele, apresentado por ordem cronológica, e o outro pela sequência da análise das obras.

Para esclarecimento do texto usam-se algumas imagens, gravuras e plantas, sendo estas últimas quase em exclusivo o resultado dos levantamentos planimétricos que efectuámos em alguns edifícios, ajudados pelo Eng. Manuel João de Almeida Pinto, a quem remetemos a responsabilidade exclusiva do desenho. Algumas fotografias, tanto do texto como do apêndice, ficam a dever-se ao profissionalismo de Helena Rego Cruz, facto que se assinalará.

Nas transcrições de documentos desdobrámos as abreviaturas, mantendo de resto a grafia da época, fazendo uma ou outra pontuação para tornar o texto inteligível, tendo por perto as normas paleográficas dos Doutores Avelino de Jesus da Costa e António Cruz. Apresentam-se só os documentos principais e inéditos sob a óptica da leitura.

No futuro, muitas outras fontes aportarão, porventura, novas achegas ao esclarecimento da vida e obra de um artista de craveira no panorama arquitectónico do Minho na transição do maneirismo para o barroco.

I. Braga, Corte Religiosa

1. Os Poderes

> «Posto que os Prelados do Reino se possam chamar de prelados, os arcebispos de Braga são prelados e senhores».
>
> D. DIOGO DE SOUSA [3]

No sequencialismo do epílogo do processo de formação de Portugal, encontram-se dados que explicam a singularidade de Braga no cenário do país, numa dualidade de causa-efeito, e na titularidade que o passado assume, sempre que se trata da encenação dos homens, e da sua compreensão num presente, que é já também, passado distante.

A dignidade de Metropolita de Braga, reconhecida em Roma pelo Papa Pascoal II, na presença do titular da cadeira S. Geraldo, em 1099, e os favores que lhe concedeu «pera recuperar os bens da Sua Igreja», incitando, inclusivé, o Conde D. Henrique a apoiar o Arcebispo na restauração e reorganização de Braga, dentro do protagonismo que tivera séculos antes [4], se por um lado abre um diferendo com os arcebispos de Compostela e Toledo [5], por outro, revigora o papel de Braga na posterior conduta de emancipação do reino de Portugal.

---

[3] COSTA, Avelino de Jesus da (Padre) - *D. Diogo de Sousa Novo Fundador da Cidade de Braga*, Sep. de «O Distrito de Braga», n. 1 (3/4), Braga, 1962, p. 16.

[4] CUNHA, Rodrigo da (Dom) - *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, Reprodução Fac-similada com Nota de Apresentação de José Marques, vol. II, Braga, 1989, p. 9.

[5] COSTA, Avelino de Jesus da (Padre) - *A Arquidiocese de Braga - Síntese da sua História*, Sep. do «Dicionário da História da Igreja em Portugal», vol. III, Lisboa, 1984, p. 133.

Do conde D. Henrique recebem os arcebispos a posse do «Couto de Braga com os respectivos direitos fiscais» [6], poder temporal que seria alargado em 1128 por D. Afonso Henriques, «para exaltar a metrópole de Braga e obter a colaboração do arcebispo D. Paio Mendes» [7] na causa que então o movia. Para o nacionalismo, vital era a associação dos poderes político e religioso, Estado/Igreja, justificando, por isso, o aumento das prerrogativas temporais dos arcebispos, favorecendo o seu desmembramento da tutela de Toledo, como o era, igualmente, a aquisição de Roma do título de Primaz. Esta questão, animada do ponto de vista político, orientou a acção dos primeiros arcebispos, que não se pouparam a esforços no Papado [8], para a partir do século XIV se passarem a denominar de «*Primaz* ou *Primaz das Espanhas,* generalizando-se a segunda forma no século XVI» [9].

Foi na qualidade de Senhorio que Braga e os seus coutos se viram administrados pelos arcebispos durante vários séculos, com poderes plenos no domínio temporal: «O Senhorio de Braga e os seus Coutos pertence aos seos Arcebispos com toda a jurisdiçam, civel e crime, alta e baixa, meio e misto Império» [10], governação que não seria pacífica, tonificada, pontualmente, com graves conflitos com o poder central [11], que pretendia consolidar o seu poder, num reforço de centralismo, em terras de privilégio.

Temos, pois, uma arquidiocese onde arcebispo e cabido assumem a sua governação, mas, a «vastidão desta, acrescida do senhorio da cidade de Braga e seu termo e de dezoito coutos, onde o prelado tinha jurisdição e direitos de quase completa soberania implicava a montagem de uma complicada máquina administrativa» [12], ao que Silva Tadim, no século XVIII, esclarece: «Para administraçam da justiça tem os Prelados hua Relaçam nam só Ecclesiastica, mas secular, que conhece todas as cauzas civeis e crimes, porem com esta diferença, que as cauzas civeis de qualquer quantia que sejam, como tambem as do crime dos coutos se sentençam afinal sem appelaçam, mas nas cauzas crimes dos moradores da cidade e seo termo, nam tem o Ouvidor do Arcebispo, mais que as primeiras instancias, e se appela delle para a Relaçam do Porto» [13]. Existindo, nesta altura, pessoas alheias ao poder temporal do arcebispo, situação que se deve ter criado a partir do século XVII, na emergência do absolutismo, e com a nomeação do cargo de Juiz de Fora, por

---

[6] Idem - *D. Diogo de Sousa....*, p. 14.

[7] Idem - *ibidem*, p. 14.

[8] Sobre o assunto ver FERREIRA, J. Augusto (Monsenhor) - *Os Arcebispos de Braga na Fundação da Pátria*, Lisboa, 1933.

[9] COSTA, Avelino de Jesus da (Padre) - *A Arquidiocese de Braga...*, p. 135.

[10] A.D.B.- *Diário Bracarense de Manuel José da Silva Tadim*, Policopiado, col. dos Mss. 1054, fl. 612.

[11] COSTA, Avelino de Jesus da (Padre) - *D. Diogo de Sousa...*, pp. 14-15.

[12] Idem - *ibidem*, pp. 25-26.

[13] A.D.B. - *Diário Bracarense....*, fl. 612 v.

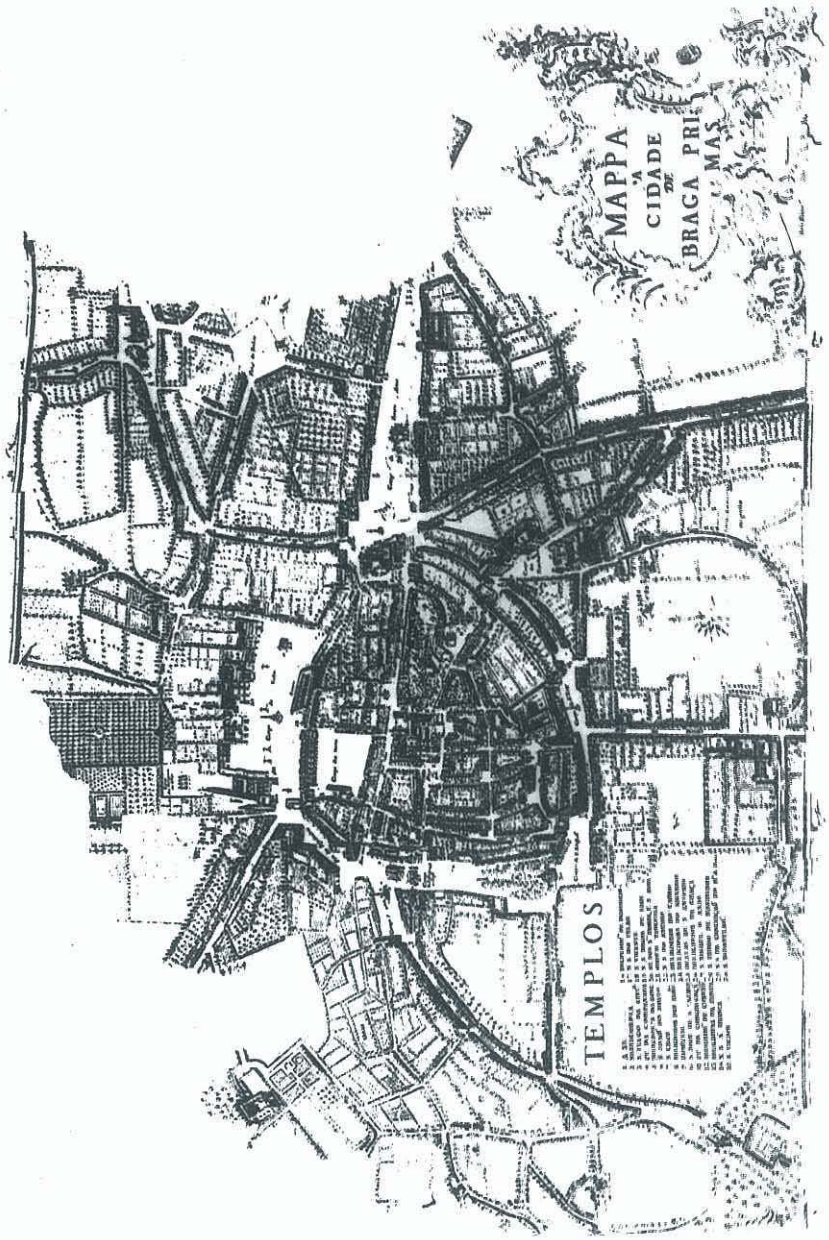


Fig. 1 - Mapa da cidade de Braga em meados do séc. XVIII assinado por Andre Ribeyro S [...] Sylva (Biblioteca Nacional da Ajuda).

D. Pedro II [14]. Mas no século XVI a jurisdição era ainda total, abrangendo «mais de um por cento da população portuguesa» [15].
O Censual de D. Diogo de Sousa apresenta um conjunto de noventa e oito funcionários da cidade e diocese, cuja nomeação pertencia ao arcebispo [16].
O arcebispo era, segundo Avelino de Jesus da Costa, «um potentado político constituindo os seus territórios (...) um pequeno estado dentro da Nação» [17]. A ocupação da cadeira pontifical era, por isso mesmo, partilhada pela mais alta estirpe do Reino, sendo muitas as linhagens directas com as da coroa. Lembremos, já no nosso passado presente os exemplos de D. José de Bragança e de D. Gaspar de Bragança, que ocuparam a prelatura primacial em tempo considerável do século XVIII [18], ou então D. Rodrigo de Moura Teles, que antes de arcebispo, foi Sumilher de Cortina de D. Pedro. As suas experiências políticas eram evidentes.

A Primacialidade trazia à boca do teatro, no campo eclesiástico, Braga como cenário do poder religioso do país, e das *Hespanhas,* sendo este apenas título honorífico e nunca confirmado, ficando célebre, em Trento, o diferendo com D. Fr. Bartolomeu dos Mártires sobre a questão das precedências, no qual o arcebispo de Granada argumentou, em quorum com os seus congéneres patrióticos, que «nem o seu Rei nem elles reconheciam outro Primaz em Hespanha que não fosse o arcebispo de Toledo» [19]. Do apelo ao Papa resultou a neutralidade, sentando-se os Primazes pela ordem de promoção no cargo de arcebispo [20].
A morte de D. Sebastião e a consequente união dinástica, levou a que, enfaticamente se afirmasse: «Ali acabaram os triunfos Portuguezes. Morreo o orgulho, o brio, a pompa, a riqueza e a esperança» [21].
Entretanto, em situação de *déjà vu*, e frente à neutralidade política nacional, no século XVII, o arcebispo D. Rodrigo da Cunha, pretende realçar a primacialidade bracarense, numa atitude eivada de patriotismo, escrevendo um tratado sobre

---

[14] Idem - *ibidem*, fl. 65. Foi nomeado em Dezembro de 1672. Ver FREITAS, Bernardino José de Senna - *Memorias de Braga Contendo Muitos e Interessantes Escriptos Extrahidos e Recopilados de Differentes Archivos*, t. I, Braga, Imprensa Catholica, 1890, p. 35.
[15] COSTA, Avelino de Jesus da (Padre) - *D. Diogo de Sousa...*, p. 26.
[16] São os seguintes funcionários: «1 vigario geral e 4 vigarios das comarcas; 1 promotor de justiça na côrte e 4 nas comarcas; 1 provisor; 4 desembargadores; 6 juízes, um dos quais dos orfãos; 2 alcaides-mores e 1 alcaide pequeno; 1 carcereiro; 1 contador; 1 distribuidor; 34 escrivães de diversas categorias; 1 inquiridor; 5 meirinhos; 4 ouvidores; 4 porteiros; 7 recebedores, contando os do arcebispo e das câmaras; 1 revedor e 9 tabeliães». Idem - *ibidem*, p. 26.
[17] Idem - *ibidem*, p. 26.
[18] D. José de Bragança entre 1741-1756 e D. Gaspar de Bragança entre 1758-1789.
[19] FERREIRA, J. Augusto (Monsenhor) - *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga (Sec. III - Sec. XX)*, t. III, Braga, Mitra Bracarense, 1932, p. 25.
[20] Idem - *ibidem*, p. 26.
[21] A.D.B.- *Diário Bracarense....*, fl. 43.

o assunto, denominado «De Primatu Bracharensis Ecclesiea in Universa Hispania» [22], que será severamente punido no século seguinte por Fr. Henrique Florez: «Tambien es de extrañar, que algunos Portugueses mezclan en sus escritos quejas contra lós Españoles, de que tratan com mucha pasion las cosas de Portugal, quando se encuentran con las de Castilla (...). La Primácia de España en la estado antiguo en que se disputa, no admite competencia entre Portugal y Castilla, porque el examen es de tiempo en que no havia nacido Portugal, ni se conocia tal nombre. El que dominaba en Toledo, era Señor de Braga. Todo era un Reyno» [23]. Não obstante, *Primaz das Hespanhas* continuou a ser cartão de apresentação dos arcebispos de Braga.

Poder político. Poder religioso. Eis os baluartes que cingiam a actuação dos prelados de Braga, em extensões bem diferenciadas, num ambiente onde a palavra de ordem era o Evangelho. A este clima duas outras coordenadas se devem acrescentar: o processo Restauracionista, e de raíz mais profunda, a militância da Igreja Reformista, que vieram timbrar a Corte religiosa do País.

Na senda da perscrutação dos registos antigos, a palavra *Corte*, e as expressões *desta nossa Corte, da Corte de Braga,* tornaram-se obsessivas, revelando, portanto, um consciente colectivo de vivência ordenada, assimilado na élite protagonizante, pois foi dela, que, de forma directa, nos falaram os documentos. Pretendemos entender o seu significado.

Em carta a D. João III, D. Diogo de Sousa afirma-se construtor de Braga, que de aldeia passara a cidade: «eu achei esta de barro e sem templos nem gente nem edifícios e agora a tenho feita assim de edifícios públicos como privados com acrescentamento de muito povo e número de mercadores e trato de oficiais das melhores cousas do Reino» [24]; ao que D. Rodrigo da Cunha acrescentou: «D. Diogo de Souza pudera fazer de Braga cidade, mas D. Fr. Agostinho fizera dela corte» [25].

A sacralização renovada da Sé, a transformação do seu altar-mor em relicário, e a concessão de indulgências [26], motivaram o concurso de fiéis, gizando a ideia da peregrinação, que encontrou eco na multiplicação dos centros permanentes de exposição do Santíssimo na cidade [27], na revalorização dos baluartes históricos da

---

[22] Referido por FLOREZ, Henrique (Fr.) - *España Sagrada Theatro Geographico Historico de la Iglesia de España - Origem, divisiones y limites de todas sus Provincias. Antiguidad, Traslaciones, y estado antiguo y presente de sus Sillas, com varias Disertaciones criticas*, 2ª ed., t. XV, Madrid, Oficina de Pedro Marin, 1737, p. 248.

[23] Idem - *ibidem*, p. 266.

[24] COSTA, Avelino de Jesus da (Padre) - *D. Diogo de Sousa....*, p. 16.

[25] CUNHA, Rodrigo da (Dom) - *o.c.*, vol. II, p. 411.

[26] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Altares e Invocações na Sé de Braga: a formação de um Espaço Contra-reformista*, in «Mvsev», IV série, n. 2, Porto, Círculo Dr. José Figueiredo, 1994, p. 45.

[27] FERREIRA, J. Augusto (Monsenhor) - Fastos Espiscopaes..., t. III, p. 97.

origem da primacialidade anterior à Nacionalidade, acompanhado de um longo processo de Trasladações dos seus obreiros, também para a área da cidade, criando como tal um centro polarizador do microcosmos dos arcebispos. Faltava-lhe esse centro, suficientemente forte e unificador. Aqui reside a origem da Corte de Braga, cuja força aumentaria à medida que a persuasão pela pregação difundisse os temores da morte, a frivolidade e precariedade da vida, e a associação ao fenómeno Cristológico como drama inequívoco da vivência terrena. Uma Corte de fundamento último teocêntrico, mas gerida por homens com interesses e paixões.

Os pregadores, ao tempo da Restauração, preparados para enfrentar «um público necessariamente diversificado pela origem social, a profissão, o poder, a cultura e o local de residência» [28], são os principais obreiros da causa restauracionista movendo massas, formando consciências, criando as raízes de um partido unionista de cunho patriótico, decisivo na causa da Restauração, e que marcaria a vida política do século de seiscentos. Ao que João Marques conclui: «O consenso teria de encontrar-se em ideias que congregassem numa adesão colectiva e que trouxessem força capaz de influir nos acontecimentos. Agitar o patriotismo como elemento aglutinador da nação implicaria recorrer ao passado e ao presente de forma pragmática» [29]. Do presente a culpabilização de todos os desaires políticos, económicos e sociais, tanto do território nacional como do ultramarino, ao domínio filipino; do passado o apelo a feitos heróicos, numa exaltação do «amor à pátria, à liberdade, à grandeza passada, o aumento do Império, o advento da Idade de Ouro» [30].

Este processo encontrou campo profícuo em Braga, e foi gerador da ideologia da sua Corte, e suporte inequívoco da imagem do poder [31], com o qual os arcebispos propagandearam o Reino dos Eleitos na área da sua jurisdição. «Em torno do poder, a Corte constitui uma espécie de microcosmos que potencia o próprio macrocosmos social e no interior do qual o luxo, o fausto, a ostentação, agem como formas de auto-afirmação, no sentido de que constituem elementos indissociáveis desta festa que enforma o quotidiano cortês e que fornece a uma comunidade estanque o meio de se apresentar sob forma idealizada» [32].

A arte foi um dos seus fortes meios e redutos, assumindo em Braga, de forma sublinhada, um papel interveniente na criação de uma imagem espectaculosa aos olhares dos fiéis, através da qual o oculto se revelava. O arcebispo, ao ser o seu princi-

---

[28] MARQUES, João Francisco - *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640-1668. A Revolta e a Mentalidade*, vol. I, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, p. 25.

[29] Idem - *ibidem*, p. 32.

[30] Idem - *ibidem*, p. 33.

[31] O assunto da corte política foi magistralmente tratado por PIMENTEL, António Filipe - *Arquitectura e Poder. O Real Edifício de Mafra*, col. «Subsídios para a História da Arte Portuguesa», vol. XXXV, Coimbra, Instituto de História da Arte-Faculdade de Letras, 1992., de cuja obra nos servimos para a *construção da corte religiosa*, por um processo de paralelismo. Ver em particular pp. 80-119.

[32] Idem - *ibidem*, p. 81.

pal mentor, age por esta via também no domínio social, e sublinha o seu poder ao reforçar o mediatismo entre o mundo profano e sagrado. Além da palavra e do exemplo próprio, fornece à sociedade laica as imagens moralizantes para condicionar o seu quotidiano. Este processo teve um longo amadurecimento. Atingiu maior expressão no Pontificado prolongado de D. Rodrigo de Moura Teles, resumindo ele, no usufruto dos seus poderes, toda a carga que formou e informou a sociedade culta do Portugal Restaurado, ao serviço da Igreja Tridentina. Com ele, a Corte de Braga, como apanágio de absolutismo, atingiu superlativo intervencionismo nos domínios da sua jurisdição. Primacialidade, grandeza, militância, patriotismo e determinação, são, pois, linhas mestras da sua condução, que fazem dele senhor absoluto no centro do seu teatro, a quem não faltou a craveira mecenática de verdadeiro mecenas, não apenas como financiador da arte, mas até da sua sociologia e estética.

O texto de Cícero, referido por D. Fr. Bartolomeu dos Mártires no discurso de entrada em Braga [33], foi divisa de Moura Teles, gravando-a na entrada principal do seu palácio:

> *O DOMVS AMTIQVA/ QVAM DISPARI DOMINO/ DOMINARIS/ ANNO D. 1709.*
> *«Ó Casa Antiga que serás dominada por tão diferente Senhor»* [34].

Arcebispos de Braga de 1641 a 1756

1641-1671	*Sede Vacante*
1671-1677	D. Veríssimo de Lencastre
1677-1690	D. Luís de Sousa
1690-1692	*Sede Vacante*
1692-1696	D. José de Meneses
1696-1703	D. João de Sousa
1704-1728	D. Rodrigo de Moura Teles
1728-1741	*Sede Vacante*
1741-1756	D. José de Bragança

---

[33] BELLINO, Albano - *Inscripções e Lettreiros da Cidade de Braga e Algumas Freguezias Ruraes*, Porto, Typographia Occidental, 1895, p. 26.

[34] O texto foi extraído de Cícero - *De Officiis*, Livro I, cap. 39. Segundo a leitura do Padre Manuel de Sousa Miguel, Latinista, Cícero «refere-se à habitação de pessoas ilustres que passam para outro dono. Antes o escritor escreveu: 'É uma tristeza ouvir os transeuntes dizer Ó Domus Antiqua', alusão à ilustre casa de Pompeio e de outros que depois da vitória de César passaram para outros donos». Agradecemos a gentileza da interpretação ao Padre Manuel de Sousa Miguel.

2. A Política de Intervenção e de Espectáculo

Nascido em plena crise restauracionista, D. Rodrigo de Moura Teles depois de Sumilher de Cortina, na Corte de D. Pedro II, de Reitor da Universidade de Coimbra e de Bispo da Guarda, assume a cadeira Primaz, fazendo a sua entrada solene em Braga, a 10 de Dezembro de 1704 [35], em sessão de júbilo público, envolvendo ordens religiosas, beneficiados, justiças da cidade, vereadores, e demais cargos oficiais da cidade, em acto «summamente brilhante pelo imenso numero de pessoas de toda a qualidade que a elle concorrerão» [36], tanto da cidade como da província. Chegou ao Campo das Hortas, extramuros da cidade, montado em cavalo e de Capa Magna, «com grande acompanhamento e danças» [37], onde depois de paramentado de «capa de asperges e bago e de baixo do palio», seguiu em cortejo para a Sé. «Feitas as ceremonias do estillo e despidas as



Fig. 2 - D. Rodrigo de Moura Teles tendo como fundo o Santuário do Bom Jesus do Monte (Pormenor).

[35] FERREIRA, J. Augusto (Monsenhor) - *Fastos Espiscopaes...*, t. III, pp. 226-229.
[36] B.N.L. - *História Ecclesiastica e Politica do Paiz Bracarense da Època do Século XVIII*, Códice 682 (F. 279), fl. 34.
[37] A.D.B. - *Diário Bracarense....*, fl. 82.



Fig. 3 - Púlpito da igreja do Recolhimento de Santa Maria Madalena com as armas de D. Rodrigo de Moura Teles. A coroar, um anjo segurando a esfera armilar e a cruz de Cristo.



vestes Pontificaes se recolheo ao Paço» [38]. Em três dias consecutivos «houve geral repique de sinos e se illuminou a cidade. Depois de feito e arrematado todo o festejo no dia 22 do mesmo mez de Dezembro recebeo S. Illmª. o Palio na capella mor da Se» [39]. Dentro do mais rigoroso cerimonial estava augurada a sua campanha propagandística [40], e definidos os papéis activos e passivos no processo de condução da corte.

Numa política intervencionista de exaltação dos vectores tridentinos, muitos foram os actos públicos presididos pelo arcebispo, onde a festa, na sua vertente profana e religiosa, serviu para propagandear uma imagem triunfalista. Além da capacidade governativa, a essa associou Moura Teles uma linguagem de espectáculo, onde actores se revêem e espectadores se dobram, porque a majestade derradeira era Divina.

Ao Santíssimo Sacramento devotou particular atenção. Em 1708 coloca-o em exposição permanente na capela do Paço, onde «uma procissam com danças e folia» [41], fez jus ao evento. Nesta sequência, e evento supremo eram as festas que todos os anos se realizavam na cidade, mas as de 1714 tiveram brilho especial: D. Rodrigo de Moura Teles foi seu promotor, na qualidade de juiz da confraria do Santíssimo Sacramento. Numa ambiguidade entre mundos profano e sagrado, tudo era pretexto para a encenação do teatro religioso. Assim, nestas festas, contando a «solemne procição», houve ainda «caretas, pregão, cartel, comedias, combates de touros bravos e cavalhadas» [42]. Para a posteridade ficou uma relação impressa, escrita pelo chanceler-mor de Braga, onde o seu promotor aparece como emblema de referência: «Triumpho do Amor Divino que na cidade de Braga consagrou ao Santissimo Sacramentado o Illmº. D. Rodrigo de Moura Telles» [43].
Com a autorização Papal de Jubileu de Lausperene, a partir de 1710 o culto do Santíssimo Sacramento era continuamente venerado nas principais igrejas da cidade, num percurso processional que as unia [44], terminando com a procissão da Ressurreição na Sé.

---

[38] B.N.L. - *História Ecclesiastica e Politica...*, fl. 34v.

[39] Idem - *ibidem*.

[40] Embora fosse costume esta solenização nas entradas dos arcebispos na posse da cadeira Primacial, como por exemplo a de D. Rodrigo da Cunha, que teve festas na cidade durante oito dias, outros arcebispos entraram de forma muito discreta, quase em sigilo. A entrada de D. José de Meneses (1692-1696), deu-se tão secretamente que o «povo da cidade, acostumado ao espectaculo pomposo e gratuito da entrada solemne dos Arcebispos, levou a mal qua a d'este se fizesse em segredo, e no seu fanatismo exaltado começou a atribuir a este facto todos os males que o torturavam». FERREIRA, J. Augusto (Monsenhor) - *Fastos Espiscopaes...*, t. III, pp. 148 e 201-202.

[41] A.D.B. - *Diário Bracarense...*, fl. 82.

[42] B.N.L. - *História Ecclesiastica e Politica...*, fl. 37.

[43] Idem - *ibidem*, fl. 37.

[44] FERREIRA, J. Augusto (Monsenhor) - *Fastos Espiscopaes...*, t. III, pp. 239-240.

Os Santos e as relíquias eram motivo para cerimónias de trasladação. Para a cidade foram acontecimento as festas de trasladação de S. João Marcos, em 1718. Confrarias, Irmandades, Cabido, e outras instituições, irmanaram-se em acto de alegria, no qual Moura Teles assume o lugar de presidente [45]. O som estridente dos clarins e tambores [46], não deixou que a procissão passasse despercebida na cidade de Braga.
A morte e a vida, a alegria e a dor, foram baluartes de representação no centro de gravidade da Corte religiosa. As exéquias fúnebres, as procissões de penitência e desagravo, ou pelas chuvas em excesso ou pela sua míngua, pela peste e pela doença, numa enumeração desnecessária, tudo serviu de motivo para os intentos servilistas de Moura Teles à Igreja Reformista, e à fomentação de uma imagem, na qual a procissão, na feliz expressão de António Filipe Pimentel, «a manifestação por excelência do Portugal barroco» [47], foi um dos meios mais eficazes. Motivos não faltaram. E mais: com a reforma que diligenciou no Breviário Bracarense [48], aumentou o número de santos cultuados na Arquidiocese, multiplicando, portanto, os momentos de encenação.

E do seu governo? Uma preocupação por conhecer as realidades locais da sua arquidiocese. Em visitas pastorais, que iniciou logo em 1705 na cidade de Braga, e estende nos anos seguintes às regiões mais recônditas, sempre latente uma vigilância nos comportamentos dos seus directos correligionários, nos trajos, nos modos e na instrução. As pastorais acompanham essa depuração que entendia urgente e sem reverso.
Forma o seu elenco ministerial «despedindo alguns Ministros que o arcebispo D. João de Souza e o governo na Sede Vacante havião admitido» [49]. Em 1713, reúne todo o clero diocesano em Sínodo, para numa campanha intensiva de formação, estipular novas orientações pastorais, comportamentais e de governo [50].
Os modos de trajar foram rigorosamente cuidados, mesmo nos conventos femininos, onde a temporalização era prática corrente: a «relaxação que as religiozas tem nos tragez principamente nos cantos dos toalhaes decotados e rendas nelles, mangas da camiza e algumas com brincos de diamantes e cruzes no pescoço, arcadaz, cor no rostro, cabelloz crespoz, pulvilhos, lequez de cores e luvas enfeitadas» [51].

---

[45] B.N.L. - *História Ecclesiastica e Politica...*, fl. 44.
[46] A.D.B. - *Diário Bracarense...*, fl. 90.
[47] PIMENTEL, António Filipe - *Arquitectura e Poder...*, p. 45.
[48] FERREIRA, J. Augusto (Monsenhor) - *Fastos Espiscopaes...*, t. III, pp. 258-259.
[49] B.N.L. - *História Ecclesiastica e Politica...*, fl. 34.
[50] Ver SOARES, Franquelim Neiva - *O Sínodo de 1713 e as suas Constituições Sinodais*, in «IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga», Actas do Congresso Internacional, vol. II/2, Braga, 1990, pp. 209-232.
[51] A.D.B. - *Livro de Devassas*, n. 18, Convento de Nª. Srª da Conceição - Braga, fl. 40.

Proíbe-lhes essas práticas afastando-as dos hábitos mundanos do tempo. Ou ainda: «Por nos constar que nos conventos de Religiosas de nossa jurisdição (...) se estudão, ensaião e com effeito se representão comedias, bailes, e entremezes, o que he não so contra a modestia do sexo e estado religioso» [52].

Do proteccionismo que consagrou aos conventos da arquidiocese, nomeadamente aos femininos, financiando obras de remodelação e activando novas fundações monacais, resultou um sem número de cortejos públicos para assinalar as cerimónias de lançamento da primeira pedra ou de inauguração. Em Braga, e fora dela, estes actos, sempre acompanhados pela nobreza, ao aproximarem visualmente o arcebispo do povo, revigoravam o seu poder apresentando-o como verdadeiro *pastor do rebanho.*

Governou, em suma, como senhor absoluto. Nem mesmo a oposição maciça do Cabido, dos meirinhos da cidade e das comarcas, o demoveu da decisão da criação do registo paroquial organizado, com o envio dos Livros Findos para Braga: «não obstante o interposto recurso nomeou o Senhor Arcebispo em cada comarca do Arcebispado hum escrivão dos Livros findos» [53]. À sua força justiceira não escapavam os seus ministros: em 1713 manda prender o cónego António de Magalhães Ferrás, e em 1718 suspende o juiz ouvidor [54], estas entre muitas outras medidas enérgicas.

Para continuidade da sua obra, não se furtou a pedir a Clemente XI que os ministros da Relação, por si nomeados, continuassem a governar depois da sua morte, retirando, como tal, poderes ao Cabido, acrescido da indesmentível desconfiança que deposita no governo daquela instituição. A petição foi deferida em 10 de Dezembro de 1716, e foi confirmada «por outro Breve de Bento XIII, expedido a 3 de Julho de 1727» [55], que não seria respeitado pelo Cabido. De resto, o seu testamento ilustra a noção de poder absoluto, de raíz teocêntrica pela qual se rege, colocando acima de qualquer intervenção dos homens, o mundo divino. Até a sua nomeação para ocupar a cadeira primacial não dependeu de vontades terrenas, mas directamente dos desígnios de Deos: «... eu Rodrigo de Moura Telles por merce de Deos e da Santa Sé digo (sic) por merce de Deos Arcebispo de Braga Primas das Hespanhas Senhor da mesma cidade» [56].

E as artes nesta prelatura?

Na pintura, na talha e no azulejo polarizou a sua intervenção, pela reconhecida capacidade narrativa que assumem, num diálogo pedagógico e moralizante. Nas

---

[52] A.D.B. - *Livro de Devassas*, n. 19, Convento de Nª Srª dos Remédios - Braga, fl. 101.

[53] B.N.L. - *História Ecclesiastica e Politica...*, fls. 36 v-37.

[54] A.D.B. - *Diário Bracarense....*, fl. 89.

[55] FERREIRA, J. Augusto (Monsenhor) - *Fastos Espiscopaes...*, t. III, p. 271.

[56] A.D.B. - *Colecção Cronologica*, Pasta 76, Doc. 2560, n. 256, Treslado do Testamento de D. Rodrigo de Moura Teles, n/p.



Fig. 4 - Alegoria aos Cinco Sentidos na Escadaria Nobre do Palácio Arcebispal: Olfacto.



Fig. 5 - Alegoria aos Cinco Sentidos na Escadaria Nobre do Palácio Arcebispal: Gosto.

obras que financia ou promove, e foram muitas, esta trilogia impõe-se, obstinadamente, nos interiores. O Terço de Barcelos, Penha de França, S. Sebastião, S. Geraldo, Sé, são alguns exemplos que podem ser apontados.
O acautelamento que demonstra relativamente aos azulejos e à talha, são prova cabal da força catequizante que lhes reconhece: «Constou-nos ocularmente que pella frequencia das armações que se fazem na igreja tem grande danificado o azolejo della pello que ordenamos que se não consinta que se preguem pregos no ditto azolejo nas armações, e a rellegioza que a mandar fazer a sua custa pagar o danno que o azolejo receber e o armador que fizer a armação sera prezo» [57]; ou ainda: «as armações que se fazem na igreja deste nosso convento sam cauza da danificação que recebe o azolejo e não he menor o que se faz a tribuna metendo-lhe pregos do que recebe danno mui concideravel» [58].
Da constatação da articulação destas artes preferenciais de interior, escrevemos acerca da remodelação que levou a bom termo na catedral: «A par das obras de pedraria, azulejaria e estuques, a arte da talha foi utilizada para se conseguir dar unidade visual à Sé. Vários são os retábulos executados seguindo como modelo um altar já realizado, ou então, as pinturas e douramentos deviam imitar as daqueloutro» [59]. Enfim, o norte da intervenção de Moura Teles estava na mais perfeita sintonia com o pensamento religioso tridentino de veiculação de uma ideologia, completa e complexa, que utiliza, sobremaneira, os valores sensitivos: «Da palavra e da festa, dominados pelo espírito barroco, que no século de seiscentos se apossa da vida social, cultural e religiosa há, como se sabe, uma transbordante espectacularidade que impera nas manifestações artísticas e na grande movimentação de massas. O templo e o sermão, o cortejo cívico e o préstito religioso, o teatro e o auto de fé, as visitas régias e os actos oficiais, as canonizações e a celebração das vitórias militares — tudo está voltado para uma sensibilidade que importa impressionar» [60]. Como sabido é que o Catolicismo «usa a arte como meio de propaganda junto dos crentes» [61].

Na educação do clero e na formulação da sua conduta, uma vigília constante para os sentidos, que, não sendo bem conduzidos, podem perigar a empresa da igreja triunfante. Os azulejos que acompanham a escadaria nobre do palácio oficial de Moura Teles, pela qual o clero convocado para o Sínodo de 1713 teve de passar

---

[57] A.D.B. - *Livro de Devassas*, n. 18, Convento de Nª. Srª da Conceição - Braga, fl. 31 v.
[58] A.D.B. - *Livro de Devassas*, n. 19, Convento de Nª Srª dos Remédios - Braga, fls. 92-92 v.
[59] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Altares e Invocações na Sé* ..., p. 47.
[60] MARQUES, João Francisco - *A Parenética Portuguesa* ..., p. 44.
[61] FERREIRA-ALVES, Natália Marinho - *A Arte da Talha no Porto na Época Barroca (Artistas e Clientela. Materiais e Técnica)*, vol. I, col. «Documentos e Memórias para a História do Porto», vol. XLVII, Porto, Arquivo Histórico, 1989, p. 39.



Fig. 6 - Alegoria dos Cinco Sentidos na Escadaria Nobre do Palácio Arcebispal. Visão.

para acesso à Sala Grande, onde o mesmo teve início, além de comemorarem o evento, assumem uma carga moralizante, reveladora do seu mecenas.
No patamar, depois do primeiro lanço de escadas, a parede é preenchida com um grande painel dividido em quatro cenas, cujos temas são os seguintes (da esquerda para a direita): Meninos a brincar, onde a gesticulação apela ao barulho, ao som; grupo de convivas à volta de uma mesa a comer; sapateiro no desempenho do seu ofício; e figura masculina com os dedos a tapar o nariz. A alegorização aos sentidos é evidente. A audição, o gosto, o tacto e o olfacto, são quatro dos sentidos que os azulejos clarificam. Por cima do painel, um querubim com um facho na mão para iluminar a escadaria, e com uma inscrição, completa o conjunto dos Cinco Sentidos:

> *QVIS QVIS ES MARVS/ SPARGO TIBI LVMINA:/ CAECVUM/ TAM CLARA, VT VIDEAS/ DVCERE POSSE/ VIA/ 1709.*
> *«Qualquer que tu sejas, homem, espalho para ti as luzes dos cegos, tão claras que tu vejas por que via te possas conduzir»* [62].

As paredes laterais das escadas servem dois desígnios apelativos: a um lado, a sociedade laica, representada com alguns dos seus males, nomeadamente a avareza e a luxúria, numa alusão aos pecados capitais, origem de todos os infortúnios sociais; do lado oposto, contrapõe Moura Teles, o clero em marcha para o Sínodo, numa sequência narrativa, desde a recepção da missiva do arcebispo, até aos porteiros que antecedem uma porta aberta, convidando-os e entrar.

No correspondente oposto, ou se quisermos, no negativo, a porta fechada a uma multidão de estratos, profissões e raças diversificadas.
Antecedendo a porta principal da sala sinodal, dois painéis dinamizam e empolam a leitura global: o Bem e o Mal, a justiça dos homens e a justiça Divina; um rebanho, em marcha ordenada pelo pastor, e em primeiro plano um tocador de cítara, parece aludir à marcha do clero na direcção do seu Pastor. A alegoria do Rebanho, tão assinalada nas parábolas Cristológicas, propõe aqui neste contexto, o caminho que os fiéis devem tomar para a Corte Celeste e a responsabilização do clero na sua condução. É, pois, um livro aberto de ensinamentos, desde a alegoria dos sentidos, tão cara ao mundo barroco [63], aos pecados capitais, num confronto entre bem e mal.
O mesmo espírito sobressai na transformação que ensaiou na igreja primacial, como tivemos oportunidade de apurar [64], e encontra eco no Santuário do Bom Je-

---

[62] Agradecemos uma vez mais a tradução ao Padre Manuel de Sousa Miguel.
[63] SEBASTIÁN, Santiago - *Contrarreforma y Barroco - Lecturas iconográficas e iconológicas*, 2ª ed., Madrid, Alianza Editorial, 1985, pp. 30-36.
[64] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Altares e Invocações na Sé ...*, p. 46.



Fig. 7 - Escadaria Nobre do Palácio Arcebispal. O clero recebe a missiva de D. Rodrigo Moura Telles como convite à participação no Sínodo.



Fig. 8 - Escadaria Nobre. Cortejo do clero para o Sínodo e sua recepção na Corte do Arcebispo.

sus. Aqui, a Cidade Santa, a Jerusalém Celeste, oferece-se aos Homens como horizonte derradeiro da sua marcha para o Divino, onde, uma vez mais, a alegoria dos Cinco Sentidos é referência obrigatória, numa perspectiva cristocêntrica de vivência do Drama da Paixão como sofrimento máximo do género humano, exigindo-se, como tal, uma abnegação completa dos sentidos.
Mas os letreiros não deixam dúvidas nos peregrinos, dos desígnios do seu mentor:

> *«JERUSALEM SACTA RESTAURADA E REEDIFICADA NO ANNO DE 1723 /PELLO ILLUSTRISSIMO SENHOR DOM RODRIGO DE MOURA TELLES ARCEBISPO PRIMAZ»* [65].

É esta uma das sua últimas intervenções, que se oferece como cenário da cidade terrena. Elevar Braga a palco de espectáculo religioso, tal como a Roma dos Papas o fora nos séculos XVI e XVII, parece ter sido objectivo de D. Rodrigo de Moura Teles. Não é alheia a este associativismo a referência a Roma num painel de azulejos da capela do restaurador da cadeira *Primaz das Hespanhas:* ao centro S. Geraldo em frente ao Papa; em horizonte, de um lado, Roma, do outro, Braga.
Martírio, relíquias, peregrinação: uma cidade que se oferece como paragem obrigatória, na marcha para o Sagrado: «Entre os Santos do Ceo, que sam para a Igreja Bracarense hum objecto de culto se revereceam nos Santuarios desta Cidade as Sagradas Reliquias dos santos Apostolos, que estabeleceram a fê com a sua pregaçam, dos Santos Martires, que a selaram com o seo sangue e dos Pontifices, e Confessores que a illustraram com o resplendor das suas virtudes; das Santas Virgens, que a honraram com a sua Angelica puresa, e finalmente das Santas mulheres viuvas, e cazadas, que a glorificaram com a sua eminente piedade» [66].
Do significado dos conventos como fortalezas contra as forças do mal, reza o panegerista de D. Rodrigo de Moura Teles: «Depois de fortificar a sua Deocesi contra o formidavel poder de Lucifer com estes sagrados e inexpugnaveis baluartes passou o arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles a segurar a cidade dos assaltos e baterias do inferno, erigindo reductos, revelins, cidadellas e outras obras exteriores, com as quaes e com os fortissimos muros que já a defendião reduzio Braga aos termos de inconquistavel» [67].

Homem de grande craveira intelectual, como demonstram os 1663 volumes que compunham a sua biblioteca, potencia a sua leitura no Direito, na História e na Religião. Da História, uma selecção de biografias de reis de Portugal, cujos fei-

---

[65] MASSARA, Mónica F. - *Santuário do Bom Jesus do Monte - Fenómeno Tardo-Barroco em Portugal*, Braga, Confraria do Bom Jesus do Monte, 1988, p. 66.
[66] A.D.B. - *Diário Bracarense....*, fl. 612v.
[67] B.P.M.P. - *Cónegos e Arcebispos de Braga*, RES., ms. 1419, n/p.

tos exaltaram a glória nacional: D. João I, D. Manuel e D. João II, entre outros, e do Império Português. Na Religião não lhe faltaram os grandes místicos do pensamento barroco — S. Francisco Xavier, S. Francisco de Borja, Santa Teresa — as artes de Bem Morrer, Espirituais, Moralísticos, e textos de Padre António Vieira. Aristóteles, Séneca e S. Tomás de Aquino, estavam também presentes na sua escolha. a que não faltou Luís de Camões, com os *Lusíadas*, em duas versões, portuguesa e italiana [68]. A selecção testemunha-o como produto das ideologias da Restauração e da Igreja Tridentina.

As artes ajudaram-no a construir a Corte de Braga, à sua imagem, e dentro dos princípios da Corte Divina. Inúmeros foram os seus obreiros, que em momentos e locais diferentes da sua jurisdição, materializaram essa vontade. Artistas de



Fig. 9 - Capela de S. Geraldo. Apresentação do Arcebispo ao Papa Pascoal II. Associação Roma/Braga.

---

[68] Da visualização dos 1663 volumes que compunham a biblioteca retem-se a imagem de um homem de espírito aberto, tendo como coordenadas a sua inserção no espaço — o mundo português — e num tempo, do qual se actualiza com os acontecimentos que afectaram outras Nações, cujo papel foi determinante na Europa do séculos XVI e XVII. Tratadística de Arte era inexistente.
Agradecemos a gentileza da consulta do manuscrito a D. Gonçalo de Vasconcelos e Sousa. O rol, encadernado, é composto por 34 fls, das quais 3 são brancas, e tem na folha de rosto o título: *Index da Livraria do Illustrissimo Senhor D. Rodrigo de Moura Telles Conselheiro de Sua Magestade seu Sumiler de Cortina e Bispo da Guarda.*



Fig. 10 - Sala Nobre do Palácio Arcebispal.

Armas de D. Rodrigo de Moura Teles, lavradas em pedra, titulando as entradas de edifícios que mandou construir.



Fig. 11 - Edifício da Relação.

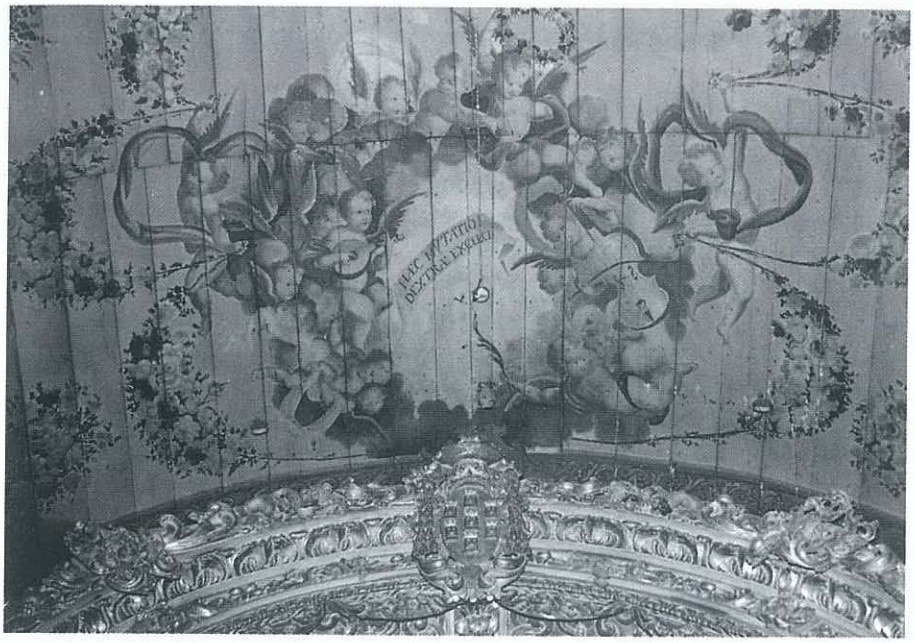


Fig. 12 - Retábulo-mor no Recolhimento de Santa Maria Madalena.

Armas de D. Rodrigo de Moura Teles, lavradas em madeira em obras que promove.



Fig. 13 - Grades do Coro alto do Convento de Nossa Senhora de Penha de França.

formações díspares foram tutelados por um espírito forte, de gosto definido, sendo um verdadeiro mecenas do barroco português. Barroco alicerçado numa «conviccion de fe que ve en el esplendor de la armonía del mundo el esplendor del amor de Dios que se revela» [69] fomentando-se, como tal, o desenvolvimento de uma linguagem triunfal, mundana e supramundana, «que se concibe y presenta como representación cognoscitiva de Dios» [70]. Estes princípios desenvolvidos no idealismo de *Leibniz parecem* adaptar-se à postura intervencionista de Moura Teles, assumindo as artes, principalmente as de carácter narrativo/descritivo, a expressão inteligível da manifestação do Divino.

No campo arquitectónico emerge Manuel Fernandes da Silva, mestre de obras e arquitecto, com intervenções multiplicadas na Arquidiocese, e particularmente na cidade de Braga. Ao serviço de D. Rodrigo de Moura Teles e das principais forças da sua Corte, colocou Manuel Fernandes da Silva o seu labor artístico. É pois, para já, o alcance da sua actividade que nos propomos analisar.

---

[69] BALTHASAR, Hans Urs von - *Gloria una estética Teológica*, t. 5 - *Metafísica. Edad Moderna*, Madrid, Encuentro Ediciones, 1988, p. 441.

[70] Idem - *ibidem*, pp. 441-442.

II. Manuel Fernandes da Silva
O Homem



1. A Família

Filho primogénito de Pascoal Fernandes e de Catarina Fernandes, nasceu Manuel, em Abril de 1671, na freguesia de Santo Ildefonso, do Porto, que dos progenitores além do sobrenome, herdaria do pai a profissão de mestre de pedraria. Numa vida longa de oitenta anos e quatro meses, teve, Manuel Fernandes da Silva, como referência máxima de ocupação profissional a prática da arquitectura, subindo a um escol filtrado, onde assumiu entre os demais papeis que o mester exigia, o mais elevado, sendo riscador de obras e como tal arquitecto. Do Porto para Braga e daqui para a Póvoa de Varzim, eis os centros urbanos em cujo meio social privou pela permanência residencial, em cenários complexos de relações humanas, de cuja imagem ficou o vislumbre de escassos factos dispersos, num todo, que seria na mensagem do seu actor, coerente.

As suas raízes paternas encontram-se na freguesia de Lobão, concelho da Feira. Aí nasceu Pascoal Fernandes a 15 de Abril de 1648, do casamento de António Francisco, de profissão desconhecida, e de Maria Fernandes [71]. A procura de su-

[71] FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *Pascoal Fernandes...*, p. 396.

cesso profissional parece ser a hipótese mais credível para explicar a deslocação de Pascoal Fernandes para a cidade do Porto, e depois daqui para Braga, onde se viviam climas favoráveis à prática da arquitectura, como em todo o país, em geral, se fez sentir a partir do último quartel de seiscentos [72]. No Porto casaria com Catarina Fernandes a 13 de Abril de 1670 [73] na igreja de Santo Ildefonso, freguesia da cidade também escolhida para fixar residência, primeiro na Póvoa de Baixo [74] e depois no Poço das Patas [75]. Desta união matrimonial nasceram nove filhos: Manuel, Maria [76], António [77], Luísa [78], Joana [79], João [80], Simoa Teresa [81], Ana [82] e José [83].

Com actividade desenvolvida na cidade e fora dela, vai ser todavia no Porto que contactará o expoente máximo da arte do risco, o Padre Pantaleão da Rocha Magalhães, activo em finais do século XVII [84], trabalhando sobre um seu projecto.

---

[72] Idem - *ibidem*, p. 397.

[73] Idem - *ibidem*, p. 396, nota 5.

[74] No registo de baptismo de Manuel Fernandes da Silva, os pais são moradores da «Povoa de Baixo [...] desta freguesia». Idem - *ibidem*, p. 397, nota 8.

[75] A.D.P. - *Secção de Registo Civil*. Porto, Freguesia de Santo Ildefonso, P.12, Livro 2, fl. 85v.

[76] «Aos 2 de Fevereiro de 1673 foi baptizada Maria filha de Pascoal Fernandez e de sua mulher Catarina Fernandez da Povoa de Baixo. Padrinhos o Padre Bento Alvares e Ines Ferreira solteira da Rua Chã...». A.D.P. - *Secção de Registo Civil*, Porto, Freguesia de Santo Ildefonso, P.12, Livro 2, fl. 69v. Este assento está lançado na folha errada.

[77] «Aos 12 de Marso de 675 baptizei Antonio filho de Pascoal Fernandez e de sua molher Catarina Fernandez da Povoa de Baixo. Padrinhos João Ribeiro e Maria de Castro todos desta freguesia...». A.D.P. - *Secção de Registo Civil*, Porto, Freguesia de Santo Ildefonso, P.12, Livro 2, fl. 69v.

[78] «Em Dezembro de 1678 anos baptizei a Luiza filha de Paschoal Fernandes pedreiro e de sua molher Catarina Fernandez do Posso das Pattas foi padrinho João Mendes de S. Paio da Rua das Flores. Madrinha Maria filha de Marcos Gonçalves do Posso de Pattas...». A.D.P. - *Secção de Registo Civil*, Porto, Freguesia de Santo Ildefonso, P.12, Livro 2, fl. 85v.

[79] «Em o mesmo dia [22 de Setembro de 1680] e hera assima baptizei a Joanna filha de Pascoal Fernandez e de sua molher Catharina Ferandez do Posso da Patas. Forão padrinhos Andre Manso de Leça do Balio e madrinha Madalena filha de Gaspar Ribeiro desta rua...». A.D.P. - *Secção de Registo Civil*, Porto, Freguesia de Santo Ildefonso, P.12, Livro 2, fl. 105v.

[80] «Em 21 de Janeiro de 1685 annos baptizei João filho de Pascoal Fernandez e de sua molher Catarina Fernandez do Posso das Patas. Foi padrinho João da Costa Ribeiro da Rua das Flores freguesia da See...». A.D.P. - *Secção de Registo Civil*, Porto, Freguesia de Santo Ildefonso, P.12, Livro 3, fl. 14.

[81] Referida no assento de óbito de Pascoal Fernandes. A.D.B. - *Secção de Registo Civil*. Braga, Freguesia de S. Vítor, Óbitos, n. 3, fls. 107-107v. FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *Pascoal Fernandes...*, p. 398, nota 14.

[82] Idem - *ibidem*.

[83] Em 1705 Pascoal Fernandes e Catarina Fernandes fazem dote patrimonial a seu filho José Fernandes, das casas da Rua do Poço das Patas, no Porto, a fim de receber ordens sacras. A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 509, fls. 49v-50v.

[84] FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *Pascoal Fernandes...*, p. 400.

Do Porto vem para a cidade de Braga fazendo a sua aparição a arrematar as obras de pedraria na igreja de S. Vítor, no início de 1691 [85], onde acaba por fixar residência. Em 1692 já vivia com sua mulher [86] no Campo de Nossa Senhora a Branca, na categoria de «asistente nesta cidade» [87]. Nesta cidade viveu até à morte, que teve lugar em 6 de Agosto de 1722 [88], deixando atrás de si um rasto indelével da sua passagem, pela profunda actividade arquitectónica que desenvolveu nos trinta e um anos que esteve ao serviço das encomendas bracarenses.

Manuel Fernandes da Silva, como filho mais velho, e dentro de uma sociedade estruturalmente patriarcal, recebeu do pai o testemunho do ofício pela prática construtiva, e a implantação no seio de uma clientela da mais alta hierarquia religiosa, abrindo-lhe as portas para que a sua aceitação fosse facilitada.

Nasceu no Porto precisamente um ano depois do casamento dos pais. Foi baptizado na igreja paroquial de Santo Ildefonso, tendo como padrinhos Domingos Gonçalves e Maria do Anjo: «Aos 15 de Abril de 671 baptizou com minha lisensa o padre Francisco Rebelo da Fonsequa Manoel Filho de Pascoal Fernandes e de sua molher Catarina Fernandes da Povoa de Baixo...» [89].

Presente em Braga a partir de 1693, data em que se conhece a sua primeira actividade, contando então vinte e dois anos e vivendo ainda solteiro, provavelmente em casa dos pais, estado que manteve por mais quatro anos. Casou na igreja de S. Vítor com Maria Josefa Mendes, orfã de pai: «Aos desaseis de Junho de seiscentos e noventa e sete se receberão em minha prezença na forma do Sagrado Concilio Tridentino Manoel Fernandez da Silva filho de Paschoal Fernandez e de sua molher Catarina Fernandez, moradores na Regoa destrito desta freguesia com Maria Josepha Mendes filha de João Mendes ja defunto e sua mulher Angela da Silva moradores na rua de S. Marcos freguesia de S. João do Souto...» [90].

Receberam de dote, por via masculina, a quantia de trezentos e cinquenta mil réis, pois «quando casarão hum com o outro lhe prometeram em dote de casamento seus paes e sogros Pascoal Fernandes e Catarina Fernandes» [91] encontrando-se satisfeitos em 1705, pela quitação que dele dão Manuel Fernandes da Silva e Maria Josefa Mendes.

---

[85] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa de Braga nos Séculos XVII e XVIII. Os Homens e as Obras*, Col. «Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão», n. 2, Braga, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1994, p. 69.

[86] FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *Pascoal Fernandes...*, p. 398.

[87] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa...*, p. 69.

[88] FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *Pascoal Fernandes...*, p. 398, nota 14.

[89] A.D.P. - *Secção de Registo Civil*, Porto, Freguesia de Santo Ildefonso, Misto, n. 2, fl. 48. FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *Pascoal Fernandes...*, p. 397, nota 8.

[90] A.D.B. - *Secção de Registo Civil*, Braga, Freguesia de S. Vítor, Casamentos, n. 1, fl. 111.

[91] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 510, fls. 7-7v.

Deste casamento nasceram pelo menos sete filhos: José [92], Vicente [93], Inácio [94], Rosa Maria [95], Geraldo, Paulo e Manuel [96]. Alguns dos padrinhos de baptismo que escolheram para os filhos ocupavam altos cargos civis e eclesiásticos na cidade de Braga, como o de «Dezembargador desta corte» ou o de «Thezoureiro da Mitra», sendo como tal reveladores da esfera social frequentada por Manuel Fernandes da Silva.

Depois de casado vai residir para a Rua de S. Marcos, possivelmente para casa de sua sogra, mas em 1707 já se apresenta morador nas «Quingostas de Santa Ana», para nas imediações de 1715 se fixar na «Rua Atras de S. Marcos», todas artérias da cidade de Braga. Daqui sairia para orientar a construção da igreja matriz da Póvoa de Varzim, onde reside na Rua Nova até à sua morte que ocorre em 1751 como reza o seu óbito:

> *«Aos dezassete dias do mez de Settembro de mil settecentos e sincoenta e hum faleceo com todos os sacramentos da santa Madre Igreja Manoel Fernandes da Silva viuvo mestre das obras da nova igreja desta villa e morador na Rua Nova desta mesma villa da Povoa de Varzim. Sepultura numero =Terceiro= vindo do altar de Jesus e immediato ao supedaneo do altar do Rozario da parte da Epistola; foi acompanhado com todas as cruzes da igreja e com nove padres; não fes testamento.*

---

[92] «Aos dezoito dias do mes de Maio de mil e seiscentos e noventa e oito annos baptizou de minha licença o Reverendo Adriano Duarte vigario de Sam Vitor a Joze filho de Manoel Fernandez da Silva e de sua molher Maria Jozepha Mendes moradores na rua de Sam Marcos. Forão padrinhos o Reverendo Joze Mendes abbade de Gemezes e Antonia Mendes molher de João Lopes...». A.D.B. - *Secção de Registo Civil,* Braga, Freguesia de S. João do Souto, Livro n. 4, fl. 177.

[93] «Aos vinte dias do mes de Setembro de seiscentos e noventa e nove annos baptizou o Reverendo Padre Francisco da Silva da freguesia de Santa Maria de Adaufe a Vicente filho de Manoel Ferandez da Silva mestre de pedraria e de Maria Jozefa Mendez moradores na rua de Sam Marcos forão padrinhos o Doutor Vicente Coelho Borges morador nos Paços Arcebispais...». A.D.B. - *Secção de Registo Civil,* Braga, Freguesia de S. João do Souto, Livro n. 5, fls. 6-6v.

[94] «Aos trinta dias do mes de Outubro de mil e setecentos e hum annos baptizou de minha licença o Padre Francisco da Silva da freguesia de Adaufe a Ignacio filho de Manoel Fernandez da Silva mestre de obras e de sua molher Maria Jozefa Mendes moradores na rua de Sam Marcos. Forão padrinhos Ignacio Guizenrrode thezoureiro da Mitra e Roza Maria da Silva molher de Bento Ferreira ourives da rua do Souto...». A.D.B. - *Secção de Registo Civil,* Braga, Freguesia de S. João do Souto, Livro n. 5, fls. 33v-34.

[95] «Aos oito dias do mes de Fevereiro de mil setecentos e sinco annos baptizou de minha licença o reverendo Francisco da Silva vigario de Palmeira a Roza Maria filha de Manoel Fernandez da Silva mestre de obras e de sua molher Jozepha Mendes moradores na rua de sam Marcos. Foi padrinho o reverendo Doutor Mathias de Mello Dezembargador desta corte e morador no Campo dos Touros...». A.D.B. - *Secção de Registo Civil,* Braga, Freguesia de S. João do Souto, Livro n. 5, fl. 82v.

[96] Destes três não encontramos o registo de baptismo. Soubemos da sua existência pela sua nomeação como procuradores de Manuel Fernandes da Silva, em situações diversas.

E para constar fis este assento que assignei. Era ut supra. O Padre Bernardo da Silva» [97].

Homem com uma instrução cuidada, como revela a sua assinatura, cria com o pai uma relação familiar e profissional estreita e intensa, demonstrada em vários momentos, quer pelas procurações que Pascoal Fernandes relega no filho, como pela proximidade com que desenvolvem as suas actividades. Ainda em 1692 estando Pascoal Fernandes recém-instalado em Braga vai nomear na cidade do Porto seus procuradores a Manuel Fernandes da Silva ao lado do advogado Domingos Ferreira, para que ambos possam tratar dos assuntos financeiros do seu interesse, cobrando de «todas e qoaisquer pesoas que seus bens lhe tiverem e dividas lhe devam em qoalquer parte deste Reino» [98], situação que seria renovada noutras ocasiões, sendo nomeado representante do pai e da mãe em todas as causas do cível [99]. Profissionalmente são muitos os momentos em que aparecem lado a lado, como teremos ocasião de verificar.

Pela procuração de 1692 sabemos Manuel Fernandes da Silva ainda no Porto, e só no ano seguinte, em Setembro, faz a sua primeira arrematação individual na cidade de Braga, não sem a autorização do pai [100]. Em face destes elementos somos em crer que Manuel Fernandes se deslocou para Braga durante a Primavera/Verão de 1693. Da sua actividade anterior não conhecemos qualquer referência.

Das profícuas relações com o clero que sempre alimentaram profissionalmente os dois artistas, nasceu uma predisposição para que alguns dos seus filhos pertencessem às hostes religiosas. O José, irmão de Manuel Fernandes da Silva, recebeu ordens sacras na cidade do Porto, onde desenvolveu os seus estudos, não acompanhando, portanto, a demais família quando se desloca para Braga. Em 1705 recebe um dote patrimonial dos pais, de casas que possuíam em Santo Ildefonso, habitação que ocuparam quando viviam no Porto, a fim de cumprir aquele intento, e «por dezejarem de ver ordenado de ordens sacras ao dito Jozeph Fernandes seu filho» [101]. Dois filhos de Manuel Fernandes da Silva foram padres: em 1749 Pau-

---

[97] A.D.P. - *Secção de Registo Civil*, Póvoa de Varzim, Nossa Senhora da Conceição, Óbitos, Livro n. 2 (1746-1777), fls. 24v-25.

[98] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 463, fls. 83-83v.

[99] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 520, fls. 33-33v.

[100] Obra da igreja de Santa Cruz. A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 463, fls. 86-87v.

[101] O documento esclarece ainda: «foi dito que entre os mais bens de rais que tinhão e pesohião [...] bem asi herão tres moradas de cazas duas terreiras e humas sobradas junto e as ditas outras com seu quintal murado de parede sita na rua do Poso das Patas freiguesia de Santo Ildefonço da cidade do Porto que são de prazo feito em perpetuo da Camara da dita cidade a quem se paga de foro cada hum anno cem reis». A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 509, fls. 49v-50v.

lo Fernandes da Silva era Encomendado em S. João de Vieira [102]; e Manuel Fernandes da Silva, homónimo do pai, e a viver na sua companhia na Póvoa de Varzim [103]. Outro dos irmãos, Geraldo Fernandes da Silva, ocupou lugar de destaque no mundo das leis, sendo «Advogado nos Auditórios da dita cidade de Braga» [104].

No seio da família alargada formada pelos dois mestres, houve ainda outra figura que enveredou pela carreira eclesiástica, e que aparece referido como testamenteiro de Pascoal Fernandes e seu neto: «deixaram por testamenteiros ao Padre Francisco Ferreira seu neto, morador na Rua do Souto» [105].

Fruto da conjuntura em que a nobilitação se opera, não raras vezes, pelo recurso aos cargos eclesiásticos, nota-se uma subida qualificação socio-profissional no seio da família nuclear de Manuel Fernandes da Silva: de um progenitor que não sabia escrever, tem seguramente três filhos com alfabetização superior, um dos quais a ocupar cargo público de prestígio.

2. A Formação: de aprendiz a arquitecto de pedraria

Rafael Bluteau definia, em 1712, no seu *Vocabulario Portuguez e Latino*, as atribuições que se esperavam de um arquitecto: «*Architecto* não só he o que faz as plantas e desenhos de edíficios, mas também o mestre de obras, e o que sabe, e poem em execução a arte de edificar» [106]. Duas vertentes são consignadas nesta definição que, acreditámos, espelhava a função do arquitecto no meio português no início do século XVIII. Era alguém de quem se esperava um conhecimento teórico, desenvolvendo na acção de traçar ou projectar uma faculdade intelectual; e um saber prático, manifestado directamente na construção do próprio edifício aos oficiais que materializavam um projecto, que podia, ou não, ser da sua autoria.

---

[102] Manuel Fernandes da Silva «faz e constitue por seu certo e bastante procurador a seu filho o Rverendo Padre Paulo Fernandes da Silva Emcomendado da freiguezia de São João de Vieira..». A.D.P. - *Secção Notarial*, PV1°, n. 27, 1ª série, fls. 44-44v.

[103] Vários são os documentos que reflectem esta situação. Por exemplo, numa procuração de pai para filho, datada de 17 de Fevereiro de 1745, esclarece-se a sua ocupação profissional e o lugar onde reside: «a saber a seu filho o Padre Manoel Fernandes da Silva asistente nesta mesma [Vila da Póvoa]». A.D.P. - *Secção Notarial*, PV1°, n. 24, 1ª série, fls. 1-1v.

[104] A.D.P. - *Secção Notarial*, PV1°, n. 21, 1ª série, fls. 51-51v.

[105] A.D.B. - *Secção de Registo Civil*, Braga, Freguesia de S. Vítor, Livro n. 3, fls. 107-107v. FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *Pascoal Fernandes...*, p. 398, nota 14.

[106] BLUTEAU, D. Rafael - *Vocabulario Portuguez e Latino*, t. I, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p. 476. Cf. PEREIRA, José Fernandes - *Artista*, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Ed. Presença, 1989, p. 51.

A formação de um arquitecto, ou mestre de obras, iniciava-se, muitas vezes, trabalhando ao lado de um artista já consagrado, e o percurso profissional ia de aprendiz a oficial, para posteriormente receber o título de mestre. Por vezes essa aprendizagem era ministrada pelo próprio pai [107], podendo ser esta a única via para se atingir o topo da hierarquia como mestre de obras de um Cabido, de um Senado, ou de uma cidade. Naturalmente não falamos dos arquitectos ao serviço do poder central. Estes podem acusar formações díspares, não sendo de estranhar a sua ligação à engenharia militar, de que foi importante, na criação de um escol teórico com profundos conhecimentos de geometria e projecção, a Aula da Fortificação e Arquitectura Militar criada em Lisboa, em 1647, por D. João IV. Muitos projectos de arquitectura civil e religiosa portuguesa estão, indissociavelmente, ligados à sua autoria [108].

Longe do principal meio erudito — Lisboa — a bagagem intelectual do autor de traças enfeuda-se mais à primeira via que apontámos: a transmissão directa de conhecimentos de mestre para aprendiz. Este especialista, o mestre de obras, não desempenha em exclusividade a função de riscador. É também o homem que arremata empreitadas, obrigando-se a seguir um projecto pré-estabelecido, distante da sua autoria. É ele quem dirige o estaleiro e paga ao número variável de oficiais que trabalham sob a sua orientação [109].

É perfeitamente aceitável que Manuel Fernandes da Silva tenha aprendido o ofício com seu pai, Pascoal Fernandes, mestre pedreiro de profissão. A documentação que utilizámos só uma vez esclarece, objectivamente, essa relação. Para que Manuel Fernandes da Silva pudesse arrematar, em 1693, ano a partir do qual desenvolve actividade em Braga, uma obra na igreja de Santa Cruz, precisou do consentimento expresso de Pascoal Fernandes: «per elle foi dito que consentia que elle dito mestre seu filho tomasse a obra» [110]. A arquitectura, como arte liberal, regia-se por uma orgânica de sabor medievalizante com passagem directa de ensinamentos. Bibliograficamente não encontramos qualquer referência à organização da função de pedreiro [111].

---

[107] CÁMARA MUÑOZ, Alicia - *Arquitectura y Sociedad en el Siglo de Oro. Idea, Traza y Edificio*, Madrid, Ediciones El Arquero, 1990, p. 55.

[108] SOROMENHO, Miguel - *Manuel Pinto de Vilalobos. Da Engenharia Militar à Arquitectura*, vol. I, Lisboa, 1991.(Tese de Mestrado Policopiada)

[109] CÁMARA MUÑOZ, Alicia - *o.c.*, p. 67.

[110] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 463, fls. 86-87v.

[111] Duas obras básicas sobre mesteres nada ilustram sobre o ofício em causa. Ver CRUZ, António - *Os Mesteres do Porto. Subsídios para a História das Antigas Corporações dos Oficios Mecânicos*, vol. I, Porto, Ed. Sub-secretariado das Corporações e Previdência Social, 1943; LANGHANS, Franz-Paul - *As Corporações dos Ofícios Mecânicos. Subsídios para a sua História*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1943.

Pascoal Fernandes desenvolve actividade na segunda metade do século XVII e primeiro quartel do seguinte. A linguagem arquitectónica que conhecia pauta-se, inicialmente, no maneirismo, e só mais tardiamente, depois de ultrapassado o período de formação de seu filho, pôde contactar com novos ensaios estéticos, nomeadamente na construção da sacristia da Sé de Braga, obra que empreende ao lado de Manuel Fernandes da Silva para dar resposta a um projecto de João Antunes.

Será aquela linguagem a que mais profundamente caracterizou a intervenção de Manuel Fernandes da Silva, sobretudo ao nível da ornamentação arquitectónica. Os ensinamentos de infância perpassam em toda a sua obra. Na procura da criação, o espírito pode envergar uma matiz barroca, mas a resposta foi sempre contida. Se o experimentalismo veiculado pela mão do progenitor foi determinante na sua formação, teoricamente foi levedada pela tratadística.

Ser arquitecto nos séculos XVII e XVIII significava um contacto com alguns tratados de reputação irrevogável, como Vitrúvio, Alberti, Serlio e Vignola: «nadie podia ser arquitecto sin conocer y citar a Vitruvio, cujo tratado era además una fuente de erudición y autoridad siempre reconocida» [112]. Até porque os livros foram um meio de ascenção social «para una elite tecnica de profesionales» [113].

Alguns contratos registam essa ligação e fidelidade ao tratado como é visível nos apontamentos da obra da frontaria da igreja de S. Nicolau do Porto: «Os padastros das colunas teriam as suas 'sotabazes e o embazamento em baixo e em sima das sotabazas na forma que traz Jacomo de Villona, (Giacomo Barrozi da Vignola - *Regola della cinque ordini d'architettura*), as folhas vinte e tres e vinte e coatro e estes embazamentos e sotabazes seram todos coridos sem serem picados de folhas'» [114].

Se os artistas não possuíam recursos para adquirir os seus próprios livros com imagens que contribuiriam para a sua formação, podiam recorrer ao empréstimo, prática corrente no século XVIII [115]. Porque os tratados formam gostos e plasmam tendências.

Podemos alvitrar a formação teórica de Manuel Fernandes da Silva fazendo uma leitura inversa, ou seja a partir do seu potencial encomendante: a Igreja Bracarense. Esta vai apreciar as propostas do arquitecto tendo como base saberes cristalizados. É curioso notar que em 1612 existiam na Biblioteca da Sé de Braga

---

[112] CÁMARA MUÑOZ, Alicia - *o.c.*, p. 61.

[113] Idem - *ibidem*, p. 62.

[114] FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *Construção da Igreja de São Nicolau (1671-1676)*, Sep. da Revista «Poligrafia», n. 1, Porto, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1992, p. 48.

[115] «...os livros são passíveis de empréstimo, de troca e acabam, por vezes, sem rumo conhecido». LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha - *O Livro e a Leitura no Porto no Século XVIII*, Col. «Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão», n. 3, Porto, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1994, p. 38.

dois tratados de arquitectura: um Vitrúvio, com a obra *De Architectura*, em 10 volumes [116]; *De Re Edifficatoria*, possivelmente de Alberti, numa tradução de João Baptista, outro [117].
Manuel Fernandes da Silva conheceria, com certeza, esses livros, ou outros que porventura adquirisse. Esta relação homem/tratado não é nova na região de Braga. É ilustrativa a quantidade de livros com imagens de arte que eram do uso pessoal do Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, em laboração no Minho na segunda metade de setecentos [118]. Ou ainda o conjunto de tratados existentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto, nomeadamente de Vitrúvio [119], Vignola [120], e Serlio [121], entre outros, provenientes dos conventos de Entre Douro e Minho.
Estes saberes falam-nos, a um tempo, dos encomendantes, mas também daquilo que os traçadores e mestres pedreiros deveriam conhecer para responder às solicitações dirigidas por uma clientela que privava com esses tratados.

Na primeira obra arrematada individualmente por Manuel Fernandes da Silva, em Braga, ainda no século XVII, apresenta-se com o título de Mestre de Pedraria, e contava já 22 anos. A sua formação básica estava terminada.
O mestre pedreiro é introduzido neste meio artístico por seu pai, que já aí se encontrava a laborar desde 1691 [122], assumindo uma relação de dependência visível no tratamento que recebe no contrato para construção da sacristia da Sé:

> *«Contrato de obra da sacristia da See com Pascoal Fernandez e seu filho»* [123].

Este duplo paternalismo é revelador da aprendizagem que recebeu do mestre. Além dos ensinamentos que lhe dispensou, lança-o agora como arrematante, ombreando ambos lado a lado com o mesmo grau profissional, adivinhando-se uma direcção dividida da empreitada. Esta relação de pai e filho é acusada a partir daqui e até ao ocaso da vida de Pascoal Fernandes.

---

[116] «Outro livro, que he Betruvio *De Architectura*» COSTA, Avelino de Jesus da (Padre) - *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*, Braga, 1985, p. 99.
[117] «Outro livro impreso no anno de 1485, que hé João Baptista De re edifficatoria». Idem - *ibidem*, p. 89.
[118] SMITH, Robert C. - *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, Escultor Beneditino do Século XVIII*, vols. I e II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.
[119] Presente com a sua obra *De Architectura* em cinco exemplares, alguns dos quais traduzidos, datados de 1521, 1522, 1567, 1629, 1649. Ver B.P.M.P. - y-1-46; y-12-36 a 38; y-14-18.
[120] Com quatro edições da *Regra das cinco Regras da Arquitectura*. Ver B. P. M. P. - y-1-25 e 51; y-13-36; y-14-17.
[121] Com três trabalhos de Arquitectura. Ver B. P. M. P. - y-12- 40 e 41; RES. XVI-C-9.
[122] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 452, fls. 182v-183v. ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa* ..., p. 67.
[123] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 480, fls. 32-33. Idem - *ibidem*, p. 70.

Já na obra de construção da Casa do Tesouro da Sé ambos alardeiam o título de arquitecto: «Pascoal Fernandes e seu filho Manoel Fernandes da Silva arquitectos desta cidade» [124].

É difícil conceber a atribuição do título de arquitecto a um homem que não sabe assinar, sendo o caso de Pascoal Fernandes. Se olharmos uma vez mais para a definição de Bluteau, vemos que arquitecto é tambem o possuidor de conhecimentos técnicos com capacidade de gerir o corpo de oficiais ao serviço duma construção. É sabido ainda que no século XVII o termo arquitecto pode ser usado apenas como auto-afirmação da liberalidade da arte de mestre pedreiro, e da sua independência da organização gremial [125]. Mais, nesta obra o risco foi de João Antunes: «...na forma e maneira da planta e prefil que se acha riscado e desenhado por João Antunes archeteto da cidade de Lisboa» [126].

Se o projecto é de suma importância, não menos são os apontamentos da obra registados no contrato tabeliónico, que o mestre pedreiro deveria cumprir na realização da empreitada. Estes, sendo uma descrição mais ou menos pormenorizada da obra a executar [127], podiam ser efectuados por alguém que possuísse um conhecimento técnico profundo - empírico. Para essa tarefa Pascoal Fernandes estava perfeitamente creditado, logo justificado o título de arquitecto.

Se são desconhecidos projectos de Pascoal Fernandes, já o mesmo se não nota com a obra de Manuel Fernandes da Silva. Em 1701 apresenta, a pedido de D. João de Sousa, três projectos de planta centrada para a nova igreja do Bom Jesus da Cruz, que então se pretendia fazer em Barcelos, sendo preteridos por um dos dois que forneceu João Antunes [128]. Só este exemplo, se outros não houvesse, bastaria para justificar plenamente o uso do grau de arquitecto, que de resto ostentará em várias obras empreendidas.

Outro grau profissional é o de mestre arquitecto de pedraria. Estes além de fornecerem o risco da obra, tratavam da execução da mesma [129].

Este título usa-o Manuel Fernandes da Silva num conjunto de obras que realiza na Sé de Braga.

Apesar de tudo, os limites das funções que seriam de esperar de cada grau profissional são muito ténues. Ambiguidade é aquilo que se oferece quando Manuel Fernandes da Silva usa o título de mestre pedreiro sendo ele o responsável pela

---

[124] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 516, fls. 5v-6v. Idem - *ibidem*, pp. 75-76.

[125] CÁMARA MUÑOZ, Alicia - *o.c.*, p. 74.

[126] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 516, fls. 5v-6v.

[127] FERREIRA- ALVES, Joaquim Jaime B. - *O Porto na Época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas*, vol. I, Porto, 1988, pp. 293-294.

[128] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Barcelos*, Col. *Cidades e Vilas de Portugal*, n. 9, Lisboa, Ed. Presença, 1990, pp. 64-65.

[129] CÁMARA MUÑOZ, Alicia - *o.c.*, p. 74.

concepção espacial do edifício. O Deão da Sé de Braga, Francisco Pereira da Silva, solicita-lhe a intervenção numas casas que possuía na Rua dos Biscainhos, ampliando o espaço construído [130]. Para tanto o artista fornece-lhe uma maqueta em papelão. No contrato de obra usa apenas o grau de mestre pedreiro. De resto, esta indefinição entre função e grau profissional foi testemunhada por Bluteau.

O topo da carreira é atingido em 1729 quando é nomeado na documentação notarial como «mestre das obras de pedraria desta cidade» [131]. Novamente o esclarecimento coevo: «Mestre de Obras: O director de qualquer obra de pedra, e cal» [132]. Mas a sua arte estava prestes a ser ultrapassada. Os tempos eram outros e novas as vontades.

Em 1730 celebra contrato com a Irmandade de S. Cruz para uma obra na frontaria da igreja. Entretanto, quase dois anos depois, é obrigado a desistir porque o acrescento que fez na fachada foi considerado pela Mesa indecente [133], fornecendo projecto Manuel Pinto de Vilalobos [134]. Também não seria a proposta deste engenheiro arquitecto aquela que granjearia a atenção dos Irmãos. Em Novembro de 1735 decidem reformar a planta apresentada pelo engenheiro, acabando por se executar um plano de Carlos António Leone, pintor florentino [135]. A abertura de D. João V às correntes artísticas italianas é assumida de forma evidente, em Braga, com a rejeição dos principais autores de risco do Minho do 1º terço do século XVIII. A linguagem tardo-maneirista defendida pelos artistas nacionais estava a definhar.

Como interpretar o repúdio que a Irmandade faz ao plano apresentado pelo mestre de obras da cidade? Dessincronização entre encomendante, partidário de uma linguagem mais actual, e riscador, preso ainda ao passado?

Terá sido aquele título a coroação de uma carreira? Título que de resto merecia, pois, os grandes riscadores foram sempre estimados pelo poder, pois que materializavam na pedra a imagem dos seus protectores [136], e Manuel Fernandes da Silva tinha dispendido já mais de trinta anos a laborar para a igreja de Braga.

Fosse como fosse o contratempo não é recebido pacificamente por Manuel Fernandes da Silva, e ainda em 1745 anda em litígio com aquela Irmandade para resolver o pagamento da parte da obra que ele lá tinha realizado [137]. Não respondiam,

---

[130] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 542, fls. 103-104.
[131] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 625, fls. 194-194v.
[132] BLUTEAU, D. Rafael - *o.c.*, t. V, 1716, p. 458.
[133] SMITH, Robert C. - *o.c.*, p. 177, nota 72.
[134] Idem - *ibidem*, p. 177, nota 74.
[135] Idem - *ibidem*, p. 177, nota 73.
[136] Os arquitectos funcionaram como «instrumento de la proyccion de la monarquia». MUÑOZ, Alicia Cámara - *o.c.*, p. 77.
[137] A.D.P. - *Secção Notarial*, PV1º, n. 23, 1ª série, fls. 52-53.

efectivamente, as suas propostas à procura, ou foram outros os motivos que levaram à suspensão do seu projecto?
Documentalmente as obras que lhe andam associadas escasseiam a partir da década de trinta.
Velho, septuagenário, ainda lhe restou folgo para envergar mais uma grande empreitada: a igreja Matriz da Póvoa de Varzim. Obra que é o canto de cisne do artista e da linguagem estética que lhe anda adjunta. Morre sem terminar o empreendimento.

3. Os seus Representantes

Dentro da imensa actividade que caracterizou a actuação de Manuel Fernandes da Silva, desde mestre pedreiro a mestre de obras e arquitecto, fases houve em que teve vários empreendimentos simultâneos e nem sempre coetâneos no espaço. Como mestre de obras da Arquidiocese, cargo que parece ocupar ao serviço de D. João de Sousa e depois de D. Rodrigo de Moura Teles, tinha um grande cenário onde devia pontuar a sua intervenção. Mobilidade e disponibilidade é aquilo que se pode esperar de um homem com esta atribuição profissional.
Nessa laboração muitos foram os mestres pedreiros, pedreiros e oficiais de pedraria que trabalharam sob a sua orientação, criando-se uma máquina complexa, máquina essa que no seu pré-determinado rumo pode exigir, por vezes, a presença física do artista, e outras tantas apresentar fissuras, apenas solúveis com o beneplácito da Justiça. Porque a omnipresença não é virtude dos seres viventes pensantes, necessitou Manuel Fernandes da Silva de, na sua longa carreira, criar tentáculos *para que em seu nome como se presente fosse,* o pudessem representar e agir, nomeadamente em causas cíveis, pessoais e profissionais, em conformidade com os seus interesses próprios.

São múltiplos os documentos que levantámos, permitindo-nos construir uma ideia, ainda que distante, daquilo que foi Manuel Fernandes da Silva, no desempenho das suas actividades e como zelador dos seus interesses. Fala-se, especificamente das procurações. Nestas notam-se, assimetricamente, duas orientações precisas: enquanto novo, recorre, subidamente, a pessoas estranhas ao seio familiar; todavia, quando os filhos atingem a maturidade para cabalmente tratarem dos assuntos do pai, serão eles, muitas vezes, os seus braços e as suas pernas, até porque a idade começava a pesar. São três os filhos eleitos para ocupar este cargo, todos eles com habilitação superior.

Em 1702 nomeia procurador a Manuel Álvares, de Braga, «para que em nome delle constetuente possa lixar, demandar e executar a Domingos solteiro da freguesia do

Couto de Vimieiro» [138]. A causa, embora desconhecida, parece remeter para uma intervenção judicial.

Para «cobrar e arecadar de todas e quaisquer pesoas em cujo poder se achão humas pessas de ouro e prata e dinheiro em prata e ouro», vai nomear, em 1712, o Padre Adriano Duarte, «natural desta cidade [de Braga] e de prezente asistente na cidade de Lisboa» [139]. Pelo local onde se encontra o procurador — Lisboa — pensamos que fosse aí que ele pusesse em prática a representação do outorgante. Assim sendo, como explicar a sua relação com Lisboa? É uma interrogação pertinente, mas infelizmente sem qualquer desenvolvimento, a não ser o permanecer da dúvida.

Anos mais tarde, em 1722, três são os procuradores nomeados num só acto notarial: António Rodrigues, de Gondiães, Custódio de Sousa, de S. Paio do Pico, ambos do concelho de Vila Verde, e em Braga João Rodrigues da Cunha. Emudecida é a causa, diluindo-se em terminologia genérica. Sabemos, tão só, que eles tinham amplos poderes para reclamar justiça em todas as causas movidas e a mover, «assim adonde for reo como autor», tanto civis como eclesiásticas [140].

Uma falha pecuniária do ensamblador Valentim Loureiro da freguesia de S. Martinho de Rio Mau, vai obrigar a que Manuel Fernandes da Silva delegue, em 24 de Maio de 1729, os seus poderes em Sebastião Carvalho, «para que em nome delle constituinte possa procurar requerer e alegar todo o seu direito de justiça em huma cauza que move a Valentim Loureiro enxambrador morador no lugar do Burral freguesia de São Martinho de Rio Mau e do dito concelho de Alvergaria por vinte e oito mil e oitocentos reis que lhe esta devendo» [141].

As procurações aumentam à medida que se aproxima o ocaso da sua vida. A idade e a consequente dificuldade de locomoção devem ser explicações cabais. A partir de 1742, já sediado no Póvoa, muitas vão ser as escrituras públicas lavradas, dentro do teor que vimos reflectindo, mas na sua maioria têm os filhos como intérpretes. Em Braga funciona como procurador principal o seu filho advogado Geraldo Fernandes da Silva. Em três momentos é chamado a intervir. Em dois, Manuel Fernandes da Silva na qualidade de fiador, confere-lhe poderes para assinar escrituras que envolvem transacções de capitais. Assim, é fiador de Francisco de Sousa e Castro, «Fidalgo da Caza de Sua Magestade», morador na cidade de Braga, numa dívida que este contraiu ao «Conigo Frabriqueiro da Santa Se» [142], e noutra fiador de Josefa Maria, viúva de António de Almeida, para que esta possa administrar a botica do Hospital de S. Marcos, continuando a actividade do ma-

---

[138] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 498, fls. 3-3v.
[139] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 542, fls. 80-80v.
[140] A.D.B. - *Tabelião Público*, 1ª série, n. 43, fls. 15-15v.
[141] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 625, fls. 194-194v.
[142] A.D.P. - *Secção Notarial*, PV1º, n. 21, 1ª série, fls. 51-51v.

rido [143]. O terceiro, um documento datado de 1743, envolve uma causa judicial que moveu ao artista o «Abbade Rezervatario Estevão Falcão Cota», esperando que o filho o defenda desse imbróglio [144]. Desconhece-se o teor da questiúncula. Estevão Falcão Cota era sobrinho dos Meira Carrilho, com quem Manuel Fernandes da Silva estabeleceu grandes contactos profissionais. Num outro processo judicial vai promover Manuel Ribeiro Pereira, de Braga, «pera a cauza civel que elle outorgante traz na cidade de Braga com a Irmandade de Santa Crus della sobre o pagamento da obra da igreja que elle outorgante fes» [145]. O repúdio que aquela Irmandade manifestou em 1732 ao projecto e intervenção de Manuel Fernandes da Silva na igreja de Santa Cruz, não encontrou pela parte do artista uma resposta passiva: exige da Irmandade a liquidação dos seus honorários.

Ainda dentro do teor profissional, «faz e constitue por seu certo e bastante procurador a seu filho o Reverendo Padre Paulo Fernandes da Silva, Emcomendado da freiguezia de São João de Vieira pera que em seu nome como se prezente fora possa o dito seu procurador selebrar huma escriptura de obrigação com Manoel Marques» [146]. Este documento, de 1749, prevê uma substituição do mestre pedreiro José Pereira nas obras «das cazas de rezidencia de São Tiago de Serdido termo de Monte Alegre», pelo seu falecimento e por ser seu fiador Manuel Fernandes da Silva. Na obra a função de mestre seria ocupada por Manuel Marques, que a continuaria na forma dos apontamentos. Dava ainda poder ao filho para «cobrar da dita Caza do Despacho todo o dinheiro que a elle se estiver devendo do dito defunto mestre rematante Jozeph Pereira para se concluir a dita obra» [147].

De Manuel Fernandes da Silva, filho, esperava essencialmente, a representação na cidade do Porto. Tanto para que pudesse levantar do Escrivão da Provedoria «a planta e prefis e certidão dos apontamentos da nova igreja que se ha-de fazer nesta villa de que elle oubtrogante he mestre e todos os mais papeis pertencentes a dita obra» [148], como na causa que lhe moveu, em 1745, o «doutor António Correa Pinto desta villa [da Póvoa] que vai deste juizo advocada para o juizo da Correição Civil do Porto» [149]. Ou ainda, numa outra situação que a nota pública omite, em que ele coloca o filho ao lado do Doutor António Vilaça de Carvalho, da cidade do Porto [150].

---

[143] A.D.P. - *Secção Notarial*, PV1°, n. 23, 1ª série, fls. 8-8v.
[144] A.D.P. - *Secção Notarial*, PV1°, n. 22, 1ª série, fls. 9-9v.
[145] A.D.P. - *Secção Notarial*, PV1°, n. 23, 1ª série, fls. 52-53.
[146] A.D.P. - *Secção Notarial*, PV1°, n. 27, 1ª série, fls. 44-44v.
[147] Idem - *ibidem*.
[148] A.D.P. - *Secção Notarial*, PV1°, n. 21, 1ª série, fls. 55-55v.
[149] A.D.P. - *Secção Notarial*, PV1°, n. 24, 1ª série, fls. 1-1v.
[150] A.D.P. - *Secção Notarial*, PV1°, n. 27, 1ª série, fls. 17-17v.

Com um estofo económico sólido, como se depreende pelas intervenções que faz ao se prontificar a principal pagador em dívidas e negócios de terceiros, faz, entretanto, em 1745, uma sociedade com Francisco Leite Ferreira e Manuel Martins Cadilhe, Capitão, ambos da região da Póvoa, para o «arendamento de sinco partes baga da renda de Santa Maria de rematar na corte da cidade de Braga em trezentos e trinta e nove mil reis e bem assim mais as coatro partes da dita renda digo (sic) partes da mesma renda de Santa Maria de Bagunte pertencentes a Bazilica Patriarcal da cidade de Lisboa (...) por duzentos e sincoenta mil reis» [151], situação que viria a ser renovada no ano seguinte [152]. Nomeando, para tanto, procuradores estranhos à sua família. Se por um lado esta intervenção de Manuel Fernandes da Silva exigia disponibilidade económica, por outro, demonstra uma capacidade de aumentar os seus proventos através do investimento.

Três linhas de pensamento para a caracterização de Manuel Fernandes da Silva brotam destas delegações de poder e de poderes:

1 - Dinamismo, enquanto homem e artista, com espírito de investimento, vivendo com certo desafogo económico, seguramente nos derradeiros anos da sua existência.

2 - Personalidade forte não se demovendo frente a situações em que coloca a sua palavra contra a de membros de hierarquia superior, e até de instituições, submetendo-se, sem embaraço ao arbítrio da lei.

3 - Relações numa esfera subida da estrutura social.

Instalando-se na Póvoa, rapidamente se torna pessoa conhecida no meio e com prestígio, figurando em inúmeros actos públicos como testemunha [153], ao ponto de ser considerado «cidadão da cidade de Braga» e «pesoa muito bem reconhecida».

---

[151] A.D.P. - *Secção Notarial*, PV1°, n. 23, 1ª série, fls. 98v-100.

[152] A.D.P. - *Secção Notarial*, PV1°, n. 24, 1ª série, fls. 74v-75v.

[153] São muitos as escrituras testemunhadas por Manuel Fernandes da Silva, nas notas do Tabelião da Póvoa, passando por actos de casamento, trocas, dotes, compras, etc.. Omitimos a lista por extensa.

III. Manuel Fernandes da Silva
A Obra

1. Arquitectura Religiosa

1.1. A Transformação da Sé (Fot. 1-11)

Sempre que as mudanças de tempo e de vontades se conjugam depara-se com um alfobre de obras no edifício que domina o centro de gravidade da vida religiosa de uma Diocese. A Catedral recebe obras de beneficiação, remodelação e transformação como adaptação da sua espacialidade às novas orientações litúrgicas, sendo aquelas reveladoras da vontade e formação do Prelado, ou do Cabido, em tempo de *Sede Vacante*. É este edifício religioso o que assinala de forma mais veemente as alterações de correntes estéticas.

A este propósito, e seguindo de perto D. Rodrigo da Cunha [154], escrevemos já num estudo sobre os *Altares e Invocações da Sé de Braga* : «... no início do século XVI D. Diogo de Sousa alterou a feição medieval deste edifício, mandando fazer outra capela-mor adaptada a manifestações de culto solenes que requeriam mais espaço. Fornece-a, de seguida, de retábulo «todo de pedra branca dourada em partes, com figuras da mesma pedra, tanto ao natural, que por ventura neste genero he o melhor de Hespanha', forrando o tecto das naves e cruzeiro de madeira. Anima a liturgia com dois grandes órgãos «onde mandou por suas armas'. A intervenção abrange também o frontispício da Igreja, onde financiou duas torres para relogio e sinos, e coloca as figuras de S. Pedro, S. Paulo, Arcebispos Santos e Anjo Custódio» [155]. Do século XVI a finais do seguinte os empreendimentos na Catedral não abrangem a sua estrutura arquitectónica. Introduzem-se essencialmente novas invoca-

---

[154] CUNHA, Rodrigo da (Dom) - *História Eclesiástica dos Arcebispos...*, vol. II, pp. 293 e 295.
[155] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Altares e Invocações na Sé* ..., p. 38.

ções no espaço sagrado, na esteira da pedagogia de Trento. Os milagres, os mártires e suas relíquias assumem destaque na actuação dos arcebispos [156].

Na última década de seiscentos inicia-se um ciclo de transformações mais profundas com a construção de uma nova sacristia — a antecâmara da litúrgia barroca — cuja vontade primeira expressou o Cabido, em Dezembro de 1690, sendo apenas concretizada com a intervenção de D. João de Sousa, dando corpo a um projecto de João Antunes.

No início do século XVIII com a vacância da cadeira prelatícia pela nomeação de D. João de Sousa para arcebispo de Lisboa, sucede-lhe D. Rodrigo de Moura Teles, que ao longo de 24 anos (1704-1728) levará mais longe o epíteto transformador do velho espaço medieval. Não só ao nível da arquitectura, como da talha, da pintura e do azulejo, todas as artes se conjugam exigindo uma releitura da área sagrada.

Depois destas obras um espectador pôde escrever: «tudo isso fas sobresahir a singular prefeyção com que as paredes e tecto desta Metropoli (sic) estão tanto soberanamente adornadas, que com suas excelentes pinturas e finos azulejos bem com (sic) os luzidissimos rayos de sol, que pellas cristalinissimas vidraças entrão a fazer brilhar com admiração suas maravilhosas circunstancias e prefeyções maravilhosas»[157].

O Arcebispo Moura Teles promoveu uma profunda campanha de obras norteada por um pensamento estético, como arma pedagógica, muito coerente. A conclusão desse ciclo dá-se já depois da sua morte, na década de trinta, com a construção do segundo zimbório, no segundo tramo da nave central, para instalação dos monumentais órgãos [158].

A remodelação da Sé seguiu uma tónica claramente teatral [159]. «A Igreja bracarense é então uma fidedigna embaixatriz do Trono de Pedro e da legislação de Trento:

---

[156] Idem - *ibidem*, pp. 43-45.

[157] VILASBOAS, António Machado - *Relação e Descrição da Cidade de Braga*, fls. 27-27v. Biblioteca Nacional de Lisboa, Secção de Reservados, Cod. 11226. Citado por SOROMENHO, Miguel - *Manuel Pinto de Vilalobos...*, vol. I, p. 75, nota 50; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Altares e Invocações na Sé ...*, p. 49.

[158] «A coroar a simbologia do interior do Sé de Braga destacam-se os órgãos — indissociável da música que projecta o crente ao reino prometido — com a profusão iconográfica que exibe. Olhando-os em conjunto, e de baixo para cima, evidenciam-se três zonas: a base, a caixa do órgão propriamente dita e o remate. Na primeira, o mundo das trevas e do pecado sugerido quer na dor do atlantes com forma de sátiros e tritões, tanto na sua fisionomia demoníaca. Outra leitura é proposta no segundo registo: aqui, meninos e querubins, tocam trombetas acompanhando a música celestial que brota dos tubos, preparando a visualização das Virtudes que se encontram no último nível. Fé, Esperança, Caridade, Concórdia, Religião e Fortaleza são as alegorias que o dominam. Paralela gradação é fornecida pela luz: da penumbra — bacia do órgão — caminha-se para a luz que atinge a sua florescência máxima na zona das Virtudes. Simbiose pecado/escuridão, virtude/luz». ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Altares e Invocações na Sé...*, p. 50.

[159] Transformação paralela seguiu a Sé do Porto durante a sua longa Vacância (1717-1741), adquirindo

encontramos o fenómeno barroco a emergir na sua totalidade ao serviço da espiritualidade. As inscrições exibidas por duas águias nas paredes laterais do tramo dos órgãos parecem sintetizar o lema das obras: *Quis audivit unquam tale* e *Quis vidit huic simile*» [160].
O grande obreiro do processo arquitectónico foi Manuel Fernandes da Silva e a sua equipa.

1.1.1. Estrutura da Sé na Primeira Metade do Século XVIII

A planta da igreja primacial, em forma de cruz latina, era formada por três naves, transepto e cabeceira, de resto em sintonia com o período medievo que lhe moldou as feições aquando da sua fundação. A cabeceira encontrava-se alterada, apresentando uma capela-mor manuelina e quatro capelas colaterais, duas de cada lado.

> *«Os arcos toraes e formeiros, que são duplos e de cintro quebrado, assentam sobre columnas adossadas a pilares de secção cruciforme. Carecida de abobada, se bem que fornecida com os indispensáveis elementos a conter-lhe o desvio, tal é, nas suas linhas geraes, a mesma estructura recebida e guardada, sem duvida, desde o século XII»* [161].

Além da espessura dos muros que dificultavam a penetração dos raios solares, as paredes, no início do século XVIII, eram de pedras de cantaria «sem cal nem estuque» [162], e «por ter as frestas mui pequenas (...) além de outros defeitos» [163], tudo contribuia para que o interior fosse escurecido. Esta situação foi parcialmente contrariada com a abertura de «dous grandes zimborios que lhe comunicavam muita luz» [164], de um frenestório ao longo das naves laterais, pelo estucamento das paredes, e embelezamento dos tectos com «excelentes pinturas» [165].

Quanto às capelas que lhe formavam o espaço, altares e invocações, façamos o percurso orientados pelo vigário da Sé, Inácio de Palheres, em 1758.

«nesse período, através daquilo que já foi denominado por horror ao vazio, toda uma ambiência luxuriante, tipicamente barroca, que se exprime pela profusão da talha, pintura e estuques que a vão revestir». FERREIRA-ALVES, Natália Marinho - *o.c.*, p. 47.

[160] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Altares e Invocações na Sé...*, p. 50.

[161] BARREIROS, Manuel d'Aguiar (Padre) - *A Cathedral de Santa Maria. Estudos criticos archeologico-artisticos*, Ed. Fac-similada, Braga, Sólivros de Portugal, 1989, p. 45.

[162] B. P. M. P. - *Cónegos e Arcebispos de Braga*, RES., ms. 1419, n/p.

[163] Citação de um manuscrito do século XVIII por FERREIRA, J. Augusto (Monsenhor) - *Fastos Episcopaes...*, t. III, p. 240.

[164] A.N.T.T. - *Dicionário Geográfico - Memórias Paroquiais*, vol. 7, n. 57, fl. 1116.

[165] Idem - *ibidem*, fl. 1116.

O altar principal é «na capela maior que na sua sagragação lhe puzerão no altar hum caixão de muitas relequias de Santos» [166]. Em cada uma das paredes laterais desta capela, as sepulturas de D. Henrique e D. Teresa, «tronco dos serenissimos Reis de Portugal» [167], trasladados para aqui da capela de S. Tomás, do claustro, por D. Diogo de Sousa.

Ainda na cabeceira, da parte da Epístola, as capelas do Santíssimo Sacramento e a da Santíssima Trindade, «em cujo altar se acha o corpo do Martir Santiago» [168]. Do outro lado, a capela de S. Pedro de Rates, «primeiro Arcebispo de Braga com o seu corpo» [169]. «Segue-se a capella de São Martinho de Dume Arcebispo desta cidade onde esta o seu corpo e se acha tambem nelle a Irmandade de São Crispim e Crispiniano» [170].

Nos topos do transepto dois altares duplos. No do lado direito eram venerados Santo Ovídio, na parte inferior, e «por sima deste esta a capella do Senhor Crucificado com o titulo da Agonia» [171]. Na parte oposta a «capella de Santa Cecilia e de Santo Antonio ainda menino do coro» [172], formando altar duplo com a invocação da Senhora das Angústias, no nível superior.

Até à remodelação do primeiro quartel do século XVIII, o corpo da Sé possuía quatro altares encostados aos pilares cruciformes, que são deslocados para as naves laterais, para «criar um espaço mais funcional» [173] e acrescidos de quatro novas capelas, duas de cada lado.

Seguindo da cabeceira no sentido da porta axial, no primeiro tramo, da parte do Evangelho, encontrava-se a «capela do Santuario onde se acham muitas reliquias encastoadas em prata e no meio o corpo do Martir S. Cresconio em hum caixão de prata» [174]. Esta capela fazia pendão com o «altar de São Rodrigo fundado pello Senhor Arcebispo Dom Rodrigo de Moura Telles» [175].

O segundo tramo era ocupado pela «capella de São Bras e de São Sebastião», e do lado oposto pela «capella da Senhora do Rozario» [176]. «Segue-se a capella ou altar de Santo Home Bom» [177] que faz par com a de Nossa Senhora do Loreto, do

---

[166] Idem - *ibidem*, fl. 1113.
[167] Idem - *ibidem*, fl. 1114.
[168] Idem - *ibidem*, fl. 1114.
[169] Idem - *ibidem*, fl. 1114.
[170] Idem - *ibidem*, fl. 1114.
[171] Idem-*ibidem*, fl. 1114. O altar ficava de «costas para a capella de santo Antonio do Claustro de S. Amaro». FREITAS, Bernardino José de Senna - *o.c.*, t. I, p. 344.
[172] A.N.T.T. - *Dicionário Geográfico - Memórias Paroquiais*, vol. 7 , n. 57, fl. 1114.
[173] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Altares e Invocações na Sé* ..., pp. 38-39.
[174] A.N.T.T. - *Dicionário Geográfico - Memórias Paroquiais*, vol. 7 , n. 57, fl. 1114.
[175] Idem - *ibidem*, fl. 1115.
[176] Idem - *ibidem*, fl. 1115.
[177] Idem - *ibidem*, fl. 1115.

lado da Epístola. Por último, de um lado o altar de S. Bento, «imagem muito milagrosa onde os devotos acodem com suas offertas» [178], e do outro a capela das Almas. Todas estas capelas possuíam retábulos de talha, executados ou reformados, pintados e dourados durante o arcebispado de Moura Teles, o que conferia unidade visual e estética ao interior da Sé [179].
Os dois derradeiros tramos eram ocupados pelo coro, que «he magnifico tanto na extenção como na intenção, dourado e pintado na ultima perfeição, e tem na sahida delle dous orgaos os milhores que tem este Reino» [180].

Para poente o espaço era formado por dois claustros paralelos à igreja, com as suas múltiplas capelas e altares, e outras dependências anexas. A nascente construiu-se a sacristia com ligação ao espaço sacro pelo transepto.
Estes os grandes pólos dinamizadores do complexo da Sé.
Avultados foram os investimentos de D. Rodrigo de Moura Teles neste conjunto. Para uma primeira análise o relatório de Silva Tadim é elucidativo do seu alcance.

Obras de D. Rodrigo de Moura Teles na Sé

«Fez a capella de S. Geraldo, que lhe custou oito mil cruzados e nella o seo sepulcro em que se enterrou (...).
Fez as duas torres dos sinos da Sê por 4 400$000
Poz-lhe trez sinos, que custaram 3 200$000
Reedificou o orgam da Sê por 2 400$000
Fez quatro altares da Sê por 4 800$000
Mandou pintar, e dourar as cadeiras da capella-mor, e choro e estucar a Sê por 1 600$000
Poz azulejos pela Sê 1 200$000
Deo de esmolla à Irmandade de S. Francisco da Se, cento e vinte mil reis.
À de S. Bom Homem, outro tanto e tambem cortinas a ambas de damasco carmezim com franjões de ouro a custo cada humas de trezentos mil reis.
Deo cortinas para a capella-mor, e quadros das cadeiras a custo de 200$000.
Deo mais 30 quadros para o choro e cadeiras por 330$000.
Deo hum Pontifical de tella branca de ouro para o Cabido, que custou 5000$000.
Deo para a tribuna do Senhor hum quadro por 60$000.
Mandou fazer a Caza do Cabido, que custou seis mil cruzados.
Deo cortinas para ella a custo de 150$000» [181]

---

[178] Idem - *ibidem*, fl. 1116.
[179] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Altares e Invocações na Sé...*, p. 47.
[180] A.N.T.T. - *Dicionário Geográfico - Memórias Paroquiais*, vol. 7, n. 57, fl. 1116.
[181] A.D.B. - *Diário Bracarense....*, fls. 327-328.

Se os tempos e as vontades são materializados em obras de transformação e beneficiação, estas, por sua vez, são alvo de crítica no curso do tempo e da história, ora aplaudidas, e, mais frequentemente, veículo para depreciar o seu fomentador. Essas opiniões contraditórias gerou-as o resultado da intervenção de D. Rodrigo de Moura Teles na Sé de Braga.

No século XIX Bernardino Sena Freitas elogia a profunda campanha de remodelação que Moura Teles encetou na Sé, «com tanta grandeza, que ella é singular n'este reino na architectura, como ser a Primaz das Hespanhas» [182].

Já nos anos vinte do nosso século Aguiar Barreiros expressa ponto de vista diverso: «Que o digam o trolha e o pico, o revestimento das argamassas o disfarce das obstruções e a loucura das intituladas *grandes reformas* de 1719, no tempo de D. Rodrigo de Moura Telles» [183]. Ou ainda: «E cá estamos nós outra vez em face das grandes reformas executadas entre os annos de 1719 e 1780. É que não ha para onde fugir, que não se depare com ellas. E que tristeza! — Não ha desculpar a *civilisada* barbaridade que destruiu aquellas bases e aquelles interessantissimos capiteis romanicos; porque foi mais do que mutilar! Estes substituídos por rebotalhos de madeira dourada na pretenciosa apparencia da *ordem composita*; aquellas enganadas pela fementida ostentação d'um basamento sem nexo» [184].

Muito próximo de nós, Helena Matos escreveu: «Se por várias vezes durante a sua longa existência sofreu a Sé de Braga com os restauros que necessariamente lhe foram sendo feitos orientados pelo mau gosto e falta de compreensão pelo que de belo o passado nos deixara, da parte do Cabido e de alguns dos seus Arcebispos, não podemos de considerar como um dos períodos mais inofensivos neste aspecto, o que vai de 1704 a 1728. Governa nessa altura a diocese o Arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles» [185].

Neste rosário de lamentações, como avaliar a intervenção dos Monumentos Nacionais, que, na procura do paradigma perdido, nem um registo fotográfico capaz, da roupagem com que a história foi matizando a Sé, fizeram que nos proporcionasse hoje o encontro com o passado [186]?

---

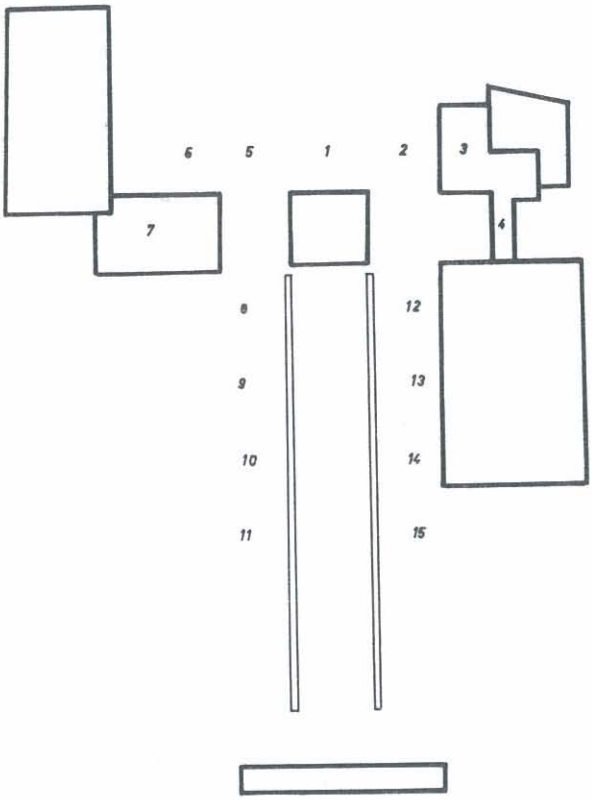
[182] FREITAS, Bernardino José de Senna - *o.c.*, p. 305.

[183] BARREIROS, Manuel d'Aguiar (Padre) - *o.c.*, p. 34.

[184] Idem - *ibidem*, p. 47.

[185] MATOS, Helena Maria Araújo Carvalho (Drª) - *Estudos sobre a Sé de Braga,* in «Bracara Augusta», vol. IX-X, fasc. 1-4 (39-42), Braga, 1959, p. 194.

[186] Procurámos na Delegação dos Monumentos Nacionais do Porto o registo fotográfico da Sé antes da intervenção. Nada do que nos foi facultado elucida sobre esse passado amputado, que já era história.


6
5
1
2
3
4
7
8
9
10
11
12
13
14
15

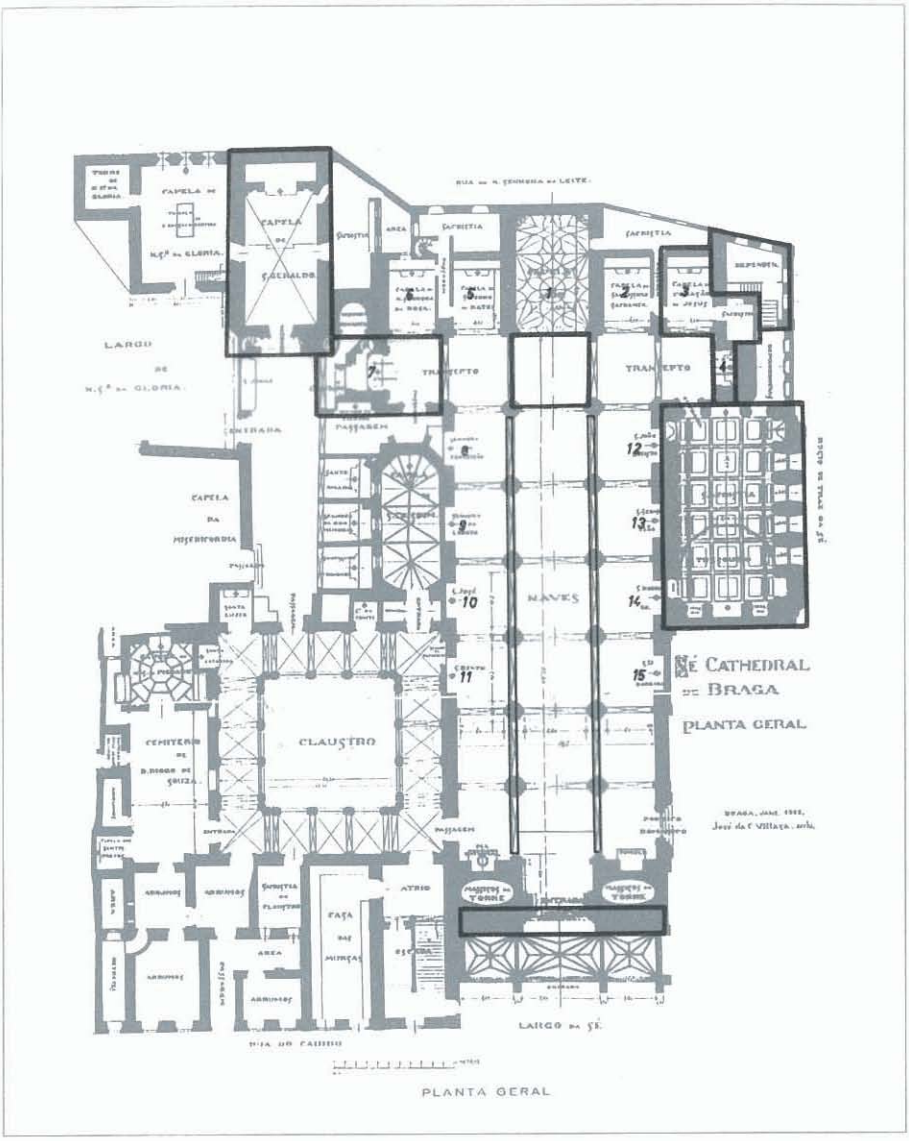


Fig. 14 - Áreas intervencionadas por Manuel Fernandes da Silva no complexo da Sé de Braga.

Distribuição das capelas e invocações na Sé em 1758

1 Capela-mor. Altar com relíquias múltiplas.
2 Capela do Santíssimo Sacramento.
3 Capela da Santíssima Trindade.
4 Capela com altar duplo de Santo Ovídio e Senhor da Agonia.
5 Capela de S. Pedro de Rates.
6 Capela de S. Martinho de Dume.
7 Capela com altar duplo de Santa Cecília e Senhora das Angústias.
8 Capela do Santuário - Relíquias.
9 Capela de S. Brás e S. Sebastião.
10 Capela de Santo Homem Bom.
11 Altar de S. Bento.
12 Altar de S. Rodrigo.
13 Capela de Nª. Sra. do Rosário.
14 Capela de Nª. Sra. do Loreto.
15 Capela das Almas.

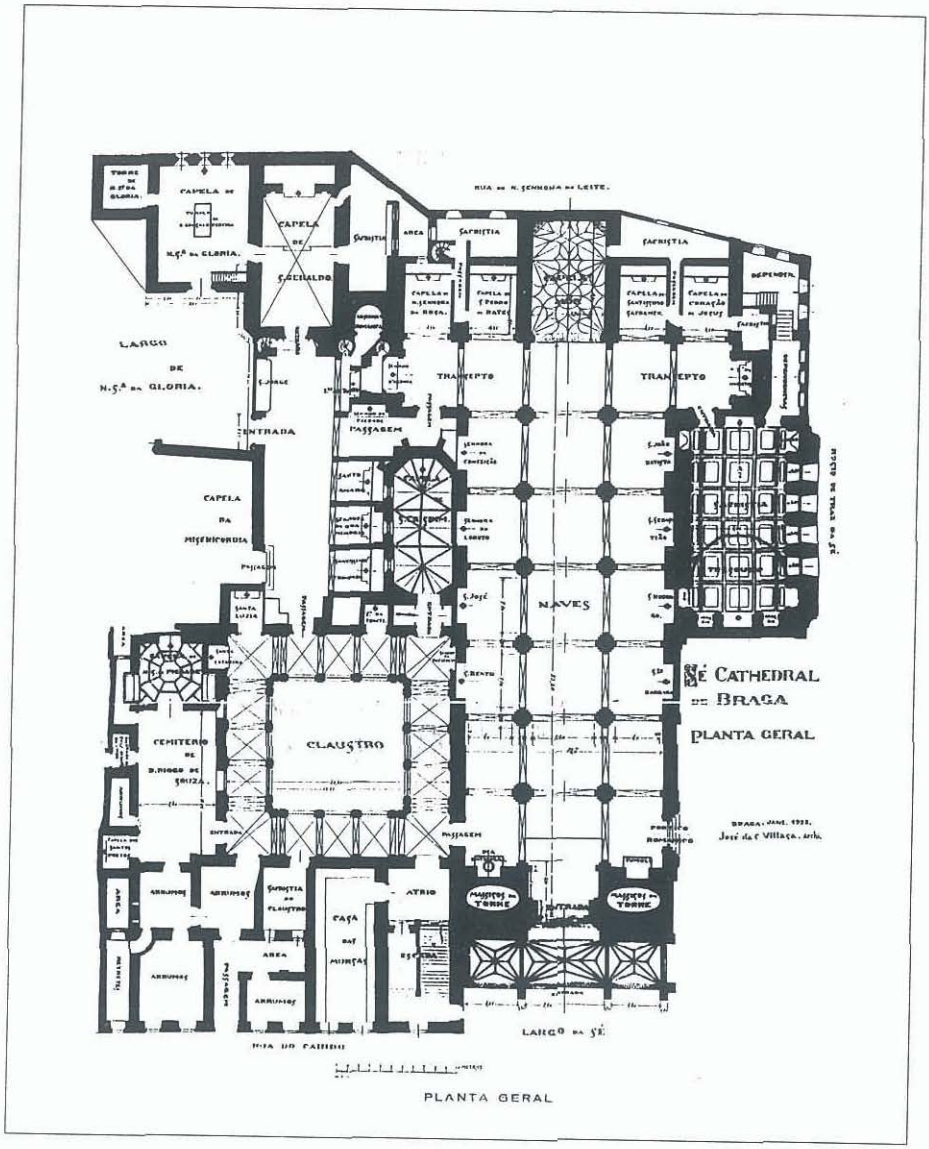


Fig. 14 - Áreas intervencionadas por Manuel Fernandes da Silva no complexo da Sé de Braga.

Distribuição das capelas e invocações na Sé em 1758

1 Capela-mor. Altar com relíquias múltiplas.
2 Capela do Santíssimo Sacramento.
3 Capela da Santíssima Trindade.
4 Capela com altar duplo de Santo Ovídio e Senhor da Agonia.
5 Capela de S. Pedro de Rates.
6 Capela de S. Martinho de Dume.
7 Capela com altar duplo de Santa Cecília e Senhora das Angústias.
8 Capela do Santuário - Relíquias.
9 Capela de S. Brás e S. Sebastião.
10 Capela de Santo Homem Bom.
11 Altar de S. Bento.
12 Altar de S. Rodrigo.
13 Capela de Nª. Sra. do Rosário.
14 Capela de Nª. Sra. do Loreto.
15 Capela das Almas.

Obras de pedraria na Sé de Braga (1690-1735)

DATA DO CONTRATO	LOCALIZAÇÃO	OBRA	ARREMATANTE DA OBRA (Grau profissional)
1690, Dezembro, 13 [187]	Nova sacristia	«...prevendo a muita necessidade que esta Santa See tinha de huma sacristia para serviço della ordenaram se fizesse a dita sancristia no sitio dos claustros de Santo Amaro». O projecto foi de Domingos Lopes.	Manuel de Carvalho (Mestre pedreiro)
1698, Abril, 28 [188]	Nova sacristia. Porta travessa. Casa anexa à sacristia	Construção da sacristia da Sé, segundo projecto de João Antunes. Acabar a casa «asima da sacristia que esta prinsipiada», e fazer a mudança da porta travessa da Sé.	Pascoal Fernandes Manuel Fernandes da Silva (Mestres pedreiros)
1706, Março, 11 [189]	Casa do Tesouro e Cartório da Mitra.	Construção da «obra do prolongo e topo da casa do thesouro e cartorio da Mitra», anexa à sacristia, «a qual obra pela parte exterior ha-de ser feita de cantaria na forma da dita sacrestia com escadas portas e almarios frestas e tribuna et cetera e abobadas». O projecto foi de João Antunes.	Pascoal Fernandes Manuel Fernandes da Silva (Arquitectos)
1707, Setembro, 24 [190]	Capela de S. Geraldo	Reconstrução desde alicerces da capela de S. Geraldo.	Manuel Fernandes da Silva (Mestre arquitecto de pedraria)
1707, Novembro, 26 [191]	Capela de S. Martinho. Casa.	Construção da «caza junto a sanchristia do sul da Santa see desta cidade como tambem a obra da capella de Sam Martinho».	Manuel Fernandes da Silva (Mestre arquitecto de pedraria)

[187] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 451, fls. 124-126. SMITH, Robert C. - *A Sacristia do Tesouro da Sé Primacial*, Sep. da Revista «Bracara Augusta», vol. XXIV, fasc. 57-58. Braga, 1972, pp. 17--22.

[188] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 480, fls. 32-33. Idem - *ibidem*, pp. 22-25.

[189] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 516, fls. 5-6v. Idem - *ibidem*, pp. 25-27.

[190] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 522, fls. 69-70v. ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa ...*, p. 198.

[191] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 523, fls. 8-9. Idem - *ibidem*, p. 198.

DATA DO CONTRATO	LOCALIZAÇÃO	OBRA	ARREMATANTE DA OBRA (Grau profissional)
1707, Dezembro, 16 [192]	Capela da Santíssima Trindade	Reconstrução da capela da Santíssima Trindade na «mesma forma e tamanho e altura e largura da do Senhor da dita Santa See com o fundo que poder ser de abobeda de rompantes».	Manuel Fernandes da Silva (Mestre arquitecto de pedraria)
1709, Abril, 29 [193]	Capela do Santíssimo *Sacramento*	Construção de porta para acesso à sacristia da capela do Santíssimo *Sacramento*.	Manuel Fernandes da Silva (Mestre arquitecto de pedraria)
1710, Agosto, 26 [194]	Capelas de S. Pedro de Rates e S. Martinho	Reconstrução das capelas de S. Pedro de Rates e S. Martinho seguindo a planta e o modelo da capela da Santíssima Trindade.	Miguel Fernandes; Filipe Vicente [201] (Mestres pedreiros)
1712, *Maio*, 9 [195]	*Casa da* Fábrica da Sé	*Construção de casa para a Fábrica* da Sé, no «Terreiro que fica por detrás da samchristia nova».	Domingos Gonçalves (Mestre pedreiro)
1713, Julho, 30 [196]	Parede e porta travessa para acesso ao claustro de S. Amaro. Capela de Santo António	Construção de uma «portada do mesmo feitio que a da samchristia nova dando por ella serventia para o claustro» e de «hum arco para uma capelinha para Santo Antonio» com capacidade para se dizer missa.	Manuel Fernandes da Silva (Mestre pedreiro)
1713, Agosto, 19 [197]	Zimbório do arco cruzeiro	Construção do «zimborio no cruzeiro da capela mor da dita Santa Se».	Manuel Fernandes da Silva (Mestre pedreiro)

[192] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 523, fls. 42-42v. Idem - *ibidem*, p. 199.

[193] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 528, fls. 80v-81v. Idem - *ibidem*, pp. 199-200.

[194] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 533, fls. 167-167v. Idem - *ibidem*, pp. 67-68.

[195] A démarche de D. José de Menezes para se reconstruir essa capela segundo projecto de Manuel Pinto de Vilalobos, ao contrário do que aponta Miguel Soromenho, não surtiu efeito. Só em 1709 Miguel Fernandes e Filipe Vicente assumem o compromisso de reconstrução da capela. O projecto de Vilalobos deve ter sido esquecido, porque a referência de orientação para os mestres pedreiros é a capela da Santíssima Trindade. Ver SOROMENHO, Miguel - *o.c.*, p. 62.

[196] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 540, fls. 114-115. ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa...*, p. 105.

[197] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 545, fls. 136-137. Idem - *ibidem*, p. 200.

[198] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 545, fls. 185-186. Idem - *ibidem*, p. 200

DATA DO CONTRATO	LOCALIZAÇÃO	OBRA	ARREMATANTE DA OBRA (Grau profissional)
1715, Julho, 3 [198]	Frestas na nave central e passadiço	«...fazer catorze frestas nas paredes da dita Santa See (...) e por baixo das ditas frestas e das do coro pela parte de fora metera hum pasadisso».	Manuel Fernandes da Silva (Mestre pedreiro)
1723, Fevereiro, 21 [199]	Torres e fachada	Reconstrução das torres e fachada da Sé acima da galilé.	Manuel Fernandes da Silva (Mestre pedreiro)
1735, Junho, 3 [200]	Zimbório para o orgão	Construção de um zimbório, para iluminação dos novos orgãos, no 2º tramo da nave central..	José Ribeiro; André Lopes (Mestres pedreiros)

1.1.2. A Igreja

1.1.2.1. Capela de S. Martinho de Dume e Outras Obras

Em 1606 D. Frei Agostinho de Jesus altera a invocação da capela de S. Marta para aí instalar as relíquias de S. Martinho de Dume [202], que trasladara da igreja de Dume, em cerimónia organizada pelos Jesuítas [203].

Situada na cabeceira da Sé, sofre reconstrução no início do século XVIII, realizando-se escritura pública datada de 26 de Novembro de 1707 [204], entre o Fabriqueiro da Sé, o Cónego Bento Maciel, e o artista.

Segundo este documento (Doc. n. 11) o mestre Manuel Fernandes da Silva além de se comprometer fazer uma nova casa junto à sacristia, empreenderia também a «obra da capela de Sam Martinho» [205], trabalho que iniciaria depois de terminada a capela de S. Geraldo: «declarou elle dito mestre que o principio desta obra da capela e frestas não sera obrigado a continuar com ella se não dipois que acabar a obra da capela de S. Geraldo que lhe tem mandado fazer o Illustrissimo Senhor Arcebispo» [206].

---

[199] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 554, fls. 66-66v. Idem - *ibidem*, p. 201.

[200] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 594, fls. 83-85. Idem - *ibidem*, p. 204.

[201] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 653, fls. 25-26. Idem - *ibidem*, p. 173.

[202] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Altares e Invocações* ..., p. 44.

[203] CUNHA, Rodrigo da (Dom) - *o.c.*, vol. I, p. 327.

[204] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 523, fls. 8-9. Ver ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa* ..., p. 198.

[205] Idem - *ibidem*.

[206] Idem - *ibidem*.

Esta reconstrução seria feita «na mesma forma e tamanho que a do Santissimo Sacramento» [207], excepto o comprimento que não poderia ultrapassar o da capela da Santíssima Trindade.
Pode-se admitir que a capela do Santíssimo Sacramento devia ter sofrido já tratamento paralelo, uma vez que quanto à pedraria estipulada neste contrato se exige a perfeição encontrada naquele espaço: «com declaração que deixara tudo prefeito e acabado da capela o que toca a pedraria na mesma forma que a do Santisimo» [208].
Quanto à cobertura, seria de pedra, em abóbada de rompantes formando caixotões, e sobre esta os «telhados feitos e argamassados em cal sobre entulho sem madeira alguma». Se na construção da capela o mestre necessitasse refazer a parede meeira com a capela de S. Pedro de Rates, o trabalho seria suportado em partes iguais pelo Fabriqueiro e por Manuel Fernandes da Silva, responsabilizando-se ainda pela segurança «das mais paredes da See que bolir por respeito desta obra» [209].
Do sistema de iluminação o documento não é muito esclarecedor, exigindo-se-lhe que fizesse «na parede fronteira a capela sobredita duas frestas na mesma forma e tamanho que estão feitas defronte da capela de S. Pedro de Rates» [210].
Para além da mão-de-obra o artista forneceria todos os materiais precisos, podendo aproveitar a pedra que saísse da demolição da capela velha.
Não caberia a Manuel Fernandes da Silva a sua execução. Em 1710 Miguel Fernandes e Filipe Vicente assumem a reconstrução das capelas de S. Martinho e S. Pedro, não sem serem alertados que devem seguir o modelo da capela da Santíssima Trindade (Ver *QUADRO das obras de Pedraria na Sé...*). A quantidade de obras que trazia em mãos na Sé devem-no ter impedido de dar resposta tão pronta quanto esperavam. O próprio documento fornece essa pista: andava em curso com as obras da capela de S. Geraldo, com estava «acabando» uma casa «para os despejos da Fabrica».

Em 1713 o entalhador Francisco Machado, de Landim, dota-a de retábulo de talha [211], e em 1725 o espaço individualiza-se com as grades de pau preto que a limitam do transepto, feitas «na forma em que esta a da capela mor acabada com latoens dourados» [212] pelo ensamblador José dos Reis.

Se a capela não teve realização da sua parte, como parece óbvio, o mesmo não se pode dizer da «obra da caza junto a samchristia da Santa See», que o mestre

---

[207] Idem - *ibidem*.
[208] Idem - *ibidem*.
[209] Idem - *ibidem*.
[210] Idem - *ibidem*.
[211] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Altares e Invocações na Sé...*, p. 40.
[212] Idem - *ibidem*, p. 48.

faria junto da casa nova «que anda acabando». De resto o preço desta casa ficou fora do contrato.
A casa faz esquina com o topo Nascente da Sé. Seria construída de «abobeda em baixo e em sima de tejollo na mesma forma que as da outra caza que anda acabando». Os preços aqui praticados eram iguais aos estipulados para os componentes arquitectónicos da capela de S. Geraldo.

1.1.2.2. Capela da Santíssima Trindade

O Cónego Bento Maciel, na categoria de Juiz da Confraria da Santíssima Trindade, confraria essa responsabilizada pela manutenção da capela da mesma invocação, vai ao cartório do tabelião Manuel de Sousa para celebrar contrato de obra de pedraria com Manuel Fernandes da Silva (Doc. n.12). A data do documento é de 17 de Dezembro de 1707 [213].
Pretendia-se fazer «de novo da mesma forma e tamanho e altura e largura da do Senhor da dita Santa See com o fundo que poder ser» [214] a construção da capela da Santíssima Trindade. O trabalho deve ter sido concluído até 1709, pois neste ano a confraria contrata o entalhador Luís Vieira da Cruz para a execução do retábulo da capela [215].
Formalmente as exigências são idênticas às da obra da capela de S. Martinho: o espaço seria abobadado, esclarecendo-se, «de abobeda de rompantes de pedra» [216], levando duas frestas na «parede fronteira a sobredita capella (...) da mesma forma e tamanho que as que estão feitas defronte a capella de S. Pedro de Rates» [217].
Estando em construção a casa para reuniões da Mesa da confraria, o mestre far-lhe-ia uma porta [218], que permitisse a ligação entre a capela e a sala de reuniões.
Toda a obra correria por conta de Manuel Fernandes da Silva — materiais e mão-de-obra — inclusivamente os telhados que *desfizer ou quebrar*, pelo custo de quinhentos mil réis, pagos 2/5 no início da obra e o restante em pagamentos conforme a obra fosse correndo.
O prazo para conclusão do trabalho não é contemplado no contrato, alertando-se que o mestre o fizesse «com toda a brevidade possivel».

---

[213] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 523, fls. 42-42v. Ver ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa* ..., p. 198.
[214] Idem - *ibidem*.
[215] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Altares e Invocações*..., p. 40. Doc. cit. por SMITH, Robert C. - *Frei José* ..., vol. I, p. 166, nota 23.
[216] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 523, fls. 42-42v.
[217] Idem - *ibidem*.
[218] «... e mais fara huma porta para a caza da Meza que se fas nova com a segurança das mais paredes da See que bolir». Idem - *ibidem*.

1.1.2.3. Acesso da Capela do Santíssimo Sacramento para a Sacristia Privativa

A confraria do Santíssimo Sacramento tendo em Mesa decidido fazer novo acesso entre a capela e sacristia, lavra, para tanto, contrato notarial com Manuel Fernandes da Silva incumbindo-o da sua execução (Doc. n.13). No acto notarial, lavrado a 29 de Abril de 1709 [219], estiveram presentes, pela parte da confraria, os dois juízes que a representavam: Diogo de Sousa e o Cónego António Pais Nogueira de Miranda. O documento não está completo; faltam as testemunhas e as assinaturas. Não terá Manuel Fernandes da Silva realizado a obra? A hipótese é, acreditamos, pouco provável, uma vez que segue o desenvolvimento lógico da sua intervenção na zona da capela da Santíssima Trindade. Por qualquer motivo as testemunhas não estavam presentes no acto notarial, e por lapso, posteriormente, o documento não foi assinado. A obra, entretanto, foi realizada e subsiste. Vejamos o seu teor. O mestre *romperia* a parede entre a capela do Santíssimo Sacramento e a da Santíssima Trindade, e levantaria duas novas paredes, mais estreitas — com um palmo de largura cada uma —, deixando um corredor de acesso entre as paredes, com quatro palmos de largura. As paredes a construir seriam de «prepianho de hum palmo de grosso que com os coatro de largura da serventia farão seis que he grusura que terão as ditas paredes» [220]. Sobre estas paredes colocar-se-iam aduelas inteiras para cobrir o corredor, «para maior segurança das ditas capellas».

As paredes voltadas para a capela eram forradas de azulejos, que ao mestre competia tirar por sua conta e tornar a assentar, para «que fique na mesma forma em que hoje esta» [221]; enquanto que os «juizes e mais officiais mandarão tirar por sua conta a parte do retabollo que for necessario tirar-lhe para a feitoria da dita obra».

Por último, faria os degraus para os presbitérios das duas capelas.

Pela obra recebia setenta mil réis, quarenta no início, e o restante depois do trabalho avaliado «por dois mestres que entendão se esta feita segura», com a condição de o dar pronto «athe o dia de Domingo do Anjo deste mesmo anno». Só poderia iniciar a obra depois do «Domingo do Senhor per respeito da armação e festa que se ha-de fazer».

1.1.2.4. Obras no Transepto do lado do Evangelho — Interior e Exterior

Este contrato abrange um conjunto de obras de pedraria levadas a efeito tanto no interior da Sé, ao nível do transepto, para instalação do altar duplo de Santa Cecília

---

[219] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 528, fls. 80v-81v. Cit. por ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa*...., pp. 199-200.

[220] Idem - *ibidem*.

[221] Idem - *ibidem*.

e Senhora das Angústias, como no claustro de Santo Amaro, onde se constroem as capelas de Santo António, de Nossa Senhora do Desterro, e ainda um nicho para funcionar como capela de S. Pedro Mártir [222], e outros pequenos arranjos.

No trabalho realizado no interior da Sé houve preocupação em que a parte agora intervencionada ficasse em correspondência, sob o ponto de vista formal, com o topo do transepto, da parte da Epístola, concluindo-se que aquela zona tinha, na data deste contrato — 30 de Julho de 1713 [223] — sofrido já intervenção arquitectónica.

O documento explica (Doc. n. 16): far-se-ia «hum vam em baixo de pedraria tudo de comprimento e altura e fundo como o do Santo Ovidio com o mesmo feitio e pedra e por sima outro na mesma forma e feitio que o do Senhor da Gonia que fes que comrespondendo na mesma forma» [224], deduzindo-se que fora igualmente o artista, Manuel Fernandes da Silva, o autor desse arranjo.

As preocupações de equilíbrio visual entre as partes direita e esquerda vão mais longe: «fara na parede da ilharga que olha para o mesmo altar de S. Martinho huma portada do mesmo feitio que a da samchristia nova», portal esse que daria acesso do transepto para o claustro de Santo Amaro. Evidente é também a uniformidade técnica como se vê pela condição imposta pelo Fabriqueiro João Duarte dos Santos, de que a pedra a utilizar nesta obra devia apresentar a qualidade da da «capela de S. Martinho».

A intervenção abrangia o tramo que ficava em frente à capela de S. Martinho — fala-se da cobertura dessa área em «abobeda de tijollos», com o fecho sobre a porta travessa que se rasgaria — e ainda o espaço compreendido entre o limite do transepto e o alinhamento da capela de S. Geraldo, no claustro de Santo Amaro.

Já tivemos oportunidade de esclarecer, fundamentados nas *Memórias Paroquiais*, que os altares no transepto eram duplos. Este contrato corrobora esse dado e fornece luz sobre o seu suporte arquitectónico. Além dos dois arcos, um por cima do outro, recebendo cada um seu retábulo, o artista encarregar-se-ia de fazer «a serventia para o altar de sima onde milhor acomodar a obra que sera de degraos de pedra» [225]. Para solucionar esta condição apresenta uma escada em caracol que constrói embutida entre a absidíola românica e o gigante que limita a capela de S. Martinho de Dume. O acesso à absidíola é dificultado, tornando-se mais estreito, e o gigante desbastado para receber parte do redondo da escada.

Voltado para o claustro de Santo Amaro, nas costas da capela dupla, formando ângulo recto com a capela de S. Geraldo, abrir-se-ia um arco «para huma capelinha para Santo Antonio com seu altar com capacidade para nella se poder dizer missa».

---

[222] BARREIROS, Manuel d'Aguiar (Padre) - *o.c.*, p. 21.

[223] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 545, fls. 136-137. Cit. por ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa* ..., p. 200.

[224] Idem - *ibidem*.

[225] Idem - *ibidem*.

A mesma solução usaria na parede Norte à passagem do transepto para o claustro: «na sahida para o claustro fechara hum arco com a maior largura que puder».
A parede que limitava este claustro da rua seria demolida e novamente reconstruída com algumas inovações: «sera mais obrigado a botar abaixo a parede da Rua da parte da Mizericordia e levanta-la athe a altura do coro de S. Geraldo», sendo embelezada «com a mesma cornixa velha (...) e lhe assentara as mesmas ameias» [226]. Esta parede, alinhada com o muro exterior da capela de S. Geraldo, seria construída em cantaria «na forma da de Sam Geraldo athe sima e por dentro tosca e rebocada muito bem». Nela se abriria, ao meio, uma porta, ladeada, de ambas as partes, por uma fresta, «dutadas da altura e comprimento que a parede premitir»; e, da parte do claustro, «hum arco de pedraria entre a dita porta da rua e parede de S. Geraldo com capasidade de altar para se dizer missa com degraos que para subir a elle forem necessarios».
Entre o piso do claustro de Santo Amaro e o pavimento da Sé havia um desnível que foi colmatado com alguns degraus.
A obra era de alguma envergadura como testemunha a sua descrição e o confirma o preço ajustado com o mestre pedreiro, de quinhentos e quarenta mil réis, excluídas a cal e as grades, e teria de estar terminada no mês de Fevereiro do ano seguinte. Caso contrário perderia trinta mil réis.

1.1.2.5. O Sistema de Iluminação

A necessidade de aumentar a luz no interior dos edifícios religiosos encontra fundamento na dignidade e disciplina, que se espera caracterize a postura do crente barroco na vivência da sacralidade, promovendo o respeito na área dos confessionários e a visualização das imagens e actos litúrgicos [227].
A cor possui um código que é captado sensitivamente ao qual as directivas tridentinas não são alheias, normalizando o seu uso em acessórios amovíveis utilizados na montagem do cenário religioso, de acordo com as fases do ciclo litúrgico e a hierarquização invocativa.

> *«Os retabolos das Igrejas terão cortinas com que se cubrão, brancas ou vermelhas, ou de outra cor decente, que servirão pelo discurso do anno; e para a Quaresma terão pannos pretos com passos da sagrada Paixão, as cruzes pintadas. E sobre os altares avera sobreceos de seda, ou linho com suas sanefas e franjas ao redor. Sobre o sacrario do Santissimo Sacramento haverá hum pavelhão de seda vermelha, todo*

---

[226] Idem - *ibidem*.

[227] REIS, António Matos - *A arte sob a égide de D. Rodrigo de Moura Teles*, in «Actas do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga», vol. II/2 (*A Catedral de Braga na História e na Arte - séculos XII-XIX*), Braga, 1990, p. 376.

> *franjado, com seu capello; e para a Quaresma, e Advento outro de seda roxa. E em cada altar haverá huma cruz de pão dourada com seu pe e huma taboa da sacra com molduras douradas ou pintadas»* [228].

Essas cores apõem-se às já utilizadas como formativas do espaço, tanto na policromia azulejar como retabilística, onde sobressaem, neste início do século XVIII, o azul, o branco e o dourado, associação na qual historiadores da arte encontraram a especificidade da arte barroca portuguesa [229].
A cor altera profundamente o interior sagrado, convertendo-se, na expressão de Fernandes Pereira, «no próprio espectáculo barroco, compensando e substituindo uma arquitectura de fôlego reduzido» [230].
Para realçar os efeitos feéricos da cor é necessário luz. Por outro lado, sempre a mentalidade católica associou luz do sol a luz espiritual.
As potencialidades da luz não são estranhas a D. Rodrigo de Moura Teles quando na remodelação do seu Paço Episcopal coloca, ao cimo da escadaria nobre, uma figura que segura um facho na mão [231], que, juntamente com a cartela, aludem ao sentido da Visão.
Tanto o pensamento religioso como os valores sensitivos barrocos sobre cor e luz, conduziriam à introdução de alterações arquitectónicas nos espaços antigos, «ao rasgar de novas portas e janelas ou à ampliação das já existentes» [232].

Transformada que estava a zona da cabeceira da Sé, urgia resolver o problema da iluminação. Para tanto Manuel Fernandes da Silva constrói uma torre lanterna no cruzeiro e um conjunto de catorze *frestas* ao longo da nave principal, sete de cada lado. A propósito destas duas aquisições, Boaventura Maciel Aranha escreveu em 1743: «huma e outra couza dá a esta famosa Basílica a admiravel claridade, de que muito carecia» [233].

1.1.2.5.1. A Torre Lanterna do Cruzeiro (fot. 6)

Nada sabemos da estrutura arquitectónica que foi substituída pela construção da torre lanterna do cruzeiro, tão apenas que em 1713 não respondia às novas preten-

---

[228] *Constituiçoens Sinodais do Arcebispado de Braga ordenadas pelo Illustrissimo Sor. Arcebispo D. Sebastião de Matos Senor^a. no Anno de 1639 E mandadas emprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa (or) Arsibispo es de Braga Primas das Espanhas em Janeyro de 1697*, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes - Impressor de Sua Magestade, 1697, p. 332.
[229] PEREIRA, José Fernandes - *Policromia*, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Ed. Presença, 1989, p. 365.
[230] Idem - *ibidem*, p. 365.
[231] REIS, António Matos - *art. c.*, p. 380.
[232] Idem - *ibidem*, p. 376.
[233] ARANHA, Boaventura Maciel - *Cuidados da Morte e Descuidados da Vida*, Lisboa, 1743, p. 674. Cit. por REIS, António Matos - *art. cit.*, p. 376.

sões lumínicas. O Cónego João Duarte dos Santos, como Administrador da Fábrica da Sé, vai contratar, em 19 de Agosto desse ano [234], o mestre pedreiro Manuel Fernandes da Silva para «fazer a obra de pedraria do zimborio no cruzeiro da capela mor da dita Santa See na forma do risco que para esse effeito se fes» [235] (Doc. n. 17).

Volumetricamente a torre lanterna, de planta quadrangular, desenha uma caixa com cobertura piramidal. No exterior os elementos de animação são pobres: a par dos óculos rasgados ovalóides, que comunicam a luz ao interior, os fogaréus, erguidos nos cantos, cuja execução o contrato não refere. Além disso, «sobre a parede hade levar por fora tambem de pedraria sua gurneção de papo de rolla» [236], muros esses que seriam construídos em enxilharia.

Por dentro a linguagem plástica é mais explorada, tanto na própria arquitectura — moldura que limita cada óculo e tarjetas — como na combinação do azulejo, da escultura em madeira dourada e da pintura. De resto a associação entre arquitectura e escultura é logo prevista quando a obra só está no domínio do projecto: o mestre faria todo o trabalho de pedraria «excepto as figuras dos cantos e frizo que ham-de ser de madeira» [237].

Cada canto recebeu um querubim que se sobrepôs aos «pillares de pedraria em que hão-de emcastar as ditas figuras» [238].

Todos os cheios dos muros são forrados a azulejos azuis e brancos.

Pelo trabalho elaborado na forma da planta receberia seiscentos e cinquenta mil réis, com a condição de o fazer «athe o fim do mes de Janeiro do anno que vem de mil setecentos e catorze». Falhando perderia vinte mil réis. Além deste preço João Duarte dos Santos dar-lhe-ia mais quinze mil réis: oito mil para a cal, e sete mil da «fresta que elle dito mestre disse se lhe devia do tempo do Reverendo Conigo Bento Masiel fabriqueiro que foi da dita See» [239].

1.1.2.5.2. Frestas da Nave Central

São catorze as frestas que pelo contrato de 3 de Julho de 1715 [240], o Fabriqueiro da Sé, que era o mesmo de 1713, arrematou com Manuel Fernandes da Silva para fazer nas paredes da nave central (Doc. n. 19).

---

[234] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 545, fls. 185-186. Cit. por ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa* ..., p. 200.

[235] Idem - *ibidem*.

[236] Idem - *ibidem*.

[237] Idem - *ibidem*.

[238] Idem - *ibidem*.

[239] Idem - *ibidem*.

[240] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 554, fls. 66-66v.. Cit. por ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa* ..., pp. 200-201.

Cada fresta seguiria o modelo das do coro, tanto de «comprimento, altura e feitio», localizando-se «duas entre cada vam dos arcos de huma e outra parte» [241].

A acompanhar as frestas, no exterior, abrir-se-ia um passadiço que correria do transepto até às torres do frontispício, como estipulado no próprio documento: «e por baixo das soleiras das ditas frestas e das do coro pela parte de fora metera hum passadisso de dois palmos e meio de largo e de feitio do do zimborio o qual passadisso de huma e outra parte por fora da See ha-de correr desde o zimborio athe topar nas torres» [242]. Aqui abriria uma escada que lhe facultasse o acesso e serventia.

No interior, paralelo ao passadiço, exige-se a construção de uma sacada, «com largura proporsionada do feitio da da baranda de dentro do zimborio» [243], como que para formar uma galeria que não podemos analisar porque foi alvo de intervenções posteriores. Fica-nos a opinião controversa de Aguiar Barreiro:

> *«Em substituição das antigas janellas da nave central vê-se desde 1719, sobre o aboamento de incaracterísticas cornijas, uma galeria de cada lado, toda rectangulos envidraçados, resguardada por balaustres de ferro forjado, a dar-nos uma idêa vaga de trifório. E pensarmos que, para tal exibição, não se olhou a nada, desbastando-se sem escrúpulos os contrafortes, na direcção dos arcos toraes! Tudo isto, afinal, para conseguir-se uma luz por demais indiscreta, d'uma tal crueza, que chega a incomodar, por repercutida na vivacidade da cal, que tudo enche, sem tonalidade, sequer, a amaciar-lhe os gritos»* [244].

Serão de facto as aberturas feitas por Manuel Fernandes da Silva aquelas a que se refere Aguiar Barreiros? Ou não teriam sido estas substituídas por outras mais abertas, ainda no século XVIII, na reforma da catedral desenvolvida por vontade de D. Gaspar de Bragança? A intensidade da luz do interior da Sé que Aguiar Barreiros teve ocasião de apreciar parece demasiada para as catorze frestas. O documento fala em *frestas* e não janelas.

Esteticamente a reforma de D. Gaspar de Bragança marca já uma nova linguagem de sabor Neoclássico. A luz, no interior dos edifícios, quanto mais aproximada da natural melhor satisfaz aquela corrente artística. Daí a *crueza que chega a incomodar por repercutida na vivacidade da cal.* Da policromia barroca passou-se à pureza clássica, reforçada pela simbologia do branco.

Quanto a custos o contrato é esclarecedor:

- por «cada duas frestas com o passadisso de cada vam dos arcos», cinquenta mil réis;

---

[241] Idem - *ibidem.*

[242] Idem - *ibidem.*

[243] Idem - *ibidem.*

[244] BARREIROS, Manuel d'Aguiar (Padre) - *o.c.*, p. 48.

- «pelos vão que sam sinco onde não vão frestas lhe dara pelo passadisso da parte de fora sinco mil reis»;
- por cada braça da sacada interior três mil réis.

Exige-se rapidez nesta obra: «athe o fim de Outubro primeiro vindouro deste prezente anno». Se o mestre não cumprisse o prazo perderia quarenta mil réis.

1.1.2.6. A Fachada

A actual fachada da Sé de Braga é resultado da vontade de D. Rodrigo de Moura Teles e de um projecto de Manuel Fernandes da Silva, que, além de risco, toma a seu cargo a empresa construtiva, realizando o evento entre 1723 e 1724. Pela localização — frontispício — como pela simbologia, esta obra é a coroação da intervenção deste Arcebispo na Catedral Primacial, e afirma-se, por tanto, prenhe de significado. Veio substituir a fachada que remontava ao século XVI, construída por ordem de D. Diogo de Sousa, que estava em *ruína* e *desproporcionada*, no timbre estético de Moura Teles.

Antes desta reconstrução alguns reconhecidos arquitectos e mestres pedreiros do Norte polarizaram a sua atenção nessa parte da catedral: Manuel Pinto de Vilalobos, Pantaleão da Rocha Magalhães, Pascoal Fernandes, Manuel Fernandes da Silva e Pantaleão Vieira.

1.1.2.6.1. A Fachada Primitiva e Antecedentes à Reconstrução

A fachada primitiva, segundo desenho de J. de C. Villaça, era formada por três níveis: uma galilé, cuja construção iniciou D. Jorge da Costa, e cuja conclusão ficaria para o seu sucessor, D. Diogo de Sousa [245]; sobrepujada por um corpo rematado ao centro por empena, ladeada por duas torres que compunham a terceira zona. A meio, a linearidade era quebrada por um óculo e por cima deste um nicho de coroamento conopial, que ocupava quase a totalidade do espaço definido pela empena, para abrigo da Virgem com o Menino.

A iluminação restringia-se ao óculo, ao centro, e duas frestas no alinhamento das torres. Estas, ameadas, suportavam os sinos que não eram visíveis do exterior [246], mas cujo som era projectado por aberturas.

Nesta fachada, de acentuado carácter horizontal, pretendeu-se instalar novo relógio [247], concretamente na torre do lado do Evangelho.

---

[245] Idem - *o.c.*, pp. 35-36.

[246] Os sinos «n'esse tempo não estavam em sineiros mas sim existiam dentro das torres e se não debombavam». FREITAS, Bernardino José de Senna - *o.c.*, p. 341.

[247] Segundo D. Rodrigo da Cunha, quando D. Diogo de Sousa construiu a fachada com suas torres dotou-as de relógio: «Fez tambem as duas torres do relogio, & sinos, por que no remate dellas estão as suas armas». CUNHA, Rodrigo da (Dom) - *o.c.*, vol. II, p. 295.

Para indagar se a estrutura arquitectónica tinha capacidade para receber esse melhoramento, foi convocada uma peritagem efectuada pelo arquitecto portuense Pantaleão da Rocha de Magalhães, acompanhado por três mestres pedreiros (Doc. n. 6):

> *«Por ordem de V.S. a rogo do Reverendo Mestre Eschola fui ver a torre com tres mestres da arte de pedraria por nomes Pantaleão Vieira, Manoel Fernandez e Paschoal Fernandez para vermos se estava a dita torre da Se capax de sustentar em si o relojo, ou se estava aruinada por algua parte»* [248].

O resultado dessa minuciosa vistoria, expresso num relatório elaborado pelo arquitecto responsável, era favorável à instalação do relógio.
É curioso o rigor técnico que a equipa imprimiu ao seu trabalho. Desde a análise externa, à experiência do prumo, à exposição da torre aos ventos, à observação da sua estrutura interior — paredes, abóbadas, suportes —, tudo foi escrupulosamente avaliado. Por fim o Padre Pantaleão da Rocha Magalhães emitiu o parecer da equipa: «Todas estas rezões não creio que podera aver quem as contradiga, porque não são aparentes senão tam justificadas como viram na dita torre, e asi dizem os mestres e eu com elles pellas experiencias que tenho desta dita arte, que siguramente se pode por o relojo sem que possa aver termos de aroinar-se a tal torre com o pezo do sino nem de muitos sinos» [249]. Bastando, para tanto, que o peso do sino fosse distribuído equitativamente pelas quatro paredes da torre. Para que não restasse qualquer dúvida na sua segurança, poder-se-ia mandar colocar «alguas linhas de ferro emcruzadas do meio para sima» e tapar as frestas com pedra e cal.

Posteriormente Manuel Pinto de Vilalobos é também levado a pronunciar-se sobre esta questão. Aceita o parecer do Padre Pantaleão da Rocha quanto à segurança da torre, «excepto que a armação do dito relojio se estribe sobre vigas de ferro (...) me paresse melhor que a torre se enche-se athe o livel do telhado da parte que fas recontro com a parede da Sê e sobre este masiço se armasse hua armação» [250].
Em relação à solução final, os dois técnicos não estão de acordo: a proposta de Manuel Pinto de Vilalobos não era favorável ao assentamento do relógio sobre vigas de ferro, antes propondo o enchimento da torre para se construir uma estrutura de suporte [251].
Em que altura se procedeu a estas vistorias?
A documentação omite as datas. Não andaremos longe se as balizarmos no tempo de D. João de Sousa. No Porto o Arcebispo conhecera a actividade do Padre

---

[248] B.N.A. - 54-VIII-21 (63).
[249] B.N.A. - idem - *ibidem*.
[250] B.N.A. - 54-VIII-21 (62).
[251] SOROMENHO, Miguel - *o.c.*, p. 72.

Pantaleão da Rocha de Magalhães, que era mestre capela da Sé [252]. É possível que esta ligação levasse o arquitecto até Braga para responder às necessidades técnicas de D. João de Sousa no desenvolvimento da sua intervenção construtiva, de resto sempre anterior a 1703, que é o ano em que falece o arquitecto [253].
Menos estranha é a constituição da sua equipa. Pantaleão Vieira, mestre pedreiro com actividade reconhecida na área do Porto no último quartel do século XVII [254], e Pascoal Fernandes estiveram juntos na construção da capela da Ordem Terceira de S. Domingos, no Porto, a trabalhar sob projecto de Pantaleão da Rocha [255]. Manuel Fernandes da Silva não carece de explicação, pois vai trabalhando, como já vimos, ao lado de seu pai no início da carreira.
Quanto a Manuel Pinto de Vilalobos era um técnico avaliado, familiar ao Minho, neste final do século XVII.

Nada sabemos sobre a concretização da pretensão.
Pouco tempo depois, em 1714, as torres necessitavam de reparação, o que nos leva a indagar as peritagens. O Administrador da Fábrica da Sé, João Duarte dos Santos, recorre ao poder central pedindo a pedra de um torreão da muralha medieval para restauro das torres que ameaçavam ruir. O despacho foi favorável «depois de vistoria efectuada pelo coronel engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos» [256], mas a obra não se realizou. Só em 1723 assistimos, de facto, a uma reconstrução da fachada.

1.1.2.6.2. A Nova Fachada (fot. 1-3)

> *«O Senhor Arcebispo mandou fazer duas torres da fronteira da Sê, que se principiaram a fazer neste mez [Fevereiro de 1723], e se acabaram no anno de 1724, e a 4 de Novembro do anno de 1724 pela huma hora da tarde foi o Senhor Arcebispo a Sê e benzeo a imagem de Nossa Senhora feita de pedra, e dipois foi para o Terreiro da Se vendo subir por calabres a Senhora, estando ahi os muzicos cantando a ladainha»* [257].

Terminadas que estavam as transformações no interior da Sé de Braga, a intervenção mecenática de D. Rodrigo de Moura Teles é canalizada para o frontispício, onde financia a construção da fachada e torres. A descrição de Silva Tadim elucida

---

[252] FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *Magalhães, Pe. Pantaleão da Rocha de*, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Ed. Presença, 1989, p. 277.
[253] Idem - *ibidem*, p. 277.
[254] Idem - *ibidem*, p. 277; Idem - *Elementos para a História da Construção da Casa e Igreja da Congregação do Oratório do Porto (1680-1703)*, Sep. da «Revista da Faculdade de Letras», II série, vol. X, Porto, 1993, p. 385.
[255] Idem - *Magalhães* ..., p. 277.
[256] SOROMENHO, Miguel - *o.c.*, p. 76. O autor cita A.N.T.T. - *C.G*, Consultas, Maço 73A. Consulta de 9 de Outubro de 1714.
[257] A.D.B. - *Diário Bracarense* ..., fl. 94.

que Moura Teles, o homem que mandara fazer a obra, sabe aproveitar a benesse que fizera à cidade para glória pessoal, através da cerimónia da sua inauguração. Na presença do Arcebispo, uma multidão assiste à sacralização da fachada com a colocação da imagem da Virgem, garante do bem terreno, protectora da cidade e medianeira dos homens, numa cerimónia solene acompanhada de música. Se materialmente assumiu o dispêndio da construção, é também ele quem a dota de poder espiritual.

O cenário da Casa de Deus ergue-se na cidade dos homens numa ambiência de poder absoluto. Na festa da inauguração o actor principal emerge no meio da massa anónima investido de dupla função enquanto Pastor do seu rebanho: propicia-lhes as obras e leveda-lhes o espírito. Emblema de centralismo sob tutela religiosa.

Mais que a nossa leitura, as palavras eloquentes de D. Rodrigo de Moura Teles na procuração [258] que faz ao Fabriqueiro da Sé, António Felgueira Lima, conferindo-lhe poderes para tratar da construção da fachada (Doc. n. 27):

> *«...porquanto o mesmo cuidado que nos obriga a tratar do bem espiritual da nossa Diocezi nos castrange tambem a solicitaçam siozamente o material aseo e desensia desta nossa See»* [259].

Com a transformação interna a função pedagógica estava assumida, mas o arcebispo pretende trazer essa linguagem ao exterior numa atitude de teatralização:

> *«...como ja se acha em tanto que a quem nella entra levanta o pensamento aos louvores de Deos querendo que as primeiras vistas do seo fronteespisio emculquem na magnifisencia as excelensias que dentro emserra a que comsegninamos fabricando as novas torres»* [260].

Demarca o seu carácter estético ao acusar que a fachada primitiva era *desproproseonada*, revelando uma maior contemporaneidade. Pelo facto das torres se apresentarem, ao seu olhar, ruinosas exigiam a sua pronta intervenção, não obstante «do muito que temos despendido nas presedentes obras da mesma See» [261], elucida o Arcebispo.

Todas as despesas da obra recaíriam sobre si, apesar do «conhecimento e imformação de que a reparação de huma das torres pertensse a Fabrica da mesma See e outra ao Senado da Camara desta Corte», porque a Fábrica não possuía recursos e o Senado achava-se «empenhado com as obras que tem feito convinientes ao bem publico» [262]. Acima das obrigações da Fábrica da Sé e do Senado sobrepõe D. Rodrigo de Moura Teles o seu poder económico financiando todo o empreendimento.

---

[258] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 594, fls. 83-85. Cit. por ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa* ..., p. 204.

[259] Idem - *ibidem*.

[260] Idem - *ibidem*.

[261] Idem - *ibidem*.

[262] Idem - *ibidem*.

A obra seria feita, segundo sua expressa determinação, por Manuel Fernandes da Silva, «comforme a planta que nos mostrou» [263], sendo portanto este o seu autor. Esta exigência na procuração de Moura Teles revela a sua ligação a Manuel Fernandes da Silva, a quem escolhe sem concurso público. Pode-se alvitrar uma intimidade profissional, no campo da arquitectura, entre estes dois personagens. Era o arquitecto que construía na pedra a imagem do poder do arcebispo. Acreditamos, por isso, poder apontá-lo como *o seu arquitecto.*

Na procuração fica ainda acertado o preço da empreitada que atingia os «honze mil e novecentos» cruzados, recebendo dois mil cruzados no acto da escritura pública, e o restante em pagamentos ao mês conforme o curso da obra.

O contrato notarial foi lavrado a 21 de Fevereiro de 1723 entre António Felgueira Lima e Manuel Fernandes da Silva, para «elle lhe fazer a obra do fronteespissio desta Santa See de Braga e torres na forma de hum prefil ou dezenho que para esse efeito se fez» [264]. O contrato não apresenta os apontamentos, que foram certamente substituídos pelos riscos.

Depois de terminada a empreitada, que se esperava concluída em Fevereiro de 1724, a obra seria avaliada por dois mestres.

Em Fevereiro de 1725 (Doc. n. 29) Manuel Fernandes da Silva dava por quite o pagamento da obra: «por elle foi dito que o Illustrissimo Senhor Dom Rodrigo de Moura Telles Arcebispo Primas desta corte lhe dera a obra das torres desta Santa See em presso e quantia de honze mil cruzados (...) o qual presso da dita obra o Illustrissimo Senhor Arcebispo lhe tina ja tudo pago entregue e satisfeito» [265].

Volumetricamente esta nova fachada apresenta a mesma solução da primitiva, distribuída em três níveis, sendo o primeiro composto por galilé, que é reaproveitada. No coroamento da fenestração, mais alargada, recorre-se a uma alternância de frontões interrompidos e curvos. No último nível, acima da cornija, no meio das duas torres de «remate cupulado, apenas definido na estrutura e com panos vazados»[266], uma edícula, de frontão interrompido, que recebeu a Virgem com o Menino.

A ornamentação das armas do Arcebispo animam o eixo de simetria da fachada e contrastam com a singeleza dos outros elementos decorativos.

1.1.3 A Sacristia (fot. 7-10)

Recua ao ano de 1690 a primeira tentativa para construir uma nova sacristia para a Sé Primacial, levada a efeito em tempo de *Sede Vacante*. O Provedor Geral da Mitra, que era concomitantemente «Dezembargador na Relação desta Corte», juntamente com o Cabido, vai contratar Manuel Carvalho, mestre de pedraria, mora-

---

[263] Idem - *ibidem.*

[264] Idem - *ibidem.*

[265] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 605, fl. 59.

[266] SOROMENHO, Miguel - *o.c.*, p. 76.

dor na cidade, para levar a cabo um projecto que saíra do punho do «Mestre de Arquitectura Domingos Lopes da cidade» [267].

Como nota Robert Smith, «o projecto de fazer uma nova sacristia representa o principal acrescentamento à velha catedral românica desde a construção da capela-mor manuelina em 1510 e as alterações da fachada realizadas sob o arcebispo primaz D. Diogo de Sousa (1505-1532)» [268]. Nesta preocupação de modernidade o Cabido bracarense antecede o do Porto que evidencia desígnio paralelo apenas em 1700 quando são contratados artistas para tratarem da ampliação da sacristia [269].

Com o mestre Manuel de Carvalho, outros assumem o compromisso como sócios: Domingos Moreira, referido como «hum dos mestres da obra de S. Victor», Manuel da Costa, António da Costa e ainda João da Costa; os três primeiros da freguesia de Moreira, concelho da Maia, e o último de Vila Nova de Gaia. A quantia ajustada pela sociedade foi de 2.780$000 réis para realizar a obra no termo de dois anos[270]. Esta sacristia seria edificada no claustro de Santo Amaro, local que o documento ainda contemplava com outras intervenções: «... e as capellas da parte de fora do claustro de Santo Amaro para a parte do Norte serão feitas assim como mostra a planta e suposto faz menção de tres se ha-de acrescentar huma para o retabolo de Nossa Senhora do Desterro» [271].

Por razões desconhecidas, o empreendimento, embora iniciado, não chegou a bom termo e é substituído por outra empresa financiada por D. João de Sousa (1696--1703). Desde o local onde se situaria a sacristia, à ideação do seu risco, e à escolha de mestres para a sua construção, tudo foi alvo de nova selecção. Do seu posicionamento, relativo à fábrica da Catedral, a construção primitiva erguer-se-ia contígua à nave da parte do Evangelho, ocupando espaço do claustro de Santo Amaro [272], e a nova do lado oposto, a partir do braço direito do transepto, local onde se encontra; do projecto de um Mestre de arquitectura, passa-se para outro de um arquitecto régio; em vez de Manuel de Carvalho, Pascoal Fernandes e Manuel Fernandes da Silva, sendo estes, pelo menos o pai, um artista reputado no meio coevo. Mais do que um salto quantitativo, como aponta Smith [273], estamos perante uma procura de subida qualidade.

---

[267] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 451, fls. 124-126v. O documento foi publicado na integra por SMITH, Robert C. - *A Sacristia* ..., pp. 17-22.

[268] Idem - *A Sacristia*..., p. 3.

[269] FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *Elementos para a História Artística da Sé do Porto nos Séculos XVII-XVIII (I) - Nótula sobre algumas obras (1665-1709)*, Sep. da «Revista da Faculdade de Letras», II série, vol. VIII, Porto, 1991, pp. 279-281.

[270] Esta questão da sociedade passou despercebida a Robert Smith que os considera apenas como *outros concorrentes* à obra. SMITH, Robert C. - *A Sacristia*..., p. 4. Foi destacado por nós em ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa* ..., p. 26.

[271] SMITH, Robert C. - *A Sacristia*..., pp. 18-19.

[272] Idem - *ibidem*, p. 5.

[273] «Aos dois pedreiros foi paga a quantia de 3.240$000 rs, isto é, mais 460$00 rs do que Manuel de

Por este contrato, lavrado a 28 de Abril de 1698 [274], *Manuel Fernandes da Silva* faz a sua primogénita aparição ao serviço dos arcebispos, assumindo uma relação de dependência do pai, embora já residisse em Braga em morada independente. *A descrição da obra no contrato notarial não se estende em apontamentos.* Além de fornecer o nome do autor do projecto — «na forma da planta que fizera João Antunes Arquitecto morador no cidade de Lisboa» — apresenta alguns dados de *natureza técnica:* «terão as paredes das ilhargas nove palmos de grosso e pellas partes exteriores serão de ensilharia de fiadas toda leada e junturada forte e segura e a dita grossura de nove palmos se entendera da ilharga da parte de fora porque a de dentro se engrossará com a parede da See» [275]. A grossura dos muros é explicada porque, além de receber o peso da abóbada da sacristia, *de pedra lavrada,* neles descarregariam as forças dos «arcos da See». A relação das dimensões, no interior, estipulada no contrato seria de 80:40:33,5 em palmos, apresentando actualmente 17,60:8,80:7,37 em metros e segundo Smith [276].

Externamente a sacristia é duma simplicidade notável, sem vestígios de ornatos em qualquer dos seus componentes, sendo a fachada principal animada por quatro rasgadas frestas cuja expressão se pauta no rigoroso geometrismo arquitectónico, definindo um rectângulo aberto inserido entre dois fechados. As duplas pilastras dos ângulos, recuada uma em relação à outra, não se afastam desta linguagem de *arquitectura pura aplicada.*

Fechada ao exterior, entra-se na sacristia pelo transepto onde se abre uma portada de granito, encimada por frontão curvo interrompido, com peanha central para suporte de *S. Nicolau, patrono do espaço.*

As paredes são divididas por dezanove pilastras compósitas, encontrando Robert Smith paralelo na sacristia de Santo Antão em Lisboa [277], que sustentam por sua *vez um soberbo entablamento.* As paredes de maior animação são as dos topos, onde os áticos vazados por aberturas ovalóides, rematados por frontão curvo, são ladeados por peanhas que sustentam um arranjo floral. Evidencia-se um contraste entre a graciosidade dos arranjos e as linhas frias da sala, tónica que se agiganta com a rigidez da cobertura abobadada em almofadas quadradas de pedra. É mais uma sala que contou com as potencialidades da talha — nas paredes das extremidades abrem-se dois arcos para retábulos de madeira de invocações ao Santo Cristo e a Nossa Senhora da Piedade —, e da escultura em pedra, nos dois elegantes lavatórios, «desenhados como meio-chafarizes de duas bacias (...) de granito pin-

---

Carvalho ia receber, segundo o seu contrato de 1690, diferença que também conduz à conclusão de a nova sacristia ser maior do que a primeira projectada». Idem - *ibidem*, p. 6.

[274] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 480, fls. 32-33. Documento transcrito por SMITH, Robert C. - *A Sacristia...*, pp. 22-25.

[275] Idem - *ibidem*, p. 23.

[276] Idem - *ibidem*, p. 11.

[277] Idem - *ibidem*, p. 11.

tado em imitação de mármores do Sul» [278]; como de dois armários contadores embutidos nas paredes.

1.1.4. Capela de S. Geraldo (fot. 11)

Uma das prioridades da magnanimidade intervencionista de D. Rodrigo de Moura Teles no complexo da Catedral foi a reconstrução da capela de S. Geraldo, situada no claustro de Santo Amaro, escolhendo-a para sua câmara funerária. Composto que estava o Arcebispo com o seu Cabido, iniciou-se o processo transformador, porque a capela existente, além de envelhecida e escura, evidenciava outros defeitos[279], financiando todo o evento construtivo «que lhe custou oito mil cruzados»[280]. Os preliminares foram a realização de uma planta e o contrato com o mestre pedreiro por forma a levar a bom termo a vontade do Arcebispo (Doc. n. 10).

O contrato notarial de 24 de Setembro de 1707 [281] foi composto entre o Reverendo Doutor Manuel Pinheiro Ramos, «Dezembargador na Relaçam desta Corte», «por ordem que tinha do Illustrissimo Senhor D. Rodrigo de Moura Teles», e Manuel Fernandes da Silva, como mestre arquitecto de pedraria, para «elle fazer a obra da capela de S. Geraldo sita nos claustros da Santa See», seguindo «huma planta e prefil que elle dito Reverendo Doutor para esse efeito fes», e que recebeu aprovação do Prelado [282].

A capela, de espacialidade rectangular abobadada, mantem-se ainda quanto ao interior, mas já a sua fachada foi completamente alterada pela intervenção dos Monumentos Nacionais, onde se formava uma pequena galilé para o que o contrato fornece alguns apontamentos: «fara elle dito mestre hum arco fora da porta prencipal da dita capela junto a porta travessa da See desta parte que virara para a parte da capela de Santo Antonio para sobre ele se fazer o fronteespissio desta capela» [283]. Sobre a porta principal obrigava-se Manuel Fernandes da Silva fazer «duas trebunas largas e altas para que por ellas se veja do coro para a capela», ou seja, porque a capela não possuía outra zona que lhe fornecesse iluminação — localiza-se entre a capela da Glória e a sacristia — duas janelas rasgadas na fachada satisfariam essa lacuna.

---

[278] Idem - *ibidem*, p. 12.

[279] FERREIRA, J. Augusto (Monsenhor) - *Fastos Episcopaes...*, t III, p. 241.

[280] A.D.B. - *Diário Bracarense ...*, fl. 327.

[281] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 522, fls. 69-70v. O documento é citado por ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa ...*, p. 198. Erradamente leu-se *Gonçalo* quando devia ter-se lido *Geraldo*.

[282] Idem - *ibidem*.

[283] Idem - *ibidem*.

Os alicerces, a fazer de novo na parte da Epístola, teriam «oito palmos de grosso», e a parede erguia-se em alvenaria com a grossura de seis palmos, onde se exigia a abertura de uma porta, e outra na parede correspondente, ligando cada uma à sacristia e capela da Glória, respectivamente. Para acesso ao coro o contrato prevê a edificação de uma escada «em caracol e metida na grossura da parede do lado da capela o que puder ser e outra forma subira athe venser a capela de Santo Antonio» [284].

Preços ajustados com o Mestre [285]

ALVENARIA	«cada brassa de alvenaria de sem palmos por fasses e seis de grosso de paredes seis mil e setecentos e sincoenta reis»
	«por cada palmo lavrado lizo sincoenta reis que fas cada brassa sinco mil reis e para carretos de cada huma brassa mil trezentos e sincoenta reis que fas nome cada huma brassa destas seis mil e trezentos e sincoenta»
ARQUITRAVE	«cada brassa de alquitrave e refendimento medidos altos e baixos oito mil e trezentos e sincoenta»
CORNIJA	«por cada brassa de cornijem de cem palmos medidos altos e baixos onze mil e trezentos e sincoenta»
LAJEADO	«por cada brassa de lagiado sendo em coadro de todos sete mil e setecentos e sesenta reis»
DEGRAUS	«por cada brassa de cem palmos de degraos (...) seis mil e setecentos e sesenta reis»
ABÓBADA	«por cada brassa de abobeda de tijollo a sinco mil e quinhentos reis»

A pedra que saísse da demolição da capela velha era oferecida ao mestre como pagamento «pelo travalho de as desfazer e tirar zelejo e telhado e abrir alicerses e lansar os entolhos fora» [286], recebendo quitações do trabalho executado relativos ao número de oficiais que trouxesse no estaleiro, e com a condição de apresentar a obra concluída «por todo o mes de Março do anno que vem de mil setecentos e oito» [287].

Além de ser nomeado o autor do projecto — Dr. Manuel Pinheiro Ramos — como foi já referido, o contrato fornece alguns dados de cariz estético. Se no interior «o frizo para madeira sera de pedra na forma da arte da ordem Dorica e sobre elle fara huma abobeda de tijollo de bolta perfeita», o friso, cornijas e arquitraves, do exterior, seguirão a ordem Toscana.

[284] Idem - *ibidem*.
[285] Idem - *ibidem*.
[286] Idem - *ibidem*.
[287] Idem - *ibidem*.

A inauguração da capela teve lugar no dia 19 de Dezembro de 1712 [288] com missa Pontifical e Santíssimo exposto, seguida de *solenissima* procissão que percorreu as artérias principais da cidade de Braga [289], convocada por *Edital* a fim de ser acompanhada pelo «clero, religiozos, irmandades e confrarias» [290]. Trasladaram-se também as relíquias de S. Geraldo da capela de S. Tomás, local que recolheu o caixão com o corpo do Santo durante o curso das obras.
Em cerimónia pública religiosa abre-se a capela à devoção popular no meio de manifestação de Poder fazendo jus ao seu mecenas.

Havia apenas três anos que D. Rodrigo de Moura Teles se encontrava sentado na cadeira Primacial quando vai demonstrar preocupações com sua derradeira morada, preparando um espaço cuja força simbólica era reconhecida pela religiosidade bracarense. A fragilidade dos bens materiais e a fugacidade da vida são constatações que alimentam a sermonária barroca, arrastando a presença da morte ao quotidiano [291], exasperando o misticismo da *Arte de Bem Morrer*. Títulos como *Mestre da Vida que Ensina a Viver e Morrer Santamente*, de Frei João Franco, foram dos trabalhos mais lidos no universo português de setecentos [292]. Em vida medita-se a morte, passaporte garantido para o reino dos eleitos, como salientou o Padre António Vieira: «Quem morre antes da morte, não há mister, mais doutrina para bem morrer» [293]. O espírito contra-reformista de Moura Teles pôde encontrar alguma tranquilidade com a preparação da sua tumba: vivendo medita a morte. Todavia ao escolher para satisfação desse objectivo a capela de S. Geraldo coloca em linha paralela e convergente a sua actuação com a daquele Prelado. Quando manuseamos a *História Eclesiástica* de D. Rodrigo da Cunha, páginas que indiscutivelmente Moura Teles leu e interiorizou, não deixa de ser interessante essa associação voluntária de espaços da morte. Essa capela fundada por D. Geraldo com a invocação de S. Nicolau, foi também a eleita por ele para sua sepultura.
O governo de D. Geraldo (1096-1108), como arcebispo de Braga, associa-se a D. Henrique e D. Teresa, à fundação do Condado Portucalense, e, obviamente, a um tempo de reorganização política e religiosa. Teve como objectivo recuperar o poder da cadeira Primacial das *Hespanhas*: «restituir no espiritual, & temporal, ao estado antigo, & tirar os vicios, que com a entrada dos Mouros se avião introduzido», acudindo para tanto «com doutrina, & exemplo de vida a reforma de suas

---

[288] A.D.B. - *Diário Bracarense ...*, fl. 86; FERREIRA, José Augusto (Monsenhor) - *Fastos Episcopaes...*, vol. III, p. 241.
[289] FERREIRA, J. Augusto (Monsenhor) - *Fastos Episcopaes...*, t III, p. 241.
[290] A.D.B. - *Diário Bracarense...*, fl. 86.
[291] PEREIRA, Fernando António Baptista - *Morte, iconografia da*, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Ed. Presença, 1989, pp. 301-302.
[292] LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha - *o.c.*, pp. 108 e 150.
[293] Citado por PEREIRA, Fernando António Baptista - *art. c.*, p. 301.

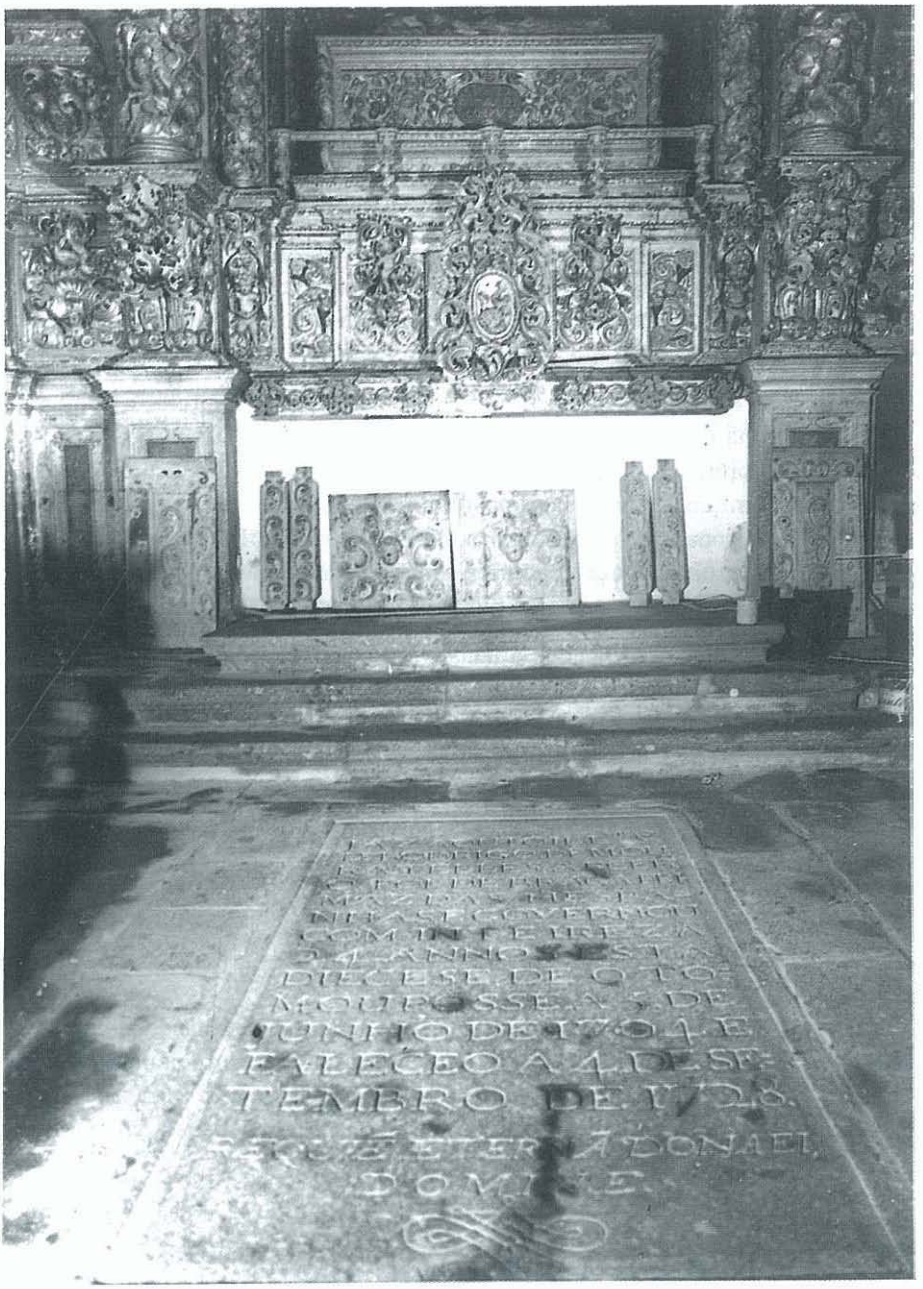


Fig. 15 - Capela de S. Geraldo. Diálogo entre o relicário de S. Geraldo e a campa rasa de D. Rodrigo de Moura Teles.

ovelhas» [294]. Vai a Roma onde alcança do Papa a dignidade de «Metropolitana da Sé de Braga, interrompida pella destruição, que os barbaros fizerão nella» [295]. Deste discurso histórico, eivado de carga moralística, de um arcebispo do século XVII sobre a importância da acção de D. Geraldo, retiremos os factos conjunturais:
- a cristandade ocidental vivia uma época de recuperação do abalo causado pelo avanço do mundo muçulmano, tanto na Península Ibérica como na Palestina, onde se pretendia libertar Jerusalém;
- D. Henrique e D. Teresa são os progenitores do fundador de Portugal como nação antónoma;
- a Primacialidade de Braga revigora o seu significado como embrião ancestral da primeira terra que recebeu missionação depois da Palestina [296]

Não podemos, igualmente, dissociar de D. Rodrigo de Moura Teles a conjuntura portuguesa na qual foi actor:
- nasce num Portugal dominado pelo traumatismo da união dinástica e pelo processo da restauração, assumindo cargos oficiais ao serviço dessa causa, de que é exemplo a sua nomeação para Sumilher de Cortina de D. Pedro II;
- ao nível religioso, a política contra-reformista enfrenta a força protestante como um desafio sempre latente.

Parece então fácil compreender-se a tentativa de identificação entre Moura Teles e Geraldo, não esquecendo, logicamente, que este *homem de vida santa*, foi reconhecido Santo depois da morte, sendo atribuídas ao seu nome as virtudes morais e o poder do milagre. Indagando o silêncio, como S. Geraldo, obreiro nos alicerces de Portugal e da Terra de Santa Maria, não pensaria Moura Teles no reforço da independência, em atitude nacionalista, lutando ao lado do rei, elevando Braga a cenário de Poder Religioso, reforçando, uma vez mais, a sua Primacialidade?
Os dois homens jazem no mesmo espaço. O primeiro, S. Geraldo, num caixão-relicário colocado no trono eucarístico do retábulo da capela, «o ponto de convergência de toda a vida cristã» [297], e aos seus pés, em campa rasa, a materialidade corpórea de Moura Teles, em humildade venerativa.
Um último aspecto a realçar prende-se com o pedido que a Irmandade de S. Pedro dirige, em 1717, ao seu arcebispo, e que vem completar a leitura do espaço tumular. Esta Irmandade, encontrando-se «dezacomodada sem caza adonde se recolha» [298] vivia no claustro sem o mínimo de condições para «satisfazerem as suas

---

[294] CUNHA, Rodrigo da (Dom) - *o.c.*, vol. II, p. 8.
[295] Idem - *ibidem*, p. 9.
[296] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Altares e Invocações na Sé...*, p. 43.
[297] MARTINS, Fausto Sanches - *Trono Eucarístico do Retábulo Barroco Português: Origem, Função, Forma e Simbolismo*, in «Actas do I Congresso Internacional do Barroco», vol. II, Porto, 1991, p. 56.
[298] Ver «Arendamento do Senhor D. Rodrigo de Moura Teles Arcebispo desta cidade de Braga à Irmandade de S. Pedro». A.D.B. - *Registo Geral*, n. 251 (11).

obrigasoins». Como não possuíam recursos para construção própria recorrem a D. Rodrigo para que lhes solucione o imbróglio, sendo-lhes arrendado o espaço da capela de S. Geraldo para aí instalarem a Irmandade: «elle ditto Illustrissimo Senhor Arcebispo Primâs por sua grandeza ao dipois de ter redificado a sua custa a capella do Gloriozo S. Giraldo citta no claustro da mesma Sanctta Se Primassial a quoal com effeito mandara fazer de novo a fundamentis des o primeiro alisersse athe o complemento della ornando-a e preparando-a de tudo o necessario tudo a sua custa fizera mersse a dita Irmandade da ditta capella» [299].
No acto de arrendamento são impostas duas condições fundamentais:
1 - que a «ditta cappella e templo se conserve na grandeza e luzimento com que a temos ornado e aprefeiçoado»;
2 - que a Irmandade rezasse «por nós os responsos que athe agora dezião pelo Senhor Dom Frei Balthezar Limpo», e uma missa diária «por nossa tensão e depois de nosso falessimento por nossa alma» [300].

Com estas disposições o Arcebispo cultua o seu espírito, tanto em vida com depois de morto, auferindo as benesses remissivas como o postulado em Trento, afirmando-se, em paralelo, com um sentido prático aguçado: a Irmandade de S. Geraldo que até à data tinha a responsabilidade da manutenção da capela perde-a a favor da de S. Pedro, porque não se encontrava «com as possebilidades nessesarias» para garantir o seu bom funcionamento [301].
O seu espaço de morte lembra todos os dias a sua memória e esta é transmitida aos inúmeros fiéis que recorrem à capela a pedir os favores de S. Geraldo.

A arquitectura serviu de enquadramento para o desenvolvimento de um diálogo expressivo entre a talha, a pintura e o azulejo que lhe formam totalmente o interior.

1.2. O Espaço Conventual

1.2.1. Conventos Femininos

1.2.1.1. Convento de S. Francisco de Jesus de Monção

Entre 1701 e 1703 Manuel Fernandes da Silva vai estar ocupado com obras de beneficiação do convento de S. Francisco [302], em Monção, obras que abrangem a

---

[299] Idem - *ibidem*.

[300] Idem - *ibidem*.

[301] Idem - *ibidem*.

[302] Fundado em 1563 aí professaram monjas os votos da Terceira Ordem Franciscana. Foi submetido, inicialmente, à jurisdição do Bispo de Tui, e numa fase posterior recai para a tutela dos arcebispos de Braga. Teve uma existência que pouco ultrapassou os dois séculos. Em 1769 as religiosas transitam para o convento de Santa Isabel, em Braga, onde juntamente com as monjas do mosteiro de Jesus de Valença, casa que também se extingue nesta data, formam a base da nova comunidade.

cerca, as casas do forno e do celeiro, locutório e coro, na qualidade de arquitecto e mestre de obras. A correspondência [303] travada por D. João de Sousa com a Madre Abadessa daquela comunidade feminina, relativa à evolução deste processo, fornece dados de interesse, não só das obras realizadas, como do vínculo do artista com o arcebispo. Analisemos, pois, o conteúdo dessas cartas de D. João de Sousa.

A primeira, datada de 8 de Julho de 1701 [304], refere-se a «obras das officinas tocante à caza do forno e seleiro», e pela sua leitura depreende-se que o processo reformista não teve início no exposto nesta carta, mas num tempo mais recuado, sempre pelas ordens de D. João de Sousa e pela orientação de Manuel Fernandes da Silva. A casa do forno e celeiro devem fazer-se «na forma que tinhamos mandado as maes que ultimamente adverte o mestre Manoel Fernandes no seu papel incluso que remeto ao depois da vestoria que lhe mandamos fazer» [305].

Por seu turno, denunciando a visita pessoal ao convento, o arcebispo expressa vontade para se não reedificar o muro «que tapa o pateo que fica detraz do coro», nem o dormitório que «cahe para as cazas onde estive» [306]. Os locutórios, «de sima e de baixo», levariam novas grades «as quaes ja estão encomendadas para se fazerem com toda a brevidade», louvando, em paralelo, a atitude da Madre em ter mandado «demolir todas as cazinhas junto ao muro», porque além de não terem préstimo para as religiosas, a sua destruição era de vontade régia [307].

Ainda nesse mês, D. João de Sousa contacta novamente a Madre para lhe fornecer orientações mais precisas, e de carácter técnico, sobre o mesmo assunto da missiva precedente:

Inácio José Peixoto escreveu nas suas Memórias Particulares: «Principiou o convento das Urcelinas à custa das orffans de Braga e das pobres freiras de Monsão e Valença, violentissimamente expulsas do que lhe tinha dado o senhor Rei D. José», e mais adiante acrescenta, «por este tempo, estava já o Collegio habitado por dous conventos de religiosas que se unirão para isso e forão mandadas vir, huas de Valença, do Mosteiro de Jesus, outras de Monção, do Mosteiro de S. Francisco; erão terceiras (...). As casas das de Valença, logo o Rei as aproveitou para hospital de soldados. As de Monção, ficarão desertas». A vivência das duas comunidades unidas numa só Regra não foi pacífica: «seguião-se as desordens entre as façoens dos dous conventos, entre si bulhavão e isto fazia eco nos ouvidos do Prelado». Para acabar com o desacato as monjas de Valença foram para o convento dos Remédios, e as de Monção para o convento da Conceição. PEIXOTO, Inácio José - *Memórias Particulares de Inácio José Peixoto - Braga e Portugal na Europa no século XVIII*, Introd. de Luís A. Oliveira Ramos, Braga, Arquivo Distrital de Braga e Universidade do Minho, 1992, pp. 74-76. Ver também FERREIRA, J. Augusto (Monsenhor) - *Fastos Episcopaes...*, t. III, pp. 350-353.

[303] A correspondência, em depósito na Biblioteca Nacional da Ajuda, estava parcialmente publicada por Sousa Viterbo. A pesquisa que aí desenvolvemos confirmou o levantamento de Viterbo e acrescentou novos dados.

[304] B.N.A. - 51-IX-40, fl. 89; Ver SOUSA VITERBO - *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988, pp. 307-308 (Edição Fac-similada).

[305] Idem - *ibidem*.

[306] Idem - *ibidem*.

[307] Idem - *ibidem*.

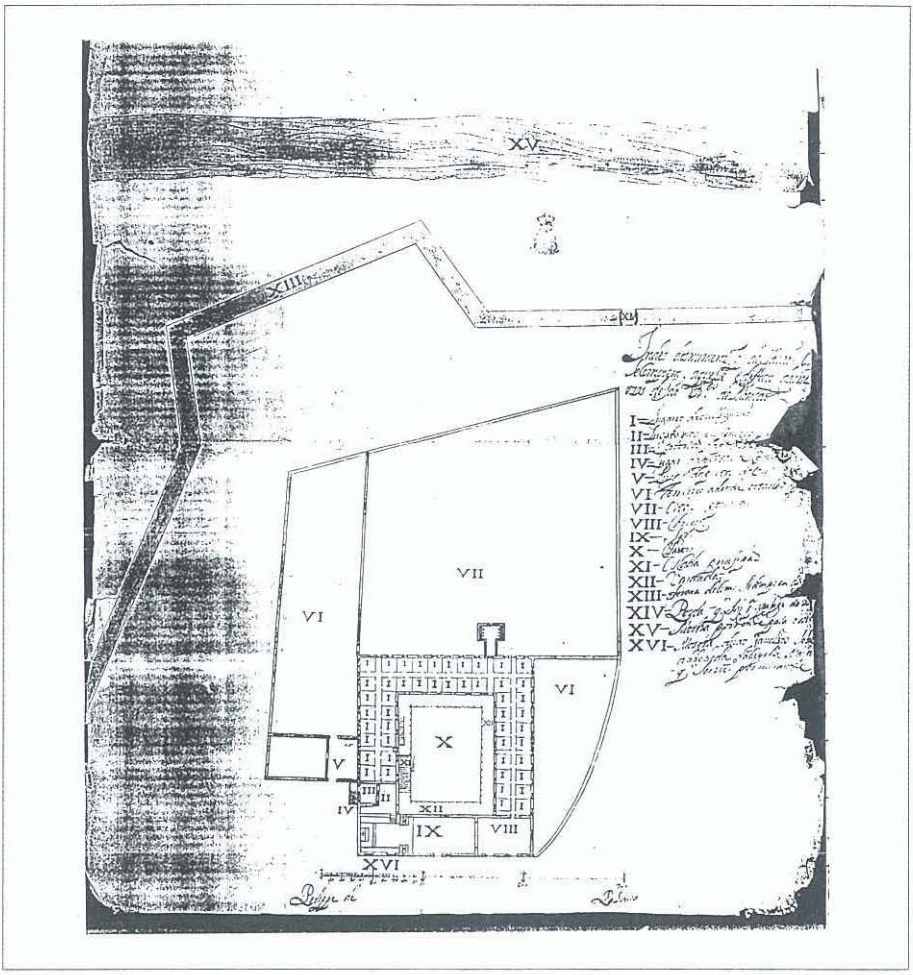


Fig. 16 - Planta do Convento de S. Francisco de Monção - início do séc. XVIII (B.N.A.).

«...li a rellação do ultimo estado das obras e ouvindo o mestre Manoel Fernandes sobre este particular e o que sera mais conveniente dis que os fornos que se demolirão se deve reedificar na forma em que estavão no mesmo lugar, ou outro mais conveniente dentro da mesma caza» [308]. *Do locutório esclarece que o mestre deve «hir aparelhando a pedraria, como se lhe tem mandado para que esteja tudo prompto na hora que chegarem as grades se deribar de sima athe baixo a parede e se plantarem com fortaleza e perfeição»* [309].

[308] B.N.A. - 51-IX-40, fls. 93-93v.

[309] Idem - *ibidem*.

Aproveitando a presença de Manuel Fernandes da Silva no convento vai incumbi-lo de nova vistoria para outra obra, desta vez abrangendo a parede do coro, como se extrai da carta que dirige à Abadessa em Novembro de 1702:

> *«Ao mestre Manoel Fernandes que, se acha actualmente nessa casa mando que veja essa obra [*da parede do coro*], para que (quando se recolher da outra que está fazendo) me informe particularmente, e eu poder vir no conhecimento do que será mais conveniente obrar-se; V.M. o pode chamar mostrando-lhe esta minha carta, para que elle traga uma relação fiel e com toda a clareza de aquillo que vir, e observar»* [310].

Só perto do fim da Primavera o assunto do coro acusa outro impulso, desta vez conducente à execução da obra. Por carta de 15 de Maio D. João de Sousa põe ao corrente a Madre do que iria fazer:

> *«... vai o Architecto Manoel Fernandes e o mestre Antonio Francisco para que vejam se se pode ajustar a obra de se reedificar as paredes do coro, e pôr no estado mais seguro que possa ter» alertando que esta seria a sua «ultima bemfeitoria com que acista essa caza»* [311].

Seis dias depois foi lavrada escritura pública pela qual o mestre pedreiro Domingos Alves de Azevedo, de Monção, se obriga «fazer per sua conta a redificação do coro do mosteiro das rellegiozas de S. Francisco da dita Villa de Monção na forma dos apontamentos» [312], segundo contrato testemunhado por Manuel Fernandes da Silva. Não sendo elaborada planta as condições que o contrato regista são de enorme minúcia. São, com toda a certeza, fruto da colaboração de Manuel Fernandes da Silva com António Francisco, que se deslocaram, previamente, de Braga a Monção para estudarem a obra, um na qualidade de *arquitecto* e outro na de *mestre*. Nesta óptica é, pois, interessante detectar as linhas de orientação da reconstrução do coro:
a) a parede «de hum lado da parte do terreiro da Villa» seria demolida até fundamentos, e refeitos os alicerces com mais segurança;
b) seria também «desfeita a empena do outão do mesmo coro athe a altura do sobrado do mesmo. E dahi para sima feita de novo com boa pedra». A meio desta parede, «em altura de dez palmos», estipula-se a abertura de uma janela, «do mesmo tamanho e feitio de cada huma das duas do lado»;
c) o mestre faria «os dous portais para serventia do convento para o coro (...) e isto se entende em o coro de sima e o mesmo fara o outro portal que ha no coro de baixo»;

---

[310] B.N.A. - 51-IX-40, fl. 159; SOUSA VITERBO - *Dicionário Histórico* ..., p. 308.
[311] B.N.A. - 51-IX-40, fl. 158; SOUSA VITERBO - *Dicionário Histórico* ..., p. 309.
[312] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 502, fls. 66v-67v. ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa* ..., p. 20.

d) as duas janelas que iluminavam o coro de cima seriam novamente assentadas e «feitas pello mesmo tamanho que oje são, mas sim asentadas mais asima que for posivel». A fresta do coro inferior seria colocada no mesmo local.

Nota-se, pela descrição da obra, uma articulação entre passado e presente, ou melhor, uma reintegração do antigo no moderno: reconstruir sem alteração das leituras globais, tentando uma expressão uniforme do ponto de vista estético. Algumas peças, como o entablamento, seriam reconduzidas, sem qualquer alteração, na nova obra.

Deste processo construtivo materialmente nada subsiste. Resta-nos a imagem da importância que D. João de Sousa encontrava em Manuel Fernandes da Silva, como técnico experimentado no domínio arquitectónico, vendo-o como mestre pedreiro da sua confiança, a quem confere, amiudadamente, o título de arquitecto. Ora, era D. João de Sousa um cliente especial, com uma cultura artística bem desenvolvida, como revela ao socorrer-se do mais *insigne arquitecto do reino* para traçar a nova sacristia da sua Sé. Não se pode, de forma alguma, tirar da vista este facto, que de resto retomaremos com renovado ênfase no último capítulo deste trabalho.

1.2.1.2. De Recolhimento a Convento de Nª. Srª. de Penha de França (fot. 12-18)

Em meados do século XVII o casal Pedro Aguiar e Maria Vieira, instituíram, no Campo de Santa Ana, na cidade de Braga, o Recolhimento das Beatas Capuchas, para aí se recolherem *donzellas ou viúvas*, vivendo na observância da Regra de S. Francisco [313]. A pequena comunidade, formada por sete Beatas, dispunha de capela privativa titulada por Nossa Senhora da Penha de França. Para maior conforto espiritual manifestam vontade testamentária de o transformar em clauzura, deixando cativos alguns bens imobiliários, cujo valor monetário seria aproveitado para concretizar aquele desígnio, quando, por ventura, se criassem as condições legais para dar andamento a esse intento.
Depois de uma visita de D. Rodrigo de Moura Teles ao Recolhimento das Capuchas, à volta de 1719, ganha novo folgo a disposição dos fundadores almejando a comunidade ver transformado o Recolhimento em convento. Custódio de Azevedo Proença toma a seu cargo a execução de um minucioso levantamento da situação económica das beatas, dos legados e dotes, e das condições de instalação do convento, desde o espaço, até ao fornecimento de matérias primas para o bom curso das obras. Tudo foi escrupulosamente reflectido e, ainda nesta fase preliminar, foi consultado Manuel Fernandes da Silva, como elucida a documentação [314].

---

[313] FERREIRA, J. Augusto (Monsenhor) - *Fastos Episcopaes...*, t. III, p. 251.
[314] A.D.B. - *Fundo Monástico* - Nª. Srª. de Penha de França, F. 129, Docs. 959 e 959A.

Custódio Proença conclui o relatório, que envia para o Arcebispo, alertando para a pertinência da ocasião para se meter mãos à obra: «...entendo ser esta a melhor occazião com a vinda de Vossa Illustrissima ao Recolhimento que se se esfriar o zello maes duro sera de se conseguirem algumas couzas das referidas» [315].
Analisemos, pois, sucintamente os pontos principais que acutilaram a atenção de Custódio Proença [316]:

A - *Situação económica.*
1. Em escrituras públicas tinham «seis mil cruzados» a juro. Destes, «compraram as cazas, e todo o prazo, que tinha e possuia Jozeph Monteiro de Souza por 1160$000». Compraram ainda ao mesmo proprietário *outras casas* no valor de cem mil réis.
2. «Falta entrarem as extraordinarias com 70 000 cada huma para inteirarem o dote dos duzentos mil reis da entrada, a que estão prestes seus parentes a faze-lo».
3. A Misericórdia de Braga tinha em seu poder «seis ou oito mil cruzados», que eram pertença das beatas. Acreditamos ser o rendimento do legado de Pedro Aguiar e Maria Vieira.
4. Do total do dinheiro disponível, sairiam , ainda, quinhentos mil réis «para se comprarem as cazas que faltam para o sitio da igreja (...) que são tres moradas de cazas pequenas».
5. Porque todos os recursos não eram suficientes para a obra (mesmo considerando as rendas pagas em géneros, como pão, azeite e lenha), pedem autorização ao arcebispo para fazer peditório pela cidade e arcebispado, para «ajuntar algum dinheiro, e madeiras e rogos para carruagens de pedra».

B - *Situação física.*
1. Dispunham de local para instalação do convento com as aquisições de casas que fizeram.
2. «Com a pedra dos muros do Recolhimento e do campo de baixo, e da que sai das cazas se fazem os muros da cerca que ao muito custaram trezentos mil reis, como disse Manoel Fernandes».
3. As hortas das diversas casas adquiridas tinham vários poços, de onde se aproveitaria a pedra e lançaria o «entulho dos alicerces em que se poupa carretos». Apenas dois seriam reservados para uso do futuro convento.
4. Candidata-se à utilização dos materiais provenientes da demolição da capela de Santa Ana, em estado ruinoso, situada no meio do Campo do mesmo nome, local onde se abriria uma pedreira. Pede ainda a «pedra que se acha em fiada pello meio do Campo defronte do Recolhimento», que além de não apresentar qualquer serventia, facilitava o nivelamento do Campo, evitando o aparecimento de terra «na entrada da igreja» do convento.

---

[315] Idem - *ibidem.*
[316] Idem - *ibidem.*

5. Acusa ofertas de madeiras, nomeadamente traves de carvalho, para a igreja do convento.

Termina a exposição, depois de solicitar ao arcebispo a permanência do Santíssimo no sacrário da capela das beatas [317], sugerindo ao Prelado que o informasse se devia mandar fazer a planta para as obras. Ainda no seu parecer, que transmitia a vontade das beatas, a nova igreja deveria construir-se segundo uma planta centrada, de forma hexagonal, por «ser maes propria para convento de Freiras» e porque as beatas tinham já o «exolejo comprado» [318].

As diversas partes chegaram a consenso. As obras de transformação do Recolhimento em convento iniciaram-se de imediato, desenrolando-se em duas fases, onde foram construídas a cerca e a igreja, numa etapa, e os restantes espaços conventuais, na outra.
Um grande obstáculo à concretização de uma obra de vulto, pelo onerosidade que pode provocar no custo total do empreendimento, é a inexistência de matéria prima na proximidade do evento. Referiu-se já o aproveitamento que Custódio Proença, com a anuência de Manuel Fernandes da Silva, apresentou a D. Rodrigo de Moura Teles. Todavia, a construção de um convento de raíz absorve uma imensa mole de blocos de pedra, e essa disponibilidade inicial rapidamente foi exaurida. Tendo em conta o preço dos transportes de pedras das pedreiras para o estaleiro, as beatas pedem ao Senado e ao arcebispo a exploração de pedreiras situadas no Campo de Santa Ana, defronte do convento, e também junto da igreja de Nossa Senhora Branca, na continuidade desse Campo [319].

---

[317] A capela «tem todos os ornamentos necessarios e fabrica conveniente, que como estejam clauzuradas so com tal companhia sintiriam grande augmento». Idem - *ibidem*.

[318] Idem - *ibidem*.

[319] O primeiro pedido é datado de 9 de Agosto de 1719 e é dirigido das Recolhidas ao Senado. Estas, pretendem servir-se de uma pedreira particular, pertença de D. Ana Pimentel, de quem haviam obtido autorização, mas porque se situava no «paullo de Nª. Srª. Abranca», em *lugar publico*, tinham necessidade de consentimento do poder municipal. O pedido foi diferido com a ressalva de que enquanto a pedreira estivesse aberta, eram obrigadas a pôr-lhe *goardas*, e no final, depois de extraída a pedra, enchê-la de aterro. Idem - *ibidem*, Doc. 962.
Entretanto começam a servir-se da pedreira situada no Campo de Santa Ana, «em sitio em que havia huns penedos altos que desfeavão o dito Campo». Idem - *ibidem*, Doc. 962 A. São interpoladas pelo «meirinho da limpeza» que as proíbe de fazer a extracção de pedra sem expressa licença da Câmara. Recorrem ao Arcebispo alegando que «para efeito de fazerem os muros da clauzura para o convento que se pretende fazer com o amparo de V. Illmª»., precisam lhes seja confirmada a licença dos vereadores. D. Rodrigo de Moura Teles pede informações ao Senado, e despacha, favoravelmente, a petição, conforme à anuência do próprio Senado. Idem - *ibidem*, Doc. 963.

1ª Fase- 1719-1721. Construção da cerca e da Igreja

De 30 de Julho de 1719 data o primeiro recibo de pagamento da «obra dos muros que thomarão às Relegiozas deste Recolhimento de Penha de França» [320], sendo assinado pelo mestre pedreiro Manuel António, também identificado como *Mestre Possas* [321]. Já o seguinte, de Setembro, exibe a assinatura do mestre Bento Correia [322]. O rol estende-se até Abril de 1720, dando baixa, ora um ora outro, do dinheiro recebido pela construção dos muros de delimitação da cerca do convento; recibos assinados pelo mestre e da parte do convento pelo Padre Custódio Antunes Barros.

Entretanto, igualmente em documentação avulsa, surge um conjunto de recibos de pagamento aos mesmos mestres, alguns dos quais assinados por Manuel Fernandes da Silva, e todos certamente do seu punho [323], cujas datas não foi possível precisar. Referem-se, ainda, à construção da cerca e esclarecem que a sua altura podia atingir os vinte e oito palmos e meio [324].

Em jeito de balanço há uma nota que apresenta a contribuição de cada um dos dois mestres executantes na obra da cerca. É com toda a certeza da responsabilidade de Manuel Fernandes da Silva, e é acompanhado de um esboço dos muros:

> Apontamento de Manuel Fernandes da Silva
>
> *Mestre Bento Correia -*
>
> *«muro que se redificou entre este convento e Fellicia Pinta que corre de Norte a Sul (...) mais humas brassas que creserão sobre a cozinha - 49$515»;*
>
> *«lanço de muro pella parte do poente com a volta que faz entre Felicia Pinta (...) - 267$916»"*
>
> *«fez mais hum pedaso junto a igreja» - 17$578;*
>
> *«fez mais ametade do muro da parte do nasente - 107$184»;*
>
> *«fez mais de cunhal na Quingosta da parte do poente» - $960;*
>
> *Total 443$153*
>
> *Manuel António -*
>
> *«Emporta tudo o que fez Manoel Antonio - 411$346*
>
> *Importou todos os muros que se tem feito - 854$499»* [325]

---

[320] Idem - *ibidem*, Doc. 961.

[321] Idem - *ibidem*, Doc. 956.

[322] Idem - *ibidem*, Doc. 961.

[323] Idem - *ibidem*, Docs. 955, 956, 957 e 958.

[324] «... o muro que fez o mestre Bento Correia em comprimento sento e setenta e coatro palmos por altura de vinte e oito palmos [...]; muro que fes o mestre Posas em comprimento de 184 palmos por altura de vinte e oito e meio». Idem - *ibidem*, Doc. 958.

[325] Idem - *ibidem*, Doc. 956.

Um último apontamento, datado de 3 de Outubro, ao que precisamos, de 1720, e como complemento do anterior, salienta o que cada mestre já recebeu e o que lhe falta ainda receber do trabalho feito:

> *«Emportão todos os muros que fes o mestre Bento Correia (...) - 443$153*
> *Tem a conta athe oje 3 de Outubro (...) - 409$200*
> *Tem mais da pedra do muro - 010$000*
> *Resta-se-lhe dever - 23$953*
> *Emporta toda a obra que fez o mestre Posas (...) - 411$346*
> *Emporta o dinheiro que tem recebido (...) - 402$400*
> *Resta-se dever-lhe - 008$946*
> *Daqui se ha-de avater a empanada que levou por 720*
> *Resta - 8$226»* [326].

O que concluir desta informação? Como entender o aparecimento de Manuel Fernandes da Silva a efectuar ele próprio os pagamentos aos mestres pedreiros, substituindo o Padre Custódio?
Logo no estudo preliminar que Custódio Proença envia ao Arcebispo para auscultar a viabilidade da construção do convento, a opinião de Manuel Fernandes da Silva é apontada como referência, alheia, aparentemente, a qualquer intervenção de D. Rodrigo de Moura Teles. Era um artista de prestígio no meio arquitectónico bracarense. Do despacho favorável do Arcebispo para construção do convento, este escolhe, pensámos, o seu arquitecto para fazer o estudo da situação, encarregando-o responsável de toda a empresa construtiva. Desta forma, substitui a administração directa que o convento vinha fazendo, e assume o papel de mestre de obras do convento de Penha de França, cargo que será assumido pelo artista noutro processo de reforma conventual feminina, em Braga, sob o poder mecenático de Moura Teles.
É nessa qualidade que faz as medições da contribuição de cada um dos dois mestres — Manuel António e Bento Correia — na obra da cerca. Podemos avançar um pouco mais: se ele fosse apenas contratado pelas Recolhidas para a avaliação do trabalho dos mestres, com que poder tinha o encargo dos pagamentos?
A assistência que fornece a Penha de França responsabiliza-o na paternidade do projecto e encontra suporte na arrematação da igreja.

Depois de erguida a cerca diligencia-se a construção da igreja e sacristia. Este é o primeiro núcleo arquitectónico que sofre transformação no sentido da formação do convento (Doc. n. 25).
As Madres do Recolhimento pretendiam que, ao nível da planta, a igreja acusasse a forma hexagonal, por ser, segundo elas, a que mais se adaptava a convento

---

[326] Idem - *ibidem*, Doc. 957.

feminino. Era uma opinião perfeitamente estruturada na estética das mulheres recolhidas, pois, antecipando-se a determinação superior, haviam adquirido o azulejo para revestimento das paredes interiores [327].

A planta definida pela construção articulava quatro rectângulos de disposição longitudinal, relativamente ao Campo de Santa Ana. Cada espaço receberia sacristia, capela-mor, corpo da igreja e coro, respectivamente, sendo este último destruído no século XIX para construção de um novo edifício.

Os dois rectângulos da sacristia e capela-mor, estão ao mesmo nível, e entre estes e o espaço seguinte forma-se um ressalto, destacando-se a largura do corpo da igreja. Igual leitura se observava quando se passava do corpo da igreja para o coro, como testemunha o contrato de arrematação da obra: «e fara as paredes do coro da banda de dentro na dereitura do cunhal de fora na forma que detriminou à vista de Sua Illustrissima» [328].

Integrando o conjunto no Campo de Santa Ana, esta articulação de volumes em escada, contraria o afunilamento da praça, que em termos globais define uma forma de raíz triangular. O estrangulamento do espaço público é alargado com o recuo de cada um dos módulos que compõem o conjunto. Esta foi uma orientação intencional de D. Rodrigo de Moura Teles pela observação directa do espaço onde se inseria a construção, acusando, nesta postura, preocupações estéticas de embelezamento urbanístico.

Volumetricamente cria-se uma gradação em escada que evolui da sacristia ao corpo da igreja, e, possivelmente, ao coro. As preocupações de arranjo da praça são claras não só no domínio da planta, como ainda da regularização da altura do edifício com a largura da praça: a uma maior volumetria corresponde um espaço público mais largo.

Ao desejo expresso das Madres contrapôs Moura Teles a sua orientação edílica: para a igreja de convento feminino uma planta de base rectângular, como se havia utilizado no Terço de Barcelos, e se empregaria depois no convento de Nossa Senhora da Conceição, em Braga.

O contrato de arrematação desta obra foi lavrado a 4 de Junho de 1720 (Doc. n.25), entre a regente do Recolhimento, a Madre Maria Sacramento, e Manuel Fernandes da Silva [329], e três dias depois, em cerimónia presidida por D. Rodrigo de Moura Teles, lançou-se a primeira pedra [330], «com as solemnidades que dispoem o Ri-

---

[327] Idem - *ibidem*, Docs. 959 e 958A.

[328] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 579, fls. 101-102v. Ver ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa* ..., p. 204.

[329] Idem - *ibidem*.

[330] «Junho 7 de 1720 foi o Senhor Arcebispo lançar a primeira pedra na igreja nova que fazem as Beatas de Nossa Senhora da Penha de França». A.D.B. - *Diário Bracarense...*, fls. 91-92; FREITAS, Bernardino José de Senna - *o.c.*, t. I, p. 392.

tual Romano, com asistencia do seu Bispo Coadjutor, dos seus capitulares e da principal nobreza de Braga» [331].

O contrato, embora apele constantemente para a planta, fornece alguns elementos descritivos de interesse:

- as dimensões e as esquadrias seriam as acusadas na planta;
- «...as cornigens de dentro na forma do dezenho de pedra e por fora para a parte da Rua ou do Campo de Santa Anna sera de papo de rolla»;
- a igreja no interior levaria três empenas: uma «sobre as grades do coro e outra sobre o arco cruzeiro e outra sobre a capela maior e com suas cruzes e peradimas e rufos», e cada empena possuía um cunhal, sendo de duas faces o do arco cruzeiro, e os outros dois apenas de uma;
- a sacristia levaria «lavatorio, frestas e portais», com grades de ferro assentadas pelo mestre e fornecidas pelas Recolhidas;
- «... do corredor da samchristia que sobe para a tribuna sera repartida de prepianho com sua porta por baixo para despejos da sanchrestia» [332].

Na execução desta obra, o mestre aproveitava os materiais e esquadrias provenientes quer da demolição das casas velhas, quer da igreja do Recolhimento. Este aproveitamento não vai só ao domínio da matéria prima, mas inclusivamente a formas, que seriam reutilizadas na mesma função:

> *«...a porta da igreja sera a que estava na igreja velha sim acresentada para ficar na largura que mostra a planta e altura dupla», embelezada ainda com «hum escudo das armas de Sua Illustrissima»* [333].

O campanário velho seria reaproveitado integralmente e assentado no local mais conveniente.

Para evitar a entrada das «immundissas das agoas», construía-se o pavimento da igreja ligeiramente levantado, em relação à praça.

Quanto a custos, a arrematação atingiu os novecentos mil réis, à conta dos quais o mestre recebeu logo duzentos, e obrigando-se à conclusão da obra no termo de oito meses. Não foi apresentado fiador, e as duas testemunhas eram padres.

A 18 de Dezembro do ano seguinte, em momento alto na história do Recolhimento, celebra o Arcebispo de Braga a «primeira missa na nova igreja» [334].

É mais um interior onde a talha e azulejo lhe preenchem completamente as superfícies parietais.

---

[331] B.P.M.P. - *Conegos e Arcebispos de Braga*, RES., ms. 1419, n/ p.
[332] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 579, fls. 101-102v.
[333] Idem - *ibidem*.
[334] A.D.B. - *Diário Bracarense...*, fl. 93.

2ª Fase - 1725-1728 - A construção de outros espaços conventuais.

Para dar andamento à edificação das várias dependências do futuro espaço conventual ou para aquisição de peças artísticas para caracterização do espaço já construído, a Regente reclama, em Maio de 1723, à Misericórdia o legado de Maria Vieira, anotando, que embora incompleto o ciclo de obras, «não he necessario esperar por ella [*conclusão*] para se entregar o legado», tendo como garantia do bom termo do empreendimento o «zello com que Sua Illustrissima tem tomado esta obra a sua conta» [335].

São contratados por D. Rodrigo de Moura Teles, os mestres pedreiros Estevão Moreira e Manuel Rebelo, irmãos, moradores na «freguesia do Salvador de Moreira, concelho do Porto», para a «obra do novo convento da Senhora da Conceição da Penha França», segundo escritura pública lavrada a 8 de Setembro de 1725 [336]. Os apontamentos são muito pobres, não esclarecendo, inclusivamente, o teor da obra a realizar. Faz-se apelo a que os mestres pedreiros tudo farião «na forma da planta e apontamentos», que estavam, de resto, «comforme a vontade que elle dito Senhor quis». A determinação do arcebispo é reforçada ainda numa outra passagem do contrato notarial, a propósito das esquadrias da obra: «toda a escoadria desta obra que consta da planta della e toda a mais que elle dito Illustrissimo Senhor quizer». Ao projecto arquitectónico sobrepunha-se o cariz estético de Moura Teles. A obra foi tratada à braça na razão de «tres mil e dozentos reis» cada, incluindo vãos e janelas.
Além dos mestres trabalhariam continuadamente na obra «corenta officiaes».
O custo total da obra dos mestres pedreiros e da sua equipa no Convento da Penha de França atingiu os «sete contos oitocentos e noventa e dois mil e quinhentos e sacenta reis», conforme declara a quitação do último pagamento que D. Rodrigo de Moura Teles fez a Estevão Moreira, datado de 6 de Julho de 1728 [337]. Três anos foi o tempo que demorou a construção do espaço conventual. Durante este período não conhecemos outras intervenções dos mestres que arrematataram as obras.
Ainda não estava totalmente satisfeito o compromisso com a equipa de pedreiros, e já era inaugurado o convento com a pompa que pedia o acontecimento [338]. Nova-

---

[335] Depois de satisfeitos os encargos testamentários de Maria Vieira, sobraram para as Recolhidas «dois contos e cento e sesenta e hum mil reis». A.D.B. - *Fundo Monástico* - Nª. Srª. de Penha de França, F. 129, Doc. 965.

[336] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 608, fls. 145v-147v. Ver ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa* ..., p. 139.

[337] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 622, fls. 22-22v. Ver ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa* ..., p. 140.

[338] Não há coincidência sobre o mês em que decorreu esta sessão. O manuscrito da Biblioteca Pública Municipal do Porto localiza-o em Junho: «No dia 4 de Junho de 1727 as cinco horas da tarde, chegarão as fundaddoras acompanhadas de muitas senhoras amigas e parentes suas à ermida de Santa An-

mente uma manifestação pública de regozijo mecenático. Manuel da Silva Tadim ilustrou-a da seguinte forma:

> *«Julho de 1727. Aos 4 deste mez foram para o novo convento da Penha de França as Instituidoras delle que foram duas religiozas do Salvador, e huma da Conceiçãm, e se apiaram à capella de Santa Anna e chegando a mesma capella o Senhor Arcebispo se formou procissam com clerigos e religiozos debaixo da cruz da Confraria de S. Anna, e da do Senhor Arcebispo, e foram direitas ao novo mosteiro hindo as duas religiosas do Salvador a par com veos pela cara, e atraz destas huma da Conceiçam no meio de duas senhoras de manto suas parentes e no fim hia o Prelado, a atraz delle os vereadores, e na igreja se cantou Te Deum Laudamus e houve triduo com o Sacramento exposto, e sermões. O Senhor Arcebispo mandou fazer este convento à sua custa, e dantes era Caza de Beatas, que havia instituido Pedro de Aguiar»* [339].

1.2.1.3. Convento de Nª. Srª. da Conceição (fot. 19-25)

De fundação pós-tridentina, o convento de Nossa Senhora da Conceição iniciou a construção em 1625 [340], por vontades de Geraldo Gomes, cónego na Sé, e seu irmão, Francisco Gomes, abade de Adoufe [341], com licença do Arcebispo D. Afonso Furtado de Mendonça (1619-1627), encontrando-se concluído quatro anos mais tarde. Foi do convento dos Remédios que saíram as primeiras monjas e noviças para constituirem a base desta comunidade conventual [342].
Um século depois resolveram as religiosas do convento edificar nova igreja porque a existente «ameaçava ruina» [343]. O *Diário Bracarense* aponta o ano de 1725 como início deste processo construtivo [344]. Para satisfação do intento freirático, recorrem ao seu Prelado, para este, além de autorizar a construção, financiar as obras com o seu patrocínio mecenático.

---

na, que dá o nome a huma grande e alegre praça aonde esta situado o convento, e ahí as esperava o Arcebispo com grande parte dos seus capitulares, hum grande numero de Ecclesiasticos regulares e seculares e huma multidão de pessoas de distinção mui luzidas não so de Braga mas de toda a Provincia do Minho [...] com esta lustoza comitiva passarão as fundadoras ao novo convento. [...] Houve hum solemnissimo triduo de tres dias». B.P.M.P. - *Conegos e Arcebispos de Braga,* RES, ms.1419, n/p.

[339] A.D.B. - *Diário Bracarense...*, fl. 97.

[340] A.D.B. - *Diário Bracarense...*, fl. 54.

[341] FERREIRA, J. Augusto (Monsenhor) - *Fastos Episcopaes...*, t. III, p. 138.

[342] «Para directoras do novo convento foram do dos Remedios quatro Religiosas: Soror Martha de Sant' Anna, primeira Abbadessa, natural d'esta cidade; D. Francisca de Castro, sua sobrinha, Vigaria; D. Antonia da Conceição e D. Isabel Assumpção, as quaes, com seis noviças, constituiram a communidade conventual». Idem - *ibidem*, p. 138.

[343] B.P.M.P. - *Conegos e Arcebispos de Braga*, RES, ms. 1419, n/p.

[344] A.D.B. - *Diário Bracarense...*, fl. 96.

Para um autor setecentista a «planta que se fez para fabrica do novo templo» evidenciava a «magnificencia que elle dezejava tivessem todas as cazas de Deos sem attender a gastos» [345]. De facto, sendo grandioso ao nível das proporções, é também transmissor de alguma austeridade. Se no convento de Nossa Senhora da Conceição da Penha de França encontrámos um espaço sacro de um intimismo luxuriante, de requinte feminino, naquele, presente igualmente a usual associação da talha, do azulejo e da pintura, mas por que de forma contida, contrastam equilibradamente com o branco das paredes, situação que é reforçada nos coros, formando-se, como tal, um espaço onde os valores arquitectónicos se tornam mais evidentes.

Começou-se a trabalhar nesta obra «no dia 12 de Julho de 1728 dando logo aquelle Prelado para principio desta obra dous contos e duzentos mil reis» [346], precipitando-se, de seguida, a morte do Arcebispo, que obrigou ao recurso de outros financiadores da empresa. O apoio régio contribuiu com «hum conto e quinhentos mil reis cada hum anno» [347], enquanto durassem as obras. Foram também muitos os particulares que concorreram com esmolas para o bom termo da construção da *casa do Senhor* e dependências anexas. O conjunto das ofertas — arcebispo, rei, particulares — elevou-se a 9659$620 réis, e «com mais algum dinheiro com que aquella communidade pode concorrer fizerão aquellas religiosas hum magnifico templo em que continuamente estão orando a Deos pela alma do Arcebispo» [348].

A execução da obra foi arrematada por Manuel Fernandes da Silva, lavrando-se escritura de obrigação entre o mestre e o procurador de Moura Teles, António Felgueira Lima, Cónego e Tesoureiro Geral da Mitra, a 11 de Maio de 1728 [349] (Doc. n. 30).

Na procuração exarada no documento o arcebispo dá poderes ao cónego «para efeito de poder selebrar e asinar huma escriptura de contrato porque o mestre pedreiro Manoel Fernandez se obriga a fazer e dar perfeitamente acabada por sua conta a nova obra digo (sic) a nova igreja que mandamos fazer no nosso convento da Conceição pello que respeita a paredes e pedraria tudo na forma da planta e apontamentos».

O contrato faz apelo aos apontamentos, sem todavia os especificar, e a três plantas. Prevendo-se como data de conclusão da nova igreja «dia de Paschoa primeiro vindouro», o prazo é alargado, através de uma ressalva no final do documento, para o dia de S. João. A proposta de Manuel Fernandes da Silva atingiu «sinco mil e

---

[345] B.P.M.P. - *Conegos e Arcebispos de Braga*, RES, ms. 1419, n/p.

[346] Idem - *ibidem*.

[347] Idem - *ibidem*.

[348] Idem - *ibidem*.

[349] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 621, fls. 24v-25v. Ver ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa* ..., pp. 204-205.

quinhentos cruzados», recebendo no acto da escritura seiscentos mil réis, e o restante pago em fracções mensais, *conforme a obra correr*. O compromisso foi testemunhado por dois cónegos.
As obras devem ter seguido um bom curso. Logo em Fevereiro de 1729 a Madre Abadessa, Jacinta Catarina do Deserto, assume compromisso com os mestres carpinteiros Pedro Nogueira e João Nogueira, pai e filho respectivamente, para a obra de «emmadeiramento da igreja e coro da igreja» [350], especificando-se ainda que esse trabalho de carpintaria abrangia, além da igreja, onde se incluía capela-mor e tribuna, o coro, a *caza do antecoro* e sacristia.

Este contrato explicita a dimensão das obras de pedraria a realizar por Manuel Fernandes da Silva. É evidente que à sua data não estava ainda pronta toda a obra de pedraria, como é notado no texto notarial: «a coal obra hirão fazendo asim que os mestres pedreiros forem acabando as paredes» — nem tão-pouco arrematada por

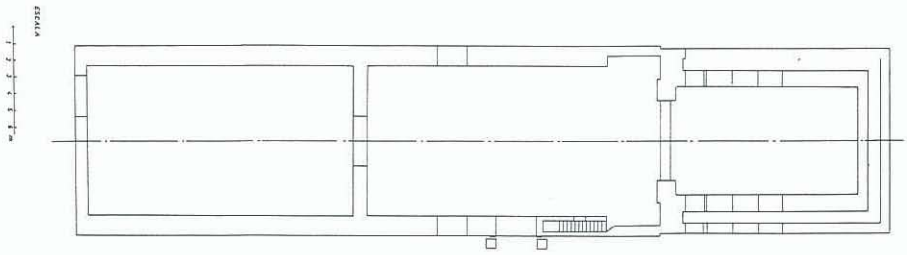


Fig. 17 - Planta aproximada da Igreja e Coro do Convento de Nossa Senhora da Conceição.

mestre pedreiro. Em Agosto, Manuel Fernandes assina novo contrato com o convento para construção dos coros, como veremos.
De um só jorro foi resolvido o problema da carpintaria das novas obras, realizadas e a realizar, no convento de Nossa Senhora da Conceição, trabalhando os carpinteiros na dependência do ritmo dos pedreiros: «no cazo que a obra de pedraria pare por cauza de não haver dinheiro para os ditos mestres pedreiros elles ditos mestres carpinteiros pararão tambem» [351], continuando assim que houvesse financiamento ou do rei, do Cabido ou do prelado [352]. Como testemunha, assina Manuel Fernandes da Silva, que ocupava o cargo de «mestre das obras de pedraria», sendo clara a responsabilização pela totalidade do empreendimento.

---

[350] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 624, fls. 119-120.
[351] Idem - *ibidem*.
[352] Idem - *ibidem*.

Com autorização que recebera do Cabido — o tempo era de *Sede Vacante* — a Madre Jacinta Catarina do Deserto compõe-se, uma vez mais, com Manuel Fernandes da Silva (Doc. n. 31) de «elle lhe fazer o coro e antecoro da igreja nova deste dito convento e mais obras tudo na forma dos apontamentos (...) e tres plantas» [353]. A obra, orçada em «coatro mil cruzados e cem reis», seria financiada pelo Cabido e com as esmolas «que deu Sua Illustrissima», e nunca com os bens da comunidade. Esperava-se, como nos contratos anteriores, rapidez e eficiência na realização da pedraria dos coros, obrigando-se o mestre a termina-la no termo de quatro meses.

Os contratos não oferecem os apontamentos para toda a empresa construtiva. Destaca-se nas entrelinhas a execução de um projecto composto por três riscos, onde deveria ter sido contemplada a totalidade das obras. Este foi o estudo básico, efectuado ainda em vida de D. Rodrigo de Moura Teles e por ele aprovado, que se completava com a descrição das obras e demais cláusulas, explicando, desta forma, a sua omissão nos contratos do notário.
A nomeação de Manuel Fernandes da Silva como *mestre das obras de pedraria do convento* confirma a sua envergadura artística e o alcance do seu labor.

1.2.1.4. Outras Intervenções

Possuímos elementos que ilustram a participação de Manuel Fernandes da Silva em mais três conventos femininos, na área da Arquidiocese.

1.2.1.4.1. Convento do Salvador

Através de carta D. João de Sousa contactou, em 17 de Fevereiro de 1702, a Madre Abadessa do Salvador de Braga, para dar andamento à abertura de uma janela no cárcere do convento, que as monjas lhe tinham solicitado. Concordando com a exposição da abadessa, o arcebispo apela que nem «aos ladrões assacinos, e os de mais graves culpas se lhe tira a liberdade da vista de uma janella» [354], pondo como única reserva que a obra não saísse da orientação do *gosto* das monjas. Para tanto iria o *mestre Fernandes* ao convento para que «fizesse a obra que V.M. queria» [355].

1.2.1.4.2. Convento de S. Bento de Viana do Castelo

Em 1703 D. João de Sousa incumbe o arquitecto de vistoriar as obras que as Madres Ana da Conceição e Ana da Graça pretendiam fazer no seu convento. A cor-

---

[353] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 627, fls. 22-23. Ver ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa* ..., p. 205.
[354] SOUSA VITERBO - *Dicionário Histórico* ..., p. 309.
[355] Idem - *ibidem*.

respondência dirigida de Braga para aquela instituição notícia esta determinação, sem, contudo, esclarecer o teor da obra a realizar.

Pela primeira carta, de 10 de Janeiro de 1703, a Madre escrivã é informada de que para dar continuidade ao seu intento construtivo iria ao convento «o architecto Manoel Fernandes» fazer o levantamento da obra requerida, com autorização para entrar na clausura, sem deixar no ar um certo tom repreensivo porque, diz o arcebispo, «os requerimentos das religiosas dão mais trabalho aos prelados, do que todos os mais diocesanos» [356].

Possivelmente, a uma pretensão de orientação directa da obra por parte do convento, o arcebispo contrapõe o especialista, e só depois da sua peritagem se avaliaria a pertinência da obra, demonstrando assim o seu perfil de exigência artística enquanto responsável pelos destinos espirituais de Braga: «não é obrigação imitarem se aquelles edifícios que se fizeram com menos consideração» [357].

Precisamente um mês depois nova carta, para «a abbadeça de S. Bento de Vianna tocante a obra das Madres Anna da Conceição e Anna da Graça» [358]. O seu teor é o seguinte:

> *«O mestre Manoel Fernandes fes a vestoria que lhe ordenei e deo informação em o rescunho incluzo, pelo qual quero que se faça a obra das Reverendas Madres Anna da Conceição e Anna da Graça, porem não concentira V. M. que se ponha em execução sem approvação do Tenente General Manoel Pinto para se obrar com todo o acerto, e se poderem evitar alguns inconvenientes, neste particular não tendo mais que dizer...»* [359].

Manuel Fernandes da Silva estudou a obra a realizar emitindo o seu parecer num rascunho que o arcebispo envia à abadessa para orientação da empreitada. Consistiria esse rascunho no risco da obra e nos seus apontamentos?

D. João de Sousa exige que antes de se iniciarem as obras a Madre tivesse aprovação para as mesmas de Manuel Pinto de Vilalobos, «para se obrar com todo o acerto e se poderem evitar alguns inconvenientes». Qual o papel de cada um dos dois artistas intervenientes neste processo? Dependência de Manuel Fernandes de Manuel Vilalobos, como já alvitrado por várias opiniões [360], ou exigência de acompanhamento de um técnico local ao projecto de obra que o arcebispo aprovara? Não esqueçámos a primeira carta onde D. João de Sousa claramente demonstra desconfiança do critério estético das monjas.

---

[356] Idem - *ibidem*, pp. 309-310.

[357] Idem - *ibidem*.

[358] B.N.A. - 51-IX-40, fls. 167v-168.

[359] Idem - *ibidem*.

[360] VALE, Manuel Gonçalves - *Algumas notas para a História do extinto convento de São Bento de Viana*, in «Centro de Estudos Regionais - Boletim Cultural», n. 3, Viana do Castelo, 1986, p. 41; REIS, António Matos - *A Arte sob a égide* ..., p. 386.

Ou pretender tão só a aprovação da obra por um perito de nomeação régia, para no futuro *evitar alguns inconvenientes* com o poder central, até porque os conventos femininos são protegidos pela coroa?
Em qualquer dos casos foram determinantes a vistoria e o parecer de Manuel Fernandes da Silva.

1.2.1.4.3. Convento de Nª. Srª. dos Remédios

Fundado no final da primeira metade do século XVI por Fr. André de Torquemada, iniciou-se a construção da igreja em 1544 e em cinco anos todo o edifício ficou concluído [361]. Sessenta e quatro anos depois a Madre D. Antónia de Azevedo achando a igreja «que havia feito o illustrissimo fundador, era limitada e tosca na architectura» [362], sendo *indecente* para a digna prática do culto, ordena a demolição do edifício e a construção de uma igreja nova «com maior grandeza e melhor arquitectura» [363]. Não era findo ainda o primeiro quartel de setecentos, no abadessado de Francisca dos Serafins, quando se promove a edificação da terceira igreja do convento. É neste ciclo que Manuel Fernandes da Silva será solicitado a intervir. Desconhecemos os pormenores de bastidores, mas uma nota lavrada pelo punho de Manuel Fernandes, e por ele assinada, guardada avulso no meio de outras notas no arquivo do convento, denuncia a sua participação neste processo reconstrutivo.
O apontamento, que foi proposta de orçamento, descreve a obra a realizar e o custo da empreitada. Pela pouca frequência de documentos desta índole transcrevemo-lo na íntegra:

> *«Sendo a igreja de Nossa Senhora dos Remedios pello perfil que se mostra com trinta e sete palmos de largo e oitenta e sinquo de comprido e corenta de altura tudo por dentro e com des palmos mais de paredes em altura pellas partes de fora com seus cornijamentos frizos, e alquitraves que tudo fação de altura sinquo palmos tanto as de dentro como as de fora para ha parte do Campo e para ha parte do comvento servira a coronigem velha que oje ha com seu frizo novo e limpa e bem junta com suas piramidas novas tanto em o corpo da igreja com em a capella maior e tribuna com suas empenas e cruzes e conhais acresentados athe a dita altura com novas fresta na capella maior e corpo da igreja*

---

[361] FREITAS, Bernardino José de Senna - *o.c.*, t. II, p. 205.
[362] A.D.B. - *Fundo Monástico*, Nª. Srª. dos Remédios, ms. n.856 (*Livro dos Privilegios Izençoens e Regalias deste Convento de Nossa Senhora dos Remedios, Piedade e Madre de Deos, e Memorias do mesmo Convento composto pela Madre D. Luiza de S. Joze Abbadeça no seu terceiro trienio e dado a luz no anno de 1759*), fl. 145v; FREITAS, Bernardino José de Senna - *o.c.*, t. II, p. 428.
[363] Idem - *ibidem*. A nova igreja foi edificada em 1608 pelo *arquitecto* Francisco Fernandes, de Braga, como regista a Crónica do convento.

que todas fazem doze na forma do perfil, pella parte de dentro e por fora rasgados o nesesario para as ilhargas, e para sima muito mais e fazer os mais portais que o dito perfil mostra de ombreiras emteiras e reformar o portal grande e sua correspondencia fazer o arquo cruzeiro e da tribuna, paredão para asentar os campanarios com escada para elles e portal para os fechar; abrir dois conficionarios novos, compor os presviterios com sinquo degraos fazer tres ao cruzeiro e o mais na forma que o perfil mostra de ambos os lados compor e acresentar o lageado todo do corpo da igreja e capella maior dando eu a cal pedra, e saibro e o mais nesessario para fazer a dita obra e darei feita em preso as paredes, e as escoadrias bem lavradas por preso de hum conto e setecentos e oitenta mil reis aproveitando-me da pedra velha que sahir da igreja capella e tribuna dando-me tambem as grades de ferro para as novas frestas. Oje em Braga de Novembro 15 de 723.

Manoel Fernandez da Silva» [364]

Nesta proposta, acompanhada de risco, Manuel Fernandes da Silva prevê a reconstrução do templo existente, e não a edificação de um templo de raíz. No seu projecto seriam aproveitados materiais do edifício existente, nomeadamente cornija e friso, não na fachada do Campo dos Remédios, que era obviamente a fachada nobre, mas na voltada para o interior do convento, que não seria visível do espaço público. Esta solução, muito ao gosto do arquitecto, que, de resto, a utilizou repetidas vezes noutros momentos da sua actividade, revela um certo compromisso entre passado e presente, fazendo a integração e o diálogo entre o antigo e o moderno.

A qualidade da encomenda, que não é dissociável do poder económico da entidade financiadora da obra ou dos recursos que nela pretende dispôr, obriga o arquitecto a certas manobras para que o resultado final não seja por demais dispendioso; é também determinante que o mecenas se reveja na nova criação. Para estruturas convencionais, uma linguagem cristalizada, salpicada, pontualmente, de elementos de estética mais coetânea.

Seria ainda muito arrojado o projecto de Manuel Fernandes da Silva para a igreja do convento dos Remédios? O custo muito elevado? A sua proposta não vingou e é substituída por outra de António Pinto de Sousa, arquitecto de Guimarães [365].

---

[364] A.D.B. - *Fundo Monástico*, Nª. Srª. dos Remédios, F. 562, Doc. n. 2621.

[365] A.D.B. - *Fundo Monástico*, Nª. Srª. dos Remédios, ms. n.856, fl. 246; FREITAS, Bernardino José de Senna - *o.c.*, t. II, p. 433.

1.2.2. Conventos Masculinos

1.2.2.1. Congregação do Oratório (fot. 26-27)

O cónego João de Meira Carrilho, de recursos económicos sólidos, pretendendo fundar uma «obra pia que fosse do maior agrado de Deus e bem do próximo» [366], dirige convite aos Oratorianos do Porto para estenderem a sua acção até à cidade dos arcebispos. Depois de ouvida a casa-mãe da congregação foi decidida a satisfação das intenções do cónego, e no início de 1686 encontram-se em Braga dois Padres oriundos de Lisboa para tratar do processo de instalação desta Ordem, recebendo todo o apoio, do então arcebispo, D. Luís de Sousa [367].
Como sede provisória tiveram uma casa junto à Sé, «em frente à porta do Sol»[368], enquanto que, com as ofertas de Meira Carrilho, adquiriam espaço no Campo de Santa Ana, onde iniciaram de imediato a construção de um modesto edifício religioso, condizente com os recursos disponíveis, sendo ocupado em Maio de 1687 [369].
Foi debaixo do signo expansionista que a Ordem se radicou em Braga. Em dois escassos decénios revelaram-se as instalações inadequadas para o concurso de fiéis e o alargamento da área construída foi a opção encontrada pelos Padres do Oratório. D. João de Sousa ao reconhecer a pertinência da obra pelos inúmeros serviços espirituais que a instituição prestava à comunidade, e pela dimensão desejada, autoriza o peditório pelo arcebispado de forma a serem conseguidos recursos económicos que ajudassem a erguer a nova casa, dando ele próprio o exemplo com a contribuição de cem mil réis [370]. Esta solução de angariação de fundos é aprovada também por Moura Teles [371], que encontra neles excelentes promotores de Trento e do culto das relíquias [372].

Pela construção da igreja responsabilizou-se Manuel Fernandes da Silva, segundo contrato lavrado entre a Congregação e o mestre pedreiro (Doc. n. 4), em 6 de Junho de 1703 [373], igreja que viria a substituir a anterior até na localização [374]. Para

---

[366] FERREIRA, J. Augusto (Monsenhor) - *Fastos Episcopaes...*, t. III, p. 194; OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *Convento dos Congregados*, Braga, Centro Integrado de Formação de Professores e Universidade do Minho, 1988, p. 5.

[367] SANTOS, Eugénio dos - *O Oratório no Norte de Portugal. Contribuição para o estudo da história religiosa e social*, Col. «Textos de História», n. 4, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982, p. 111 e segs.

[368] FERREIRA, J. Augusto (Monsenhor) - *Fastos Episcopaes...*, t. III, p. 195.

[369] Idem - *ibidem*.

[370] OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *o.c.*, p. 6.

[371] Idem - *ibidem*.

[372] SANTOS, Eugénio dos - *o.c.*, pp. 231-234.

[373] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 502, fls. 132v-134. Há uma referência ao documento em SMITH, Robert C. - *Frei José de Santo António ...*, vol. I, pp. 199 e 329, nota 204. Ver ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa...*, pp. 194-195.

orientação da obra o mestre seguiria as plantas e perfis, e ainda as vontades dos Padres que poderiam introduzir alterações pontuais à vista da construção, assim eles o desejassem. Alterações de simples teor formal, como as que poderiam propôr em «quoaesquer pessas de pedraria», ao aumento da altura das portas e à variabilidade do número de capelas no interior, até à elevação do arco cruzeiro, exigência esta que poderia acarretar problemas técnicos. As novas orientações seriam, obrigatoriamente, comunicadas ao mestre antes da área a modificar estar construída, para evitar gastos na demolição, que correriam a expensas da Congregação, e ao mestre, avisado atempadamente, o encargo da remodelação sem reforço pecuniário.

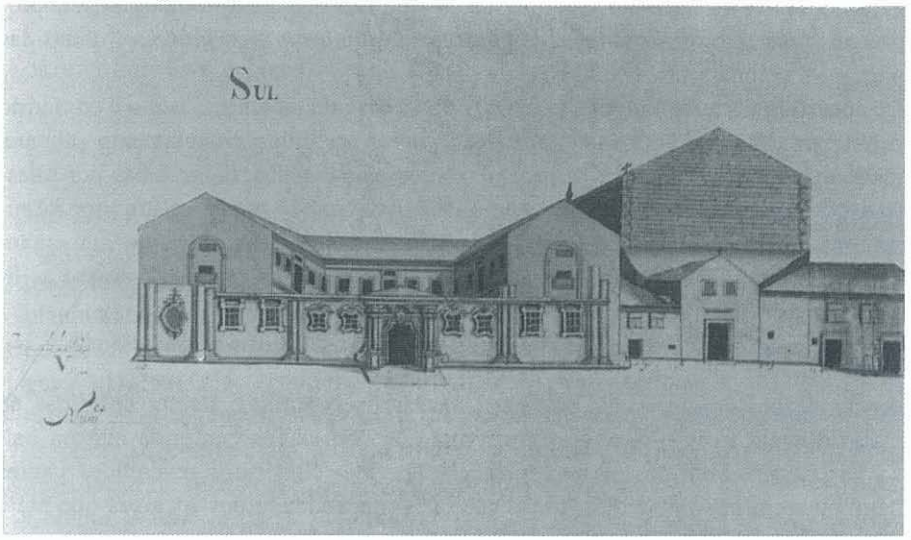


Fig. 18 - Casa e igreja da Congregação do Oratório. Em meados do século XVIII a igreja não tinha ainda recebido a fachada. (Mapa das Ruas de Braga 1750).

Estas cláusulas são tradutoras de uma maleabilidade do risco inicial, e de um compromisso entre encomendante e construtor, o que de certa forma o responsabiliza pela autoria do projecto. Só com um conhecimento técnico profundo dos cálculos preliminares poderia o mestre pedreiro aceitar passivamente a determinação dos Padres, ou, caso contrário, o resultado final poderia ser catastrófico. E mais: sendo a planta de outro artista porque motivos não seria consultado para essas transformações ao seu projecto?

---

[374] «... sera a dita igreja feita no citio onde oje esta o oratorio». A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 502, fls. 132v-134.

Se nos retivermos na análise da espacialidade do edifício, composto por corpo da igreja, rodeado de ambos os lados por três capelas abertas na parede, e capela-mor profunda, demarcada por cruzeiro imponente, entre duas sacristias, como na linearidade da composição, tudo transborda de clima familiar a Manuel Fernandes da Silva. É, sem dúvida, um interior imponente, cuja força provem tanto das proporções como da conjugação de dois entablamentos, que, percorrendo o corpo da igreja, se articulam na testa da capela-mor em duplo ângulo recto, e continuam até morrer no altar-mor, como do carácter cenográfico do arco cruzeiro, onde os Padres polarizaram superior cuidado, colocando quatro nichos de concepção maneirista, denunciadores da formação do arquitecto. A monumentalidade que a Congregação desejava no novo edifício religioso — implícita no contrato notarial pela própria ressalva da possibilidade de alteração da altura do arco cruzeiro, como das portas — é tónica ambiental.
De cobertura austera, em volta perfeita, sem sinais ornamentais, o ritmo é conferido pela compartimentação horizontal de cada muro por duplo entablamento saliente, onde no primeiro registo se rasgam três arcos para capelas, delimitadas por pilastras, correspondendo a cada qual uma janela no segundo registo. Ritmo uniformizado na capela-mor com duas largas janelas em cada um dos registos, aumentando, soberbamente, a luz no centro visual do edifício, para onde convergem as linhas horizontais.
Há uma procura de efeitos feéricos pela evolução das formas tradicionais.

As dimensões da igreja não são mencionadas no contrato e seriam decididas no início dos alicerces — «sera a dita igreja mais ou menos comprida alta ou baixa larga ou estreita do que mostra a planta como elles ditos reverendos padres detreminarem nos prencipios dos alicetes» — dependendo dos recursos que até à data reunissem, tal como toda a evolução da empreitada seria ritmada pela sua existência ou não. As paredes, «de oito palmos de groço», levariam «metidos os arcos das capellas do mesmo tamanho e feitio das plantas e prefile» [375].
O mestre compromete-se dar a igreja completa desde os alicerces à frontaria, o que não viria a acontecer, pois ainda em 1750 a fachada não estava construída, como demonstra a imagem no Livro das Ruas de Braga. Só onze anos depois se tratou da sua materialização [376]. Da primitiva fachada pouca luz fornece o documento: «E

[375] Idem - *ibidem*.

[376] Robert Smith elucida: «foi executada, juntamente com o arco do coro no interior, segundo uma tradição fidedigna, entre 1761 e Maio de 1765, sendo o mestre da obra o pedreiro Paulo Vidal, de Viana do Castelo, que em 1761 colaborou na realização do risco de André Soares para o grande retábulo da Senhora do Rosário, na igreja dos dominicanos daquele porto. Esta e outras associações de Vidal com a obra do grande amador bracarense e os muitos sinais da sua arte, que a fachada revela amplamente, justificam a atribuição do seu desenho a André Soares da Silva». SMITH, Robert C. - *Frei José de Santo António...*, vol. I, p. 199.

tambem fara toda a porta principal desta igreja per presso cada huma braça de des mil reis (...) mas dito se emtendera lavrada da vanda de fora» [377].

Manuel Fernandes da Silva obrigava-se a cumprir «os feitios das capellas e arco cruzeiro e portas e cunhais e frizos, cornixes e todas as mais escoadrias com todos os refendimentos e cortes e resaltos que mostra as plantas e prefis». A obra foi tratada à braça variando os preços conforme o tipo de trabalho — alicerces, paredes, esquadrias, arquitraves, etc. — e a zona de fornecimento da matéria prima, sendo mais barata quando a pedra viesse da Palmeira que do Carvalho. Distância ou qualidade da pedra?

Exige-se que os interiores e a frontaria sejam em pedra branca do Monte do Carvalho. O granito utilizado é extremamente alvo e de textura regular, muito contribuindo para a luminosidade da igreja. O trabalho iniciava-se até oito dias depois da escritura com a preparação de blocos graníticos nas pedreiras.

1.2.2.2. Colégio de Nª. Srª. da Graça do Pópulo (fot. 28-29)

Em 1706 Pascoal Fernandes e Manuel Fernandes da Silva são contratados pelo Colégio do Pópulo, na categoria de arquitectos (Doc. n. 7), para fazerem «huma parte de hum claustro junto ao dormitorio ao correr delle em o lugar onde mostra a planta antiga de todo o Collegio» [378], sendo a obra realizada «na forma e tamanho que mostra a planta e perfil com o seu petipe que de novo se fez maior que a antiga» [379] Dificuldades económicas são as causas que explicam a arrematação parcial do claustro, como se depreende do esclarecimento expresso no contrato de que as obras só começariam quando houvesse dinheiro; do cuidado manifestado na angariação de fundos para a empreitada, até a existência de um fiador da parte do Colégio, e não da parte dos artistas.

Pela leitura do texto notarial não foi possível apurar a parte precisa do claustro por onde se iniciariam as obras. Definia dois pisos, sendo o superior, um espaço de acesso aos dormitórios, fechado ao exterior com janelas de sacada, com um sistema de cobertura em abóbadas de «barrete asentadas de coatro lados cada hum barrete» [380]. Previa-se que pilares e pilastras fossem inteiros desde as bases aos capitéis.

Cada lado do claustro compunha-se de quatro arcos iguais, assentes em pilares de bases altas, com decoração relevada geometrizante. No segundo piso, e na correspondência de cada arco, uma porta com uma pequena varanda. O ritmo das por-

---

[377] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 502, fls. 132v-134.

[378] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 516, fls. 78-80. ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa* ..., p. 77.

[379] Idem - *ibidem*.

[380] Idem - *ibidem*.

tas é alternado com um preenchimento dos espaços parietais por falso plinto sobre uma mísula que sai do friso, e rematado por pingente.
A alvura das paredes pretendida pelos Agostinhos — as paredes seriam «muito argamasadas (...) para que fique bem brancas» — em contraste com a força das cantarias, de bom recorte, produz um efeito expressivo no claustro, onde a decoração, de indesmentível pendor arquitectónico, de certa forma o notabiliza.
Pela obrigação que vimos analisando, a equipa compromete-se ainda a «catorze braças de huma parede enclenada para donde se faz o dito claustro» [381].

A Manuel Fernandes da Silva coube o risco, como se deduz pelo explícito título de arquitecto com que é contemplado no documento. Embora seu pai tenha assumido com ele a arrematação do contrato e partilhe também o cargo, a ideação pende para aquele artista, uma vez que entre os dois há uma subida qualificação para Manuel Fernandes da Silva, portador de uma cuidada alfabetização, frente ao analfabetismo do pai.
Não coube a este duo fazer o claustro na totalidade, confinando-se a sua intervenção a uma das suas quatro partes.
A morosidade de grande parte das empresas construtivas, é uma nota que se vai impondo na arquitectura de Braga no início de setecentos. Só três escassas décadas depois, os monges vão dar andamento ao seu objectivo de 1706. Agora, o mestre é João da Costa [382], que assume compromisso em 1735, para polarizar a sua actividade construtiva no claustro do convento, «para se acabar», fazendo «os revoques dos tres angullos que se hão-de fazer de novo por dentro e por fora» com a condição de «que fiquem prefeitos e acabados na forma do que esta feito», procedendo, no entanto, a um «acresentamento da simalha» [383]. Além do acabamento do claustro, faria o dormitório que lhe era contíguo «para a parte do Norte, caza por baixo e tudo o mais que contem a planta» [384].
O tempo era lento e as modas bem enraïzadas. Um projecto com trinta anos era ainda referência na orientação do curso das obras.

1.2.2.3. Mosteiro de S. Martinho de Tibães (fot. 30-35)

Na enorme e profícua campanha de remodelação desenvolvida pela Abadia de Tibães na proximidade passada de 1728 [385], e durante quase uma década, muitos fo-

---

[381] Idem - *ibidem*.

[382] Sobre este mestre ver ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa* ..., pp. 41-45.

[383] A.D.B. - *Fundo Monástico*, Colégio de Nª. Srª. do Pópulo, A 35 (Pasta de Documentos), Doc. 230.

[384] Idem - *ibidem*.

[385] Em 1728 são já muitos os melhoramentos que foram pertinazmente observados pelo Monge Escrivão do triénio. Alguns, com planeamentos de raíz preliminares, como o rompimento em três partes do

ram os artistas de pedraria que aí conjugaram as suas equipas para satisfação desse epíteto reformista [386]. As obras principais ocorreram na cerca — com profunda reorganização da sua espacialidade, criando sucalcos, calçadas, jardins e aquedutos, debaixo de uma linha condutora de o tornar mais aprazível — como no Terreiro de S. João e na própria igreja. Nomes sonantes nesse rosário obreiro aparecem: Gregório Ribeiro, polarizado, acima de tudo, na cerca na construção do jardim dos Escadórios, o Engenheiro de Viana, «por vir ver a obra da igreja» em 1734 [387], Francisco Manuel, que arremata a obra do pórtico da igreja em 1735, e Manuel Fernandes da Silva, que em algum tempo desenvolve actividade coetânea com a de Gregório Ribeiro. Não é esta ocasião para o estudo exaustivo deste capítulo. Registámos unicamente as alusões ao artista que nos prende de momento. Para o futuro, o apuramento global.

Os *Estados* de 1734 registam a explícita anotação:

> *«Fes-se a magnifica obra do Terreiro da Portaria na forma que se vê dividindo-o em duas partes com hum passadisso, que corre da sacada, que fica a porta do Noviciado, para outra que lhe corresponde da parte das hospedarias com arcos para a parte do Sul de abobeda com seus assentos e alegretes. No meio deste passadisso se lhe fes huma fonte com grassa e utilidade para os Mongez por lhe dar agoa a toda a hora sem impedimento algum; e da parte da Portaria em correspondencia se lhe fez hum nicho em que se pôs a imagem do grande Baptista e desta mesma parte esta hum jardim com hum famozo e vistozo chafariz de pedra bem lavrada pintado e dourado, e se rebocarão e dealbarão as paredez do Mosteiro que cercão o jardim e tambem se abrio de novo huma janella rasgada na cella do canto do Poente dos Nossos Reverendissimoz»* [388].

Embora tivesse existido um caderno próprio para anotação de todas as férias quites ao responsável por esta empresa, como a documentação o testa, na fatalidade da sua perda, a felicidade do seu registo sumário no *Livro das Obras*, onde é identificado o nome de Manuel Fernandes da Silva:

> *«Em o ultimo de Dezembro do anno de 1733 dei ao mestre Manoel Fernandes, de Braga a conta da obra do passadisso que fica defronte*

Monte de S. Gens, viriam a ser intervencionados em arranjos de superfície, em anos subsequentes. A.D.B. - *Fundo Monástico*, C.S.B., n. 112, (*Estado* de 1728), n/p.

[386] Está por estudar a dinâmica artística do Mosteiro de Tibães no século XVIII. Aurélio de Oliveira ensaiou já esse itinerário para o século XVII, e do seguinte preferencialmente as artes da talha. Não se pode, todavia, roubar o mérito de ter chamado a atenção para nomes de mestres pedreiros determinantes na arquitectura bracarense do século de setecentos. OLIVEIRA, Aurélio de - *Elementos para a História do Barroco no Noroeste Português*, Porto, Faculdade de Letras, 1973, pp. 12-13.

[387] A.D.B. - *Fundo Monástico*, C.S.B., n. 461, (*Livro de Obras*), Parte n/p.

[388] A.D.B. - *Fundo Monástico*, C.S.B., n. 112, (*Estado* de 1734), n/p.

> *das cellas dos N.N. Rmos. Padres Gerais, e a conta das mais obras que no terreiro se mostrão novecentos e setenta e quatro mil e sessenta reis, como consta de hum quaderno em que todas as datas que por vezes lhe dei estão por elle assinadas»* [389].

No ano seguinte novas anotações:

> *«Aos 28 do mes de Março dei ao mestre Manoel Fernandes por adiçois que elle assinou (...) duzentos e sincoenta e quatro mil e setecentos e quarenta reis que juntos com o que neste livro esta ja carregado atras vinte e cinco folhas, fas o compito em que tomou a obra do passadisso de empreitada que foi de hum conto duzentos e vinte e oito mil e oitocentos reis, excepto os acrecimos que se fizerão a mesma obra como adiante constara»* [390].

E duas em Abril, uma por «fazer o nicho de S. João do Terreiro do jardim novo», no valor de quatro mil réis, e pela conta das «sacadas do passadisso e fonte do Anho e parte do lageado de que elle esta obrigado a fazer ametade e na outra ametade a conta destes tais acrescimos» recebeu vinte e oito mil e oitocentos réis [391], outra.

A intervenção de Manuel Fernandes da Silva abrangeu, pois, todas as obras no Terreiro. Espraiou-se pela arquitectura propriamente dita, com a construção do *passadisso*, onde os efeitos de embelezamento estavam previstos nos *assentos e alegretes* que o compunham, como ao domínio da escultura, saindo das suas mãos a fonte do Anho, um chafariz, e outros trabalhos, como o nicho para a estátua de S. João. Conjugou também a actividade arquitectónica, enquanto edificação, com o estudo paisagístico que a construção sugeria. Da sua responsabilidade foi também, pensamos, o jardim definido pelo passadiço.

Para classificação da sua intervenção o monge não se furtou à adjectivação superlativa — *magnífica obra, famoso e vistoso chafariz,* — o que em certa medida demonstra o reconhecimento da sua perícia.

Esta obra abalançou-o numa outra secção da arquitectura introduzindo-o no domínio da arte paisagística. A obra da cerca, nomeadamente o Jardim dos Escadórios, não será ela fruto da sua concepção? Há um indesmentível parentesco com os chafarizes dos Cinco Sentidos do Bom Jesus, e em ambos uma gramática familiar a Manuel Fernandes da Silva. Gregório Ribeiro é excluído deste diferendo sem qualquer reticência. Embora fosse ele o mestre da empresa de ajardinamento e construção dos escadórios e chafarizes da cerca, não foi o seu autor, porque, em

---

[389] A.D.B. - *Fundo Monástico*, C.S.B., n. 461, (*Livro de Obras*), Parte n/p.

[390] Idem - *ibidem*.

[391] Idem - *ibidem*.

Junho de 1731 recebe pagamentos por trabalhos aí realizados, continuando a recebe-los no futuro em periodicidade mensal [392], e só no mês seguinte chegam as plantas «para as fontes do Caminho de N.P.S. Bento da Capella da cerca» [393], por alguém de fora. Nessa data Manuel Fernandes não se encontra ainda, em pessoa, a dirigir obras no mosteiro. Ensaiando-se uma hierarquização de profissionalismo, os monges prentendiam maior qualidade no Terreiro, pois era nessa área que se localizava a cela do Abade Geral, que, de resto, recebeu uma janela mais rasgada para poder usufruir, no silêncio do recolhimento, da aprazibilidade que o arranjo exterior oferecia. A proximidade do centro de gravidade do mosteiro auréola Manuel Fernandes da Silva de maior prestígio porque mais chegado à esfera do poder.
Não se pode omitir a presença de Manuel Pinto de Vilalobos, que foi consultado para a obra da igreja, todavia já em fase posterior à primeira intervenção de Manuel Fernandes. Entre os dois, de notar uma subida classificação técnica para aquele. A manipulação de um espaço centenário podia exigir um conhecimento teórico para o qual os monges não reconhecessem capacidade a Manuel Fernandes da Silva. O arroteamento do Monte de S. Gens e a planificação do seu sistema de condutas de água subterrâneas poderia ter solicitado a presença do engenheiro. Já D. Rodrigo de Moura Teles reconhecera a Manuel Fernandes da Silva um maior intervencionismo estético que ao Engenheiro [394].
Só a investigação poderá clarear e tonificar as observações.

1.3. As Igrejas e Capelas

1.3.1. Confrarias e Irmandades

1.3.1.1. Igreja de Santa Cruz

Nos derradeiros anos do século XVII a Irmandade de Santa Cruz promove uma remodelação da sua igreja, abrangendo a construção de torres na fachada, e de paredes laterais da nave para envolver as capelas que aí se abriam, e que até à data não recebiam cobertura pelo telhado principal.
Durante largo tempo possuiu esta igreja uma única torre sineira, colocada atrás da capela-mor, seguindo uma tipologia enraízada em Braga. As modas alteram-se e os tempos mudam as vontades, razões de sobra que levam a Irmandade a querer dotar o edifício de uma nova apresentação.

---

[392] Idem - *ibidem*, fl.2v.
[393] Idem - *ibidem*, fl. 5v. SMITH, Robert C. - *Frei José de Santo António...*, vol. I, p. 290, nota 54.
[394] Ver a construção do Aljube de Braga.

Em 1693 estava já construída uma torre, mas por que a orientação era a de dotar a fachada de equilíbrio simétrico na distribuição de volumes, encetam negociações com Pascoal Fernandes, o «mestre das obras de São Victor» [395], para dar andamento à iniciada segunda torre. Embora as partes intervenientes tenham chegado à presença do tabelião para lavrarem compromisso, o mesmo não foi assinado, o que prova a sua ineficácia [396].

Entretanto, trinta dias depois, é lavrada nova obrigação, desta vez com Manuel Fernandes da Silva (Doc. n. 1), prevendo-se uma obra mais globalizante. É de interesse este documento, datado de 3 de Setembro de 1693 [397], não tanto pelo reconhecimento da obra de Manuel Fernandes da Silva, pois o templo viria a ser totalmente remodelado nas décadas que medeiam entre 30 e 50 de setecentos, mas por apresentar uma igreja com uma configuração planimétrica e volumétrica distinta da actual, *sui generis* na região, e sobretudo por elucidar a relação de dependência profissional de Manuel Fernandes da Silva com Pascoal Fernandes, bem como da vigília que o arcebispo dispensa às empresas construtivas em edifícios religiosos.

Vejamos, primeiro, a dimensão das obras empreendidas por Manuel Fernandes da Silva:

- acabaria a torre da fachada, seguindo o modelo da do lado oposto que se encontrava construída, «faceando com a fronteira della com boas serventias e escadas» [398];
- levantaria «os paredões de detras das capellas de hum e outro lado em tudo o comprimento da igreja asim do corpo como da capella-mor para que se possa telhar dos ditos lados da igreja por sima das ditas capellas» [399], para evitar a entrada de águas pluviais;
- rasgaria «frestas em correspondencia das da igreja para darem lus a dita igreja e das da dita igreja e capella mor fazer trebunas com suas soleiras asentadas sobre cachorros de pedra» [400].

O mestre arrematou as obras por oitocentos e noventa mil réis, obrigando-se a fazê-la perfeita e na forma dos apontamentos, não se tendo realizado planta para sua orientação.

A igreja primitiva possuía torre sineira traseira, e as capelas laterais, que abrigavam Passos da Paixão, eram salientes em relação à nave, sendo as coberturas alheias umas às outras, adivinhando-se, externamente, várias capelas independentes com acesso pelo corpo da igreja.

---

[395] SMITH, Robert C. - *Frei José de Santo António...*, vol. I, p. 319, nota 72.
[396] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 463, fls. 38-38v.
[397] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 463, fls. 86-87v.
[398] Idem - *ibidem*.
[399] Idem - *ibidem*.
[400] Idem - *ibidem*.

A justificação da obra, encontrou-a a Irmandade nos problemas de infiltração de águas, como na «grandeza e autoridade da dita igreja e ornato della» [401], precisando, porém, de autorização expressa do arcebispo, para poderem fazer o melhoramento pretendido, numa atitude reveladora da orientação que o governo da cidade dispensava nas intervenções em edifícios religiosos. A petição foi deferida pelo arcebispo da altura, D. José de Menezes.
Por seu turno, Manuel Fernandes da Silva para arrematar a obra precisou do consentimento de Pascoal Fernandes, o que é prova proficiente da relação profissional entre pai e filho: «estando prezente Pascoal Fernandes outrossim mestre de pedraria pai delle dito mestre Manoel Fernandez da Silva, outrosim mestre de pedraria morador nesta cidade pesoa per min reconhecida per elle foi dito que consentia que elle dito mestre seu filho tomase a obra» [402].

Décadas mais tarde, a Irmandade contacta novamente Manuel Fernandes da Silva (Doc. n. 32), «mestre de obras de pedraria desta cidade», para orientar uma nova empresa reformadora da igreja. As partes comprometem-se segundo escritura pública lavrada em 22 de Dezembro de 1730 [403], não denunciando infelizmente o teor específico das obras a executar. Sabemos que Manuel Fernandes da Silva iniciaria a campanha em Janeiro de 1732 e que se obrigava a não abandonar a igreja «com seus oficiais athe a não concluir» [404]. Na satisfação da obra o mestre cumpriria os apontamentos, que o contrato omite, feitos segundo «a vontade e contento delles senhores da Meza» [405]. Embora se desconheça o teor da empreitada, podemos apontar uma reforma profunda, uma vez que foi arrematada pela considerável quantia de novecentos mil réis.
Entretanto faz um acréscimo na fachada que foi avaliado pela Mesa como indecente, razão de sobra para o forçarem a desistir da obra [406], motivando o mestre, por questões financeiras, a implementar uma acção judicial à Irmandade que ainda em 1745 não era resolvida [407]. O *Termo* que regista essa decisão da Irmandade está datado de Dezembro de 1732. Entre o contrato e a sua rescisão decorreram dois anos, tempo durante o qual Manuel Fernandes da Silva e a sua equipa de oficiais estiveram ligados à reconstrução da igreja. Este imbróglio assinala, de forma clara, um ponto de ruptura entre clientela e artista. Sendo rejeitado depois de uma solução apresentada para a fachada do edifício, um dos sectores onde as Irmandades potenciavam a sua acção pois assim, demonstravam ao público, com osten-

---

[401] Idem - *ibidem*.
[402] Idem - *ibidem*.
[403] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 632, fls. 146-147.
[404] Idem - *ibidem*.
[405] Idem - *ibidem*.
[406] SMITH, Robert C. - *Frei José de Santo António...*, vol. I, p. 319, nota 72.
[407] A.D.P. - *Secção Notarial*, PV1º - n. 23, 1ª série, fls. 52-53.

tação, a vitalidade e capacidade da administração da Mesa, com toda a certeza as razões invocadas pelos Irmãos se prenderam mais ao ponto de vista estético que técnico.

O processo que aqui se inicia é complexo. Um risco feito pelos «engenheiros de Vianna» [408], possivelmente por Manuel Pinto de Vilalobos, seria utilizado para substituir a proposta de Manuel Fernandes da Silva, para que a reforma da fachada ficasse mais perfeita [409]. Depois de alguns meses de interrupção, as obras recomeçaram, em Setembro de 1733 [410], pela direcção de Francisco Alves o França, vindo a renovar o seu compromisso com a Irmandade em igual data do ano seguinte, obrigando-se a assistir às obras enquanto durasse a administração da Mesa vigente [411]. O projecto em vigor era da responsabilidade de Vilalobos.

Tal como as soluções de Manuel Fernandes da Silva, as de Manuel Pinto de Vilalobos viriam a ser preteridas. Em 1735 para *aperfeiçoamento da fronteira* e das torres, Carlos António Leone, fornece um risco que, ao receber aprovação da Mesa, anula o do Engenheiro [412]. Ambos são ultrapassados por motivos paralelos.

No frontispício convergem duas linguagens, a de Manuel Pinto de Vilalobos e a de Carlos António Leone, que de resto se acusam pela diversidade de gosto. No topo um «duplo remate de fantasia e um rendilhado de relevos, ao novo gosto, desenhados, aparentemente pelo pintor florentino Carlos António Leone» [413].

Se as propostas de Manuel Fernandes da Silva são rejeitadas em 1732, no termo de pouco mais de dois anos são ultrapassadas as de Manuel Pinto de Vilalobos, o que aproxima os dois artistas nas estéticas que comungam.

1.3.1.2. Capela de Santa Maria Madalena do Monte da Falperra

A actual capela de Santa Madalena da Falperra é o resultado de uma decisão da Mesa da Irmandade, datada de 6 de Agosto de 1693, de construir um novo templo para maior dignificação do culto à Santa, porque o existente apresentava várias deficiências [414], sendo a de maior relevo a situação do edifício, que além de baixo

---

[408] SMITH, Robert C. - *Frei José de Santo António...*, vol. I, p. 319, nota 74.

[409] Idem - *ibidem*.

[410] Idem - *ibidem*, p. 319, nota 72.

[411] A.D.B. - *Nota Geral*, 2ª série, n. 52, fls. 54v-55v. Ver ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa ...*, p. 90.

[412] SMITH, Robert C. - *Frei José de Santo António...*, vol. I, pp. 177 e 319, nota 73.Ver ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa ...*, p. 115.

[413] SMITH, Robert C. - *Frei José de Santo António...*, vol. I, p. 177.

[414] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *As Capelas de Santa Madalena do Monte da Falperra - Nova Abordagem*, Trabalho apresentado no «Congresso Internacional de História da Arte», Lisboa, Outubro de 1992 (No Prelo).

e húmido, não era visível pelos *passageiros*. Querem, consequentemente, construir uma nova capela, que fosse mais vistosa de todas as partes e em local alegre [415]. A satisfação destas pretensões ocasionaram a escolha de uma planta centrada, com a singular forma de um heptágono, como tivemos ocasião de demonstrar [416].
Mandando fazer a planta ainda no curso de 1693, para «atalhar a emperfeissois que por expriencia se tem achado em muitas obras» [417], a empresa construtiva seria arrematada pelo mestre pedreiro Domingos da Silva [418], que viria a ser arredado da mesma pela sua incompetência. Para correcção dos seus erros e continuação da edificação da capela contrata a confraria, Domingos Moreira [419].
Manuel Fernandes da Silva também viria a ser solicitado, em 1699, a intervir neste processo. Depois de Domingos Moreira, é a vez deste mestre dar andamento ao projecto de 1693, cuja participação está testemunhada em dois contratos notariais [420]. Exigia dele a Irmandade a continuação da «obra que esta prencipiada na capella nova de santa Maria Magdalena do Monte que fizera o mestre Domingos Moreira a saber des onde esta feita a dita obra continuarão com ela na forma da planta asinada por elle dito mestre e Reverendo Conigo Juis e per mim athe a sacada que fique em altura vinte e hum palmos des o lajiado athe asima da sacada» [421].
A obra foi ajustada à braça com os seguintes preços esclarecidos no contrato: «lhe pagarão por cada braça de alvenaria a sinco mil reis de sem palmos medidos pello que der huma linha lançada pello meio da groçura da parede, não entrando nesa medida os vãos e os lugar [sic] donde for escoadria; em parede cheas se pedira per alvenaria que se pagara alem do presso da escoadria e a escoadria da cornija da sacada se pagara des mil reis a braça de cem palmos em braça que se medira co linha asentada per todas as mulduras de alto abaixo exceto o sobre sobredito [sic] e as escoadrias lizas e cunhais se pagara a meio testão per palmo e a alquitrave e capiteis se pagara com a sacada exceto os lizos da sacada e capiteis que carregarão direitos com os cunhais que se pagara a meio testão o palmo, como tambem o frizo da sobre a alquitave» [422]. A Irmandade colocaria todos os materiais

---

[415] Idem - *A Capela de Santa Madalena do Monte da Falperra, de Braga, à Luz da Documentação Notarial*, Sep. da «Revista de Ciências Históricas», vol. V, Porto, Universidade Portucalense, 1990, p. 233.
[416] Idem - *ibidem*, pp. 231-269.
[417] A.I.S.M.M.M.F. - Livro de Termos (Folhas soltas), Termo de 6 de Agosto de 1693. Cit. por ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *As Capelas de Santa Madalena* ...., (No Prelo).
[418] Idem - *A Capela de Santa Madalena...*, p. 232 e segs.
[419] Idem - *ibidem*, pp. 232 e 234.
[420] O primeiro de 14 de Julho de 1699 e o segundo de 8 de Março de 1704. Documentos integralmente publicados. Idem - *ibidem*, pp. 244-247.
[421] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 486, fls. 21-21v. Ver ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *A Capela de Santa Madalena* ..., p. 245.
[422] Idem - *ibidem*.

ceira [429]. Nesse mesmo ano — 1703 — o mestre Manuel Nogueira dará continuidade à empreitada, *fazendo mais três arcos* na cobertura da nave [430]. Qual foi o papel da dupla pai e filho na execução desta obra se no mesmo ano é outro o mestre que continua a empresa? Seria o projecto inicial de Domingos Moreira? E Pascoal Fernandes e Manuel Fernandes da Silva iriam tão só velar pela sua concretização? É possível. Numa primeira fase a dupla assumiu a responsabilidade da orientação por Domingos Moreira, para de seguida Manuel Fernandes da Silva apresentar novas plantas eliminando o risco inicial.

Em 1707 a Irmandade resolve «destruir a já levantada fachada da igreja e substitui-la por outra assinada por Manuel Fernandes da Silva» [431], decisão que viria a conhecer resolução em 1710, quando novamente Manuel Nogueira assume o papel de mestre pedreiro para construção da fachada e das paredes do arco cruzeiro, seguindo as plantas que lhe forão mostradas [432]. O remate do frontispício só três anos mais tarde seria arrematado pelo mesmo mestre, fazendo-o *na forma da planta que para o efeito se lhe deu* [433], e dando-o terminado em 1715 [434].

A substituição do risco inicial por outro, se revela, acima de tudo, contemporaneidade artística de Manuel Fernandes da Silva, obriga igualmente o novo arquitecto a ter maior ousadia no projecto a apresentar para aprovação.

A nova fachada, de acentuado pendor vertical, enuncia uma organização barroca dominada por um eixo de axialidade que une portal, óculo, armas, nicho e cruz [435]. Abaixo da cornija duas altas janelas sobrepostas por frontão, ladeiam o óculo central. O maior relevo plástico reside no remate onde o movimento das volutas e a decoração gorda do nicho, transmitem algum dinamismo ao conjunto. As duplas pilastras, pontuadas por pirâmides de bom recorte, demarcam uma postura de recurso à exploração das potencialidades anímicas da arquitectura. Todavia esse caminho delinea-o mais o arquitecto, pelo uso de uma decoração alta que evidencia os efeitos feéricos da fachada, enquanto que planimetricamente não abandona a linguagem cristalizada. Na sua globalidade, a fachada da Igreja dos Terceiros articula uma arquitectura de transição onde a distribuição dos constituintes e a decoração, usada com abundância, procuram tactear um novo caminho.

---

[429] Idem - *ibidem*, p. 74.

[430] Idem - *ibidem*, p. 149.

[431] OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *Estudos Sobre o Século XVIII...*, p. 48. O autor fundamenta a informação nos *Livros de Termos* da Confraria a que não tivemos acesso.

[432] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa ...*, p. 151.

[433] Idem - *ibidem*, p. 152.

[434] Idem - *ibidem*, p. 152.

[435] PEREIRA, José Fernandes - *Resistências e aceitação do espaço barroco: a arquitectura religiosa e civil*, in «História da Arte em Portugal», vol. 8 - *O Limiar do Barroco*, dir. de Carlos Moura, Lisboa, Publ. Alfa, 1986, p. 35.

na obra, constituindo-se os pagamentos a Manuel Fernandes da Silva unicamente custos de mão-de-obra. O trabalho deveria ser apresentado concluído até à Páscoa de 1700.

O contrato seguinte, de 1704, prevê ainda a continuação da construção das paredes, mas como estas já iam altas exige-se uma actualização dos preços: «em cada sem mil reis mais des mil reis em rezão de que lhe custa mais o levar a pedra e mais materias asima para continuar com a dita obra» [423]. A exigência foi deferida pelos confrades, na expectativa de que Manuel Fernandes da Silva e seus oficiais, não abandonassem as obras até se gastar a verba disponibilizada para continuação da construção da capela.

Não foi ainda com esta equipa que a obra chegaria a bom termo. A campanha foi morosa e ultrapassou o primeiro terço do século XVIII [424].

De Manuel Fernandes da Silva ficou uma participação modesta na construção da capela da Falperra. Durante a sua direcção a obra avançou ultrapassando a altura dos capitéis e friso. Parece, todavia, que a Irmandade se mostrou satisfeita com o mestre, aceitando de bom grado o reforço económico que o mesmo solicita.

1.3.1.3. Igreja dos Terceiros de S. Francisco (fot. 36-39)

A construção da igreja da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, seguindo um projecto de raíz, inicia-se na última década de seiscentos pela mão de Domingos Moreira [425], tendo sido lavrado compromisso em 1694 [426]. Truculenta é a sua participação nesta obra pelo infringimento do acordo celebrado, que o levaria ao cárcere, onde se encontra no dealbar do século seguinte. Valer-lhe-á Pascoal Fernandes, que apelando à amizade que o unia a Domingos Moreira — saliente-se que estes dois mestres aparecem ligados profissionalmente em vários projectos de arquitectura — faz recair sobre si o encargo da continuação da igreja [427], com o objectivo de anular a pena do amigo.

Ombreando as responsabilidades de Pascoal Fernandes está Manuel Fernandes da Silva, sendo, de resto, ambos nomeados procuradores do recluso [428], comprometendo-se este a pagar-lhes toda a obra que fizessem por si na igreja da Ordem Ter-

---

[423] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 505, fls. 73v-74. Ver ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *A Capela de Santa Madalena* ..., pp. 246-247.

[424] Este assunto está tratado nos dois estudos que efectuámos sobre esta capela. Tanto as Actas Notariais com os Termos da confraria ilustram esse percurso. Trabalhos citados nas notas anteriores.

[425] Sobre este artista que assume em alguns momentos da sua actividade o título de arquitecto ver ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa* ..., pp. 136-138.

[426] OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *Estudos Sobre o Século XVIII em Braga*, Braga, Edições APPACDM Distrital de Braga, 1993, p. 47.

[427] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa* ..., p. 73.

[428] Idem - *ibidem*, p. 138.

A construção da igreja iniciou-se pelo corpo [436] que ainda em 1715 não estava completo, tratando uma equipa de mestres pedreiros da Maia da construção do coro. Da última fase construtiva foi a capela-mor e a torre sineira, colocada por detrás desta [437]. Eduardo Pires de Oliveira fundamentado nos *Termos* da Irmandade aponta Manuel Fernandes da Silva como autor do risco da torre [438].

Tendo em conta a reprovação que a Mesa havia manifestado relativamente ao desenho da fachada primitiva, não será de admitir, igualmente, a substituição do plano da capela-mor, uma vez que a torre que lhe anda anexa foi alvo de estudo de Manuel Fernandes da Silva, e as duas partes previam uma articulação? Mais ainda, o contrato da arrematação de empreitada da capela-mor e torre fala de uma só planta [439].

A torre tem um interessante sistema de cobertura em cúpula octogonal, assente em base quadrada e rematada por falso lanternim. Uma balaustrada limita, na altura, o corpo quadrangular com pirâmides em cada ângulo, emoldurando uma vieira ao centro de cada pano.

Das obras na Igreja dos Terceiros de Braga fica a morosidade da empresa construtiva que se prolongou por mais de trinta anos, obrigando nesse curso à escolha de orientações divergentes da concepção inicial do edifício, e como tal à procura de outras direcções, não se coibindo a Irmandade de algumas demolições para adaptar novas propostas do arquitecto.

Apresenta-se-nos então Manuel Fernandes da Silva, que, de uma primeira atitude de altruísmo e camaradagem em prol de Domingos Moreira, acaba por se afirmar como arquitecto das partes principais do edifício.

1.3.1.4. Capela de Santo António Esquecido [440] (fot. 40)

José Coimbra de Andrade e Lourenço José Coimbra, pai e filho, «Fidalgos da Caza de Sua Magestade» e da família dos Coimbras, resolveram dignificar o culto a Santo António promovendo a construção de uma capela no adro de S. João do

---

[436] SMITH, Robert C. - *Frei José de Santo António...*, vol. I, p. 317, nota 43.

[437] Segundo escritura pública Domingos Gonçalves Saganho e António Correia comprometem-se fazer a capela-mor e torre da igreja, seguindo o risco que lhes fora apresentado pelos Irmãos. ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa* ..., pp. 179-181.

[438] OLIVEIRA, Eduardo Pires - *Estudos Sobre o Século XVIII*..., p. 48.

[439] «Os mestres comprometiam-se a levantar a obra até 'a cornije de dentro da dita capela e torre na mesma igualdade na forma da planta que para esse efeito se lhe deu'». ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa* ..., p. 181.

[440] Embora não tenhamos a certeza do sistema administrativo desta capela, se por Irmandade, ou particular, incluímo-la nas Irmandades e Confrarias, por ser aberta para o espaço público e o contrato notarial fazer referência a um tesoureiro.

Souto, encostada «a capela de seu morgado de que são admenistradores» [441]. Seria, então, em plano paralelo à quinhentista capela de Nossa Senhora da Conceição, ou dos Coimbras, que se viria a erguer a nova ermida.

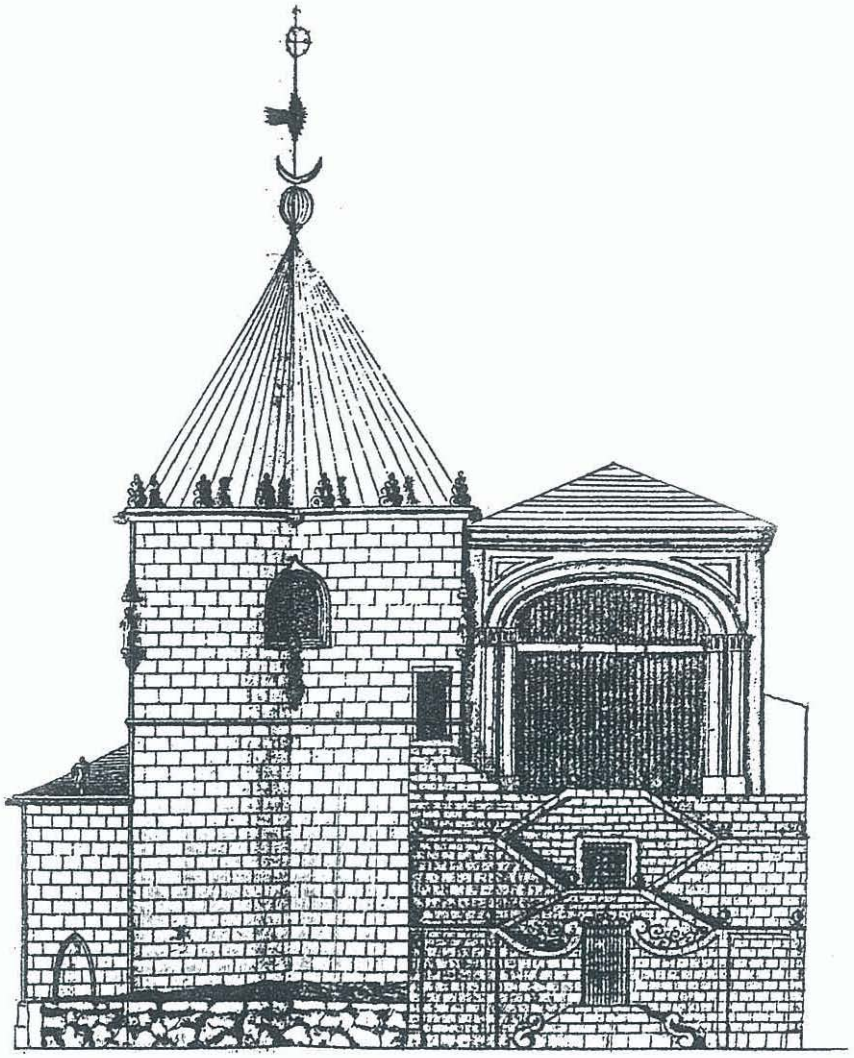


Fig. 19 - Capela de Santo António Esquecido (A.D.B. - *Memórias de Braga...*, Mss. 1059, fl. 151).

[441] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 516, fls. 184v-186.

Implantada já na devoção bracarense, no início do século XVIII, foi, em parte, com as esmolas arrecadadas do culto popular, que a obra se financiou. Se porventura essa fonte não fosse suficiente, aos fidalgos competia a liquidação do restante. Acerca da invocação de Santo António Esquecido e do seu culto, Leonídio de Abreu escreveu, em 1949: «proveio esta designação da imagem do glorioso Taumaturgo estar na face oposta à fachada principal da capela de Nossa senhora da Conceição, ou seja em local um tanto ou quanto recolhido, de maneira que o povo mal se apercebia dela. No entanto, à sua roda começou a desenhar-se certo culto que a pouco e pouco aumentou consideravelmente. Daí a construção da capela, para a qual se ia por meio de lanços de escadas» [442].

A obra, compreendendo capela e escadório, foi arrematada, em 14 de Maio de 1706, por Manuel Fernandes da Silva (Doc. n. 8), que no contrato assume o título de *arquitecto* e *mestre arquitecto* [443]. Pela quantia de «seiscentos e sesenta mil reis» o mestre obrigava-se a fazer a capela, para a qual forneceria todos os materiais necessários. Este preço incluia ainda o pagamento da planta «feita por elle dito mestre archeteto Manoel Ferandez da Silva» [444]. Do risco à construção tudo foi concebido e orientado pelo artista.

São poucas as condições impostas pelos promotores da obra ao mestre. A mais rigorosa prendia-se com o prazo para a sua execução — dez meses contados a partir da data da escritura —, que se não fosse cumprido obrigavam-no a pagar de «penna convencional para o dito Santo sem mil reis». Do domínio técnico, estipula-se a construção da capela em «pedra do Carvalho», enquanto os pátios e escadas seriam em «pedra da Palmeira ou Adoufe». O pavimento era em «tejollo e lagiado de pedra», e a cobertura abobadada só em tijolo. Como sinal explícito do compromisso o mestre recebeu no acto da escritura duzentos e quarenta mil réis.

Demolida no nosso século, anos antes de 1949 [445], resta-nos, para o seu estudo formal, um desenho do século passado e uma fotografia, já deste século. Entre as duas imagens evidenciam-se alterações pontuais, nomeadamente no escadório que antecede a capela, que foi encortado com o cerceamento de um dos seus dois módulos, e do patamar de acesso da rua.

A fachada, definindo um quadrado, era formada na sua totalidade por uma grande abertura em arco abatido, entre duas pilastras coríntias que a limitava nas extremidades. Acima do arco a arquitrave, o friso e a cornija dentro do rigor académico. Quanto à planta pouco podemos adiantar, a não ser alvitrar a hipótese de seguir um partido centralizado: o espaço disponível, com toda a probabilidade limitado

---

[442] ABREU, Leonídio de - *Santo António Esquecido*, in «Correio do Minho» - Braga de Outros Tempos, Ano XXIII, n. 6974, Abril de 1949, p. 1.

[443] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 516, fls. 184v-186.

[444] Idem - *ibidem*.

[445] ABREU, Leonídio de - *Santo António...*, p. 1.

pela volumetria do edifício adjacente, não lhe permitia exceder o plano quadrado. Por outro lado, a fachada acusa uma relação de 1:1 que poderá ter sido o sistema de proporções utilizado pelo arquitecto na concepção do edifício.
Elemento interessante no conjunto, o escadório revela uma certa actualização do seu autor, dentro dos princípios de organização barroca. Era composto por dois módulos, com quatro lanços de escadas de ritmo alternado — divergente/convergente; tudo fechado por portão. A ligação ao espaço público estava prevista por dois lanços, de poucos degraus, que convergiam para o portão. Este sistema possibilita um enquadramento teatral, não da fachada que é destituída de carga cénica, mas do interior da capela, onde a imagem devocioneira prendia a atenção dos transeuntes. Nessa postura de destaque do interior da capela de Santo António Esquecido, polarizou o arquitecto a dinâmica do conjunto, que é reforçada pelo esquema ziguezagueante proposto pelos lanços e patamares do escadório.
Os elementos plásticos confinam-se ao muro exterior que limita a capela e escadório do espaço público, de remate curvo em forma de meia voluta em S, alongada, com enrolamento ao centro em cada um dos lados do portão; e ao patamar exterior, onde duas volutas embelezam cada um dos dois pequenos lanços de acesso ao escadório. E ainda a elementos boliformes, simples, nas linhas de todos os vértices.

1.3.1.5. Capela do Bom Jesus de Fão (fot. 41-46)

Em visita Pastoral à matriz de Fão pelos Doutores Manuel Ramos e António Costa, no ano de 1707, foi encontrada a capela do Bom Jesus *indecentíssima* por os padres, alegam os visitadores, não «cuidarem da reformação della» [446], porque sendo administradas pelo pároco, esmolas e ofertas recolhidas na capela eram canalizadas para obras na sua igreja. O envelhecimento natural que o tempo não perdoa, foi acelerado pelas «inundaçoiz e cheas do rio de que está vezinho» [447]. Precisava, pois, a capela de uma «reforma em muitas cousas, tanto altares como sacristia» [448], testemunham os emissários do arcebispo, mas como não existiam recursos as obras teriam que aguardar [449], até que uma nova orientação produzisse os seus frutos. Duas medidas básicas foram tomadas: uma, previa a criação de um sistema de contabilização, em livro próprio, de todos os rendimentos das esmolas auferidos na capela, e a dependência directa da administração de Moura Te-

---

[446] A.I.B.J.F. - *Visitações* (Doc. Avulso), fl. 4.
[447] A.I.B.J.F. - *Livro das Esmollas que se dão Particulares para as obras do Senhor Bom Jezus*, fl. 2.
[448] A.I.B.J.F. - *Visitações* (Doc. Avulso), fl. 7.
[449] «Não determinamos obras algumas por não haver dinheiro». Idem - *ibidem*, fl. 8.

les, até que «a dita capella do Bom Jezus (...) estivesse fabricada de todo o necessario» [450], a outra. Assim estipularam os visitadores, que, antes de ordenarem qualquer benefício material, tratam de reorganizar o sistema administrativo de base. Disposição que é satisfatoriamente cumprida pelo reconhecimento expresso que fazem na visita de 1709, que para além de verificarem a existência de livro próprio onde eram lançadas as ofertas, notam, com agrado, «que do dinheiro recebido (...) se não tinha feito dispeza alguma» [451].

Essas medidas reabilitaram a economia do Bom Jesus e a sua capacidade empreendedora, ao ponto de juiz e oficiais almejarem a construção de uma nova capela e não apenas a beneficiação da antiga, que se apresentava «imcapás velha e indecente» [452]. Além das esmolas ordinárias contavam com uma choruda oferta de 200.000 réis, «pouco mais ou menos», que da «Bahia de Todos os Santos» [453] mandara Domingos da Cruz.

Querendo iniciar de imediato a construção da capela-mor «com aquella grandeza que sua pocibilidade premettia e hera decente a Magestade de tão grande Senhor», são advertidos pelo visitador que devem previamente dar conhecimento ao Arcebispo para que pudesse «dispor o que lhe pareser mais conveniente» [454], pois a ele competia a administração dos bens da confraria.

As obras foram basicamente suportadas com as esmolas dos devotos. Em Novembro de 1710, sendo juiz da confraria o Abade de Fonte Boa, Afonso de Meira Carrilho, prepara um livro onde se lançariam os nomes das pessoas e as esmolas que viessem a dar para a construção do novo santuário do Bom Jesus, pois, acusa o Abade, «para maior veneração do mesmo Senhor tem principiado huma magnifica obra» [455]. Percorrendo esse livro fica a imagem do impacto regional e até intercontinental que resultou da construção do santuário (Doc. n. 14). Em géneros, em ouro ou dinheiro, forma-se uma cadeia de solidariedade para construção de *tão elevada intenção*, onde todos querem deixar a sua dádiva para resgatar a protecção do Bom Jesus.

Dentro da diversidade de locais de expedição de esmolas conseguimos destacar dois núcleos: Vila do Conde e Brasil, sendo este último, indiscutivelmente, o mais assinalado. Cabo Verde também se tornou presente com «huma herança (...) que se ofreceo para estas obras» [456].

---

[450] Idem - *ibidem*, fl. 10.
[451] Idem - *ibidem*, fl.10.
[452] Idem - *ibidem*, fl.10.
[453] Idem - *ibidem*, fl.10.
[454] Idem - *ibidem*, fl.10v.
[455] Idem - *Livro das Esmollas que se dão Particulares...*, fl. 2.
[456] Idem - *Livro das Esmollas que se dão Particulares...*, fl. 5v.

Este movimento, é sem dúvida, revelador da devoção que o início do século XVIII consagra ao fenómeno cristológico [457] e do contributo dos emigrados, que na procura do sonho dourado não esquecem a região progenitora, e esperando conforto no além fazem as suas ofertas como remissão. Da nossa mira não se deve olvidar o proteccionismo do arcebispo ao santuário, que funciona como reconhecimento espiritual do mesmo, ao chamar a si a administração.
Em 1711 estavam iniciadas as obras e o empenhamento dos fregueses era notório: «Achei a obra do Bom Jezus principiada e os fregueses deste lugar ferverozos em a asistirem» [458]. Situação que se alteraria a partir de 1714, pedindo o visitador aos oficiais que aí vinham trabalhando «que se apliquem com todo o cuidado a que esta obra corra, pois o dinheiro osiozo não serve de nada e o Santo Christo está sem luzimento e veneração» [459]. Não era por falta de dinheiro que o ritmo da obra abrandara, pois ainda dispunham para investir «paçante de tres mil e quinhentos cruzados» [460]. No ano seguinte é advertido o tesoureiro por algumas irregularidades [461]. Em 1716 o visitador foi pessoalmente ao estaleiro e verificou «que as obras da cappella do Bom Jezus se tem mui demorada» [462], culpabilizando o deszelo dos oficiais «por lhe não porem prompto os mitriais»; notou a não existência de «peçoa que tenha esta superintendencia» [463], pois, embora os confrades se empenhassem bastante não era suficiente, porque as suas ocupações e *fazendas* toma-lhes o tempo, sendo prejudicado o serviço à confraria. Para obviar torna o pároco co-responsável. Este e os confrades elegeriam «hum homem mais agil e desempedido para famullo da cappella do Senhor e das obras» [464]. Dentro deste curso incerto as obras não seguiam ao ritmo esperado pela cúria bracarense. Em 1717 o visitador responsabiliza novamente o tesoureiro: «Paresse-me que se retardão por cauza de se não fazerem os pagamentos aos officiais trabalhadores a tempo conveniente», havendo já perto de seiscentos mil réis «que estavão cahidos e handarão por diversas maons» [465].

O *Livro das Esmolas* foi muitíssimo fecundo pelo registo do destino de algumas ofertas canalizadas para as obras, esclarecendo os nomes de alguns artistas res-

---

[457] Cf. MASSARA, Mónica F. - *o.c.*; Cf. ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Construção de Capelas pela Irmandade do Senhor dos Passos - Uma via crucis no espaço urbano*, Sep. da Revista «Poligrafia», n. 1, Porto, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1992, pp. 65-85.
[458] A.I.B.J.F. - *Visitações* (Doc. Avulso), fl. 10v.
[459] Idem - *ibidem*, fl. 11v.
[460] Idem - *ibidem*, fl. 11.
[461] Idem - *ibidem*, fl. 12.
[462] Idem - *ibidem*, fl. 12v.
[463] Idem - *ibidem*, fl. 12v.
[464] Idem - *ibidem*, fl. 13.
[465] Idem - *ibidem*, fl. 13.

ponsáveis pela construção do edifício. É aí que se denuncia a intervenção de Manuel Fernandes da Silva, acolitado por seu pai Pascoal Fernandes: «Deu o Reverendo Abbade de Fonte Boa Juis da Confraria duzentos mil reis de esmolla para principio das obras da cappella do Santo Christo, convem a saber cem mil reis que deu ao mestre Manoel Fernandes da Silva ao fazer da escreptura e outros cem mil reis a seu pai Paschoal Fernandes pera hir continuando com a obra» [466].
Esta nota é curiosa, denotando uma velha ligação profissional entre pai e filho, que neste caso concreto é mais de filho e pai; ou seja, na orientação do estaleiro trabalhava e continuaria a trabalhar Pascoal Fernandes, enquanto Manuel Fernandes da Silva, que assinara a escritura [467], assume um papel aparentemente indefinido, e diluindo-se a sua presença no curso da obra. Da função de Pascoal Fernandes não resta dúvida: era o mestre pedreiro das obras [468]. Por exclusão de funções, se a Pascoal Fernandes coube dirigir os oficiais que trabalhavam na construção da capela, a Manuel Fernandes da Silva um papel de maior notoriedade fazendo a concepção do espaço, actuação que viria a confirmar noutros momentos da evolução da obra.

O edifício articula o corpo da igreja quadrado, com o transepto distendido, e a capela-mor com a torre sineira encaixada, ladeada por duas sacristias, revelando, ao nível da planta, um certo compromisso entre espaço longitudinal e centralizado. Se a planta com transepto foi preferida em alguns mosteiros do Minho, como Tibães, o uso que dela faz Manuel Fernandes da Silva afasta-se do equilíbrio entre nave e transepto, denunciando aqui um predomínio do espaço do corpo, quedando-se o transepto numa forma alongada em relação à diminuta largura. Globalmente a igreja tende para um certo centralismo.
Há uma clara sobriedade de formas decorativas contrabalançado por um apuramento técnico. A utilização nas coberturas de abóbada de berço em caixotões, na nave e capela-mor, e quadripartida ogival cobrindo o espaço rectangular do transepto, exigiu do arquitecto o emprego de muros espessos para anulação das forças, onde se rasgam quatro janelas profundas, duas de cada lado. A decoração anuncia-se na fachada classicizante, onde a articulação do portal emoldurado, encimado por frontão interrompido e pelo óculo, lhe transmitem alguma força plástica. Sobretudo emergem as grossas folhagens que rodeiam a abertura da ilumi-

---

[466] Idem - *Livro das Esmollas que se dão Particulares...*, fl. 3.

[467] Para já desconhecida. Lavrada em Esposende?

[468] «Não se contão aqui os duzentos mil reis que se deu de esmolla o Reverendo Afonso de Meira Carrilho, Abbade de Fonte Boa, por não serem cobrados pello sobredito depozitario, mas sim os recebeo o mestre pedreiro das obras Paschoal Fernandes de que tem paçado recibo nas costas da escreptura das obras onde se acha estar satisfeito a dita esmolla». *Livro das Esmollas que se dão Particulares...*, fl. 5.

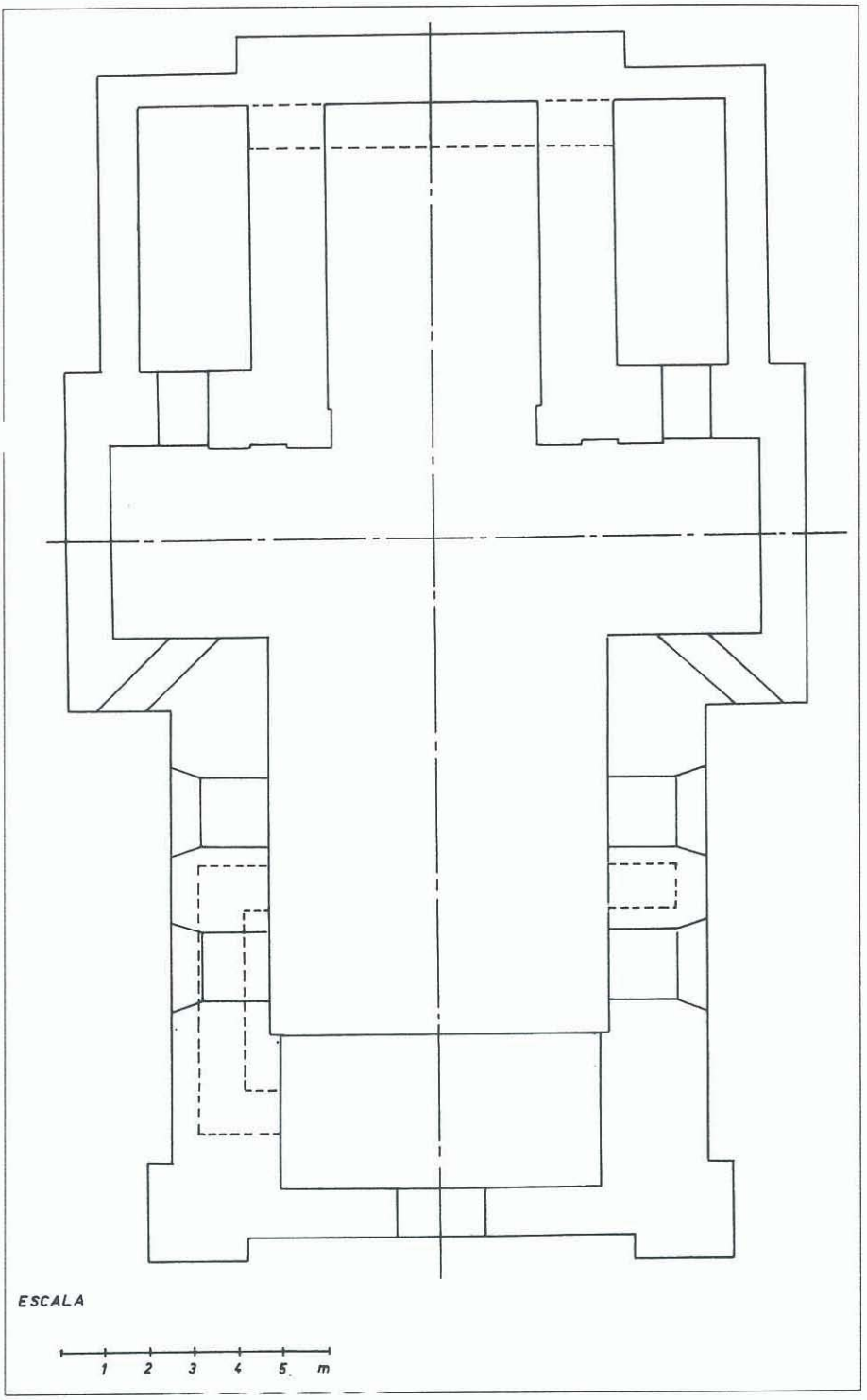


Fig. 20 - Planta aproximada da Capela do Bom Jesus de Fão.

nação, com seus acantos e duas flores-de-lis, ocupando toda a superfície parietal entre o frontão do portal e a arquitrave.

Houve necessidade, em 1736, de corrigir alguns erros que se verificaram nas sacristias, nomeadamente no sistema de iluminação, «pois pello modo que estão empedem a lus das duas frestas que estão na capella-mor» [469], nos telhados, onde por mais diligências que fizessem «não podem vedar as agoas», e na serventia para a torre e tribuna que era reduzida. Além destes defeitos, «outros inconvenientes mais que ha na forma das duas sanchristias» [470].

A beneficiação foi custeada por João Dias Couto, que por devoção manda fazer a «obra necessaria para evitar os ditos defeitos e inconvenientes levantando-se as ditas sanchristias athe onde for necessario para se meterem duas frestas do tamanho das que estão na dita capella-mor em correspondencia della para por ellas se comunicar a luz para a mesma capella, e por duas frestas para a parte do sul e ficar a serventia para o trono da tribuna e torre do sino para samchristia da parte leste por huma porta que se acha tapada e foi feita para a mesma serventia» [471].
Erro do arquitecto, ou do mestre pedreiro e oficiais?
Inclinamo-nos para a segunda hipótese. No início do *Termo* regista-se que se efectuaria a reparação devido ao «erro que se derão na planta da obra desta capella». O plural parece induzir a essa leitura. A existência de *uma porta tapada,* a contrariar o risco inicial, e que seria aberta para evitar mais embaraços, torna clara a introdução de alterações ao projecto de Manuel Fernandes da Silva.

A situação não foi resolvida com estes cuidados. No economato de 1742-1744 registam-se pagamentos a Manuel Fernandes da Silva pelos apontamentos e vistoria na obra da sacristia:

- «Pellos apontamentos que fes o mestre pedreiro Manoel Fernandes para as obras das samchristias outocentos reis» [472];

- «Para o mestre quando veo fazer vestoria nas obras por ordem do Reverendo Menistro Thomas de Araujo e Brito dou mil e seiscentos reis» [473].

Ora, se os erros fossem do arquitecto, ao ser chamado para os corrigir não receberia qualquer remuneração.

---

[469] Idem - *Livro das Eleições e Acórdãos*, fl. 18.
[470] Idem - *ibidem*, fl. 18.
[471] Idem - *ibidem*, fl. 18.
[472] Idem - *Contas Gerais*, fl. 51v.
[473] Idem - *ibidem*, fl. 52.

Principais Intervenções na Capela do Bom Jesus de Fão 1710-1751

DATA	INTERVENÇÃO
1710-1711	Cem mil réis que se deu ao mestre «Manoel Fernandes da Silva ao fazer da escreptura e outros cem mil reis a seu pai Paschoal Fernandes pera hir continuando com a obra» [474]
	Pagamento a Pascoal Fernandes no valor de duzentos mil réis [475]
1712	Pascoal Fernandes recebe mais «cento e sesenta e sinco mil e novecentos reis» pela continuação da obra [476]
	«Deu a huns homens que travalharão em tirar huma pedra alvanaria de debaixo da agoa no rio [...] coatro mil e novecentos reis» [477]
1723	Determina-se fazer novas portas, as grades do coro, púlpitos, e outros trabalhos em madeira, com as «madeiras que se achão ne mesma cappella vindas do Brazil». A obra foi arrematada pelo ensamblador António Carvalho, de Landim, por cento e cinco mil réis [478]
1724	Execução dos telhados da capela «à mourisca» [479]
1727-1728	Arranjo do adro [480]
1728-1731	Pintura e douramento da tribuna, sacras, caixão, frontais, encarnação da imagem de Cristo, quadro da boca da tribuna, etc., por Manuel Furtado, tudo no valor de 545$600 réis [481]
1731-1732	Arranjo do adro e da calçada pelo pedreiro Manuel Ferreira e «huns galegos» [482]
1732-1733	Conserto dos telhados das sacristias por Manuel de S. Paio [483]
	Obras na torre sineira [484]
1732-1739	Aquisição de sinos a Agostinho Ferreira da Rocha, sineiro de Braga [485]
1736	Arranjo das sacristias [486]

[474] Idem - *Livro das Esmollas que se dão Particulares...*, fl. 3.
[475] Idem - *ibidem* , fl. 5.
[476] Idem - *ibidem*, fl. 5v.
[477] Idem - *ibidem*, fl. 5v.
[478] Idem - *Livro das Eleições a Acórdãos...*, fl. 2v.
[479] Idem - *ibidem*, fls. 36-36v.
[480] Idem - *ibidem*, fl. 10v.
[481] Idem - *Contas Gerais...*, fl. 3.
[482] Idem - *ibidem*, fl. 9v.
[483] Idem - *ibidem*, fl. 12v.
[484] Idem - *ibidem*, fl. 13.
[485] Idem - *Livro das Eleições a Acórdãos...*, fls. 8-8v, 9, 20v, 21-21v.
[486] Idem - *ibidem*, fl. 18.

DATA	INTERVENÇÃO
1740	Aquisição de paramentos e cortinas [487]
1742-1744	Pagamentos a Manuel Fernandes da Silva pela vistoria e fornecimento de apontamentos para obras das sacristias [488]
	Arranjo da capela devido a destruição causada pela trovoada [489]
1744-1745	Obras várias nas sacristias. Escultor de Barcelos fornece risco do emadeiramento [490]
1745-1746	António Batalha, «mestre das obras de Sua Alteza» dirige as obras de estuque das sacristias [491]
	Acréscimo de talha no frontal do altar -mor pelo entalhador Manuel Pereira, de Barcelos [492]
1748-1749	Mudança de escada na sacristia da parte do nascente [493]
	«Para a panta [sic] que se mandou vir de Coimbra para o novo retabollo que se pertende fazer em o altar de Nossa Senhora das Dores, sete mil duzentos e sincoenta reis» [494]
1749-1750	Arcazes da sacristia feitos pelo mestre Joaquim da Silva [495]
	Custódio de Araújo Leite, imaginário, trabalha no retábulo de Nossa Senhora das Dores [496]
1750	Manda-se fazer planta e apontamentos para o retábulo colateral do Senhor Crucificado [497]
1750-1751	Reforma do lageado da capela e sacristias pelo mestre pedreiro Francisco Ferreira [498]

1.3.1.6. Igreja da S. Vicente (fot. 47)

Em 1686 a Irmandade de S. Vicente manifesta como desígnio a reconstrução da sua igreja, nomeadamente da capela-mor, que pretendia seguisse como modelo a capela-mor da paroquial de Nossa Senhora a Branca. Desta decisão ficou apenas

[487] Idem - *Livro das Esmollas que se dão Particulares...*, fls. 26-26v.
[488] Idem - *Contas Gerais....*, fls. 51v-52.
[489] Idem - *ibidem*, fl. 52.
[490] Idem - *ibidem*, fl. 57.
[491] Idem - *ibidem*, fl. 60v.
[492] Idem - *ibidem*, fl. 60v.
[493] Idem - *ibidem*, fl. 71.
[494] Idem - *ibidem*, fl. 71.
[495] Idem - *ibidem*, fl. 73.
[496] Idem - *ibidem*, fls. 73v-74; Idem - *Livro das Eleições e Acórdãos...*, fls. 30-30v.
[497] Idem - *Livro das Eleições e Acórdãos...*, fls. 31-31v.
[498] Idem - *Contas Gerais...*, fl. 76v.

a intenção, pois, efectivamente, as obras só se iniciariam em Maio de 1689 pelo pedreiro João Afonso Ramos, que trabalharia sobre um projecto de Domingos Moreira [499]. As obras foram vistoriadas pelo autor do risco e por Pascoal Fernandes, que se encontravam a desempenhar funções como mestres pedreiros na igreja de S. Vítor [500]. Esta equipa voltará a funcionar noutros momentos posteriores, e até Manuel Fernandes da Silva a ela se associará [501].

Cerca de trinta anos depois estava em marcha a conclusão da fachada da igreja. Manuel Fernandes da Silva compõe-se, em 1717, com a Irmandade (Doc. n. 20) para acabar o que ainda faltava para a levar a bom termo [502], seguindo um projecto ideado por Frei Luís [503], monge cisterciense e qualificado como «eminente na architectura» [504]. O contrato afirma que posta a lanços a «obra de pedraria que falta na fronteira da dita igreja de São Vicente para efeito de a mandarem fazer a mestre que a fizesse e que por não acharem pessoa que com mais comodo a fizesse do que o dito Manuel Fernandes da Silva, mestre de pedraria que a queria fazer por preço de duzentos e sincoenta mil reis» [505]. O preço, excluída a cal e a pedra lavrada e por lavrar que se achasse junto da igreja, era abatido em pagamentos mensais de quarenta mil réis, recebendo no acto da escritura cinquenta mil réis. Se, porventura, não a concluísse até Outubro do ano em curso, perderia igual quantia ao sinal da arrematação.

Embora Manuel Fernandes da Silva tivesse um risco para sua orientação, os Irmãos não se coibiram de o alertar «que nos dois cantos das ilhargas serão figuras na forma que de huma parte se ve no prefillo» [506].

Que parte da fachada faltava realizar? Só o remate superior? É bem possível. Embora o risco fosse de outro, não deixa de ser reveladora da capacidade reconhecida pela Mesa a Manuel Fernandes da Silva — *por não acharem pessoa que com mais comodo a fizesse* —, nomeadamente, a sua apetência para obras arquitectónicas de marcado nível ornamental.

1.3.1.7. Capela de S. Sebastião das Carvalheiras (fot. 48-49)

Situada fora de muralhas, ao cimo de uma alameda de carvalhos, numa pequena elevação, ergue-se a capela de S. Sebastião, protegendo, devocionalmente, o espaço

---

[499] OLIVEIRA, Eduardo Pires - *Estudos Sobre o Século XVIII...*, p. 47.

[500] Idem - *ibidem*, p. 47.

[501] Nomeadamente no processo construtivo da igreja dos Terceiros. ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa ...*, pp. 73-74.

[502] A.D.B. - *Tabelião Público*, 1ª série, n. 42, fls. 28-29.

[503] OLIVEIRA, Eduardo Pires - *Estudos Sobre o Século XVIII...*, p. 51.

[504] SMITH, Robert C. - *Frei José de Santo António...*, vol. I, p. 166.

[505] A.D.B. - *Tabelião Público*, 1ª série, n. 42, fls. 28-29.

[506] Idem - *ibidem*.

urbano das calamidades pestíferas. O actual edifício veio substituir outro, anterior ao século XVI, cuja fundação se desconhece e que a empresa mecenática de D. Diogo de Sousa contemplou com grandes melhoramentos [507]. À responsabilidade da manutenção não podia furtar-se o corpo da Câmara Municipal, como de resto o justifica a função para que foi construída — de proteger a cidade de Braga dos flagelos da peste- zelando, desta forma, pela sanidade pública, tarefa por inerência do corpo do Senado.

A ruína alastrou tentacularmente, a tal ponto que em 1712 não oferecia condições mínimas para a realização dos ofícios. Por isso mesmo, a confraria pediu autorização ao Arcebispo para transferir o culto para a igreja paroquial de S. Tiago da Cividade, e com ela as imagens de culto veneradas no templo [508].

Três anos decorreram até que se iniciasse a construção da nova capela para substituição daqueloutra. Em 31 de Maio, assumindo expressamente a sua obrigação, a Câmara firma compromisso com Manuel Fernandes da Silva (Doc. n. 18) para dar andamento à construção de um edifício de raíz [509], e volvidos cinco escassos meses, Moura Teles lança «a primeira pedra no alicerce da nova capella de S. Sebastiam das Carvalhaes» [510], para, no início de 1717, no dia consagrado ao padroeiro, aí voltar outra vez, agora para a benzer em acto solene, procedendo à inauguração oficial:

> *«Janeiro de 1717. Aos 19 benzeo Sua Illustrisima a nova igreja de S. Sebastiam das Carvalhas, e fez a procissam da Igreja matriz de Santiago para a nova capella com andores e danças. O reverendo cabido acompanhou a procissam e atraz do palio hia o Senhor Arcebispo, e no dia 20 sahio o Cabido da Sê como costume todos os annos hindo o Arcebispo de baixo do palio vestido de Pontifical»* [511].

Em tempo recorde Manuel Fernandes da Silva apresenta a tarefa satisfeita.

O compromisso que acertaram entre si, Senado e mestre pedreiro, não descreve a obra a realizar com pormenor, tão só as suas linhas fundamentais:

- seria a capela «oitavada pela parte de dentro», forma que também acusaria no exterior: «e pela parte de fora sera na mesma oitavada» [512];
- atrás da capela-mor, a sacristia «na mesma corrente da capella com serventias por antre a parede». Para o coro, púlpitos e tribuna haveria, igualmente acesso pelo interior das paredes;

---

[507] FERREIRA, J. Augusto (Monsenhor) - *Fastos Episcopaes...*, t. III, p. 246.
[508] Idem - *ibidem*, p. 246.
[509] A.D.B. - *Tabelião Público*, 1ª série, n. 109, fls. 136v-138.
[510] A.D.B. - *Diário Bracarense...*, fl. 86.
[511] Idem - *ibidem*, fl. 89.
[512] A.D.B. - *Tabelião Público*, 1ª série, n. 109, fls. 136v-138.

- fala-se de um alpendre: «e o alpendre que mostra a planta sera fechado das ilhargas e somente tera huma porta naquele lugar que sera a prencipal», formando esta estrutura um reduzido átrio de acesso à nave. Além da porta fronteira, levaria mais duas travessas.

A planta centrada, denuncia a forma octogonal com ênfase axial e transversal, concebido numa variação da cruz grega. No alinhamento do eixo principal está o portal e a capela-mor, no outro, duas portas travessas de acesso directo à nave. Internamente descreve um octógono de lados desiguais alternados, correspondendo aos quatro maiores, avanços em profundidade para as três portas e capela-mor. Nos quatro alçados intercalares, e na linha da cobertura, dois retábulos e dois púlpitos, agrupados dois a dois.
O interior caracteriza-se por um diálogo equilibrado entre os elementos estruturais, definidores da sua espacialidade, e as superfícies parietais revestidas de azulejos azuis e brancos, sendo uns de natureza ornamental pura e outros da iconografia da vida de S. Sebastião. Estão datados de 1717 numa cartela azulejar, e pelo excelente recorte foram atribuídos a António de Oliveira Bernardes [513].
Atrás da capela-mor, a sacristia, zona que foi alongada posteriormente, colocando ao fundo a torre sineira, e aumentando o espaço da capela-mor inicial [514].
A carga decorativa em pedra é praticamente inexistente, sendo, no entanto, aflorada na fachada principal onde as armas do arcebispo coroam a porta, entre frontão interrompido, e por cima destas, a imagem do patrono sob frontão sem base.
O desenho exterior é de uma austeridade assumida, afirmando-se, sobretudo, pelo seu carácter centralizado de forma octogonal.

Quem foi o seu autor?
O contrato notarial fornece uma pista: a capela far-se-ia na «forma que mostra o perfil que se fez em Vianna» [515], o que a levou à associação de Manuel Pinto de Vilalobos [516]. Por outro lado, sabe-se que a reedificação da capela se ficou a dever a um voto de D. Rodrigo de Moura Teles «pelas melhoras obtidas n'uma grave doença, de que fôra acommetido em Vianna do Castello» [517]. Não deixa de ser curiosa a coincidência do local.
Admitimos a sua execução por Vilalobos, até porque o edifício é de linguagem clássica e revela um autor comprometido a uma certa carga de academismo. Todavia, achamos, que a sua planta foi encomendada pelo Senado, e por ele paga

---

[513] SIMÕES, J. M. dos Santos - *Azulejaria em Portugal no Século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, p. 100.
[514] OLIVEIRA, Eduardo Pires - *Estudos Sobre o Século XVIII...*, p. 54.
[515] A.D.B. - *Tabelião Público*, 1ª série, n. 109, fls.136v-138.
[516] OLIVEIRA, Eduardo Pires - *Estudos Sobre o Século XVIII...*, p. 54.
[517] FERREIRA, J. Augusto (Monsenhor) - *Fastos Episcopaes...*, t. III, p. 247, nota 1.

numa ausência de cobertura prelatícia. Confrontado com a falta de saúde, o Arcebispo acelera o processo, financiando parcialmente a obra e remindo assim a sua promessa.

1.3.1.8. Capela de Nª. Srª. de Guadalupe (fot. 50-53)

Manuel Fernandes da Silva responsabilizou-se, em 1719 (Doc. n. 24), pela construção da actual capela da Confraria de Nª. Srª. de Guadalupe, «no mesmo monte e citio em que esta a velha a quoal capella sera feita pella forma e maneira dos riscos que para ella se fizerão» [518].

No ano anterior, a 27 de Março, tinha-se efectuado um primeiro acordo entre este mestre e a confraria (Doc. n. 22) para satisfação de objectivo idêntico, segundo o qual demoliria a capela velha e construiria uma nova, também com aproveitamento do local antigo. O documento é pouco minucioso quanto à descrição da obra, obra essa que o mestre faria de acordo com os apontamentos e a planta que lhe foram fornecidos [519].

Desse projecto abortado, sabe-se que a capela teria de largura «trinta e sinco palmos», sendo esta a única dimensão fornecida pelo texto, o que nos leva a concebê-la de planta centrada. Do seu interior há uma alusão à capela-mor e outras capelas: «e declararão elles ditos offisiais e mestre que os vãos per cheio que se hão-de pagar não se entende o do arco cruzeiro e cappela maior e arco cruzeiro e mais cappellas que estes se não pagarão» [520].

Por que motivo é lavrado novo compromisso catorze meses mais tarde, reafirmando a vontade de construção de novo templo? No primeiro, houve o cuidado de explicitamente se dizer que a capela seguiria a planta e apontamentos que a confraria forneceu a Manuel Fernandes da Silva; no segundo, além da inclusão dos apontamentos no documento notarial, com certeza da autoria do arrematante, apela-se a que a obra seria feita «pella forma e maneira dos riscos que pera ella se fizerão» [521]. Embora se denote uma certa articulação entre ambos os projectos, pensamos que o actual foi da inteira responsabilidade de Manuel Fernandes da Silva, substituindo o que lhe fora fornecido pelos confrades. Fraco projecto inicial? Deficiências técnicas detectadas por Manuel Fernandes aquando da sua materialização? É provável. Ambas as situações não seriam ímpares na carreira do arquitecto: na primeira década de setecentos apresenta novo risco para substituir um estudo

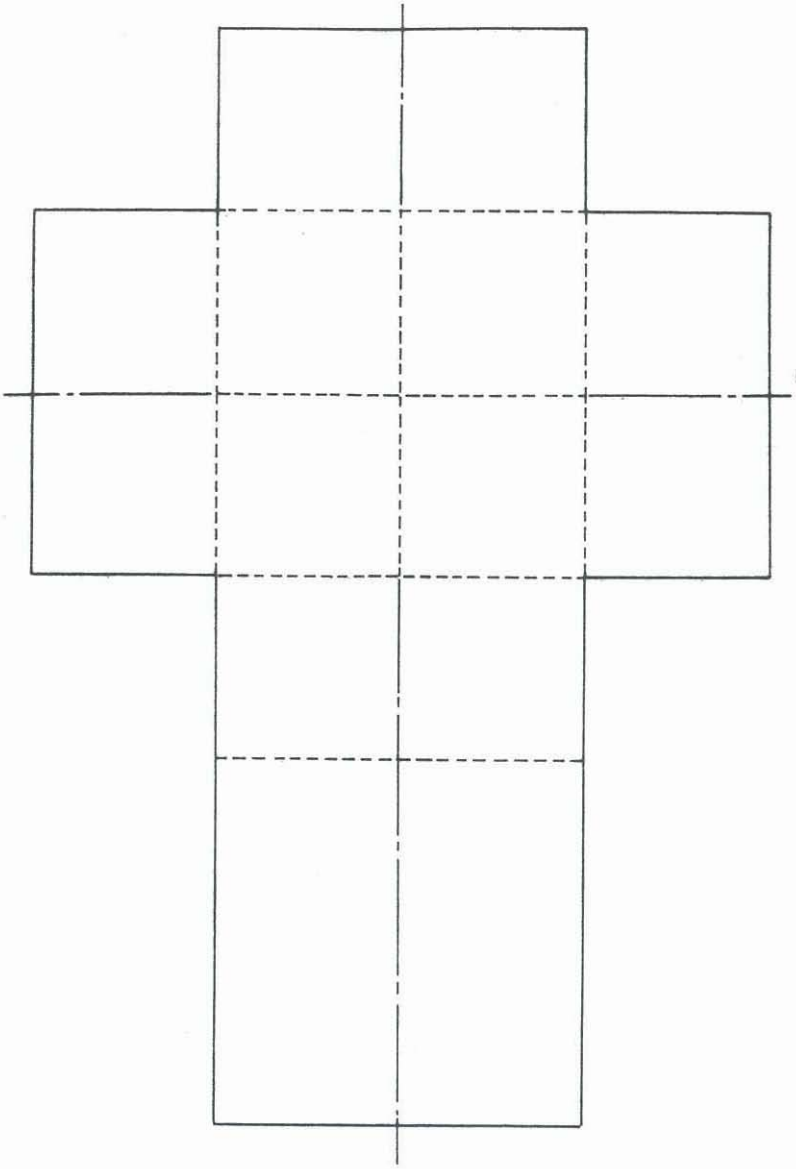
---

[518] A.D.B. - *Tabelião Público*, 1ª série, n. 42, fls. 133v-135v.

[519] O texto notarial não levanta dúvidas da origem do projecto distante da concepção do mestre arrematante: «o dito mestre ha-de fazer toda a pedraria nesesaria na forma da planta e apontamentos do risco que se deu ao dito mestre». A.D.B. - *Tabelião Público*, 2ª série, n. 70, fls. 90-91.

[520] Idem - *ibidem*.

[521] A.D.B. - *Tabelião Público*, 1ª série, n. 42, fls. 133v-135v.



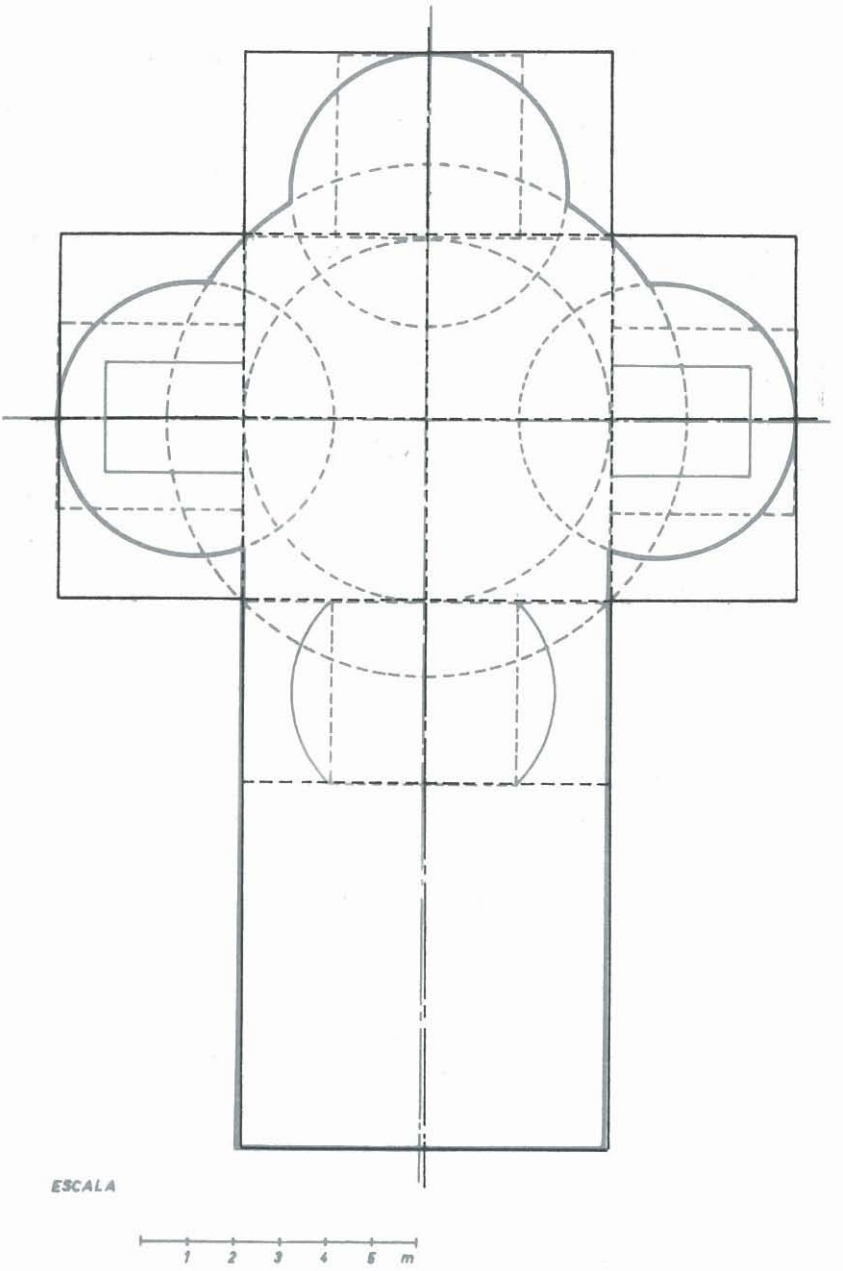


Fig. 21 - Formação da espacialidade da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe.

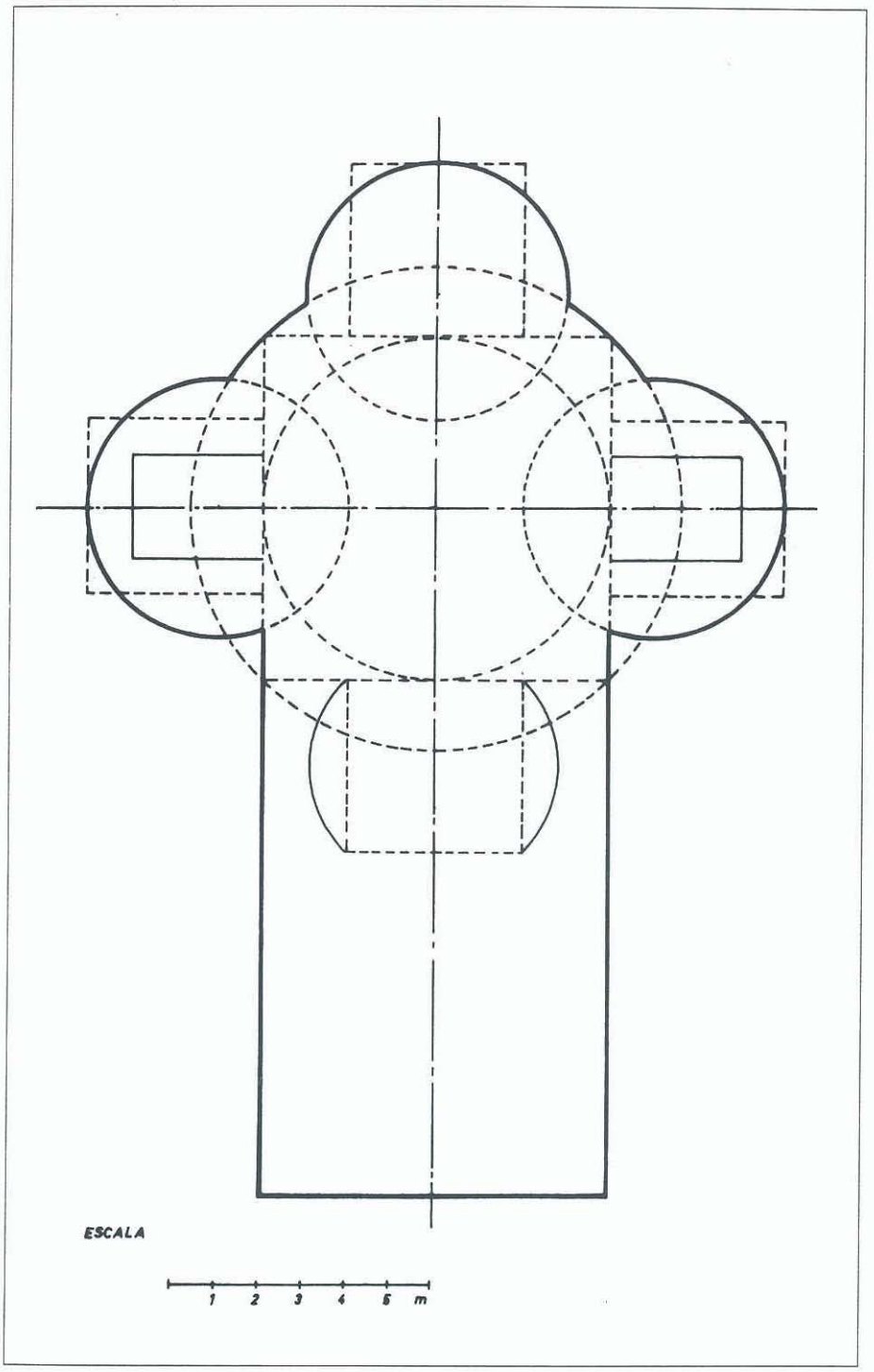


Fig. 21 - Formação da espacialidade da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe.

prévio de outro artista na igreja dos Terceiros de S. Francisco; em 1717-18 faz correcções técnicas ao projecto do Aljube de Braga, da autoria de Manuel Pinto de Vilalobos.

O edifício, de planta centrada em planos curvilíneos, goza de uma inserção urbana privilegiada. Localizada numa pequena elevação sobranceira ao Campo de Santa Ana (Avenida dos Combatentes), no Monte de Santa Magarida ou do Reduto, tem uma perspectiva singular da Praça do Reduto (Praça Mousinho de Albuquerque). Esta praça, um quadrado com ruas nos vértices, resultou de um projecto de urbanização desenvolvido por Moura Teles à volta de 1725, e teve como referência a sua articulação com a capela, à qual se encontra ligada por via ascensional que a valoriza volumetricamente. Os dois projectos, de cronologias aproximadas e «localizações respectivas devidamente articuladas» formam uma «unidade indissolúvel» [522]; de resto, o arcebispo liga-se financeiramente aos dois empreendimentos.

Inserida na paróquia de S. Vítor, ocupando o seu arrabalde, cuja urbanização se assumiu como novo eixo de crescimento da cidade no século XVIII, a capela chamou a atenção pela sua forma singular. Já em 1758 testemunhou o Abade de S. Vítor: «A capella da Senhora da Guadalupe, que he capella ordinaria feita a Romana, que fica em o arabalde desta freguesia com a confradia da mesma Santa» [523].

À equipa dirigida por Manuel Fernandes da Silva, coube nesta fase a construção do monumento até ao sistema de cobertura: «Declararão que elle mestre não sera obrigado a fazer abobeda alguma na dita cappella mais do que a abobeda das cappellas coletrais nem o lagiado do corpo da cappella mais do que já fica declarado» [524]. Volumetricamente, no interior, as duas capelas não atingem a altura máxima do edifício, abrindo-se em dois arcos num plano inferior aos arcos formativos do espaço.

O documento notarial é extremamente interessante. A descrição da obra está feita com tal rigor, apesar da existência de dois riscos, que nos permitiu reconstituir os componentes planimétricos, e chegar, inclusivamente, ao sistema de proporções aproximado que o arquitecto seguiu na realização do projecto. Grosso modo, observa-se uma concordância entre o que foi determinado fazer e o que se pode analisar na actualidade. A concepção da capela partiu de um espaço quadrangular: «tera a dita cappela trinta e coatro palmos asim de comprido como de largo e isto se entendia por dentro de cunhal a cunhal». Este é o espaço disponível para o corpo do edifício, dentro do qual se inseriu uma circunferência, que é efectivamente a sua forma. Em altura, até à cornija, iam vinte e sete palmos, e «esta tera coatro palmos de alto que entraram nos vinte e sete». Nesse espaço abriram-se «coatro

---

[522] SOROMENHO, Miguel - *o.c.*, p. 84.

[523] A.N.T.T. - *Dicionário Geográfico - Memórias Paroquiais*, vol. 7, n. 57, fl. 1141.

[524] A.D.B. - *Tabelião Público*, 1ª série, n. 42, fls. 133v-135v.

arcos iguais como bem a saber cappella maior com seu comrrespondente e coletrais no quoal arco principal levara huma tarja como mostra a planta; terão os coatro arcos iguais dezasete palmos de em vão e de alto trinta e seis». A capela-mor teria de comprimento «dezasete palmos», e «o seu comrespondente», do lado oposto, «tera sete palmos de comprido athe a porta principal», sendo esta recuada relativamente à parede exterior, formando um pequeno átrio aberto. Levaria ainda a capela-mor, duas portas para acesso à sacristia, e, sobre elas, «duas frestas de altura de seis palmos e coatro de largo».

As capelas colaterais ocuparam dois desses quatro arcos, num plano mais baixo, como já referimos, onde se abririam outros arcos inferiores e de menor vão. No desnível criado entre a altura das capelas colaterais e o arco definidor do espaço «ficara huma tribuna com sua fresta para a parte de dentro da igreja».

Entre a capela-mor e colaterais, os púlpitos, com «seu frizo por sima e concha que servira de goarda po». Por cima da porta principal, no interior exigia-se que o mestre fizesse «hum frizo com tres cachorros que receberam hum arco para a tribuna ou coro que tera de largo o arco doze palmos e de alto nove».

No interior há uma correspondência com os apontamentos. Mas já na fachada são claras algumas mutações, sendo a de maior vulto resultante da localização do campanário:

> *«levara huma fronteira ou fronteespicio na forma que mostra a planta principiando em tres arcos (...) sobre o arco principal levara huma sacada que receba huma janella de altura de nove palmos e coatro e meio de largo sobre a quoal levara seu timpano comforme mostra a planta; levara duas cartelas nas ilhargas da janella que calham na sacada a quoal sacada tera suficiencia para se andar nella levara dous pilares das bandas que toquem na cornije a quoal cornije tornejara no lugar delles sobre a quoal asentaram duas piraminas no meio da quoal fronteira ou fronteespicio levara hum campanario para o sino de altura de outo palmos com dous padrastais das bandas e bolas asima e huma targe que acompanhe o dito campanario com sua concha».*

Para cumprir este esquema dispunha Manuel Fernandes da Silva de um ano, recebendo da Confraria setecentos e trinta mil réis, e o transporte da pedra, responsabilizando-se pelo seu aparelhamento.

O esquema de proporções apurado pela leitura do documento é o seguinte: o edifício parte de um centro quadrangular na relação de 1:1 (34x34); em cada lado abria-se um arco que ocupava metade da largura disponível, na relação de 1: 1/2 (34x17); a capela-mor era formada por um dos quatro módulos em que se dividia o quadrado gerador, na proporção de 1:1 (vão 17, fundo 17).

Um levantamento sumário das dimensões interiores e exteriores do edifício, permitiu avançar um pouco mais na leitura do seu espaço. O comprimento total, incluindo capela e sacristia, posicionada esta atrás da capela-mor, repete três vezes um

quadrado de base, tal como apuráramos na fonte documental, sendo dois quadrados ocupados pela capela e o outro para a sacristia. Na linha de reunião dos dois quadrados localizou-se o centro da capela, cujo corpo é definido por uma circunferência inscrita no quadrado, e por sua vez este é implantado numa outra circunferência que define a curvatura das calotes exteriores menores. Para as calotes principais partiu o arquitecto do arco de circunferência que envolve o quadrado modular de todo o sistema.

Deste espaço foi elaborada uma leitura fugidia por Germain Bazin [525] que serviu a Mário Barata para fazer a aproximação de Guadalupe aos espaços curvilíneos do Brasil [526].

Volumetricamente há um centro, em caixa quadrangular, que emerge das três calotes em arco de circunferência e da capela-mor, sendo possível alguma aproximação com a capela de Santo Ovídio, em Amares, na região de Braga, cujo projecto veio do Brasil, delineado por artista natural de Braga — José Álvares de Azevedo, Sargento-mor — que aí desempenhava funções militares [527], sendo embora de concepção mais tardia que este. O projecto de Santo Ovídio revela-se mais dinâmico, sobretudo na ondulação dos alçados, evidenciando o balbuciar da linguagem borromínica de uma forma mais clara. Em Guadalupe o arquitecto, ainda preso à tradição maneirista, patente na utilização de curvas regulares [528], pretende aquele caminho, quedando-se pela multiplicação das superfícies curvas, em planos alternados, dentro da regularidade dos arcos de circunferência. Mais arrojado que o Bom Jesus de Barcelos, de João Antunes, onde as linhas curvas são entremeadas de rectas, o «projecto da igreja de Nossa Senhora de Guadalupe abandonara o contraponto de rectas e curvas» [529].

É, como tal, um projecto que revela uma mestria erudita no panorama da arquitectura vernacular.

1.3.2. Igrejas Matrizes

1.3.2.1. S. Martinho de Rio Mau (fot. 54-57)

O Abade de S. Martinho de Rio Mau, do concelho de Vila Verde, assume compromisso com Manuel Fernandes da Silva (Doc. n. 23) para a obra da capela-mor e

---

[525] BAZIN, Germain - *Reflexions sur l'origine et l'évolution du baroque dans le Nord du Portugal*, in «Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes», 2ª. série, n. 2, Lisboa, 1950, p. 13.

[526] BARATA, Mário - *Nota sobre a Igreja de N. Sª de Guadalupe, de Braga, relativamente ao surto dos espaços curvilíneos, na arquitectura setecentista lusa e brasileira*, in «Bracara Augusta», vol. XXXII, n. 73-74 (85-86), Braga, 1978, pp. 69-82.

[527] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *A Capela de Santo Ovídio de Caldelas - Um projecto vindo do Brasil*, (No Prelo); Idem - *Arquitectura Civil e Religiosa...*, pp. 181-183.

[528] BARATA, Mário - *Nota sobre a Igreja de N. Sª de Guadalupe...*, p. 71.

[529] Idem - *ibidem*, p. 75.

sacristia da igreja paroquial, bem como da sacristia da igreja de S. Martinho de Travassós, ambas tuteladas pelo mesmo abade. O contrato é datado de 28 de Janeiro de 1719 [530]. Em todo o texto não se encontra uma única alusão ao estudo prévio das obras e da consequente elaboração de risco para orientação da empreitada. Os apontamentos que o documento regista, extremamente minuciosos, substituíram o projecto, no domínio da planta.

O corpo da igreja é apresentado ao mestre como modelo pelo qual deve coordenar toda a sua intervenção. A nova obra, ou seja a capela-mor e sacristia, devia estar sintonizada pelas medidas do corpo da igreja, segundo um esquema de proporções da sua responsabilidade. Verifica-se também a exigência de articulação da linguagem estética: «e por elle dito Reverendo Abbade foi dito estava contratado com elle dito mestre Manoel Fernandez da Silva delle lhe fazer a obra da capella mor e sanchristia da sua igreja de sorte que não so sera preporsseonada nas medidas da altura comprimento a largura mas tambem sera cornigem de pedra pela parte de dentro e de fora cunhais de pedra apilarados suas frestas vidrassas que terão redes de arame amarelo empenna crus e piramidas como as do corpo da igreja» [531].

Na capela-mor faria «altar de pedra» e presbitério com degraus, e junto do altar previa-se a construção de um pequeno nicho, possivelmente uma abertura na parede, «para por as galhetas». Seria «forrada de tumba de madeira de castanho» e telhada «na forma do corpo da igreja de cancella», e as paredes, de quatro palmos de espessura, rebocadas por dentro e por fora.

Atrás da capela-mor a sacristia, fazendo-se a ligação entre um e outro espaço, por corredor. Nas paredes abrir-se-iam duas frestas com vidraças. Seria também forrada de madeira de castanho, as paredes rebocadas e o chão lajeado. Para completar a funcionalidade do espaço, o mestre faria ainda «hum labatorio de pedra com seu esgicho bem feito, hum almario para calses e misais com seos repartimentos e portas com fechaduras e chaves o que se entende porta e fechadura do almario e outra da entrada da samcretia» [532].

Externamente a cornija que corria a obra seria em forma de papo de rola.

Estava previsto um ligeiro arranjo do espaço envolvente das novas obras. Porque a zona onde se implantavam era ladeira, queria o Abade que o mestre construisse um «paredão bem fundo» para segurança do conjunto, e desviasse um curso de água, «que de prezente vai por detras da capela mor», fazendo o seu encanamento, por baixo da sacristia, ou noutro local por onde o mestre achasse conveniente.

O edifício completou-se com a construção de uma torre sineira adossada à sacristia, seguindo um enquadramento então usual na região de Braga. Enquanto na arquitectura da cidade as torres traseiras são pontualmente substituídas a partir de

---

[530] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 571, fls. 181-182v.

[531] *Idem - ibidem.*

[532] *Idem - ibidem.*

finais do século XVII por torres na fachada[533], o que demonstra uma viragem de gosto, no mundo rural há uma pervivência desse esquema até bem entrado o século XVIII. A torre desta igreja foi construída depois das obras da capela-mor e sacristia, as quais, a fazer fé no contrato, estariam prontas em Julho de 1719.
Que motivo explica a escolha de torres traseiras? Terá sido uma solução de equilíbrio do conjunto dentro de um eixo de axialidade? Levantando-se uma só torre na fachada o edifício apresentava-se, volumetricamente desequilibrado, e se fossem duas o empreendimento final era mais dispendioso. Foi uma procura de alongamento do espaço ocupado pelo edifício? É curioso apontar que esta disposição formal dá origem a edifícios inscritos numa planta triangular, com vértice principal ocupado pela torre.
De resto, a igreja de S. Martinho de Rio Mau, transpira de linguagem maneirista. Única tentativa dissonante é o curvamento da cornija sobre o óculo da fachada.

1.3.2.2. S. Martinho de Travassós

A paróquia de S. Martinho de Travassós era, em 1719, anexa à de Rio Mau, como já referimos. O contrato realizado com Manuel Fernandes da Silva para intervenção em Rio Mau, previa também uma obra nesta igreja (Doc. n. 23), onde o mestre se compromete fazer nova sacristia: «tambem lhe far a samchristia da anexa de Sam Martinho de Travasos» [534].
As medidas desejadas para esta sacristia seriam igualmente da autoria do mestre, baseado num esquema de relação entre capela-mor da igreja e a obra a realizar: «com as medidas de alto e comprido e largo conforme o corpo da dita capela mor»[535].
Para sua iluminação abria-se uma fresta com vidraça. No interior, prevê-se a construção de um armário para arrumação de «calses e misais», com porta fechada à chave, e um «lavatorio de pedra com seu esguicho», tudo condizente com a sacristia de Rio Mau. Para acentuar este paralelismo o contrato regista: a sacristia seria «forrada de madeira castanha, legeada, cahada e rebocada, telhada com boa telha na forma da igreja anexa».
O preço das duas intervenções foi apresentado em bloco e atingiu os trezentos e quarenta mil réis.

1.3.2.3. Nª. Srª. da Conceição da Póvoa de Varzim (fot. 58-65)

A construção da nova igreja matriz da Póvoa de Varzim, foi a derradeira empresa de Manuel Fernandes da Silva, tendo-a arrematado em Azurara, na presença do

---

[533] Ver neste trabalho Igreja de Santa Cruz.
[534] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 571, fls. 181-182v.
[535] *Idem - ibidem*.

doutor Corregedor da Comarca do Porto. A escritura de fiança foi lavrada, a 17 de Maio de 1742 [536], em Braga, na casa do artista, e pela qual se compromete fazer «a obra da igreja matriz da Villa de Povoa de Barzim por huma planta e prefis e apontamentos» [537]. A análise da obra não deixa dúvida quanto à autoria do seu plano, mas a própria escritura de fiança sugere essa paternidade: «elle dito Manoel Fernandez da Silva faria a dita obra no lugar assinalado na forma e tamanho de *sua* planta e prefis e apontamentos». Acreditamos que o *sua* se refere ao autor e não à obra.

A obra foi orçamentada em «oito contos e setecentos e setenta mil reis», abatidos em fracções de «trezentos e sinquenta mil reis» pagos de três em três meses, conforme a obra fosse correndo. Cada ano, depois de iniciados os trabalhos, realizar-se-ia uma peritagem por dois mestres, um nomeado pela Câmara da Póvoa e o outro por Manuel Fernandes da Silva, que «reverião a dita obra do que estevesse feito se esta comforme a obrigaçam ou não» [538] e para controlarem se o mestre de obras tem recebido dinheiro em demasia, relativamente à obra executada. Entre os vários fiadores nomeados, todos de Braga e de profissões alheias ao mundo arquitectónico, surge como principal o Licenciado Geraldo Fernandes da Silva, filho do mestre pedreiro, assumindo o duplo papel de fiador do pai frente aos encomendantes da obra, e frente aos demais fiadores. Na fiança Manuel Fernandes da Silva esclarece que faria a escritura pública no termo de um mês, recebendo nessa altura «dois mil cruzados» sobre o preço da arrematação.

Entretanto, a 2 de Junho, Geraldo Fernandes da Silva recebe procuração de seu pai «pera que em nome delle constituinte possa selibrar e asinar a escriptura da obra de pedraria da igreja da Villa de Povoa de Brazim» [539]. Da escritura da obra nada sabemos. Neste aspecto as diligências nas Notas da Póvoa foram infrutíferas. Já dos passos de Manuel Fernandes da Silva que antecederam a sua morte, felizmente não podemos dizer o mesmo. Na Póvoa fixaria residência para assistir à empreitada e aí viria a falecer.

A primeira pedra da igreja foi lançada pelas mãos do pároco José Carvalho da Cunha, em 18 de Fevereiro de 1743 e só catorze anos mais tarde, no dia de Reis, a igreja foi aberta ao culto «com grande solenidade como o acontecimeto pedia» [540].

A obra era de vulto, como bem demonstra a igreja existente. Para levar o empreendimento a bom termo foi necessária a intervenção régia, tendo concedido D. João

---

[536] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 648, fls. 28v-30. Documento transcrito por BRANDÃO, D. de Pinho - *A Obra de Pedraria da Actual Igreja Matriz da Póvoa de Varzim*, Sep. do «Boletim Cultural» da Póvoa de Varzim, vol. IV, n. 1, Póvoa de Varzim, 1965, pp. 6-9.

[537] Idem - *ibidem*.

[538] Idem - *ibidem*.

[539] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 648, fls. 60v-61. Documento transcrito por BRANDÃO, D. de Pinho - *art. cit*, pp. 9-10.

[540] BRANDÃO, D. de Pinho - *art. cit.*, p. 1.

V que o sobrante das sizas da Póvoa fossem canalizadas para pagamento da empreitada, já que os dinheiros apurados pelo povo da «imposição d'um real em género vendável» [541], não foram suficientes.

Não pode concluir a construção da igreja Manuel Fernandes da Silva e tão pouco cumprir a obrigação que tomara com o Corregedor, porque foi surpreendido com a morte, em Setembro de 1751. Depois de um interregno, em Abril de 1753, Domingos da Costa e José Fernandes Lucas, dão novo incremento à obra [542]. Magalhães Basto informa o sucedido com mais pormenor, dizendo que estes mestres assumiram compromisso para darem continuidade a «'factura do que falta na obra de pedreiro para se concluir a Igreja Matriz da Vila da Póvoa de Varzim', a qual não levara a cabo o antigo arrematante 'o Mestre Manuel Fernandes da Silva, por faleser da vida presente'» [543].

Ajustaram o que faltava por «hum conto novecentos e noventa e nove mil e quinhentos reis» [544], juntamente com uns acréscimos que se introduziram no plano inicial, avaliados em quinhentos e sessenta mil réis [545]. À morte de Manuel Fernandes da Silva os trabalhos iam bastante adiantados. A actuação destes novos mestres recaíu, essencialmente, na construção das abóbadas de tijolo e nas guarnições da igreja [546].

A planta acusa um certo compromisso com a cruz latina, de transepto pouco profundo, mas evidenciado mesmo do exterior. A nave única, de cobertura em abóbada perfeita, recebe altares laterais embutidos em arcos abertos na espessura das paredes. O último arco que antecede a capela-mor, mais alto, balbucia o transepto. A capela-mor, de igual cobertura, tem sobre o arco cruzeiro uma tarjeta em cantaria com cruz relevada; de ambos os lados, uma sacristia com acesso pelas paredes laterais da capela-mor. Do seu interior arquitectónico fica uma sensação de indesmentida grandeza, num esquema em que a talha, proliferando por todo o espaço, tenta anular o carácter austero do edifício. As exageradas grossuras das paredes, justificadas para suporte do sistema de cobertura, não impediram, todavia, a inundação do seu interior pela luz, coada pelas janelas laterais e frontispício.

---

[541] Idem - *ibidem*, p. 2.

[542] A.D.P. - *Secção Notarial*, PO8, n. 241, fls. 21-22v. Idem - *ibidem*, p. 4, nota 9.

[543] BASTO, A. de Magalhães - *Apontamentos para um Dicionário de Artistas e Artífices que Trabalharam no Porto do Século XV ao Século XVIII*, in «Documentos e Memórias para a História do Porto», vol. XXXIII, Porto, Câmara Municipal, 1964, p. 185; ver também p. 510.

[544] BRANDÃO, D. de Pinho - *art. cit.*, p. 4.

[545] Igualmente assume o compromisso o mestre pedreiro João Moreira, para quem já tinha sido lavrada uma escritura por morar distante dos seus sócios e companheiros. BRANDÃO, D. de Pinho - *A Igreja Matriz da Póvoa de Varzim - Duas Nótulas*, Sep. do «Boletim Cultural» da Póvoa de Varzim, vol. V, n. 1, Póvoa de Varzim, 1966, p. 2.

[546] Idem - *A Obra de Pedraria...*, p. 5.

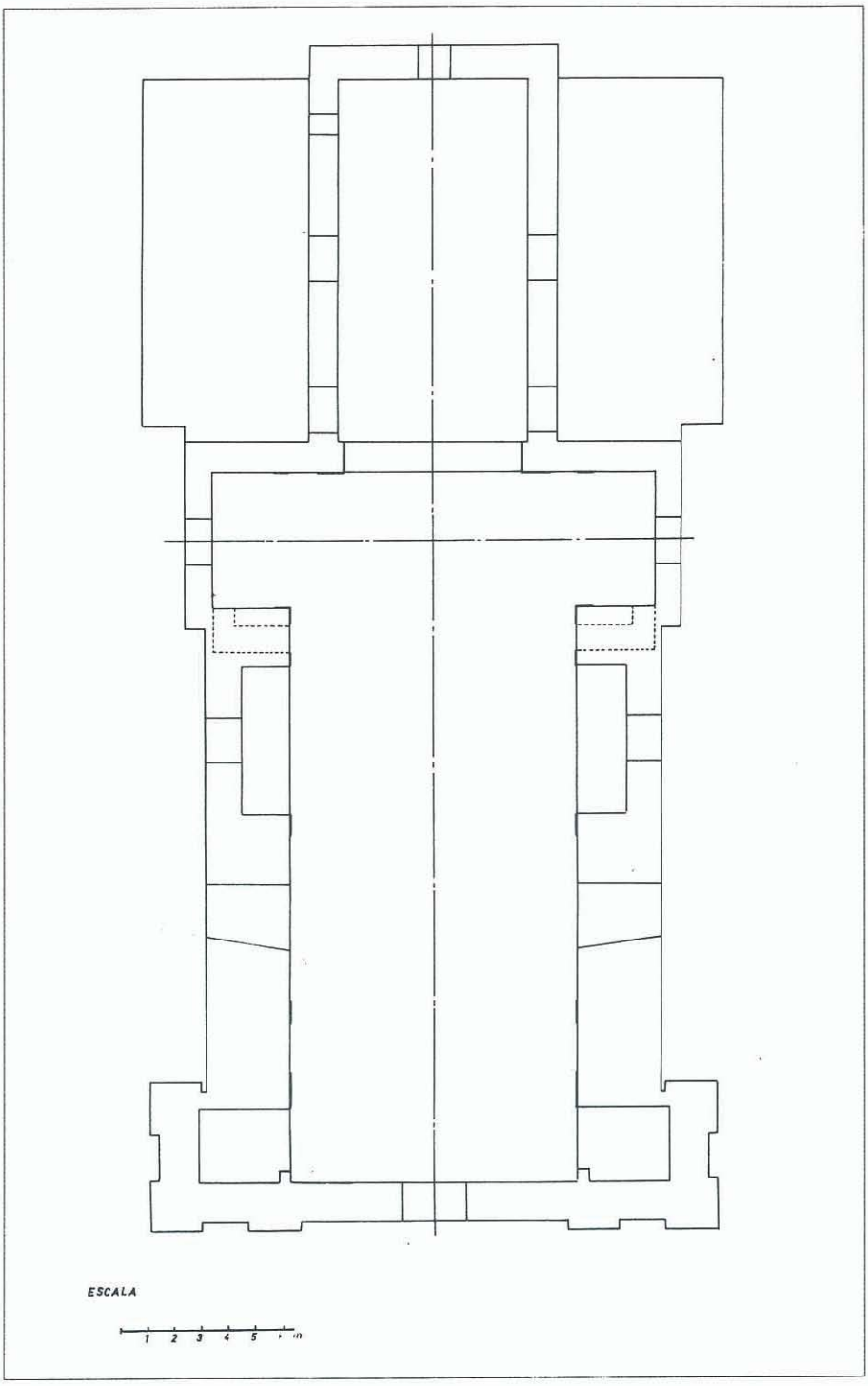


Fig. 22 - Planta aproximada da Igreja Matriz da Póvoa de Varzim.

Na fachada, embrechada entre duas altas torres sineiras que nascem da base, usou o arquitecto uma gramática cristalizada em composição rica de imaginação e livre. No eixo de axialidade e acima do portal, o frontão de enrolamento ao centro abre-se para receber as armas reais, que fazem a ligação com a edícula que as sobrepuja, onde foi colocada a imagem de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da igreja. Sobre a edícula um frontão curvo interrompido. Acima do entablamento um conjunto de dois frontões servem de remate: num dinâmico frontão ondulado, encaixa um triangular interrompido.

Duas janelas de igual frontão triangular interrompido, ladeiam o nicho e contracenam com duas janelas/varanda de frontão curvo, já na área das torres. Na graciosidade da fachada foi decisiva a multiplicação das pequenas aberturas quadrilobadas, que reforçam, juntamente com o contraste granito/reboco o seu timbre sensitivo.

As altas torres sineiras, com balaustradas no topo e interessantes remates piramidais, são, indubitavelmente, um elemento que contribui para a leitura monumental da fachada.

Foi assim, o seu criador, um homem enfeudado ainda em meados do século XVIII a uma estética clássica da arquitectura vernácula portuguesa, que procura conscientemente dar resposta ao novo tempo, onde a dinâmica se opõe ao ambiente estático. No conjunto a fachada revela um autor de bom desenho e de grande capacidade imaginativa, dentro das limitações que a sua escola condicionava. Parece-nos, sem dúvida, que à sua autoria não foi alheio Manuel Fernandes da Silva que assume papel de mestre de obras da igreja nova, desde a fundação até que a morte o dizima já na avançada idade de oitenta e um anos, orientando pessoalmente o estaleiro, tendo para tanto fixado residência na Póvoa de Varzim.

2. Arquitectura Civil

2.1. Pública

2.1.1. Hospital de S. João Marcos

São duas as intervenções de Manuel Fernandes da Silva no Hospital de S. João Marcos, da cidade de Braga. Numa intervém individualmente, sendo de sua autoria o delineamento da obra que se compõe fazer; numa outra, mais tardia, arremata em parceria com Pascoal Fernandes a realização de obras de vulto, sob projecto de Manuel Pinto de Vilalobos.

1. Bento Carvalho da Silva, como Provedor do Hospital, contrata, em 1706, Fernandes da Silva (Doc. n. 9), «arquiteto desta cidade», para fazer «no Hospital de São Marcos hum corredor contenuando do canto fronteiro ao cruzeiro entrando pellas cazas (...) the o quintal dellas com hum arquo» [547]. A obra a executar desenvolveu-se para o lado «da Quingosta que vem do Campo de São Tiago». Os elementos disponíveis para análise da obra são escassos. O corredor de dimensões regulares, com a «altura de vinte palmos e outros vinte de largo», levaria uma janela «com sua sacada» e quatro frestas «do mesmo tamanho das que tem o dito dormitorio para a parte das cazas do Machado» [548]. São evidentes, apesar da escassez de elementos analíticos, a regular uniformidade entre a altura e a largura, proposta reveladora do carácter arquitectónico do artista, e as preocupações estéticas dos Mesários em igualar as novas aberturas com as existentes.
O cargo com que é apresentado neste contrato responsabiliza-o pelo projecto do empreendimento.

2. De maior vulto foram as obras que em 26 de Novembro de 1720 Pascoal Fernandes e seu filho contratam da mão do Provedor da Santa Casa da Misericórdia (Doc. n. 26), o Dr. Diogo Borges Pacheco, que cumulativamente era Dezembargador e Chanceler-mor «na Relação desta Corte», e Afonso de Meira Carrilho, Provedor do Hospital, cuja ligação a Manuel Fernandes da Silva vem de longa data.
A obra de «nova pedraria para a convalescensa dos ditos pobres emfermos do dito Hospital e melhor recolhimento», abrangia a construção de claustro, cozinha, espaços para alojamento, latrinas, varandas e chaminés. O contrato não a descreve, mas através da curiosa listagem dos preços da arrematação à braça, vê-se o alcance da intervenção.

---

[547] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 517, fls. 116-117.
[548] Idem - *ibidem*.

Preços de Constituintes Arquitectónicos no Hospital de S. Marcos

PEÇA/ INTERVENÇÃO	MEDIDAS (Palmos)	PREÇO (réis)	OBSERVAÇÕES
ABÓBADA	100 (área)	1400	Em tijólo
ALICERCE	100	800	
ALVENARIA	300 (área)	2200	
ARCO		16000	«cada arco do claustro com suas pilastras, com vazas e capiteis toscanos»
		6000	«cada arco dos que atravessa o claustro»
CANO	10	2500	«cano tosco para vazão das agoas do pateo do claustro»
COLUNA		3500	Cada coluna do claustro «com sua vaze e capitel toscano»
DEGRAUS	1	180	«com seu busil»
	1	120	Cada palmo liso «para a escada que dese da cozinha»
ENTABLAMENTO	10	3500	Friso que corre sobre as colunas do claustro
	10	2500	Friso em papo de pomba
JANELAS		9500	Cada janela na parede de 6 palmos
		8000	Cada janela na parede de 3 palmos
		6000	Cada fresta na parede de 3 palmos
LAJEADO	100 (área)	5000	«lavrado de ambas as partes»
	100 (área)	2800	Lavrado por um só lado
PERPIANHO	100 (área)	3200	Tosco
PORTAS		11000	Cada porta na parede de 6 palmos
		9000	Cada porta na parede de 4 palmos
		8000	Cada porta na parede de 3 palmos
REBOCO	100 (área)	160	
SOCO	10	1900	
TALUDE	10	1600	Talude «lizo que corre no andar dos sobrados»

Para uma obra de envergadura é escolhida uma equipa de peso. A planta está associada a Manuel Pinto de Vilalobos, como demonstrou José Augusto Ferreira [549], que não seria totalmente feliz no seu projecto: «Em 1721 foram encomendadas ao engenheiro de Viana as plantas para o claustro grande do Hospital de S. Marcos 'Nesta obra cometeram-se alguns êrros emendados pelo mesmo Engenheiro, que para isso teve que fazer nova planta, ordenada pela Mesa em sessão de 29 de Agosto de 1722 e por essa deliberou a Junta em sessão de 1 de Julho de 1723 que continuava a obra do Hospital'. Depois em 1733 foi encarregue Carlos António Leone, italiano, de apresentar novos projectos para o frontispício, igreja nova e claustro pequeno» [550]. Da participação de Vilalobos fica uma imagem infeliz, primeiro pelas alterações que teve de impôr ao risco inicial, fazendo, inclusivé, uma nova planta, para numa fase consecutiva de obras os Mesários preterirem Vilalobos a Carlos Leone.

Não deixa, porém, de ser sintomático que uma obra de reconhecido interesse público da cidade, como justifica o intervencionismo do próprio Desembargador e Chanceler-mor da Relação à testa do contrato como uma das partes outorgantes, seja da autoria de Manuel Pinto de Vilalobos.

Pascoal Fernandes não concluiu o compromisso assumido, pela ocorrência do seu falecimento. A equipa de pai e filho tinha já substituído a proposta de Jerónimo de Oliveira e de seu irmão, Manuel de Oliveira, mestres pedreiros de Viana, para a mesma obra [551]. Entretanto, dois anos mais tarde, verifica-se uma retoma do projecto pela equipa inicial [552].

2.1.2. Aljube de Braga

Preocupado com as condições de habitabilidade dos reclusos, D. Rodrigo de Moura Teles põe em marcha a construção de alguns presídios na área de influência do seu poder. Valença e Torre de Moncorvo, são dois centros fora da cidade de Braga que foram dotados de novas instalações [553]. Se em pontos mais distantes do centro de emanação política se fez sentir essa orientação, muito mais na cidade sede da sua corte. Possuímos documentação que nos ilustra esta linha de acção do Arcebispo voltada para o social, associada à construção da cadeia de Braga. Esta, foi construída entre 1717-1718 por Manuel Fernandes da Silva, segundo projecto de Manuel Pinto de Vilalobos, ao qual introduziu melhoramentos (Doc. n. 21).

---

[549] FERREIRA, José Augusto - *Ampliação e Transformação do Edifício do Hospital de S. Marcos de Braga no século XVIII, segundo Plantas do Engenheiro Manuel Pinto Vilalobos e do Arquitecto (?) Carlos António Leone*, in «Lumen», n. 3 (5), Lisboa, 1939, pp. 265-272.

[550] SOROMENHO, Miguel - o.c., p. 82.

[551] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa* ..., p. 154.

[552] Idem - *ibidem*, p. 155.

[553] FERREIRA, J. Augusto (Monsenhor) - *Fastos Episcopaes...*, t. III, p. 268.

O compromisso lavrado entre os procuradores do Arcebispo, O Desembargador da Relação e o Procurador Geral da Mitra, de uma parte, e Manuel Fernandes da Silva, da outra, embora silencie quanto ao carácter da estrutura a edificar, esclarece, todavia, algumas coordenadas da conduta política de Moura Teles e do seu proteccionismo ao mestre pedreiro, como dos trâmites que orientaram o processo construtivo.

Elucidativo dos dois primeiros pontos é a procuração de Moura Teles incluída no contrato de arrematação da obra. A cadeia existente na cidade não oferecia o menor conforto e «as pesoas que estam nella ainda padicião mais que como prezos pelas descomidades que exprementão» [554]. Era, como tal, ponto de honra do arcebispo dotar os presos de um ambiente de reclusão de maior dignidade humana, até porque, associada à reclusão está a degradação moral, que, adivinhando o pensamento de Moura Teles, poderia ser atenuada com conforto físico. Ele próprio regista que era mais grave a vivência no presídio que a pena.

Dos materializadores dessa vontade, do projecto de Manuel Pinto de Vilalobos como dado consumado, e de uma preferência inequívoca de que a obra fosse levantada por Manuel Fernandes da Silva, fala-nos o documento. Ao longo da procuração expressa várias vezes nominalmente o mestre pedreiro, não deixando porém de alertar que a obra seria arrematada por Manuel Fernandes «ou com outros quaisquer que [a] tomarem» [555]. Esta postura aparece antes da colocação da obra a pregão, sendo, como tal, reveladora da confiança que o arcebispo dispendia no artista.

O aljube seria construído «no sitio do Terreiro da igreja dos Terceiros (...) a saber a fronteira do dito aljube em sima da parede da barbacam ficando o vam do dito aljube entre ella e o muro do dito castello» [556], ocupando o topo do Campo de Santa Ana. Juntamente com as plantas, o Engenheiro Coronel apresentou os apontamentos que abrangiam três especialidades pelas quais passaria a concretização do edifício: pedraria, carpintaria e ferragem. As plantas e os apontamentos foram entregues ao mestre pedreiro. Não obstante os estudos prévios de Manuel Pinto de Vilalobos, D. Rodrigo de Moura Teles podia «mandar fazer alguma demenuição na grusura dos ferros das grades ou em outra qualquer obra» [557], sobrepondo-se sempre a sua vontade, como último patamar da orientação final. Esta prerrogativa foi efectivamente usada pelo arcebispo como clarifica numa determinação: «Por nos constar que a parede da barbaçar do castello que havia de servir de frontispicio para a obra do aljube que mandamos edificar no Terreiro da igreja dos Terceiros desta nossa cidade, se acha por dentro cheia de terra e incapax de servir pela pouca segurança que inculca na guarda dos prezos ordenamos ao mestre da tal obra

---

[554] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 566, fls. 95v-97v. Ver ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa* ..., p. 201.

[555] Idem - *ibidem*.

[556] Idem - *ibidem*.

[557] Idem - *ibidem*.

Manoel Fernandes da Silva que faça parede nova com novos alicerses e de largura a seis palmos na forma da arte em semelhantes; e outro si correrá a obra do tal aljube athe a porta dalfandega por ficar asim melhor e mais vistoza e nesta forma havemos por declarada a planta que se deu para a tal obra feita pelo Coronel Engenheiro Manoel Pinto Villaloboz e a seu tempo haverá respeito ao acrescentamento que se julgar fazer alem do disposto na dita planta» [558].

O edifício resultou, assim, de uma proposta do Engenheiro e da sua actualização por parte do Arcebispo através das observações de Manuel Fernandes da Silva relativas à inoperância do projecto inicial. De Moura Teles provem ainda a preocupação de ordenação e embelezamento do espaço urbano causado pela construção [559], não se coibindo de aumentar a sua dimensão «athe a porta dalfandega por ficar asim melhor e mais vistoza». Mais que as propostas técnicas do Engenheiro, evidencia-se uma clara postura estética do Arcebispo para colmatar um campo não previsto pelos estudos de Vilalobos. Manuel Fernandes da Silva foi o construtor dessa intenção.

O preço total da empreitada foi de «des mil cruzados», pagos com dinheiros provenientes das penas dos presos, «e adonde elle não chegar se lhe satisfara pelos rendimentos das rendas da Mitra Primas», sendo, portanto, financiada prioritariamente por dinheiros públicos.

O mestre pedreiro dispunha de um ano para entregar o aljube concluído, em todas as suas fases, e de «chave na mão». Logo em Janeiro seguinte, assume compromisso com o carpinteiro João Borges para a obra de «sobrados, telhados, como de portas e janellas e escadas e tudo o mais que tocar ao emmadeiramento» [560], fornecendo o mestre da obra todas as ferragens.

Para tratar da aquisição da cal nomeou Moura Teles, Francisco Ribeiro de Araújo, «procurador da Camera Secular desta nossa cidade» [561].

No final a obra seria peritada por outros mestres pedreiros.

2.2. Privada

2.2.1. Casa de Manuel da Costa Pessoa (fot. 66-67)

A primeira incursão de Manuel Fernandes da Silva na arquitectura doméstica, na cidade de Braga, remonta ao século XVII, e liga-se à construção de uma fachada

---

[558] A.D.B. - *Colecção Cronológica*, Pasta 75, Doc. 2506, n. 1.

[559] SOROMENHO, Miguel - *o.c.*, pp. 81-82.

[560] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 566, fls. 156-156v.

[561] «Por acharmos precizo elegemos pessoa consciente a quem encarreguemos a compra, conducção e mais despeza necessaria para a cal que por nossa conta mandamos dar para a obra do Aljube novo, nomeamos para esta diligencia ao Francisco Ribeiro de Araujo...». A.D.B. - *Colecção Cronológica*, Pasta 75, Doc. 2506, n. 2.

da casa localizada no Campo de Santa Ana, local que se desenvolveu, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVII, acusando na ocupação populacional, um grupo de um estrato social tendencialmente elevado [562]. Foi para uma dessas casas apalaçadas que trabalhou o artista a convite do seu proprietário Manuel da Costa Pessoa, que se apresenta como Licenciado (Doc. n. 2). A sua intervenção terá sido unicamente na fachada, como testemunha o acordo [563]. A casa no todo é anterior. Tanto pelo título sócio-profissional do cliente, tanto pela existência na casa de um portal de *carro*, facilmente se constata o carácter nobilitado da residência, situação que viríamos a comprovar pelo conhecimento da estrutura da casa e dos sumptuosos jardins em dois sucalcos nas traseiras, onde se multiplicam as fontes e chafarizes.

Manuel Fernandes da Silva devia introduzir algumas alterações à planta que previamente se fizera, tornando a fachada, indubitavelmente, muito mais sóbria. Para tanto não faria «os dentilhões da simalha e os timbolos das jenellas e as rozetas que vão per baixo desta sacada das ditas jenellas per maneira que fiquem os cachorros descarregados sobre as padieiras dos portais e teboleiros» [564]. Quanto à estrutura da fachada o documento não se estende em informações, sendo omissa a disposição das janelas, e respectivo número, como de portais. Resta a alusão a alguns elementos formais que Manuel Fernandes da Silva deveria observar na sua construção:

- os capitéis dos cunhais seriam correspondentes às vazas e estas à planta;
- «entre os ditos cachorros per baixo das sacadas se metera hum frizo de escadria aberto a modo de almofada»;
- os «taboleiros serão rasgados e ficarão da parte de fora e os portais da parte de dentro» [565].

Regra geral o mestre devia obedecer à planta. Esperava-se alguma rapidez na concretização deste projecto: o contrato é datado de 3 de Abril de 1699, e Manuel Pessoa queria a obra realizada no termo de seis meses. Pela obra recebeu cento e oitenta mil réis, pagos em quatro fracções, e ainda toda a pedra lavrada e por lavrar que o Licenciado tivesse «tanto na rua como no quintal», além da cal e do saibro.

---

[562] «Em 1750, e embora o Mappa nos mostre apenas algumas casas nota-se bem a excelente qualidade de muitas delas, sobretudo as do lado Norte (excepto a do prazo n. 5) e situado no seu extremo Sudoeste. São amplas, de parede fachada, construídas em pedras e ladeadas por pilastras, com aberturas, e janelas do piso nobre transformadas em varandas». OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *As Ruas de Braga em 1750 que figuravam no Mapa*, in «Mapa das Ruas de Braga», vol. II, Braga, Universidade do Minho e outros, 1991, p. 128.

[563] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 484, fls. 120v-121v.

[564] Idem - *ibidem*.

[565] Idem - *ibidem*.

A casa ocupa os números 119 a 121 da actual Avenida dos Combatentes [566].
Fachada típica de casa urbana, comunica directamente com o espaço público. O acesso ao interior faz-se por dois portais, dispostos cada um nas extremidades, e envolvendo duas janelas de avental. No piso nobre, quatro janelas de sacada, sendo as varandas individualizadas entre si. É esta a configuração da fachada quanto às aberturas ao exterior. A articulação destes elementos combina-se harmoniosamente, com reforço das potencialidades ornamentais do granito em contraste com as superfícies rebocadas. Quanto à cantaria, a fachada é dominada por duas pilastras toscanas, uma de cada lado; todas as portas e janelas apresentam entablamento, mas só as superiores possuem elegante frontão com enrolamento ao centro, de tímpano preenchido de onde se liberta um fogaréu. Solução paralela utiliza Manuel Fernandes da Silva no Palácio dos Biscaínhos. Entre o piso térreo e superior, forma-se um friso com cachorrada para suporte das quatro varandas que demarcam, exteriormente, a passagem de um piso a outro. O friso além dos cachorros, de belo efeito decorativo nomeadamente nos remates inferiores, define-se por uma abertura no meio de cada dois, como rezava o documento: *entre os ditos cachorros per baixo das sacadas se metera hum frizo de escadria aberto a modo de almofada.*
Na procura de plasticidade da fachada valorizou o arquitecto as cachorradas, tanto do friso intermédio como da arquitrave. Nesta o arranque parte de uma flor-de-lis, elemento vegetalista caro à gramática de Manuel Fernandes. Na fachada, de bom desenho e graciosa, procura-se a animação, sobretudo, com as potencialidades das estruturas arquitectónicas, uma vez que a decoração, presente sem dúvida, foi reduzida da proposta inicial do arquitecto, por imposição do cliente, como esclarece o contrato.
Nesta fachada, ainda seiscentista, revela-se um autor que pretende seguir um rumo dinâmico, nomeadamente na exploração dos acessórios decorativistas, que é obrigado a usar de forma controlada. Fá-lo, todavia, sem subverter as coordenadas arquitectónicas, antes num equilíbrio das duas componentes.

No interior, entrando pela porta principal de acesso a peões, forma-se um átrio nobre, decorado com figuras esculpidas em granito, cuja função é aumentar os efeitos cénicos desta entrada, onde uma vez mais somos remetidos para os Biscaínhos, ali numa escala e nobreza superiores. Uma escada dianteira, com patamar intermé-

---

[566] Para identificação da casa partimos numa primeira fase da descrição da fachada, e de formas familiares a Manuel Fernandes da Silva. Posteriormente entramos em contacto com os seus proprietários e com a sua ajuda, nomeadamente através de registos de propriedade familiares, e com a análise visual da estrutura interior, tudo convergia para que fosse esta a casa intervencionada pelo arquitecto. É propriedade actual da Srª D. Maria Adelaide Bolhões Magalhães Mexia Salazar Lebre, e do marido, Eng. José Melo e Castro Ribeiro Lebre. Agradecemos ao casal a gentileza que nos facultou no acesso à moradia, e a paciência com que nos foi mostrando as repartições da casa e os jardins, bem como a pesquisa bibliográfica na biblioteca particular.

dio, leva ao piso superior, demarcando-se nesta a zona intervencionada por Manuel Fernandes da Silva: há uma mudança brusca na altura dos degraus a partir do patamar. De um ritmo suave, somos confrontados com degraus duros, galgados com dificuldade. Duas mãos. Duas concepções de arquitectura. Para o segundo arquitecto uma maior preparação técnica.

2.2.2. Casas dos Meira Carrilho

Pelo menos em três momentos da sua actividade, Manuel Fernandes da Silva dará resposta a empreendimentos dos Meira Carrilho. Em duas situações, para projectos particulares, onde se compromete remodelar as casas que habitam na Rua do Anjo, e construir de raíz um palácio no Campo de Santiago; a outra, no fornecimento do projecto para o santuário do Bom de Jesus de Fão, já analisado.
Francisco de Meira Carrilho e Afonso de Meira Carrilho, irmãos, eram duas figuras de destaque no meio eclesiástico bracarense, como evidenciam os cargos que ocuparam — cónego da Sé e Abade de Fonte Boa (Esposende), cada um respectivamente —, ou a magnífica residência que vão construir na cidade. O prestígio social era, no caso presente, sintoma de riqueza material e de nobilitação, pois só assim se compreendem as suas construções privadas, envolvidas, tanto a que desapareceu como a que ainda resta, num ar distinto no domínio arquitectónico, para o qual era condição a disponibilidade financeira: no escasso período de um ano investem, em obras de pedraria particulares, cerca de cinco mil e setecentos cruzados, equivalente a uma pequena fortuna. Entre o número das pessoas que privavam com os Meira Carrilho contavam-se pajens [567], o que, de certa forma, justifica também a sua nobreza.
Em 1718, Afonso de Meira Carrilho, a residir no Campo de Santiago, declara-se «tutor de seus sobrinhos filhos de Estevão Falcão Cota fidalgo da Caza de Sua Real Magestade» [568].

2.2.2.1. Residência da Rua do Anjo

Em 1702 os dois irmãos promovem uma remodelação nas casas que eram ocupadas como residência pelo cónego, contratando Manuel Fernandes da Silva (Doc. n. 3) para concretizar o desígnio «na forma que mostra o prefil da fronteira» [569]. Embora a obrigação recaia, essencialmente, sobre o mestre pedreiro, categoria que

---

[567] No contrato de 3 de Julho de 1703 para construção da casa do Campo de Santiago, entre as testemunhas contava-se «Sebastiam Alves page delle dito Reverendo Conego». A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 503, fls. 66v-67v.
[568] A.D.B. - *Tabelião Público*, 2ª série, n. 70, fls. 111-112.
[569] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 498, fls. 8-9.

ostenta no contrato, à satisfação da obra comprometeu-se também Pascoal Fernandes, assumindo ainda o papel de fiador do filho.

Destas duas casas que o documento referencia, nada restou. Foram destruídas ainda no século XVIII [570], poucos anos depois da transformação que dotou a residência de um ambiente mais majestoso.

A fachada acusava a estrutura interior em dois pisos: o primeiro servia de acesso nobre à casa, rasgando-se aí vários portais; no segundo ficava a área de habitabilidade com cozinha, salas, varandas, quartos, e outras dependências que o documento omite, comunicando com o espaço público através de janelas.

Todos os portais, janelas e frestas da fachada seriam feitos de pedras inteiras e *apilaradas* por dentro e por fora. De resto, exigia-se que estas paredes fossem «feitas de boa pedra bem ajuntourada e leados feitos com cal e saibro, portais, genellas, frestas e cornixes e cunhais e o mais que mostra o prefil da fronteira» [571]. Quanto às dimensões de todos estes componentes, cumprir-se-ia a planta.

Tentemos, pois, fazer uma visita ao interior dessas casas, tanto quanto a obrigação notarial o permite, e perceber algo da sua distribuição espacial, reveladora, por certo, de gostos e padrões de vida, em voga no século XVIII.

As fachadas das *casas* compunham o cenário tridimensional da Rua do Anjo. Tinha-se acesso ao seu interior, por dois portais, que conduziam a um átrio, onde se rasgavam três arcos: «e na loge principal levara dous portais da mesma altura dos de fora tambem inteiros e avera tres arcos para as entradas da escada que mostra a planta e outro para serventia do carro e liteira» [572]. À escada nobre, ou principal, como lhe chama o texto, tinha-se acesso de frente e de lado, como os arcos parecem apontar, em tudo lembrando a escadaria similar da casa do Deão, que seria mais tarde, feita também, por Manuel Fernandes da Silva. A escadaria articulava-se em vários lanços, cujo ritmo era marcado por patamares intermédios, com degraus «muito bem feitos» e bem lançados, «na forma e tamanho que mostra a planta com seos corrimois des o terceiro patio athe o ultimo» [573].

Do segundo piso poucos são os elementos que caracterizam as suas divisórias, tão só que Manuel Fernandes da Silva todas faria no modelo da planta, como também os «tapamentos das alcobas».

---

[570] Pensamos serem estas as casas referidas no Mapa das Ruas de Braga, e para as quais há a seguinte informação: «Pertenceram ao prazo do campo ou lugar de Castelo Rodrigo. Foram demolidas antes de 1715, 'ficando o enfiteuta principal obrigado a sub-rogar ao cabido outra em seu lugar'. O cabido recebeu, assim, do Cónego Francisco de Meira Carrilho, enfiteuta principal, em troca dos n.os 25, 26, e 27 [da Rua do Anjo], a casa nº. 7 da Rua dos Chãos de Baixo, bem como 30.000 reis que andavam a juro 'para satisfação de algum prejuízo, que pudesse haver nesta subrogação'». VASCONCELOS, Maria Assunção Jácome de - *Casas Foreiras ao Cabido no ano de 1750*, in «Mapa das Ruas de Braga», vol. II, Braga, Universidade do Minho e outros, 1991, p. 111.

[571] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 498, fls. 8-9.

[572] Idem - *ibidem*.

[573] Idem - *ibidem*.

Pela parte do quintal, nas traseiras, havia «huma escada para a varanda e serventia da cozinha». Por sua vez, esta varanda da cozinha seria «sobre pilares toscos e arcos para sobre elles fazer em cada pilar huma coluna com seu pedrastal lavrado» [574]. As dimensões da cozinha, como de toda a casa, iam registadas na planta, mas quanto ao forno, chaminé e lareira, desta, fá-los-ia «do tamanho que lhe pedirem».
Esta era a casa principal. Mas quanto às inferiores — *as casas dos sotos* — «levarão todas os portais e frestas que lhe forem necessarios para lux capazes de poderem fechar com portas» [575].

Teve efectivamente cumprimento este contrato? Porque razão, no ano seguinte, vão promover os Meira Carrilho à construção de uma nova residência?

2.2.2.2. Residência do Campo de Santiago (fot. 68-69)

Elemento caracterizador do ambiente arquitectónico do Campo de Santiago, é o palácio que os irmãos Meira Carrilho, mandaram construir em 3 de Julho de 1703[576], confirmando, uma vez mais, o carácter nobiliárquico dos encomendantes.
O palácio é composto por três corpos de dois pisos, individualizados por duplas pilastras, num ritmo modular repetitivo, ao nível das volumetrias, e em composição horizontal. No piso inferior, a notoriedade é sentida nos três portais do corpo central, que todos ligam ao átrio do edifício, de onde parte uma escada dianteira, que ao desdobrar-se em dois lanços no primeiro patamar, anuncia uma procura clara de *mise en scène*, condizente com o prestígio dos abastados Meira Carrilho.
Os corpos laterais, simétricos, apresentam um esquema de um só portal entre duas janelas de avental. A uniformidade é linha de força do piso nobre, onde três janelas de sacada preenchem cada um dos módulos, num ritmo monótono. No conjunto, sobressai um edifício imponente e austero, dentro de uma linguagem valorativa das pontencialidades das cantarias, presentes nos elementos estruturais, como rodapé, pilastras e cornija, definindo o contorno do edifício; como, igualmente, nos contornos de cada uma das aberturas, onde todos os lintéis são abusivamente vazados por três aduelas relevadas. A articulação dos dois pisos faz-se por mísulas que suportam as varandas, e nascem ladeando as aduelas das aberturas do piso térreo.
O palácio foi construído por Manuel Fernandes da Silva (Doc. n. 5), a quem endereçamos o risco, e por Pascoal Fernandes: «estando presente Paschoal Fernandez, mestre de pedraria pai delle dito mestre, morador no arabalde de Sam Vitor desta cidade pessoa per mim reconhecida, por elle foi dito que entrava nesta obra com elle dito seu filho per contrato de susiedade» [577].

---

[574] Idem - *ibidem*.
[575] Idem - *ibidem*.
[576] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 503, fls. 66v-67v.
[577] Idem - *ibidem*.

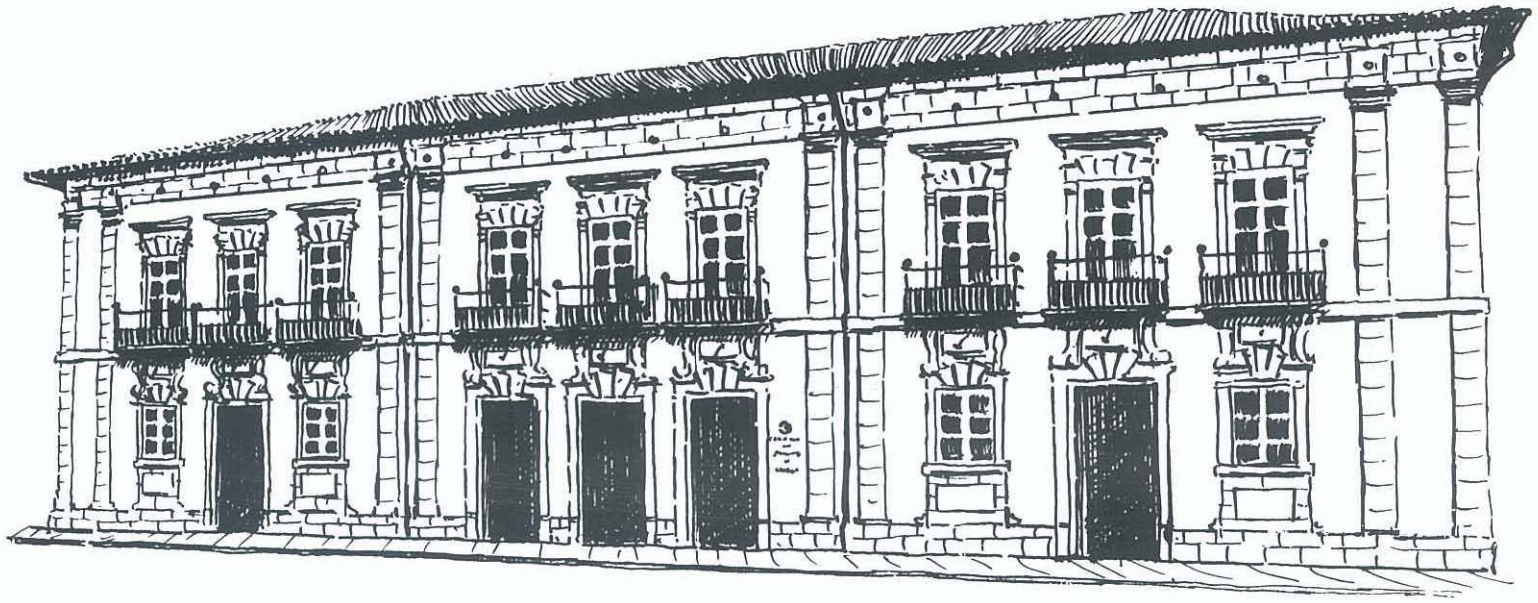


Fig. 23 - Desenho da fachada do Palácio dos Meira Carrilho, no Campo de Santiago.

As casas, reza o contrato, feitas no termo de dois anos, seriam «de boa pedraria na forma da planta que se fes para a dita obra que consta de quatro papeis e dos apontamentos», recebendo, para tanto, «sinco mil cruzados e cento e sinquenta mil reis em dinheiro» [578]. O transporte da pedra correria por conta dos encomendantes, para além do fornecimento da cal e do saibro.
Do seu interior silencia o documento, e obras posteriores alteraram a sua espacialidade; esclarece-se apenas que «os goarda-roupas serão como os de Antonio Carneiro da Silva com a altura da planta» [579]. Mantem-se o átrio.

2.2.3. Palácio do Deão Francisco Pereira da Silva (Biscaínhos) (fot. 70-71)

Segunda figura na organização da hierarquia religiosa da Corte de Braga, o Deão, resolve proceder a um alargamento da sua residência, no início da segunda década de setecentos, dotando-a de um inequívoco ar palaciano. A notoriedade da fachada articulada em L, com duas entradas nobres, uma em cada um dos dois corpos, e os sumptuosos jardins traseiros, organizados em terraços, justificam, plenamente, a classificação desta residência como palácio, embora com características urbanas, com fachada a abrir directamente para a Rua dos Biscaínhos. Objectivo que é reforçado no átrio de uma das entradas principais: dianteiro à porta principal e «emprestando um ar fidalgo a este átrio, cinco pequenas estátuas sobre colunas de granito — duas delas figurando pajens com trajos do século XVIII» [580]. Aí entravam os coches para deixarem os visitantes. As salas do segundo piso, onde se assiste a combinações de pinturas nos tectos e azulejos nas paredes, de cronologias balizadas no primeiro quartel desse século, emprestam ao palácio um requinte artístico.
Não sendo estranho, é todavia de salientar, que na transformação do palácio, a par da arquitectura, o Deão utiliza o azulejo e a pintura, segundo uma articulação que caracterizará esta assimilação de gostos barrocos, pela corte de Braga no tempo de D. Rodrigo de Moura Teles.
O Deão Francisco Pereira da Silva, ajusta, em 26 de Novembro de 1712, Manuel Fernandes da Silva (Doc. n. 15), para ele «lhe fazer a obra de pedraria destas suas cazas que de novo quer fazer nesta dita rua» [581]. Nas obras seguir-se-ia «hum modello de papelão que para esse efeito elle dito mestre fes» [582], motivo suficiente para atribuir a paternidade do projecto a Manuel Fernandes da Silva, que sendo

---

[578] Idem - *ibidem*.
[579] Idem - *ibidem*.
[580] AZEVEDO, Carlos - *Solares Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1969, p. 119.
[581] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 542, fls. 103-104.
[582] Idem - *ibidem*.

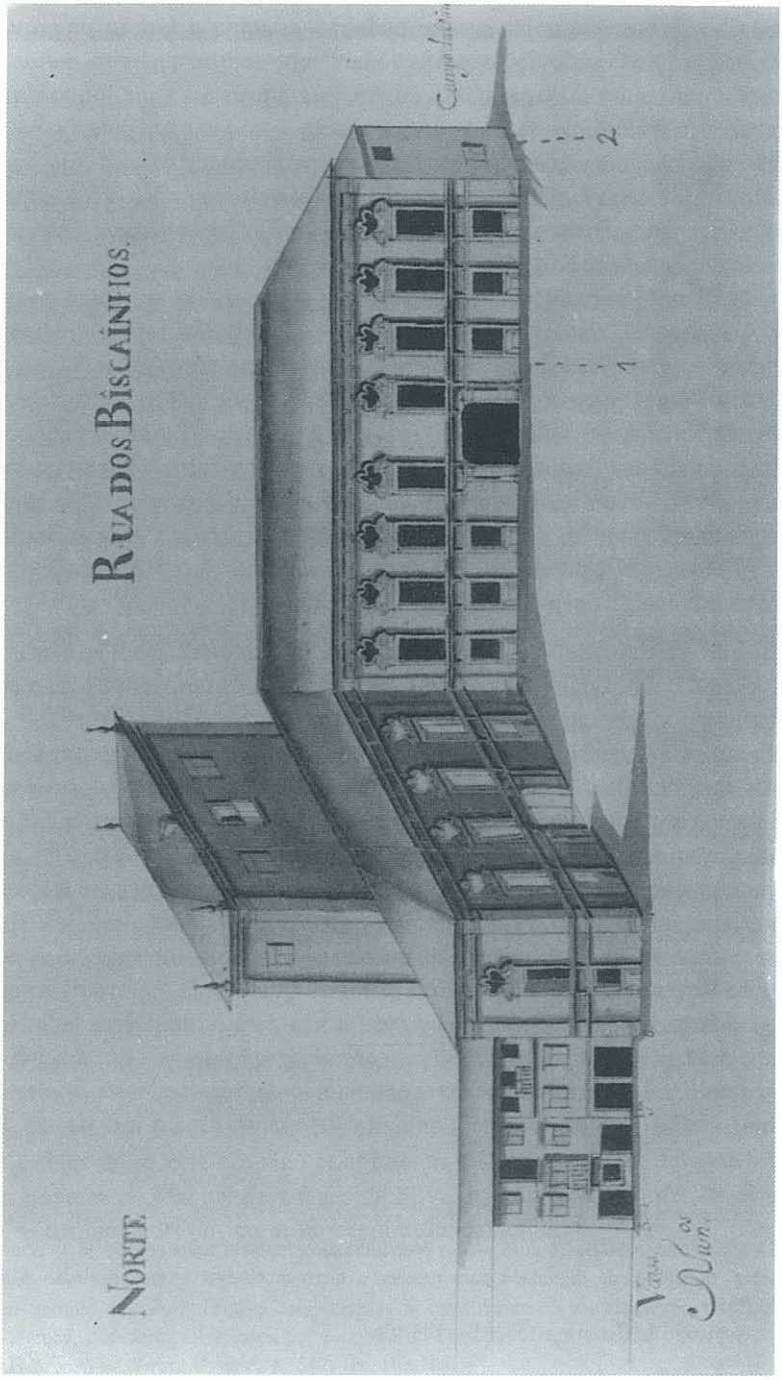


Fig. 24 - Palácio dos Biscaínhos em 1750 (Mapa das Ruas de Braga).

apresentado no documento como mestre pedreiro, assumiu a função de arquitecto. A diferenciação das atribuições profissionais entre mestre pedreiro e arquitecto, são pois, muito ténues. De salientar, porém, que o artista não se limitou ao estudo planimétrico do edifício, fazendo uma maqueta — modelo em papelão — para esclarecimento do encomendante, e para sua própria orientação.
Outro elemento de relevo que se demarca na análise do contrato, é um conhecimento implícito entre Deão e arquitecto, pois só assim se entende a entrega directa da obra, e a ausência de um prazo para seu término.
A data de ampliação da residência do Deão surge num período avançado da transformação que Moura Teles estava a desenvolver no seu palácio, possivelmente já próximo do seu termo [583]. Em certa medida, nota-se uma convergência de actuações: primeiro o arcebispo dignifica a sua residência aumentando-lhe a feição cénica, concretamente na escadaria de acesso, que do exterior é transportada para o interior, facultando aos frequentadores desse espaço, uma entrada aparatosa quando do amplo átrio sobem a escadaria nobre para a sala de recepção. Em equivalente propósito se enquadra a intervenção do Deão. Foi movido pelo exemplo do arcebispo? E Manuel Fernandes da Silva, terá servido aos dois? Acreditamos que sim, embora o suporte documental seja inexistente.

Conhecida que é a autoria do projecto, importa identificar o seu alcance. Neste propósito se a leitura não foi directa, por omissão descritiva da obra a realizar, o documento fornece, todavia, algumas pistas sobre as quais se reflectiu.
As casas a construir seriam anexadas a outras que o Deão aí possuía: «com declaração que as cazas que serão de forma juntas as ditas duas que estam para a parte do quintal terão a mesma altura que ellas tem» [584]. Esperava-se uma articulação entre as duas casas da parte do quintal, que eram de construção recente, e as novas casas contempladas neste contrato. Mas, a construção principal era para a Rua dos Biscaínhos: «a qual obra das ditas cazas fica com a fronteira para a rua dos Biscainhos», frontaria essa, que continuaria até encontrar a fachada «de suas casas novas que elle dito Reverendo Deam tem para a parte do quintal» [585]. Estavam, portanto, as casas já construídas voltadas para o quintal e não para a rua. Desse lado, interviria também Manuel Fernandes da Silva, com obrigação de na obra fazer seguir o modelo ditado pelas casas existentes, continuando da «mesma sorte e feitio que ellas estam com as janellas e portais que elle Reverendo Deam ordenar ao fazer dellas» [586].

---

[583] Em 1713 realizou-se o Sínodo e com toda a probabilidade o palácio tinha sofrido já as principais transformações, dotando-o de dignidade para receber o clero diocesano, numa afirmação e representação de Poder.
[584] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 542, fls. 103-104.
[585] Idem - *ibidem*.
[586] Idem - *ibidem*.

Ia trabalhar o artista nas duas fachadas que a casa define, tanto voltado para o quintal como para a rua. Não deixa de ser interessante a classificação da traseira das casas como voltada para o quintal. Não estavam na ocasião ainda construídos os jardins? Assim o acreditamos, até porque da entrada do palácio nasce um eixo que une portal principal — corredor — jardim, que ao ser prolongado neste lhe define a axialidade. O visitante entrando no átrio depara com um corredor, aberto ao centro desta sala de recepção, que vasa a casa até ao jardim, onde um agradável chafariz serve de ponto de fuga. Concepção que articula bons princípios de planeamento barroco. Do estudo demorado no local, da distribuição do edifício e da sua articulação com os jardins, nasceu a imagem de um ideamento unitário, não sejam imensos os elementos que compõem o terraço superior e que formalmente transbordam de linguagem cara a Manuel Fernandes da Silva [587].

Certa, porém, é a participação do artista em duas frentes distintas da casa. O documento esclarece preços diferentes de custo das peças arquitectónicas, consoante a zona da construção, sendo mais elevados na parte da rua.

Ainda segundo o contrato, «os meios serão mais altos do sobrado asima o que for necessario para ficarem em vinte e seis palmos excepto as paredes dos meios que subirão o que for necessario para lançarem as agoas fora» [588], construindo-se, portanto, uma casa mais alta entre as duas fachadas. O preçário, uma vez mais, reforça a construção desta casa alta: «pellas janellas do peitoril das cazas de sima per cada huma sete mil e quinhentos reis» [589].

Na nossa interpretação, de Manuel Fernandes da Silva é a casa com fachada em L voltada para a Rua dos Biscaínhos e a sua articulação com as casas do quintal. Nesse lado, seguindo o modelo proposto pelas casas já existentes, por questões de harmonia formal, organizou a fachada dotando-a de equilíbrio simétrico. A fachada voltada para o espaço público, com dois corpos articulados, apresenta, no piso térreo, dois portais iguais, um para cada corpo, ladeados, por uma e três janelas de avental, respectivamente. No andar do sobrado, uma teoria de janelas de sacada correm-na na totalidade.

Os portais, de linhas rígidas, são rematados por frontão interrompido, que ocupa já o friso, de onde arrancam as mísulas de suporte das varandas. As aberturas do piso superior têm como elemento expressivo de animação um clássico frontão interrompido, de bom desenho. No corpo mais longo, de dentro dos frontões nascem janelas de recorte em sino com contorno de acantos, que julgamos posteriores à empresa de Manuel Fernandes da Silva, clarificando a formação de um novo piso, e demarcando um corte na cornija do conjunto.

---

[587] Este assunto, juntamente com a compreensão do crescimento do palácio, serão tema para reflexão mais aturada, que desenvolveremos por proposta da Directora daquela unidade museológica.

[588] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 542, fls. 103-104.

[589] Idem - *ibidem*.

Nesta fachada sobressai uma expressão clássica de filiação serliana, onde as linhas dominantes acentuam a sua horizontalidade.

2.2.4. Quinta de S. Miguel - S. Clemente de Sande

No início do ano de 1713, a 2 de Janeiro, Manuel Fernandes da Silva incumbiu-se de uma obra que D. Inês Maria (Pimentel?), viúva de João de Miranda, e seu filho Francisco Pereira de Miranda querem fazer na Quinta de S. Miguel, que possuem na freguesia de S. Clemente de Sande, em Guimarães. O ajuste legal foi lavrado na casa urbana dos encomendantes, localizada na Rua de S. João do Souto em Braga, e nele ficou estipulado «que estavão contratados com elle dito Manoel Fernandez a que elle lhe faça hum lanço de cazas na sua quinta de San Miguel» [590].

Para a obra, acerca da qual a escritura lavra os apontamentos, tinha-se feito, previamente, um risco, onde estava previsto que as novas casas a construir nascessem «emcostado a huma torre que esta na dita quinta». A casa compunha-se de dois pisos e com duas zonas distintas: uma considerada *principal*, possivelmente onde se incluíam salas e quartos, e outra formada pela cozinha e despensa. As próprias dimensões das paredes acentuam essa diferença:

> *«As paredes das cazas prencipais the o sobrado ha-de ter quatro palmos de largo e desde o sobrado para sima tres palmos e meio; as paredes da cozinha e despença hão-de ter de largo tres palmos e meio the o sobrado e do sobrado para sima tres palmos»* [591].

A torre existente na quinta é sugerida como referência estética para a nova obra, esperando-se que alguns motivos aí utilizados, como janelas, portas e cornijas, tivessem continuidade nas casas. O texto notarial ilustra: «e das janelas e portais que ha meter na dita quinta e melhor janellas poder ser as janellas rasgadas, apelaradas, escadadas, faxadas (...) da mesma altura e largura da janella que tem a dita torre da dita quinta sobre a digo (sic) com suas sacadas e cornige da dita janella da torre» [592].

Mãe e filho forneciam todos os materiais necessários à obra, como cal, barro e pedra, na expectativa de que a casa estivesse habitável em Julho desse mesmo ano.

Embora o documento não esclareça o custo total do empreendimento, indica todavia, que Manuel Fernandes da Silva receberia em dinheiro e géneros, sendo-lhe pago no acto da escritura «em prencipio de paga cem mil reis que elle dito mestre receber pela obra como escriptura», voltando a receber apenas quando a «obra este-

---

[590] A.D.B. - *Nota Geral*, 2ª série, n. 34, fls. 14v-15v.

[591] Idem - *ibidem*.

[592] Idem - *ibidem*.

ver nas traves», e daqui para a frente em pagamentos mensais. Em géneros o contrato estipula «sincoenta alqueires de pão deste anno» [593], o que é revelador da origem dos proventos económicos dos clientes do mestre. Sintomática é também a condição imposta de serem obrigados a vender pão e vinho aos oficiais da obra «pelo preço que vender aos mais». Note-se o título de dona que antecede o nome próprio da proprietária da quinta, colocando-a num patamar social elevado.

2.2.5. Palácio do Cónego António Felgueira Lima (fot. 72-79)

António Felgueira Lima, cónego prebendado da Sé de Braga, «comissário do Santo Officio e Abbade rezervatario de Santo Adrião de Vizella», tendo resolvido proceder à construção de nova residência em Viana do Castelo, concretamente no Largo de S. Domingos, nomeia procurador o padre João Alves Seixas, para lhe dar andamento *in loco* ao processo. Assim, no fim do ano de 1723, a 28 de Dezembro, vai até às notas de um notário dessa localidade, onde publicamente se ajusta com os irmãos Jerónimo de Oliveira e Manuel de Oliveira, ambos mestres pedreiros residentes em Viana, para «fazerem humas cazas na dita Vila de Vianna defronte do xaffaris do Eirado de São Domingos comforme a planta e apontamentos» [594].

A autoria do projecto do palácio, esclarecida por António Matos Reis [595] foi precipitadamente desmentida por Miguel Soromenho: «O edifício, que tem andado atribuído ao pedreiro bracarense Manuel Fernandes da Silva, podemos agora confirmar que deriva de um projecto orientado por Manuel Pinto Vilalobos. Era de qualquer modo normal que dado o destaque do engenheiro vianês no quadro da política mecenática conduzida pelo Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, fosse ele a fornecer o risco para o palácio de uma figura eminente da côrte bracarense» [596].
O desconhecimento de um documento crucial neste processo explica a sua leitura, que é atenuada pela familiaridade formal existente entre o edifício da Vedoria Geral de Viana (Fot. 80), da autoria de Vilalobos, e a fachada do palácio do cónego, e ainda por aquele engenheiro ter servido de testemunha num dos vários acordos legais que viabilizaram a construção.
O projecto da casa é inequivocamente de Manuel Fernandes da Silva. Vejamos, pois, o desenrolar dos factos.

---

[593] Idem - *ibidem.*

[594] A.D.V.C. - *Livro de Notas* 4.33.1.23, n. 8, fls. 68-69v. Documento transcrito por SOROMENHO, Miguel - *o.c.*, vol. III, pp. 66-74.

[595] REIS, António Matos - *A arte sob a égide....*, p. 385. Mais que a referência aí citada cumpre-nos notar a forma simpática como nos recebeu, e as informações que extravasam o artigo que gentilmente partilhou connosco.

[596] SOROMENHO, Miguel - *o.c.*, vol. I, p. 185.

Reza o contrato de 28 de Dezembro que o custo total do empreendimento subiria à cifra de «hum conto e outocentos mil reis» [597], sendo executado em sistema de parceria pelos dois mestres de pedraria, que referimos, até ao mês de Agosto de 1724. O dado de maior relevo artístico a registar, uma vez que é omitida a paternidade do risco e dos apontamentos, é o esclarecimento de que «a ffronteira das mesmas cazas sera feita pello modo e talhe da da Veedoria Geral, e isto alem da mais perffeição e talhe acressido que a dita planta da prezente obra mostra» [598], revelador, portanto, de uma influência formal entre aqueloutro edifício e este novo a construir.

O prazo proposto para conclusão da obra não foi cumprido por razões alheias aos mestres pedreiros. Parece que o custo elevado da empresa foi encargo demasiado para o cónego António Felgueira Lima, obrigando-o a repensar o projecto ambicioso, de que resultou a opção de reduções na espacialidade do imóvel a construir. A 19 de Março de 1724 (Doc. n. 28) lavra-se novo contrato com os mestres pedreiros onde o preço da empreitada baixa substancialmente para «hum conto quatrocentos e sincoenta e quatro mil e duzentos e dezassete» [599].
Este novo orçamento exigiu a actualização da planta inicial, elaborando-se, para tanto, novo risco por ordem do cónego. A opulência da casa acompanhou a redução do preço: «contudo na oppullencia da obra ja tomada pella primeira planta e apontamentos tinha a prezente planta disconto» [600], mantendo-se todavia a proposta da fachada «que não differe (...) da mesma obrigação e forma primeira» [601]. Os mestres, Jerónimo de Oliveira e Manuel de Oliveira, aceitando a redução, obrigam-se a fazer a obra somente depois que Felgueira Lima enviasse de Braga os apontamentos que os mesmos deviam seguir. Os novos apontamentos seriam da responsabilidade de Manuel Fernandes da Silva, que executara também a planta: no «governo desta obra se comece de novos apontamentos estes há que se obriga a mandar o Reverendo Conigo da cidade de Braga feitos pello mestre Manoel Fernandez que fabricou a planta» [602]. Frente à evidência documental a leitura formal fica uma vez mais destronada.

Mas o Cónego retardou o envio desses apontamentos. Só no ano seguinte, efectivamente, a casa levaria rumo certo conducente à sua concretização. A 14 de Março de 1725 os mestres reassumem a obra através de «contrato de obrigação e dis-

---

[597] A.D.V.C. - *Livro de Notas* 4.33.1.23, n. 8, fls. 68-69v.
[598] Idem - *ibidem*.
[599] A.D.V.C. - *Livro de Notas* 4.33.1.23, n. 8, fl. 87. A informação arquivística foi de António Matos Reis, facto que se assinala.
[600] Idem - *ibidem*.
[601] Idem - *ibidem*.
[602] Idem - *ibidem*.

trato de outro» [603]. Nesta data a construção não tinha ainda começado pois o documento trata da «hereção de humas cazas nobres» como dado futuro, estipulando-se, inclusivé, a data de conclusão da obra: Dezembro do ano em curso.
O registo, lavrado na presença do encomendante, apresenta um preço ainda ligeiramente mais baixo que o anterior, «hum conto trezentos vinte e dous mil seiscentos setenta e tres», de acordo com o novo orçamento que Manuel Fernandes da Silva entretanto fizera, depois da aceitação da empreitada pelos mestres pedreiros quando lhes foi apresentado o novo plano.
A presença de Manuel Pinto de Vilalobos é apenas uma entre as demais que testemunharam o contrato [604].
Já com a obra em curso lavraram-se mais dois contratos, um em 27 de Junho e 18 de Julho o outro, pelos quais o reverendo Francisco Lopes da Silva autoriza o cónego a abrir umas janelas por cima do telhado de sua casa, à qual a nova construção andava meeira: «porquanto devia muitas obrigaçoens ao dito Reverendo Conego e a equidade de por elle satisfazer algumas dividas convinha por estes e outros respeitos que o mesmo Reverendo Conego possa na construçam da parte do nacente das suas cazas e sobre o telhado delle dito outorgante mandar abrir as ginellas que lhe paresser em ordem a ficarem as suas cazas com mais suficiente lus para a dita parte» [605], consentimento que é entretanto oficializado também por Francisco Lopes para o Provisor da Relação de Braga [606].

Mesmo com as reduções, a casa apresenta um ar apalaçado, evidenciado tanto na fachada como, e mais ainda, no seu interior.
São dois os pisos em que se multiplicam as assoalhadas da casa, numa harmonização de três corpos, reservado exteriormente o central para o portal, onde as armas do cónego acentuam a simetria e contrariam a horizontalidade da mesma pelo reforço que dão à definição de um eixo de verticalidade. A solução de compartimentação do edifício em três corpos foi já utilizada por Manuel Fernandes da Silva no palácio dos Meira Carrilho, no Campo de Santiago, em Braga, todavia, em Viana surgem novos elementos de animação da fachada que o transportam a um mundo

---

[603] A.D.V.C. - *Livro de Notas* 4.33.1.24, n. 4, fls. 17-18. Documento transcrito por SOROMENHO, Miguel - *o.c.*, vol. III, pp. 79-82.

[604] Este dado motivou o deslize de Soromenho: «Das testemunhas presentes no acto, o Coronel Manuel Pinto Vilalobos foi o primeiro a assinar, logo depois do encomendante e dos mestres pedreiros. Como explicar a presença, em lugar de destaque, do coronel engenheiro Vilalobos, tanto mais que se tratava de uma obra que seguia explicitamente um projecto pioneiro de sua autoria? Porque, de facto, este contrato só podia referir-se ao fornecimento de um risco em que tivesse responsabilidade autoral». Idem - *ibidem*, vol. I, p. 187.

[605] A.D.V.C. - *Livro de Notas* 4.33.1.24, n. 4, fls. 107-107v. Documento citado por SOROMENHO, Miguel - *o.c.*, vol. I, p. 216, nota 100.

[606] A.D.V.C. - *Livro de Notas* 4.33.1.24, n. 4, fls. 125v-126v. Documento citado por SOROMENHO, Miguel - *o.c.*, vol. I, p. 216, nota 100.

onde a linguagem barroca se faz sentir de modo mais expressivo. As ordens continuam diluídas, mas as volutas das sacadas, os enrolamentos e o reforço do eixo de simetria vertical, marcam essa conquista.

Comparativamente à fachada de Manuel Pinto de Vilalobos que lhe serviu de referência, ou a outras deste autor, Miguel Soromenho escreveu: «Em relação aos exemplos precedentes, na Casa de António Felgueiras Lima nota-se um notável amadurecimento projectual. A cantaria almofadada continua a marcar presença, no soco e nas pilastras que ritmam a frontaria, mas ela foi eliminada das molduras e vãos» [607]. Resultando um conjunto «substancialmente 'aligeirado', que não se ressente da excessiva concentração de elementos da fachada da Vedoria geral» [608].

Internamente o projecto é bastante conseguido. Ladeando o átrio, duas salas que por sua vez comunicam com outras no sentido das traseiras da casa; dois arcos, um para a escadaria de acesso ao piso nobre, e outro para a abertura de um corredor que liga directamente ao quintal, lado para onde a casa forma arcaria de quatro vãos para suporte de uma elegante varanda.

No piso superior multiplicam-se as salas, e outras dependências, sendo os revestimentos parietais daquelas em azulejos figurativos conferindo-lhes uma inegável ambiência barroca. Uma pequena capela onde se debatem talha e azulejo, completa o piso nobre.

É um belo exemplar da arquitectura civil barroca.

---

[607] Idem - *ibidem*, p. 187.

[608] Idem - *ibidem*, p. 187.

3. Outras Obras

3.1. Chafariz do Largo do Paço (fot. 81-82)

Na reorganização do Paço, no exterior e muito mais no interior, D. Rodrigo de Moura Teles manda construir a ala nascente para instalação da Relação, segundo uma volumetria ditada pela clássica unidade de poente, numa harmonização até às fachadas. Com este arranjo formara-se uma praça regular, fechada em três lados, valorizando a leitura da fachada principal na relação que cria com o novo espaço [609]. Para actualização da leitura cenográfica da praça substitui o velho chafariz que a polarizava, por um novo de bela concepção, cuja linguagem iconográfica se oferece com subido significado, dentro do intervencionismo mecenático do arcebispo, sendo o culminar da sua actividade neste pólo. Acreditando em Silva Tadim, a inauguração teve lugar em Fevereiro de 1723: «Fevereiro de 1723: No Terreiro da Galaria se collocou o chafaris novo, e o velho se pôs no terreiro de dentro junto à cozinha» [610].

A peça foi da responsabilidade de Manuel Fernandes da Silva, que a faz paralelamente ao trabalho que vinha realizando na Sé, recebendo pagamento de ambos em conjunto. Em duas ordens de pagamento do arcebispo ao tesoureiro geral da Mitra, o Cónego António Felgueira Lima, datadas de 24 de Agosto e 5 de Setembro de 1722, o recibo foi assinado por Manuel Fernandes da Silva. As anotações são esclarecedoras. Registá-mo-las a partir de Maria Assunção J. Vasconcelos, pois foi-nos vedado o acesso ao núcleo da Mitra do Arquivo Distrital de Braga: «Através destes decretos foram entregues 'a quantia de duzentos e settenta reis para a despesa das obras que por nossa ordem está fazendo na nossa Sé e da do chafariz que há-de fazer para o terreiro de fora deste Paço' bem como, para o mesmo efeito, a quantia de 'vinte e cinco moedas de ouro que importarão cento e vinte mil reis'» [611].

Estas actas de pagamento, mais que retirar do anonimato o autor da peça, são reveladoras de um acordo entre Moura Teles e Fernandes da Silva, com efeitos retroactivos e futuros: as anotações pelas obras que está fazendo e há-de fazer mostram, exactamente, uma linha de continuidade do arquitecto ao serviço do arcebispo.

O chafariz, ao centro da Praça, é composto por duas taças unidas por eixo central, sendo a inferior de doze lados, em planos diferentes alternados, assente em pedestal de três degraus e definindo a mesma figura geométrica. Seis anjos atlan-

---

[609] SOROMENHO, Miguel - *o.c.*, p. 77.

[610] A.D.B. - *Diário Bracarense...*, fl. 94.

[611] VASCONCELOS, Maria Assunção Jácome de - *Breve notícia das obras realizadas pelo Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles no Paço Arquiepiscopal*, in «Forum», n. 11, Braga, Universidade do Minho, 1992, p. 8, nota 15.

tes suportam a taça superior, sextavada, em cujos ângulos estão seis torres unidas por muralha. Do seu centro emerge uma torre circular de três andares, que serve de suporte a uma figura que segura, com a mão direita sobre a cabeça, a esfera armilar, de onde sai a cruz primacial. Originalmente a figura estava voltada para a fachada principal do Palácio [612].

Sete torres são os elementos heráldicos que compõem as armas do arcebispo, e igual número tem o chafariz.

O castelo, como símbolo do conhecimento serviu, indiscutivelmente, de pretexto para a organização da composição. Terá havido intencionalidade em exprimir a alegoria teresiana do castelo [613], com as sete moradas como sete níveis da oração individual, até se atingir a união mística entre o homem e Deus ao atingir-se a torre mais alta do castelo? Não podemos esquecer que na biblioteca de Moura Teles constavam imensos tratados místicos, entre os quais a Vida de S. Teresa.

E a aparição da esfera armilar, presente aqui como noutras intervenções do arcebispo, nomeadamente na fachada da Sé? Não pretenderia Moura Teles restaurar uma imagem de glória nacional, na qual a esfera transporta à universalidade manuelina, e tentar um novo momento alto no qual seria a voz messiânica, tutelada pelo sentido católico? Acima da esfera armilar a cruz patriarcal como supremo nível da lei.

E se associarmos à leitura do chafariz uma orientação Apocalíptica? «E então veio um dos sete anjos (...). Levou-me em espírito a um grande e alto monte, e mostrou-me a cidade Santa Jerusalém». Essa cidade tinha uma muralha com doze lados: «A muralha da cidade tinha doze fundamentos com os nomes dos doze Apóstolos do Cordeiro» (Ap. III, 9-14). A taça inferior ganha relevo com esta referência: doze são os seus lados.

Neste tactear de caminho para sondar os desígnios de Moura Teles esbarramos sempre com a incerteza. Que era um homem de pensamento místico, não temos dúvidas, já da sua intensidade de elaboração, ou melhor, das suas convicções, fica-se apenas por aproximações. Somos em ter como referência obrigatória na nossa pesquisa que a conduta mecenática do arcebispo teve uma orientação muito definida. A moralística é um campo que enfasa as suas intervenções.

Para que não restasse dúvida na posteridade, a legenda na base do eixo central do chafariz, é disso prova indelével: D. ROD: MAV TEL. FECIT. ANO 1723. O construtor dessa vontade foi, uma vez mais, Manuel Fernandes da Silva.

---

[612] Idem - *ibidem*, p. 8, nota 13.

[613] SEBASTIÁN, Santiago - *o.c.*, p. 76.

3.2. Obras Atribuídas - Ensaio

Chegados a este ponto do trabalho, quando as intervenções documentadas de Manuel Fernandes da Silva sobem às dezenas, resolvemos associar ainda outras à sua mestria, embora para estas o suporte fundamental seja por enquanto desconhecido. Estamos certos do solo movediço que se pisa quando se envereda pelas atribuições formais, como o aprofundamento dos estudos justamente vem revelando — lembramos tão só a mitologia nasoniana e soaresca, como os dois arquitectos do Norte Barroco, cuja actuação, inegavelmente importante, foi bem mais condicionada do que Robert Smith o fez supôr, surgindo a seu lado outros vultos que ombreiam responsabilidades — até porque, nas mesmas coordenadas temporais a Arte envolve-se numa familiaridade evidente, e se se condicionar o espaço, longe do principal centro produtor erudito do país, as correntes artísticas tornam-se mais próximas, porque mascaradas com o peso da tradição. Neste caso a ideação perde o rigorismo académico e ao popularizar-se, sendo partilhada no mesmo espaço por vários mentores, a arquitectura torna-se mais reflexo cultural das regiões.

Apesar deste risco, o percurso documental que fizemos obrigou-nos a uma reflexão sobre a paternidade de uma obra emblemática do barroco português: o Santuário do Bom Jesus do Monte.

Nele participou activamente D. Rodrigo de Moura Teles, que devido a problemas de má gestão da Mesa da Confraria, se auto-nomeia, em 1722, juiz [614], demovendo o Deão da Sé que ocupava tal cargo. Enceta de seguida, um conjunto de obras que abrangeu o pórtico, a reorganização do percurso ziguezagueante pré-definido, construindo oito pequenas capelas para os Passos anteriores ao Calvário, ladeando-o de fontes, o escadório dos Cinco Sentidos, e igreja principal [615].

Sua concepção foi atribuída por Alberto Feio a Manuel Pinto de Vilalobos [616]. Daí para cá a historiografia da arte portuguesa tem mantido esse enfeudamento. Mónica Massara que percorreu os Arquivos da Confraria não encontrou qualquer prova nem a favor nem contra. Há um silêncio absoluto sobre a remodelação de Moura Teles ao nível do registo em Termos ou em Actas de pagamento, o que sendo intrigante, talvez encontre como suporte o facto do arcebispo ter desenvolvido uma administração directa, que poderá ter sido alheia à contabilidade da Confraria, pagando do seu bolso as obras encetadas, onde teria gasto a fabulosa quantia que Silva Tadim teve o cuidado de registar:

> *«Na perfeiçam em que fez tantas obras na Igreja do Bom Jesus do Monte, Capellas, Ruas, chafarizes, fontes, alamedas, e barandorios para os Romeiros, escadas admiraveis, Porticos, Jardim, e Coutada como com*

[614] MASSARA, Mónica F. - *o.c.*, p. 36.
[615] Idem - *ibidem*, p. 37.
[616] FEIO, Alberto - *Bom Jesus do Monte*, Braga, Ed. da Confraria do Bom Jesus, 1930, p. 47.

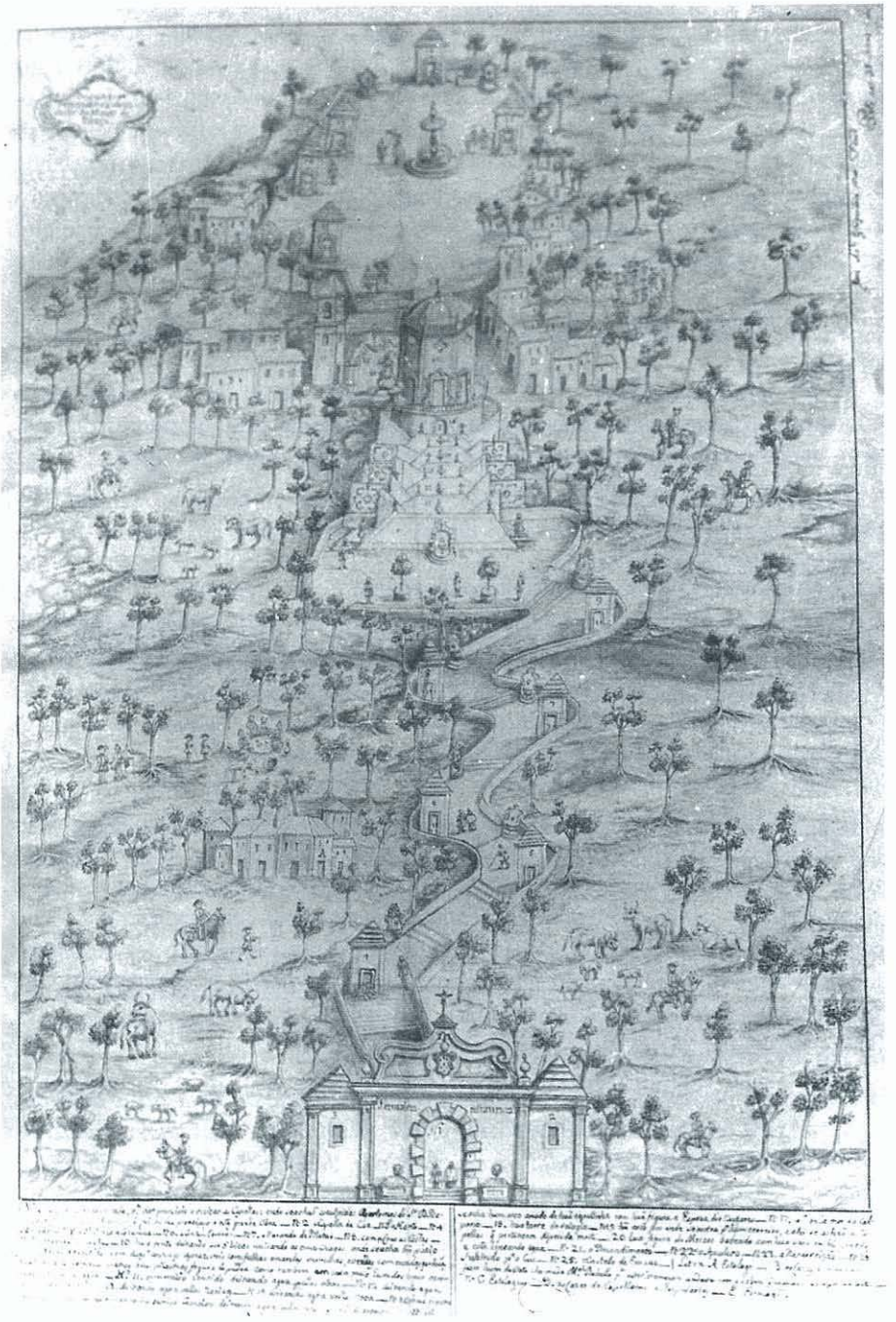


Fig. 25 - Gravura do Bom Jesus de Braga antes de 1750 (negativo cedido por Luís da Costa).

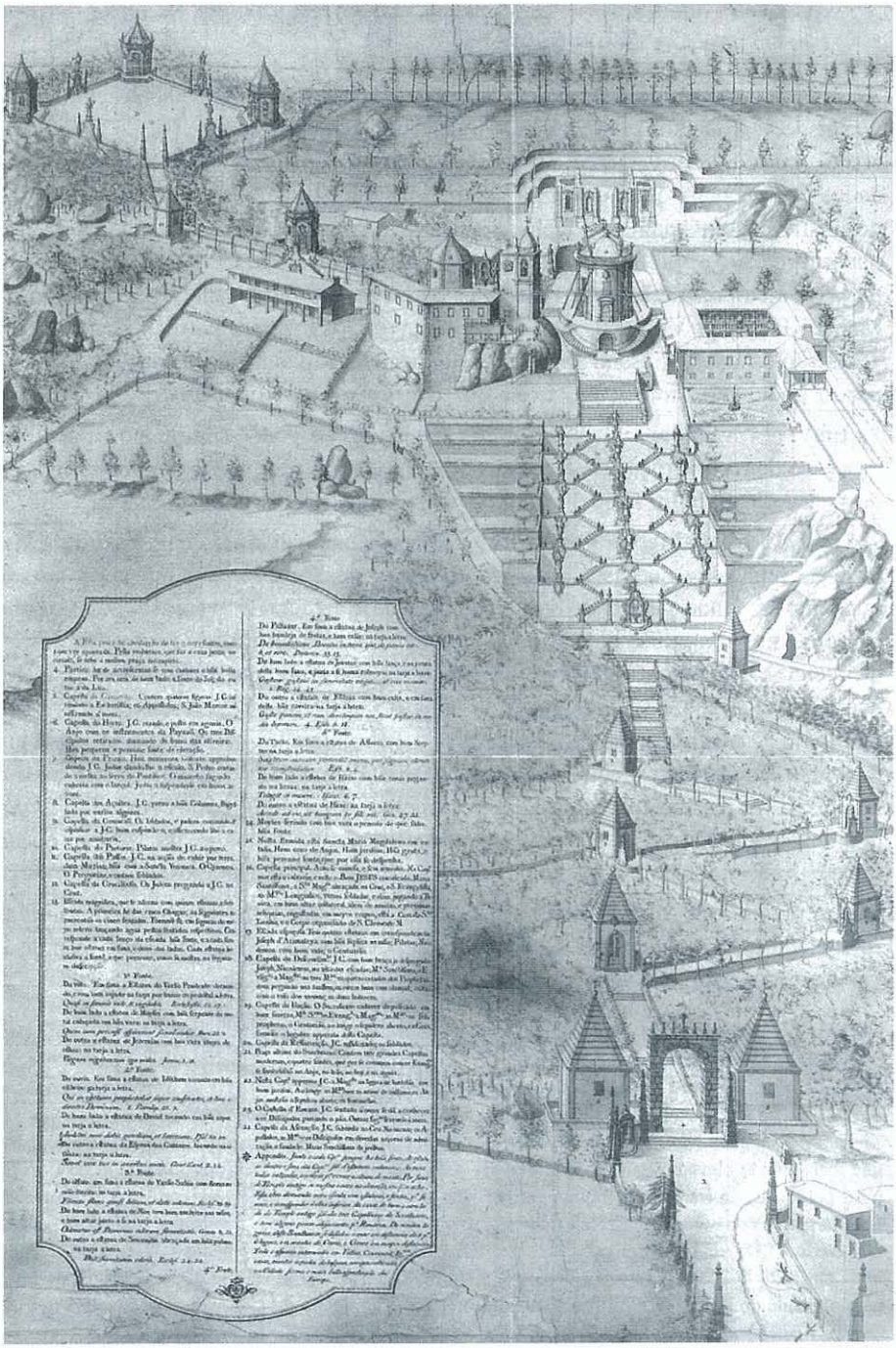


Fig. 26 - Bom Jesus de Braga — Levantamento de Carlos Amarante (publicado por MASSARA, Mónica - *o.c.).*

tanta admiração se ve por huma das sete maravilhas do mundo gastou mais de — 24 000$000» [617].

Ao longo do trabalho fomos alertando para a relação que se vai estabelecendo entre arcebispo e Manuel Fernandes da Silva, numa demonstração clara de proteccionismo daquele relativamente a este. Ora, pelo menos a partir de 1722 possuímos dados documentais que ilustram a continuidade dos trabalhos do artista ao serviço do ilustre encomendante — fachada da Sé, e chafariz do Terreiro do Paço — nos quais fornece o risco. Não seria de estranhar que D. Rodrigo de Moura Teles entregasse a empreʿsa a Manuel Fernandes da Silva. Por outro lado, a intervenção de Manuel Pinto de Vilalobos nas obras desenvolvidas com o patrocínio de Moura Teles são escudadas, assim parece, pela dependência das mesmas do poder central, ou do poder público. Quatro exemplos confirmam esta ligação:

1) Em 1714 Vilalobos intervém como mediador do poder central no pretendido processo de reconstrução da fachada da Sé, para satisfazer um pedido de utilização de pedra da muralha naquela obra, como tivemos já ocasião de analisar;

2) em 1715 D. Rodrigo de Moura Teles faz-se acompanhar pelo engenheiro na vistoria de uma obra que as monjas do convento do Salvador querem fazer no seu convento [618], tendo para tanto solicitado a licença da cúria bracarense. Sabe-se que os conventos femininos em Portugal sempre conheceram grande protecção do poder central, recebendo inclusivé infantas para aí serem educadas [619]. Este não foi excepção, e desde a sua fundação na cidade a cobertura real o bafejou com seu manto [620]. Já nas obras de transformação do Recolhimento de Penha de França em convento, o processo é conduzido por Manuel Fernandes da Silva; só que aqui o arcebispo foi responsável integral pelo processo, colocando-o por *Breve de Fundação* sob a sua directa administração, ou em tempo de Sé vaga, do Núncio ou do Papa [621], não havendo, portanto, a intervenção de outros poderes.

3) Nas plantas que fornece para a capela de S. Sebastião e para o aljube, duas obras financiadas por Moura Teles, é claro o interesse público de ambas, sendo responsável pela sua manutenção o Senado da cidade.

---

[617] A.D.B. - *Diário Bracarense....*, fl. 350.

[618] OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *O Edifício do Convento do Salvador. De Mosteiro de Freiras ao Lar Conde de Agrolongo*, Braga, Lar Conde de Agrolongo, 1994, p. 50.

[619] Para os tempos mais recuados, a ordem de Cister foi a escolhida para receber «mulheres de sangue real», sendo elevado o número de infantas que estão na origem do convento feminino do Lorvão, a tal ponto que se transforma «numa extensão da corte régia, ou, melhor, na corte das mulheres da família real». Ver BORGES, Nelson Correia - *Arte Monástica em Lobão. Sombras e Realidade - I Das Origens a 1737*, vol. I, Coimbra, 1992, pp. 163 e 183.(Tese de Doutoramento Policopiada).

[620] Já em 1528 D. João III sugere a D. Diogo de Sousa que transferisse esse mosteiro de Ponte de Lima para a cidade de Braga. OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *O Edifício do Convento do Salvador...*, p. 29.

[621] FERREIRA, J.Augusto (Monsenhor) - *Fastos Episcopaes...*, t. III, p. 253, nota 1.

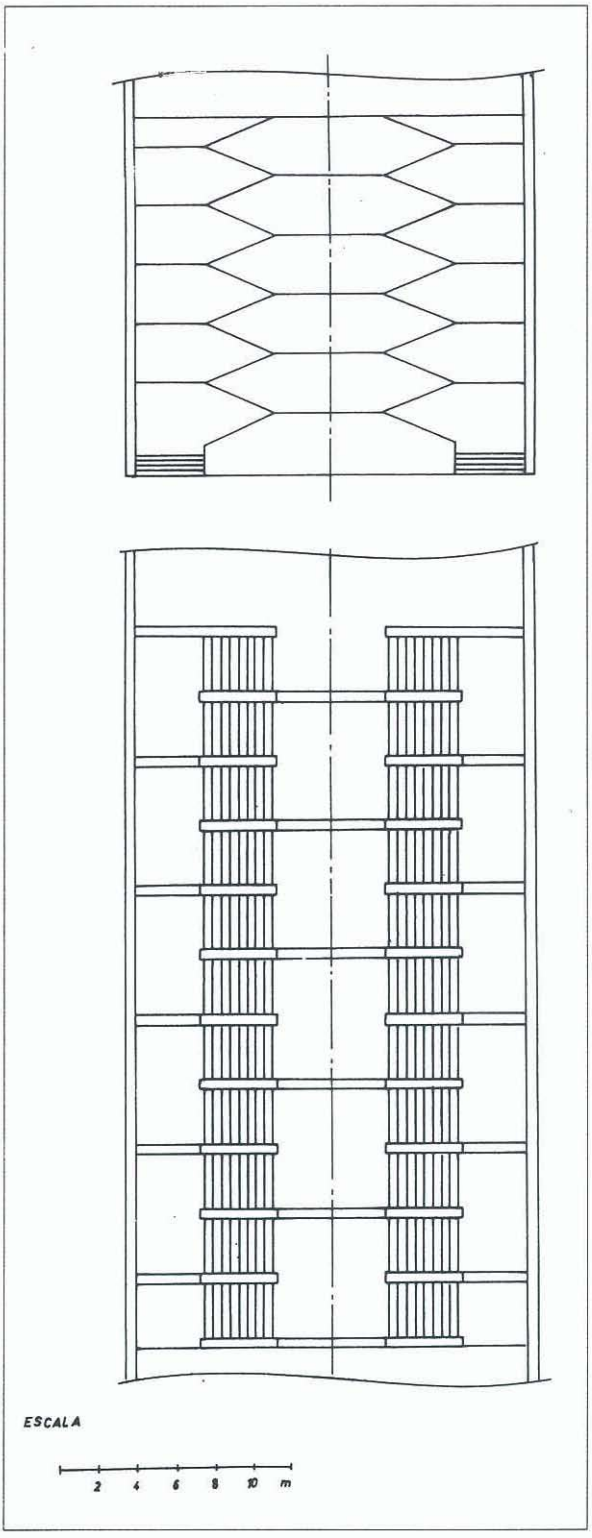


Fig. 27 - Vista de frente e planta aproximada do escadório do Bom Jesus do Monte.

Não encontramos qualquer justificação, para, no caso das obras do Santuário, o Arcebispo recorrer a Manuel Pinto de Vilalobos.

Tanto as capelas como a igreja construídas nesta campanha, seguiram uma planta centralizada, sendo de base quadrada para as capelas dos Passos [622] e curvilíneo para a igreja, dividindo-se as opiniões entre a forma redonda e a elíptica [623].
Da igreja, demolida ainda no século XVIII para se construir o actual edifício, os dados chegam-nos tanto através do levantamento de Carlos Amarante e de uma gravura anterior, como de descrições coetâneas com a fundação:

> *«No meio do Terreiro esta hum piquena Ermida com seo jardim e Santa Magdalena em extasis, e pelos seus lados vão duas escadas com seos corrimoens de ferro para se subir para a igreja principal deste Santuario. He este templo feito á Romana quasi redondo com retiro para a capella mor com trez portas, e a principal com duas colunas, e no mais alto as Armas do Illmo. Senhor Arcebispo»* [624].

As formas utilizadas nesta campanha são familiares a Manuel Fernandes da Silva, nomeadamente o escadório e as pequenas capelas de planta quadrada, que encontram paralelo directo na obra que o arquitecto projectou para a Capela de Santo António Esquecido. As evidências são muitas. Houve, unicamente, alteração de dimensões.
Quanto à igreja principal, de forma arredondada, também era suficiente a sua mestria, embora edifícios curvos de um só plano, exijam novas soluções técnicas para resolver problemas de distribuição de forças. O projecto não foi, todavia, feliz pois no levantamento de Carlos Amarante encontra-se seguro com escoras. Terá sido um solução arrojada para o arquitecto?

No conjunto da obra, assume relevo a linguagem moralizante do Arcebispo, onde a mensagem religiosa se oferece ao peregrino em imagens, procurando seduzir a alma e o corpo [625] com o «carácter ilusório e pecaminoso do conhecimento sensível» [626], frente a uma estética arredada de conceptualização erudita onde se explora, essencialmente a carga propagandista, tanto do seu mecenas como dos seus baluartes de orientação tridentina.

---

[622] MASSARA, Mónica F. - *o.c.*, p. 37.
[623] Idem - *ibidem*, pp. 51-52.
[624] B.N.L. - *História Ecclesiastica e Politica...*, fl. 52v.
[625] PEREIRA, José Fernandes - *Retórica da Fé: Simbolismo e Decoração no Escadório dos Cinco Sentidos*, in «Claro. Escuro», n. 1, Lisboa, Quimera, 1988, p. 18.
[626] Idem - *ibidem*, p. 27.

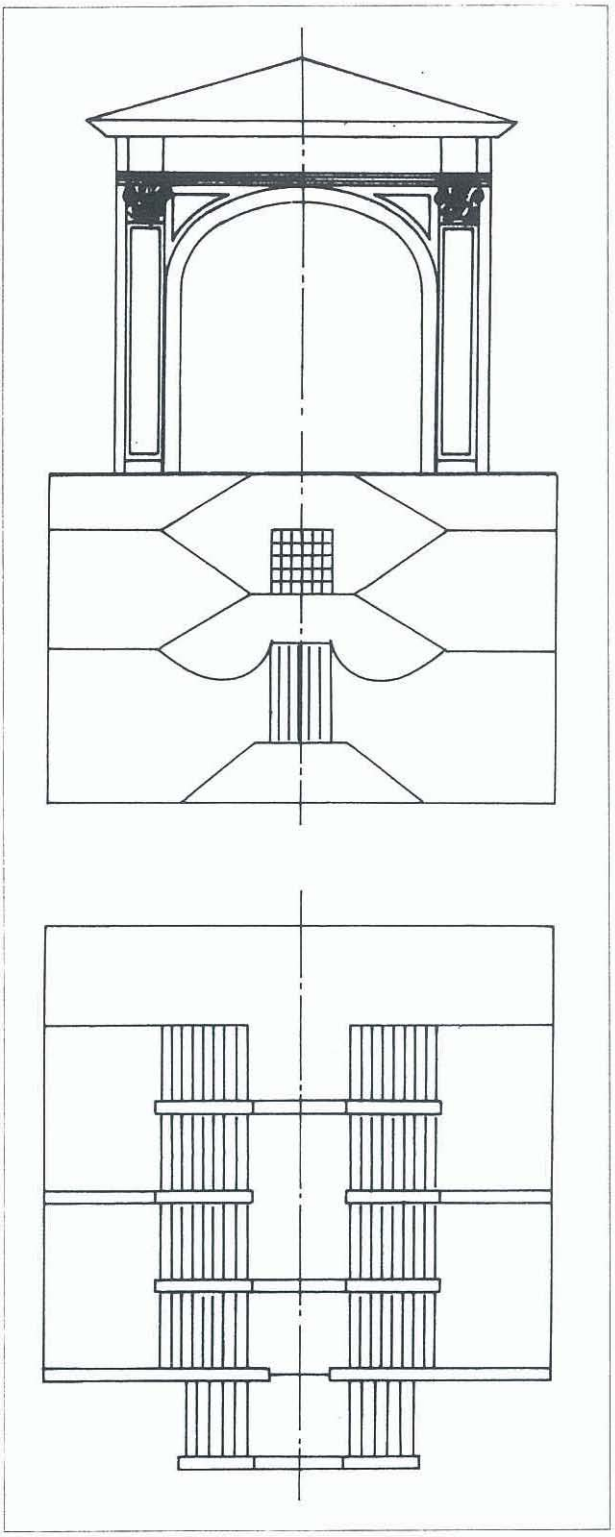


Fig. 28 - Vista de frente e planta do Escadório da Capela de Santo António Esquecido — Reconstituição a partir de fotografia e gravura antigas.

Para captar esta ideia só alguém a quem Moura Teles pudesse impôr a sua determinante orientação. Era-o, sem dúvida, mais fácil a Manuel Fernandes da Silva que a Vilalobos. De resto entre ambos, havia um conhecimento antigo.

Nesta sequência, acreditamos que grande parte das obras desenvolvidas por D. Rodrigo de Moura Teles durante os vinte e quatro anos que governa a arquidiocese saíram dessa associação entre arcebispo e arquitecto, sem esquecer as obras de arquitectura do seu palácio, desenvolvidas, pelo menos, entre 1707-1709 [627].
No Santuário de Nossa Senhora da Aparecida, na igreja do convento de S. Frutuoso, ou no Recolhimento das Convertidas de Braga desenvolve-se um ambiente onde revemos a caracterização de Manuel Fernandes da Silva. E, quiçá, muitos outros projectos que o arcebispo multiplicou pela área de influência do seu poder, terão saído da criatividade de Manuel Fernandes da Silva.

[627] FERREIRA, J. Augusto (Monsenhor) - *Fastos Episcopaes...*, t. III, p. 238.

4. Cronologia da Actividade de Manuel Fernandes da Silva

1671 - Nasce na paróquia de Santo Ildefonso, sendo baptizado na igreja matriz.

1693 - Primeira intervenção em Braga. Arremata a construção de uma torre na fachada da igreja de Santa Cruz, e outros arranjos no interior e exterior. Precisou do consentimento de Pascoal Fernandes.

1697 - Casa em Braga na igreja de S. Vítor com Maria José Mendes.

1698 - Juntamente com seu pai Pascoal Fernandes constrói a sacristia da Sé de Braga, segundo um projecto de João Antunes.

1699 - Arremata a continuação da construção da capela de Santa Maria Madalena do Monte da Falperra, substituindo o mestre Domingos Moreira.

- Constrói nova fachada na casa urbana de Manuel da Costa Pessoa, situada no Campo de Santa Ana, em Braga.

1701-1703 - Na qualidade de mestre de obras e arquitecto vistoria as obras de pedraria no convento de S. Francisco de Monção, que abrangem o locutório, o coro, casas do forno, celeiro, etc.

1702 - Vistoria uma pequena obra de pedraria que as monjas do convento do Salvador pretendem fazer.

- Ajusta a obra de remodelação da casa que o Cónego Francisco de Meira Carrilho ocupa como residência na Rua do Anjo. O trabalho é assumido em parceria com Pascoal Fernandes.

1703 (antes de) - Participa na equipa que vistoria as torres da Sé de Braga, dirigida pelo Padre Pantaleão da Rocha.

1703 - Juntamente com Pascoal Fernandes substitui o mestre Domingos Moreira nas obras de construção de igreja dos Terceiros de S. Francisco.

- Faz a vistoria de obras de pedraria a realizar no convento feminino de S. Bento de Viana.

- Arremata a construção da igreja da Casa da Congregação do Oratório, no Campo de Santa Ana.

- Empreende a construção do palácio dos irmãos Meira Carrilho, no Campo de Santiago, empresa que é tomada em parceria com Pascoal Fernandes.

1704 - Assume compromisso com a Irmandade de Santa Maria Madalena da Falperra para continuar a construção da nova capela da Falperra.

1706 - Ao lado de Pascoal Fernandes procede à construção de parte de um claustro no Colégio de Nossa Senhora do Pópulo.

- Na categoria de *arquitecto desta cidade,* faz um corredor no Hospital de S. João Marcos.

- Constrói a capela de Santo António Esquecido e escadório, segundo projecto próprio.

1707 - Fornece risco para a nova fachada que os Terceiros de S. Francisco querem fazer na sua igreja para substituição de outra.

- Ajusta a reconstrução, a partir de alicerces, da capela de S. Geraldo, na Sé.

- Compromete-se à reconstrução da capela da Santíssima Trindade na Sé.

1709 - Faz novo acesso para a sacristia da capela do Santíssimo Sacramento, da Sé.

1710 - Fornece risco para a capela do Bom Jesus de Fão, em cujo estaleiro viria a trabalhar Pascoal Fernandes.

1712 - Construção de grande parte do Palácio do Deão da Sé, Francisco Pereira da Silva, segundo maqueta que o próprio artista executa.

1713 - Faz a construção de uma casa na quinta de S. Miguel, em Sande, Guimarães.

- Arremata várias pequenas obras na Sé, no transepto do lado do Evangelho, tanto no interior como no exterior.
- Executa a torre lanterna do cruzeiro da Sé.

1715 - Constrói a capela de S. Sebastião das Carvalheiras, segundo projecto, aparentemente, de Manuel Pinto de Vilalobos.

- Ajusta a execução de novas frestas na nave central de Sé.

1717 - Faz o remate da fachada da igreja de S. Vicente trabalhando um projecto de Frei Luís.

1717-1718 - Dirige a construção do Aljube de Braga, segundo projecto de Manuel Pinto de Vilalobos. Introduz alterações ao risco.

1718-1719 - Arremata em 1718 a construção da capela de N^{a}. Sr^{a}. de Guadalupe, acabando por contrair novo contrato que daria origem à capela actual. O projecto, foi, assim o cremos, de sua autoria.

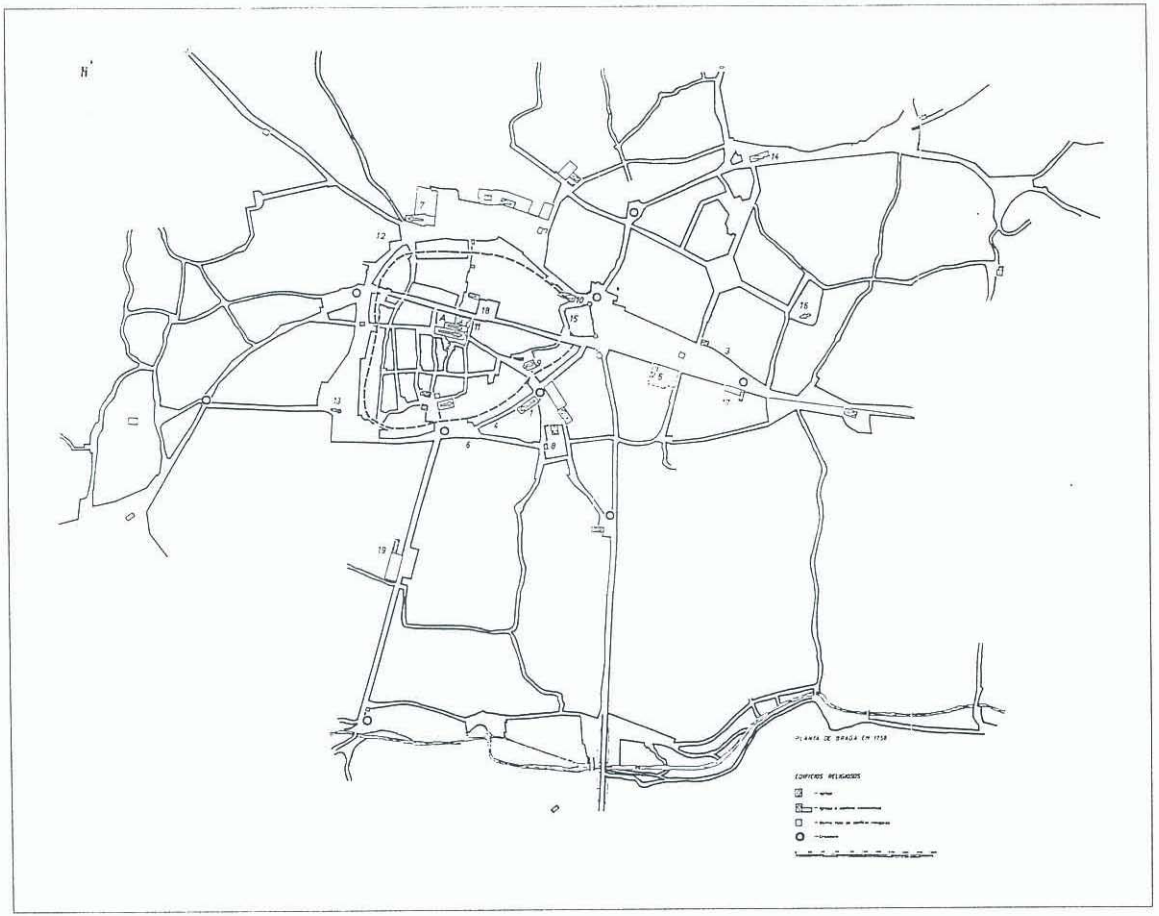


Fig. 29 - Intervenções de Manuel Fernandes da Silva na cidade de Braga (Ordem cronológica)

A Intervenções múltiplas na Sé
1 Igreja de Santa Cruz
2 Sacristia da Sé
3 Casa de Costa Pessoa
4 Casa dos Meira Carrilho
5 Igreja do Oratório
6 Palácio dos Meira Carrilho
7 Claustro do Colégio do Pópulo
8 Hospital de S. João Marcos
9 Capela de Santo António
10 Igreja dos Terceiros
11 Capela de S. Geraldo
12 Palácio dos Biscaínhos
13 Capela de S. Sebastião
14 Igreja de S. Vicente
15 Aljube
16 Capela de N.ª Sra. de Guadalupe
17 Convento de Penha de França
18 Chafariz
19 Igreja do Convento da Conceição

(Realizado sobre Planta de Eduardo Pires de Oliveira)

1719 - Empreende a construção da capela-mor e sacristia da igreja paroquial de S. Martinho de Rio Mau. Faz outros arranjos no exterior.

- Constrói nova sacristia para a igreja de S. Martinho de Travassós.

1719-1720 - Orientação das obras de transformação do Recolhimento Nª. Srª. de Penha de França em convento. Arremata a construção da igreja.

1720 - Juntamente com Pascoal Fernandes compromete-se à construção de um claustro, cozinhas, espaço de alojamento e outras obras no Hospital de S. João Marcos. O projecto foi de Manuel Pinto de Vilalobos. A empresa não teria sucesso.

1723 (antes de) - Fornece risco para a torre sineira da igreja dos Terceiros de S. Francisco.

1723 - Faz a fachada da Sé, incluindo torres, segundo projecto pessoal.

- Apresenta orçamento acompanhado de projecto para a reconstrução da igreja do convento dos Remédios.

1723-1724 - Constrói o chafariz do Largo do Paço, em Braga.

- Apresenta riscos para o palácio que o Cónego António Felgueira Lima quer construir em Viana do Castelo.

1728-1729 - Mestre de obras do convento de Nª. Srª da Conceição, saindo da sua laboração a construção da igreja, coros e sacristia.

1730-1732 - Mestre de obras na transformação que a Irmandade de Santa Cruz desenvolve na sua igreja, incluindo a fachada.

1733-1734 - Construção do Passadiço do Terreiro da Portaria, e seu embelezamento, no convento de S. Martinho de Tibães.

1742-1744 - Fornece apontamentos e vistoria os melhoramentos que os Irmãos da Confraria do Bom Jesus de Fão querem introduzir na sacristia da sua capela.

1742-1751 - Mestre de obras na construção da igreja matriz da Póvoa de Varzim.

1751 - Morre na Póvoa de Varzim sendo sepultado na antiga igreja matriz.

IV. Manuel Fernandes da Silva
O Artista

1. Mestre de Obras e Arquitecto e Sua Clientela

O cliente, o encomendante, aquele que requisita a intervenção do artista, é determinante para o aparecimento da obra [629], não só porque financia o empreendimento, pagando como tal os honorários do artista, mas porque entre ambos se estabelece um compromisso, sendo a obra final o resultado de uma adaptação do artista às vontades e formação do cliente, e em último grau à sua capacidade económica. Estes factores afectam a criação condicionando a liberdade artística. Quando o cliente possui conhecimentos estéticos, refinados pela própria formação, a sua determinante sobressai pragmaticamente na obra, sendo possível neste caso, e só neste caso, falar-se de mecenas.

Estas características, juntamente com a condição básica da arte de construir, sempre para satisfazer uma necessidade funcional, não podem ser esquecidas na encomenda dirigida a Manuel Fernandes da Silva. Num ambiente dominado primordialmente pelo fenómeno religioso, comum ao Portugal barroco e agudizado em Braga, sede Primacial, não é de estranhar que o seu principal cliente, e quase exclusivo, fosse a Igreja, espraiando-se a sua intervenção em encomendas das instituições que mais directamente põem em prática essa função. Mesmo a clientela privada não se afasta deste cenário: é sobretudo a primeira hierarquia da cidade que solicitará o mestre pedreiro e arquitecto, não deixando porém, de coincidentemente, ocupar um múnus eclesiástico.

Falando de instituições, aparece à cabeça a Sé, onde a vontade de D. Rodrigo de Moura Teles foi actuante, promovendo e financiando obras de renovação arquitectónica, ou incitando confrarias instituídas nesse complexo que tinham a seu cargo a manutenção de capelas que lhe timbravam o espaço, a fazer essas transformações.

---

[629] FERREIRA-ALVES, Natália Marinho - *o.c.*, vol. I, p. 159.

Os mosteiros, no aro da cidade e da arquidiocese, sobretudo a vertente feminina, foram visitados por Manuel Fernandes da Silva, na qualidade de mestre de obras e arquitecto. Da ala masculina as intervenções são limitadas, o que é justificado, pensamos, pela maior autonomia que essas casas gozam relativamente ao poder do arcebispo, enquanto as outras, embora protegidas pelo poder central, estavam na sua directa observância, competindo-lhe cuidar não só do bem espiritual das monjas, como do seu conforto material e ambiente artístico. De resto, nota-se em Moura Teles uma preocupação com a vivência no interior dessas casas, fazendo-lhe visitas amiudadas vezes, onde a par das observações espirituais e comportamentais, deixa achegas para obras e manutenção [630].

As Confrarias e Irmandades potenciaram grande parte da encomenda que ao longo da actividade de Manuel Fernandes da Silva lhe foi dirigida, sendo, aliás, a trabalhar para a Irmandade de Santa Cruz que o artista se inicia autonomamente em Braga. Se estas instituições possibilitaram a decoração barroca que transformou muitos interiores religiosos ao longo dos séculos XVII e XVIII [631], são também grandes clientes de obras de arquitectura. O resgate que a sociedade laica fazia do Paraíso, ideia sobejamente explorada pela piedade barroca [632], ocasionava a formação de um povo irmanado em instituições que se multiplicam em número neste período; as ofertas, os bens testamentários e outros, deixados pelos Irmãos à Confraria possibilitaram o investimento em diversas artes.

Ainda no domínio da clientela religiosa, contam-se as igrejas paroquiais, presentes em poucas intervenções, mas será com uma obra de vulto que Manuel Fernandes da Silva terminará a sua carreira, orientando pessoal e consecutivamente a construção da igreja matriz da Póvoa de Varzim.

Na arquitectura civil de interesse público desenvolve dois projectos de Manuel Pinto de Vilalobos levando apenas um a bom termo na categoria de mestre de obras. Mais representativa é a clientela privada onde satisfaz encomendas de membros da alta hierarquia religiosa de Braga, para quem transforma e constrói casas de habitação de subido ar palaciano. Fora deste estrato apenas duas encomendas: uma para o licenciado Manuel da Costa Pessoa e outra para D. Inês Maria.

Trabalhou, desta forma, num patamar restrito do espectro social, encontrando como grande instituição de fundo a Igreja e os membros de maior destaque da corte religiosa: Arcebispos, Deão e Cónegos. As suas duas únicas intervenções que extrava-

---

[630] Baseados no levantamento que desenvolvemos nas visitas pastorais de D. Rodrigo de Moura Teles aos conventos femininos da cidade.

[631] FERREIRA-ALVES, Natália Marinho - *o.c.*, p. 162.

[632] LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha - *Uma Leitura de Sucesso no Século XVIII: Mestre da Vida que Ensina a Viver e Morrer Santamente*, in «Poligrafia», n. 3. (No Prelo).

sam este sector são também membros reputados no seio de uma sociedade de títulos: um licenciado, a outra a ostentar o título de dona.

Em todas as obras que arremata, ou aparece como responsável exclusivo pela orientação do estaleiro, ou divide a responsabilidade com Pascoal Fernandes. Sociedades fora do clima familiar não ocuparam a sua preferência. Entre pai e filho desenvolve-se uma dependência curiosa, polarizada no início da carreira de Manuel Fernandes da Silva no pai, de quem necessita de autorização para contrair o primeiro compromisso público como profissional independente (igreja de Santa Cruz em 1693), para, à medida que entramos no século XVIII, o prestígio do pai ser abafado pelo do filho, precisando aquele da fiança deste para em 1715 executar uma obra de pedraria para o Colégio de S. Paulo [633].
Evidentemente que a equipa entre os dois era forte. Um contava pela idade, pela obra desenvolvida e pela experiência com algum destaque numa sociedade conservadora, trilogia de referência. O outro, pela maior capacidade técnica e estética, com uma bagagem profissional mais apurada, completava as premissas do êxito. Podemos ver o segundo mais vocacionado para trabalho de gabinete, de planeamento e de cálculo, e o outro preparado para orientar pessoalmente a obra. De resto esta relação é perfeitamente assumida em 1710 na construção da capela do Bom Jesus de Fão.
Mestre de obras e arquitecto são graus profissionais que o vão classificando no desfile da sua obra, constituindo ambos, igualmente, o topo hierárquico do ofício de pedraria. Parece ter atingido estes graus ainda com D. João de Sousa enquanto arcebispo de Braga: em obras que promove em diversos conventos femininos, nomeadamente de Monção e Viana, fala dele como o *arquitecto* que fisicamente iria ao estaleiro, onde apuraria a obra a realizar, para posteriormente a transmitir ao arcebispo, que decidiria então da sua viabilidade. Parece adivinhar-se nesta relação um compromisso estabelecido entre Manuel Fernandes da Silva e D. João de Sousa. Ao cargo não deve ter sido estranha a intervenção de Pantaleão da Rocha Magalhães. Antes de Braga orientara D. João de Sousa a diocese do Porto onde privou com o mestre da capela, que era também arquitecto de mérito no meio portuense. Quando na Arquidiocese precisa de um parecer técnico, não encontra qualquer embaraço em recorrer ao Porto, solicitando o Padre Pantaleão de Magalhães, que forma equipa na qual estão presentes pai e filho, evidenciando acima de tudo, mais que conhecimento entre as partes, um reconhecimento das potencialidades técnicas de Pascoal Fernandes e Manuel Fernandes da Silva, capacidade essa que D. João de Sousa aproveita elevando Manuel Fernandes a seu mestre de obras. Na apresentação de projectos para construção da igreja do Bom Jesus de Barcelos, não

---

[633] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Arquitectura Civil e Religiosa...*, p. 78.

tem qualquer dúvida em o colocar ao lado de João Antunes, na ocasião um dos mais notáveis arquitectos do reino, concorrendo com três plantas centradas a par de duas de forma semelhante de João Antunes [634]. Ao mestre de obras reconhecia-lhe também o domínio do risco e da projecção.

Este cargo encontra continuidade no pontificado de D. Rodrigo de Moura Teles, demonstrado em momentos da acção construtiva do arcebispo com um preferencialismo para que as obras fossem arrematadas por Manuel Fernandes da Silva. A grande transformação arquitectónica da Sé, é, grosso modo, uma empresa onde o artista interveio durante quase duas décadas, com projectos, se não todos, seguramente alguns, da sua responsabilidade.

Em obras protegidas por Moura Teles em conventos femininos, assume claramente a função de mestre de obras. E mais. Em Maio de 1729 numa procuração exibe o cargo de «mestre das obras de pedraria desta cidade» [635]; não é só mestre de pedraria, mas mais que isso, mestre das obras de pedraria. Acreditámos que esta foi a função que desempenhou em vida de D. Rodrigo de Moura Teles, embora a documentação não nos ajude. O tempo era, entretanto, de *Sede Vacante* e o governo do Cabido viria a substituir os governadores nomeados por Moura Teles e aprovados por Bula Papal para orientarem a arquidiocese depois da sua morte, num acto de continuidade programática. Deste Cabido não conhecemos uma única solicitação ao mestre de obras. Parece vislumbrar-se no silêncio, que além de rejeitar as determinações do arcebispo defunto, negou o artista, que, para afirmação, ostenta prerrogativas profissionais desta craveira.

Num meio em franca actividade arquitectónica, encontrou Manuel Fernandes da Silva um clima onde a sua mestria ecoou. A escassez de técnicos especializados em arquitectura, pelo menos sob o ponto de vista teórico, permitiu a evolução de alguns a altos cargos do *métier*, num clima em que a transmissão directa de conhecimentos era desenvolvida experimentalmente. Desta forma muitos mestres pedreiros assumiram a função de tracistas em edifícios que eles próprios podiam dirigir a construção, ao que conclui Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves: «muitas construções seiscentistas e setecentistas tiveram como autor do seu projecto um mestre pedreiro de arquitectura, denominado por vezes de arquitecto» [636]. Estes além de saberem traçar, dominavam pela experiência uma técnica que o *arquitecto-riscador* podia desconhecer [637].

É evidente que na aprendizagem de Manuel Fernandes da Silva muito contou a transmissão familiar, que deve ter sido enriquecida com formação teórica. A tra-

---

[634] SOUSA VITERBO - *o.c.*, vol. III, pp. 232-233 e 307; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *o.c.*, pp. 64-65.

[635] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 625, fls. 194-194v.

[636] FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *Pascoal Fernandes...*, p. 395.

[637] Idem - *ibidem*, p. 403.

tadística, como referimos, pode ter sido um veículo, como o Padre Pantaleão da Rocha Magalhães pode ter sido outro.
Com uma bagagem sólida e com proteccionismo de vária ordem, chegou ao topo de uma carreira ao serviço da igreja bracarense. Mais do que riscador e técnico, oferecia Manuel Fernandes da Silva o melhor preço para arrematação da empresa construtiva. Documentos há que atestam claramente este facto, como é exemplo o contrato para a construção da capela de Santo António Esquecido. O menor lanço público para a obra tinha sido de José Moreira, mas pelo mesmo preço o arquitecto faz a obra, incluindo o pagamento da planta: «suposto estava a obra no lanço de seiscentos e sesenta mil reis per Jozeph Moreira ouverão per bem da-la a elle dito Manoel Fernandes da Silva por este ter feito a planta e não se lhe ter paga, por elle dito mestre Manoel Fernandez debaixo do mesmo presso de seiscentos e sesenta mil reis se dar per satisfeito do presso da dita obra e planta» [638].
Assim a concorrência era-lhe favorável porque concentrava várias funções: riscador e mestre de obras, com a melhor oferta no mercado.

2. Arte e Expressão

Apurada a obra tanto quanto a documentação o permitiu e visitados os espaços, ganhou forma uma expressão tradutora da linguagem do arquitecto, na qual a sua arte se apresenta como resultado de diálogos múltiplos entre espaço e outras artes associadas que o timbram. A talha e o azulejo, a pintura e a escultura são integradas nessas concepções como tónica ambiental dominante. Partindo, pois, desta constante analisemos os edifícios nas plantas, nos muros e suas decorações, na distribuição de volumes, e na relação do edifício com o exterior onde as fachadas potenciam esse encontro.

O rigor matemático foi avaliado em algumas obras em que o levantamento da planta concretizou esta leitura, pautando-se por um esquema de proporções simples e rígido, nas relações de 1:1, de 2:1 ou seus múltiplos, dando preferencialismo a figuras geométricas expressas nessas métricas, funcionando o rectângulo regular (comprimento igual ao dobro da largura) e o quadrado como base do seu pensamento arquitectónico. A figura traçada pelo compasso também lhe serviu na pureza linear da curva que define.
Na capela de Santo António Esquecido ensaiou essa métrica de comprimento igual à largura, que terá continuidade poucos anos depois na capela do Bom Jesus de Fão cuja planta, definindo embora um interior axializado, foi conseguida a partir de dois quadrados. Nesta quadratura encontram-se as oito capelas do Bom Jesus

[638] A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 516, fls. 184-186.

de Braga e a capela de Nossa Senhora de Guadalupe, talvez a solução mais audaciosa de toda a sua obra no domínio da arquitectura religiosa. Nesta última, a multiplicação de quadrados e circunferências, inscritas ou escritas, permitiu-lhe uma planta mais dinâmica, de contorno em arcos perfeitos dispostos em planos alternados, encontrando-se nesta proposta uma certa animação espacial dentro de uma linguagem ainda conservadora.

Foi um arquitecto a quem os espaços centralizados eram familiares. Em formas simples, de contornos gizados pela rigidez da linhas rectas e curvas sem sobressaltos, apresentou vários esquemas na sua longa carreira. A proposta primeira parece ter sido para satisfazer a encomenda de D. João de Sousa, saindo-lhe do punho três plantas deste calibre. A última foi, assim o cremos, a igreja que coroou o Santuário do Bom Jesus.

Ainda em plantas de edifícios religiosos estão as claramente longitudinais, atestando as igrejas dos Conventos de Nossa Senhora de Penha de França e de Nossa Senhora da Conceição a sua utilização pelo arquitecto, se outras não houvesse, compostas pela anexação de rectângulos para definição de capela-mor, nave e coros. Espaços com transepto concebeu dois, sendo de resto evidentes as afinidades entre ambos, nomeadamente na pouca profundidade, e notados do exterior apenas num pequeno avanço dos alçados laterais. Em Fão e Póvoa de Varzim as divergências notam-se sobretudo na maior profundidade da capela-mor e nave do derradeiro edifício. Num como no outro, as sacristias, aos pares, ladeiam a capela-mor conferindo um equilíbrio simétrico na distribuição dos constituintes espaciais. A formação de um eixo de construção surge também em alguns espaços civis, concretamente no Palácio dos Biscaínhos, unindo essa linha portal-átrio-corredor-jardim, sendo inclusivamente prolongada neste último.

Os muros são robustos e com grossuras acentuadas justificadas como neutralização das forças provenientes dos sistemas de cobertura em abóbadas de berço, construídas em pedra ou tijolo. A abóbada quadripartida ogival foi também empregue no transepto da capela do Bom Jesus de Fão. É todavia a primeira alternativa aquela que se oferece como regra na cobertura dos espaços sacros propostos por Manuel Fernandes da Silva. Mesmo nas capelas da cabeceira da Sé as utilizou de modo sistemático, onde os caixotões, de pobre carga decorativa, lhes dividem a área e transmitem um ritmo austero.

Nas paredes laterais abrem-se largos vãos para janelas numa procura de aumento de luz nos interiores como para realçar os efeitos cromáticos dos constituintes do espaço. Nessas paredes rasgaram-se arcos, permitindo um avanço da nave na formação de capelas que a arte retabular se incumbiria de completar, funcionando como espaços privilegiados para o culto individualizado das diferentes invocações que animavam aquelas comunidades. Outras vezes nos interiores desses muros surgiam corredores e escadas facultando o acesso a púlpitos e coros, ou ainda à tribuna do

altar-mor. Nas igrejas conventuais de Penha de França e da Conceição no limite com o arco cruzeiro, além da presença de retábulos colaterais permite-se o acesso a outras áreas do templo. No primeiro edifício o recorte exibido é transmissor de algum movimento e elegância à parede; no outro uma simples funcionalidade pragmática.

Externamente a dominante são as paredes, quais simples alçados onde as pilastras graníticas utilizadas como suporte estrutural definem os contornos dos muros rebocados e vazados pelas janelas. A incidência decorativa faz-se sentir nas fachadas. Se formalmente estas fachadas seguem um esquema de raíz maneirista, nota-se todavia, quer uma decoração «*appliqué* ou *accroché*, concebida para disfarçar e mascarar a austeridade da arquitectura» [639], quer, na distribuição dos seus componentes unidos por um eixo de verticalidade no qual se encontram portal-óculo-edícula-remate, um clima e organização barrocos. Exemplo esclarecedor desta expressão de Manuel Fernandes da Silva é a fachada dos Terceiros de Braga, onde o adensamento de pilastras, pirâmides e volutas no remate transmitem maior efeito cenográfico. Já na fachada da Sé, embora mais tardia, houve aparentemente um retrocesso, sendo a sobriedade nota de relevo. Apesar de tudo, aí não são esquecidas simetria e verticalidade. O jogo de frontões clássicos, curvos e interrompidos balbuciam a animação do conjunto, funcionando as cúpulas das torres, definidas somente nos elementos estruturais, com certa graciosidade e leveza como que anulando a robustez da fachada. De resto não devemos esquecer ser a encomenda da obra de D. Rodrigo de Moura Teles que parece condicionar a liberdade criativa impondo a sua marca.

A fachada da igreja matriz da Póvoa de Varzim transmite um grande percurso de Manuel Fernandes da Silva. Num ritmo conferido ainda pelas pilastras, divisórias da frontaria em três secções, a par de uma linearidade do entablamento, trabalhou criativamente explorando as potencialidades cenográficas desse jogo de frontões tão ao seu gosto, elevando o conjunto ao clima mais barroco das suas composições. Conseguiu-o na elegante brincadeira que lhe permitia a sua herança. As folhagens desaparecem, e todos os elementos de função ornamental pura, aplicados por exemplo na fachada dos Terceiros, são arredados da sua linguagem, apresentando-se um projectista mais límpido, sem insinuações e como tal mais maduro.

Na leitura das fachadas nota-se uma evolução clara na expressão: de uma linguagem presa a algum academismo, bem pronunciada em Santo António Esquecido e menos em Fão, vai rompendo gradualmente esse enfeudamento, primeiro pela introdução de uma decoração grossa de folhagens, flores-de-lis e enrolamentos, que pretendiam diluir esse peso, até ao esclarecimento do caminho percorrido com a derradeira construção. Evolução sem sobressaltos nem rompimentos. Gradualmen-

---

[639] KUBLER, George - *A Arquitectura Portuguesa Chã Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706*, Lisboa, Vega, 1988, p. 164.

te, por aprendizagem contínua foi formando o seu saber sem esquecer nunca a herança que o levedou.

Propostas que tentam conciliar a renovação com o antigo, muitas vezes impostas pelo próprio cliente, são férteis nas suas intervenções. É o portal da capela das beatas de Penha de França que é reutilizado na nova igreja conventual; seja o portal da igreja de Nossa Senhora da Conceição que conhece aplicação equivalente, com ligeiras adaptações, transitando para a nova igreja. Homem que articula antigo e moderno, observador atento à leitura do edifício a transformar numa determinante do encomendante que exige actualização sem rompimentos, e não descurando a rentabilização dos elementos do edifício antigo nos novos espaços a construir, conseguia uma obra menos dispendiosa.

Se as referências às ordens clássicas aparecem diluídas na sua obra sem o rigor das propostas teóricas, nota-se apesar de tudo um preferencialismo por elementos estruturais toscanos e dóricos, sendo ambos, como é sabido, os mais simples do sistema. Já o academismo se aproxima quando trabalha projectos de João Antunes e de Manuel Pinto de Vilalobos, sendo possível estabelecer uma gradação entre estes dois, cabendo maior rigor ao primeiro. Quando enceta a reconstrução da capela de S. Geraldo exige-se-lhe que formalmente se reveja no interior, a Ordem Dórica, e no exterior a Toscana.
Simplicidade e austeridade é a grande mensagem da arquitectura bracarense no ciclo em que está activo. De resto esta orientação vinha de longe no tempo e no espaço. De Trento D. Frei Bartolomeu dos Mártires escreve dando orientação para a construção do convento de S. Domingos em Viana: «E por isso lhe peço por amor do Senhor, que faça hum edificio muy moderado (...). Se vossa Reverencia vir que frey João com seu animo grandioso quer exceder a mediocridade, que vossa Reverencia julgar que bastaria, e eu pretendo e desejo, ponhase forte contra elle e em quanto eu não vou apelle para mim, porque depois que eu lá for, bem nos entenderemos ambos» [640].

O mesmo percurso se depara quando somos levados ao seio dos palácios e casas de residência que construiu. Na primeira intervenção, ainda no século de seiscentos, usa uma linguagem estrutural simples numa fachada que se desenvolve entre duas pilastras e dois pisos. A horizontalidade é nota sem qualquer alusão à definição de um eixo de simetria e verticalidade. Duas janelas de avental entre duas portas nas extremidades e com ritmo repetitivo no piso nobre, conferido por quatro janelas de sacada. O linearismo da construção é contrariado por frontões abertos com enrolamento e pela introdução de apontamentos decorativos no friso, des-

[640] Citado por CARVALHO, Ayres de - *D. João V e a Arte do seu Tempo*, vol. 2, Lisboa, Ed. Autor, 1962, p. 62.

prendendo-se da cornija e libertando-se dos frontões. Parece, todavia, que a linguagem decorativa foi desenvolvida no projecto com maior ousadia, que de resto o encomendante limitara, impondo a sua regra no jogo.
A formação do eixo nas fachadas civis começa a desenvolver-se no Palácio dos Meira Carrilho no Campo de Santiago, sendo dividida por duplas pilastras em três secções de igual volumetria, destacando-se no corpo central a concentração de portas no piso térreo que ajuda essa procura. A natureza vegetalista ornamental é substituída pelo vazamento dos lintéis de todos os vãos por três aduelas de agradável efeito.
Essa linguagem aparece assumida na década de vinte do século XVIII quando projecta o Palácio do Cónego Felgueiras Lima, local onde as armas do nobre, encimando o portal, demarcam simetria e verticalidade. Não obstante, mantem-se a divisão tripartida por pilastras. Embora tenha sido fornecido a Manuel Fernandes da Silva o referencial da Casa da Vedoria, obra de Vilalobos, naquela obra a ousadia barroca é já consumada. Ao mesmo tempo afirma-se como uma fachada de bela composição.

Em toda a sua carreira evidencia apetências decorativistas, seja nas cartelas que utiliza em algumas fachadas envolvidas em folhagem, seja nas armas ricamente trabalhadas dos financiadores da obra. As armas de Moura Teles, na Sé, ou de Felgueiras Lima, servem de exemplo ao segundo caso, como as inscrições dos Terceiros, ao primeiro; óculos e outras aberturas podem acusar igualmente essa tendência. De resto, muitas das suas obras são pintalgadas por decoração granítica, tanto naturalista-vegetalista como geometrizante, principalmente nas bases de pilares e pilastras e preenchimento de frisos.
As peças onde esse carácter mais se faz sentir é nos lavatórios das sacristias, referidos na documentação como *esguichos*, e construídos invariavelmente em granito. Neles, além do pé e da taça, um espaldar de linguagem decorativa encontra espaço para afirmação. As folhagens, os acantos, o sol, anjos alados e conchas são peças desse vocabulário. Este tratamento requintado da pedra exprime-se ainda melhor nos chafarizes de sua autoria, de que são exemplo o do Largo do Terreiro, peça de subido recorte, e o do Anho, no Passadiço de Tibães. Aqui a linguagem quase exclusivamente vegetalista, excepto o *Anho* que empresta nome à fonte, é mais livre e variada e ao mesmo tempo mais grossa. Perde o carácter alto-relevista para cada folha ganhar autonomia. Ainda neste local, o nicho para a imagem de S. João Baptista denota claramente a introdução de novos elementos gramaticais, de que a grinalda de flores é exemplo; nas duas conchas — uma na parte superior do nicho, e outra no remate — estão duas linguagens em confronto: o passado, na concha visivelmente maneirista, e o presente na concha que se liberta da rigidez plana ganhando volume e recorte.
Esta postura como decorador introduziu-o também na arte de embelezamento de espaço, onde o jardim definido pelo Passadiço do mesmo Mosteiro, possivelmen-

te de sua autoria, e os bancos com alegretes do próprio Passadiço demonstram essa craveira. O jardim, inscrito num quadrado, parte de um centro octogonal, onde esteve um chafariz de taças, e termina em igual contorno. Oito canteiros recortados alternam com arruamentos.
Neste itinerário os caminhos a tomar podem ser variados na direcção das obras onde emerge claramente esse efeito cenográfico/paisagista: Escadório de Tibães? Escadório do Bom Jesus? Estudos ambos de sua autoria? Acreditamo-lo.
Bem cedo na sua carreira, ainda em 1707, projecta o pequeno Escadório de Santo António, de organização espacial barroca, em lanços divergentes e convergentes, o que lhe actualiza a expressão e a procura de efeitos cenográficos, não só no domínio da decoração, como dos enquadramentos e dos espaços.

Se na sua obra se apreende uma tendência evolucionista constante, já na arquitectura religiosa como na civil, é sobretudo nas obras que se afastam da encomenda arcebispal que Manuel Fernandes da Silva se revela mais audacioso.
Ao serviço dos arcebispos procura dar resposta a uma encomenda que esperava da arquitectura um espaço onde outras artes mais claramente moralizantes e pedagógicas se pudessem implantar. Estes efeitos foram propostos a partir de Lisboa, onde uma arquitectura sóbria utilizadora das potencialidades das artes decorativas como complementares do espaço se impõe depois de 1650. Os mármores polícromos e embrechados «passariam a dar nota festiva e pomposa em abóbadas, pilares, cimalhas, balaústres, numa toada colorida e pictórica alegrando e iluminando os recantos sombrios» [641], influência que a ordem jesuítica propaga. Aponta ainda Ayres de Carvalho: «A influência arquitectónica, escultórica e sobretudo decorativa de S. Roque e Santo Antão, com revestimentos marmóreos e polícromos, delicados embutidos 'renascentistas' substituindo ou fundindo-se com a pintura, a talha dourada e os azulejos, far-se-ia sentir como onda avassaladora em todos os templos de Lisboa sobretudo durante o reinado de D. Pedro II e prolongando-se, talvez com mais requinte, durante o primeiro quartel de setecentos, reinado de D. João V» [642].
Esta tendência marcou a orientação artística do principal centro criador do país. Formou saberes e propôs caminhos entretanto assimilados. Neste contexto não podemos esquecer as relações de D. Rodrigo de Moura Teles com D. Pedro II, como igualmente os princípios estéticos cultivados pela alta sociedade em cujo clima Moura Teles foi educado.
Não podemos olvidar igualmente que o clima artístico que formou Manuel Fernandes da Silva era pautado por princípios equivalentes. Todavia, a diferença de idades entre cliente e artista, mais de trinta anos, explica, em parte, o conservado-

[641] Idem - *ibidem*, vol. 2, p. 42.
[642] Idem - *ibidem*, vol. 2, p. 44.

rismo arquitectónico de Moura Teles, criando em Braga, nas obras de si dependentes, um ambiente sóbrio e austero, e na expressão de Germain Bazin, não sem algum exagero, de purismo clássico «comparable à une nouvelle Renaissance» [643].
A leitura da obra arquitectónica só se torna completa quando se integram todos os elementos que provocam alterações espaciais. Foi a linguagem de Manuel Fernandes da Silva ao serviço das primeiras figuras da Corte de Braga. Só que, enquanto Moura Teles lhe exigia uma linguagem mais fria, na restante clientela as propostas apresentaram um pouco mais de inovação, sem todavia saírem desse esquema. Mesmo a arquitectura civil, nomeadamente os Palácios dos Biscaínhos, do Cónego Felgueiras Lima e o do Arcebispo (acreditamos que a remodelação foi da responsabilidade de Manuel Fernandes da Silva), usam essa diálogo entre artes. Quando se afasta da esfera da Corte, ou pela encomenda, ou pela distância, afirma-se um artista que procura trilhar novos rumos.

Este carácter da arte portuguesa bem pronunciado na Lisboa seiscentista não vingou aí, fosse pelos cataclismos naturais [644], fosse porque com D. João V se assiste a um rompimento das tradições, voltando-se deliberadamente para as novas estéticas da Europa culta, cativando artistas estrangeiros que acabariam por substituir os nacionais [645].

O vocabulário desse sistema ornamental «avait été formé à l'époque maniériste qu'on pourrait appeler 'pré-baroque' par un concours d'ornemanistes de tout pays (...); leurs inventions nous sont connues par des recueils gravés, qui diffusérent ce style dans tout l'Europe» [646]. Sendo embora ultrapassado em Lisboa, mantem-se activo na região Norte, especialmente em Braga, onde as resistências ao estrangeiro mais se fazem sentir. Viria a ser apenas na década de trinta que a estética é posta em causa na obra de reconstrução da fachada de Santa Cruz. Primeiro Manuel Fernandes da Silva e depois Vilalobos são substituídos por um artista italiano, Carlos Leone, pintor e não arquitecto, sendo solicitado em Braga para desempenhar a segunda função. Trajecto — de pintor a arquitecto — partilhado por Nicolau Nasoni na cidade do Porto.
Parece evidente o preferencialismo que o Norte consagrou às artes decorativas, esperando da arquitectura essa mesma função, elevando até à categoria de riscadores homens de formações díspares, sobretudo porque bons desenhadores, como exigia a pintura, com vocabulário ornamental mais actualizado, e porque estrangeiros.

---

[643] BAZIN, Germain - *art.c.*, p. 5.
[644] CARVALHO, Ayres de - *o. c.*, vol. 2, p. 74.
[645] Idem - *ibidem*, vol. 2, p. 96.
[646] BAZIN, Germain - *art. c.*, p. 4.

A linguagem de Manuel Fernandes da Silva manter-se-ia activa no Norte mais tempo, num ritmo de actualização lento, para nos brindar por fim com a igreja da Póvoa de Varzim: criatividade no jogo de elementos clássicos, e na pureza do linearismo.
Entretanto, homens como João Costa, Diogo Soares e muito mais André Soares apresentarão, na região de Braga, essas linguagens decorativas mais modernas, continuando uma predilecção ancestral pelas capacidades ornamentais da pedra.

Os espaços em Braga evidenciaram pois uma resistência à assimilação das novas estéticas da Corte política. Uma arquitectura que se desenvolve um pouco à margem dos grandes centros. A propósito, o registo de Germain Bazin: «Cepandant que Lisbonne et Porto, villes internationales, largement ouvertes sur le monde, assimilent rapidement l'italianisme, c'est dans les provinces de l'intérieur que nous devons chercher les expressions portugaises les plus autochtones. Deux écoles se détachent nettement et s'opposent comme deux pôles de noms contraires: celle de l'Alemtejo e celle du Minho-Douro» [647].

[647] Idem - *ibidem*, p. 8.

Conclusão

O tempo marcado na ampulheta esgotou. Eis-nos chegados ao fim, num término que é antes de tudo ponto de partida. Na relatividade do Saber e na certeza que a História total só se escreve uma vez, resta-nos a aproximação a esse passado com as ferramentas que a pesquisa nos proporciona. A leitura do distante no tempo é sempre uma construção direccionada pela mira do investigador. A imparcialidade, o seu horizonte. A escassez de dados e os silêncios religiosamente guardados e fechados pelo selo do tempo, tentaram à explicação. Esta terá sempre, inequivocamente sempre, um carácter provisório, na certeza e na esperança de que o amanhã seja portador de novos documentos que possibilitem o encontro com o ontem de forma mais completa e abrangente.

Para o hoje, fica um homem, um mestre de obras e arquitecto, e algumas das suas manifestações e atitudes como produtor de arte. A Igreja de Braga recebeu-o, acarinhou-o e protegeu-o, exigindo-lhe a materialização em pedra de imagens que falaram a dois tempos do encomendante e do artista, e da forma como os homens iam vivendo um quotidiano encenado pelo divino, num clima de maior intervencionismo que ora se esperava da Igreja em períodos de clivagens e rupturas. Homens condicionantes e condicionados.

Ficou o encontro com Manuel Fernandes da Silva que fez da pedra a sua principal expressão. Pretendeu-se conhecer as linhas mestras do ambiente social onde implantou a sua obra, encontrá-lo como homem e como artista. Num itinerário dominado por interrogações, ficou a certeza de um artista. Artista de aprendizagem dividida entre a experiência e a teoria, esta mais adivinhada que auscultada.
Se criação é o timbre artístico, sentimo-lo, sem dúvida, em Manuel Fernandes da Silva. Criador de uma obra da qual, estamos convictos, apenas alcançamos o prólogo — pois o seu espaço de manobra foi seguramente mais alargado. Ao futuro.

Apêndices

Apêndice Documental

Doc. n. 1 - Igreja de Santa Cruz 209

Doc. n. 2 - Fachada da casa de Manuel da Costa Pessoa 211

Doc. n. 3 - Remodelação da residência do Cónego Francisco de Meira Carrilho, na Rua do Anjo 212

Doc. n. 4 - Igreja da Congregação do Oratório de Braga 214

Doc. n. 5 - Palácio do Cónego Francisco de Meira Carrilho e de seu irmão Afonso de Meira Carrilho, abade de Fonte Boa, no Campo de Santiago 217

Doc. n. 6 - Vistoria de uma das torres da Sé de Braga 219

Doc. n. 7 - Claustro do Colégio de Nossa Senhora da Graça do Pópulo 220

Doc. n. 8 - Capela e escadório de Santo António Esquecido 222

Doc. n. 9 - Corredor do Hospital de S. João Marcos 224

Doc. n. 10 - Capela de S. Geraldo da Sé de Braga 225

Doc. n. 11 - Capela de S. Martinho de Dume e casa junto da sacristia, da Sé 227

Doc. n. 12 - Capela da Santíssima Trindade da Sé 229

Doc. n. 13 - Acesso para a sacristia da capela do Santíssimo Sacramento da Sé 230

Doc. n. 14 - Esmolas para a construção da capela do Bom Jesus de Fão 231

Doc. n. 15 - Palácio do Deão Francisco Pereira da Silva (Biscaínhos) . . . 234

Doc. n. 16 - Obras diversas no transepto da Sé, lado do Evangelho 236

Doc. n. 17 - Torre lanterna do cruzeiro da Sé 237

Doc. n. 18 - Capela de S. Sebastião das Carvalheiras 239

Doc. n. 19 - Frestas da nave central da Sé 240
Doc. n. 20 - Remate da fachada da igreja de S. Vicente 241
Doc. n. 21 - Aljube de Braga 242
Doc. n. 22 - Capela de Nossa Senhora de Guadalupe 244
Doc. n. 23 - Capela-mor e sacristia da igreja de Rio Mau e sacristia da igreja de Travassós 246
Doc. n. 24 - Capela de Nossa Senhora de Guadalupe 248
Doc. n. 25 - Igreja do Convento de Nossa Senhora de Penha de França . . 250
Doc. n. 26 - Hospital de S. João Marcos 252
Doc. n. 27 - Fachada e torres da Sé 254
Doc. n. 28 - Palácio do Cónego António Felgueira Lima, em Viana do Castelo 256
Doc. n. 29 - Quitação da fachada e torres da Sé 257
Doc. n. 30 - Igreja do Convento de Nossa Senhora da Conceição 257
Doc. n. 31 - Coro e antecoro do Convento de Nossa Senhora da Conceição 259
Doc. n. 32 - Igreja de Santa Cruz 260

Doc. n. 1

1693, Setembro, 3
Igreja de Santa Cruz
A.D.B. - *Nota Geral,* 1ª série, n. 463, fls. 86-87v.

«Contrato de obra de pedraria da caza de Santa Crus com Manoel Fernandez da Silva mestre de pedraria.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato de obra de pedraria e obrigação virem que no anno do nasimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e seiscentos e noventa e tres annos aos tres dias do mes de Setembro do dito anno nesta cidade de Braga na caza de Santa Crus della ahi estando juntos em Meza o Reverendo Domingos Jeronimo Ferreira, Dezembargador na Relação desta Corte Juis dos Residuos nella Juis da dita caza e mais irmãos da Meza della abaixo asinados que forão juntos para o cazo ao diante declarado e da outra Manoel Fernandez da Silva, solteiro mestre de pedraria natural da cidade do Porto asistente nesta dita cidade pesoas per min tabeliam geral reconhecidas por elles ditos Reverendos Juis e maes irmãos logo foi dito que elles tinhão acentado de mudar os terriois asim o que esta acabado dos sinos da parte da Rua do Anjo como o outro do lado que esta pera acabar e se findem e faça de novo no mesmo estado que esta a dos sinos aos lados das portas principais da dita igreja faceando com a fronteira della, com boas serventias e escadas e asim mais levantarem os paredões de detras das capellas de hum e outro lado em tudo o comprimento da igreja asim do corpo della como da capella mor para que se possa telhar dos ditos lados da igreja por sima das ditas capellas sobre as ditas paredes para despedição das agoas que aruinavam as ditas capellas e per este modo fiquem dardindo [sic] as ditas agoas de hum e outro lado para fora das ditas capellas. E para as ditas paredes que se hão-de levantar fara frestas em correspondencia das da igreja para darem lus a dita igreja e das dita igreja e capella mor fazer trebunas com suas soleiras asentadas sobre cachorros de pedra na forma dos apontamentos que para esse effeito se fizerão e para effeito de se mandar fazer toda esta obra mandara junta a Irmandade per som de campa tangida e lhe mostrarão os apontamentos para que votasem se hera conviniente ou não em prezença de mestres da arte de pedraria que todos votarão asim os mestres como os Irmãos ser obra conviniente asim para livrar as capellas das ditas agoas como pera grandeza e autoridade da dita igreja e ornato della de que se fizera termo per elles asinados no Livro dos Acordãos da dita caza a folha cento e corenta e outo asim fizerão petição aos senhores do governo lhe desem autoridade a dita obra visto mostrarem pellos mestres e Irmãos ser conveniente cujo treslado della he o seguinte: Illustrissimo Senhor dis o Juis e mais Irmãos da Meza da Irmandade de Santa Crus desta cidade que as capellas da igreja per cauza de estarem de fora do tecto della ficam sogeitas a agua e com as umidades se estroem os ornamentos dos altares e por nenhuma via se podem livrar das agoas senão com levantarem as paredes dos lados das capellas para que as agoas da igreja se encaminhem a Rua e com iso ficam dando a igreja mais luzes do que tem e a igreja fica com milhor ornato e perfeição porquanto as frestas que prezente tem hão-de servir de trebunas para por ellas se comunicar maior luz a igreja. E para darem esta obra a officiais que se obriguem a faze-la com prefeição devida e obrigar os bens Caza a lhe fazerem pagamentos do preso per que arrematarem necesitão de licença e authoridade de Vossa Illustrissima portanto pede a Vossa Illustrissima lhe de a dita licença e mande se lhe pase provizão per quanto tem a Irmandade o necessario para a dita obra sem cauzar prejuizo algum aos legados a que he obrigada e receber a merce despacho, visto o que constou em Meza passe provizão na forma que pedem. Braga em

Governo vinte e sinco de Agosto de seiscentos e noventa e tres // Mattos // Marques // Dor. Serqueira //

Provizão: Dom Jozeph de Menezes per merce de Deos e da Santa See Appostolica Arcebispo e Senhor de Braga Primaz das Espanhas e do Concelho de Sua Magestade que Deos guarde e seu Submilher de Cortina e para avendo respeito ao que os supplicantes Juis e mais officiais da Irmandade de Santa Cruz desta cidade nos reprezentarão em sua petição retro lhes fazemos graça e merce de lhes conceder licença para que possam mandar fazer a obra de que tratam e ao pagamento della obrigar os bens e rendas da dita Irmandade. E per asim o averemos per bem lhe mandamos passar a prezente dada em Braga debaixo do sello de nossas armas e sinais dos Reverendos governadores deste nosso Arcebispado aos vinte e seis de Agosto de seiscentos e noventa e tres annos. Manoel de Gouvea e Figueiredo escrivão da Camera Ecleziastica o sobescrevi // Ao sello dez // Ao escrivão // a vista vinte // Pedrozo // gratis // lugar do sello // Batista // Regada // Alvas // Manoel de Carrilho de Mattos // Antonio Gonçalves de Serqueira.

Aquem deposto que ficou a elles ditos Reverendo Juis e mais Irmãos per vertude da quoal e do dito termo atras apuntado mandarão trazer a pregão as portas principais da dita igreja e per escriptos per varias partes publicas desta cidade para que viesse a noticia de todos os mestres da dita arte de pedraria para por quem milhor e mais varata a fizese na forma dos ditos apontamentos se lhe daria e andando asim a pregão por espasso de tempo avendo lances de parte a parte não ouvera que menor lance dera na dita obra que elle dito Manoel Fernandez da Silva que lançara per ultimo oitocentos e noventa mil reis per toda a obra prefeita acabada na forma dos apontamentos e que dando-lhe o ramo faria no dito presso e per não aver quem menor lançasse se lhe mandarão dar o ramo della o quoal aseitou para dar comprimento a dita obra com toda a prefeiçam e primor da arte asim em segurança como em serventias e mais prefeiçois della e que a daria feita e acabada per todo o mes de Abril primeiro vindouro do anno que bem de mil e seiscentos e noventa e coatro. Sera vista per mestres da dita arte que a emtendão se fica segura com todo o primor da arte e sendo cazo que as frestas não dam luz bastante para a dita igreja fara de maior medida do que declara os apontamentos as fara elle dito mestre na forma que lhe ordenarem como tambem fara mais obra que lhe ordenarem e a que lhe mandarem fazer fora dos apontamentos lhe pagara alem do dito preso e demenuindo-se alguma obra dos ditos apontamentos tambem se demenuira do dito preso comforme a obra que se demenuir e lhe fara os pagamentos as mezadas a cem mil reis cada mes e sendo cazo que as ditas frestas não dem lus bastante a dita igreja per rezão da dita parede se levantar dos lados ficar a igreja escura se não fara a tal obra e se tornara a baixar as ditas paredes dos lados na forma que esta e se lhe pagara o trabalho que niso tiver tam somente feito e desfeito. E os torriois sempre mudarão e fara temdo respeito a dita obra do presso atras declarado e a tudo elle dito mestre comprir e fazer a dita obra com todo o primor da arte e da-la prefeita e acabada pelo tempo atras declarado obrigava como obrigou sua pesoa e todos seus bens moveis e de rais avidos e per aver e terço de sua alma que tudo expreçamente hipotecava sob pena de pagar a dita caza e Irmãos della todas as perdas e danos que per ese respeito receberem e a reforma-la a sua custa des do cazo que fique com algum defeito. E per tudo e cada couza se obrigava a responder perante as justiças desta dita cidade perante quoaisquer que o demandar quizerem renunciando todas as de seu foro e quoaisquer ferias, leis e previlegios de que se possa ajudar e para mais segurar a dita caza e Irmãos della estando prezente Pascoal Fernandes outrossim mestre de pedraria pai delle dito mestre Manoel Fernandez da Silva, outrosim morador nesta cidade pesoa per min reconhecida per elle foi dito que consentia que elle dito mestre seu filho tomase esta obra e fiava e ficava per fiador e principal pagador delle dito mestre seu filho per toda a copia e quantia desta obra e obrigação della parte e divida della e a tomava e remuvia sobre si in solidum como principal devedor e obrigado e per tal se constetuia e se sob-

metia as penas e clauzullas atras sob obrigação de sua pesoa e bens. E per elles ditos Reverendos Juis e Irmãos foi dito que comprindo elle dito mestre com todo o atras dito obrigavão como obrigarão os bens e rendas da dita caza a tudo asim comprirem e pagarem a elle dito mestre sob as ditas penas que huns e outros requererão e ellas levadas as mostraram como nesta se conthem. E huns e outros asim o dicerão e outorgarão e aseitarão de parte a parte e mandarão fazer o prezente instromento e delle dar hum e muitos e os que comprir. E eu tabeliam geral como pesoa publica estipulante e aseitante tudo estipulei e aseitei em nome das mais pesoas a que toca e tocar pode estando a tudo prezentes por testemunhas Antonio Ferreira [...] e Manoel Ferreira servente da dita Caza que todos asinarão e eu Francisco de Araujo Barrozo tabeliam geral o escrevi. E declararão que os ditos apontamentos estão asinados por elle dito Reverendo Juis e per elles ditos mestres, testemunhas as sobreditas sobredito o escrevi».
[Seguem várias assinaturas, entre as quais a de *Manoel Fernandez da Silva*].

Doc. n. 2
1699, Abril, 3
Fachada da casa de Manuel da Costa Pessoa
A.D.B. - Nota Geral, 1ª série, n. 484, fls. 120v-121v.

> «Contrato de obra de pedraria do licenciado Manoel da Costa Pesoa com Manoel Fernandez, mestre de pedraria desta cidade.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instrumento de contrato de pedraria e obrigação virem que no anno do nasimento de Nosso Senhor Jezus Xristo de mil seiscentos noventa nove annos aos tres dias do mes de Abril do dito anno nesta cidade de Braga no Terreiro da Praça do Pão della e pouzadas da morada de min tabeliam geral ahi em minha presença e das testemunhas ao diante nomeadas apareceram de huma parte o licenciado Manoel da Costa Pesoa, morador no Campo de Santa Anna e da outra Manoel Fernandez, mestre de pedraria morador na Rua de São Marcos ambos desta dita cidade pesoas per min reconhecidas por elle dito licenciado Manoel da Costa Pesoa logo foi dito que elle estava contratado com elle dito mestre Manoel Fernandez da Silva de elle lhe fazer huma fronteira das suas cazas em [que] vive no dito campo na forma da planta que para esse effeito se fizera que estava asinada por elle dito mestre e per min com o meu sobrenome que dis Araujo tirando della os dentilhois da simalha e os timbolos das genellas e as rozetas que vão per baixo desta sacada das ditas genellas per maneira que fiquem os cachorros descarregados sobre as padieiras dos portais e teboleiros as quais padieiras levarão hum redondo com sua meia cana e entre os ditos cachorros per baixo das sacadas se metera hum frizo de escadria aberto a modo de almofada e os ditos tabuleiros serão rasgados e ficarão da parte de fora e os portais da parte de dentro e os capiteis dos cunhais se farão de sorte que corresponda as vazas que estas serão na forma da dita planta e tudo o mais ficara na forma della com seus traviteis da parte de dentro e junto dos cunhais para a ilharga da caza fara alvenaria necessaria para descarregar as traves dos cunhais tudo muito bem feito e labrado na forma das trangueiras que elle dito licenciado lhe da para a dita obra tudo em preso de cento e oitenta mil reis que elle dito licenciado lhe dara pella dita obra prefeita e acabada e mais lhe dara a cal e saibro que for necessaria para a dita obra e toda a pedra que elle dito licenciado asim lavrada como per lavrar tanto na Rua como no quintal das ditas cazas para elle dito mestre se aproveitar della para a dita obra tam somente exceto hum portal que elle dito licenciado tem rezervado da pedra

do dito quintal que tem inda per lavrar para o pertal do carro e toda a mais pedra que for necessaria para a dita obra elle dito mestre a pora a sua custa da mesma calidade que he a dos ditos portais de sorte que diga huma com a outra e isto elle dito mestre dara feito prefeito e acabado com todo o primor da arte athe o fim do mes de Setembro proximo vindouro deste prezente anno e elle dito licenciado lhe dara a elle dito mestre em prencipio da dita obra trinta mil reis e tendo-a em altura de septe palmos lhe dara outros trinta mil reis e tendo elle mestre assentados e respaldados as padieiras dos portais e taboleiros lhe dara elle dito licenciado outros sesenta mil reis e acabadas as jenellas lhe dara os outros sesenta mil reis que fazem soma de cento e oitenta mil reis preso da dita obra e com declaração que avendo quem embargue a dita obra elle dito mestre se pagara de seu travalho e officiais pello dinheiro que tiver recebido e o mais o tomara a elle dito licenciado sem demora nem dilação alguma e emquanto ao dito embargo se ouver e durar per tempo de sete mezes ficara elle dito mestre desobrigado da dita obra e tendo o dito embargo fim dentro do dito tempo sera obrigado elle dito mestre a acabar na forma sobredita e em tal cazo o dinheiro que tiver recebido o levara em conta do primeiro cartel e a tudo asim [cum]prir e satisfazer dise elle dito mestre que obrigava como obrigou per sua pesoa e todos seus bens moveis e de rais avidos e per aver e terço de sua alma que tudo expresamente hipotecava com subpena que não comprindo tudo asim ou não dando a dita obra prefeita e acabada no dito tempo não avendo embargo delle dito mestre perder trinta mil reis para elle dito licenciado. E livre desta obrigação ao poder dara quem lhe parecer e não lhe fazendo elle dito licenciado os pagamentos na forma sobredita não sera elle dito mestre obrigado a dita obra nem a dita pena e hum e outro asim o diserão e outorgarão e aseitarão de parte a parte e mandarão o prezente instromento e delle dar hum e muitos e os que comprir e eu tabeliam geral como pesoa publica estipulante e aseitante tudo estipulei e aseitei em nome das mais pesoas a que toca e tocar pode estando a tudo prezentes por testemunhas Antonio Ferreira, da Rua de Mauximinos e Ignacio de Araujo, filho de min tabeliam geral que todos asinarão e eu Francisco de Araujo Barroz tabeliam geral o escrevi.

Manoel Fernandez da Silva / Manoel da Costa / Antonio Ferreira / Ignacio de Araujo».

Doc. n. 3

1702, Maio, 31

Remodelação da residência do Cónego Francisco de Meira Carrilho, na Rua do Anjo

A.D.B. - *Nota Geral,* 1ª série, n. 498, fls. 8-9.

> «Contrato de obra de pedraria dos Reverendos Abbade Afonço de Meira Carrilho e Reverendo Conigo Francisco de Meira Carrilho com Manoel Fernandez da Silva, mestre de pedraria.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instrumento de contrato de obra de pedraria e obrigação virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Chrispto de mil e setecentos e dous annos aos trinta e hum dias do mes de Maio do dito anno nesta cidade de Braga no Terreiro da Praça do Pão della e pouzadas da murada de mim tabeliam geral ahi em minha prezença das testemunhas ao diante nomeadas aparecerão de huma parte os Reverendos Afonço de Meira Carrilho Abbade de Fonte Boa e seu irmão o Reverendo Francisco de Meira Carrilho, Conigo Prebendado nesta Santa See Primacial e da outra Manoel Fernandez da Silva, mestre de pedraria morador na Rua de São Marcos todos desta cidade pesoas per mim reconhecidas. Por elles ditos Reverendos

Abbade e Conigo foi dito que estavão contratados com elle dito mestre Manoel Fernandez da Silva de elle lhe fazer humas cazas na Rua do Anjo onde elle dito Reverendo Conigo vive na forma que mostra a planta e prefil da fronteira que consta de dois papeis em que elles mostravão [?] asinados os quoais hirão dez o fundamento necesario para a sustentar a altura que mostra o prefil e correnteza das agoas. Serão feitos os liceses de sinco palmos de grosso athe o olivel da terra e dahi para sima athe as soleiras genellas de coatro palmos e dahi para sima athe a altura dos forros tres palmos e meio e dahi para sima os cunhais de tres palmos e todas estas paredes feitas de boa pedra bem ajuntourada e leados feitos com cal e saibro portais, genellas, frestas, cornixas e cunhais e o mais que mostra o prefil da fronteira sera tudo do mesmo tamanho que mostra o prefil pello pitipe que tem; e de ombreiras inteiras da parte de fora apilarados huma e outra couza da parte de fora e de dentro asim pertois como genellas e todos os pertais que mostra a planta que he do sobrado se fara todos das cazas principais para a Rua apilarados de huma e outra parte e de pedras inteiras das partes das cabeças e na loge principal levara dous portais da mesma altura das de fora tambem inteiros e avera tres arcos dous para as entradas da escada que mostra a planta e outro para a serventia do carro e liteira e para a parte do quintal e sobre os patios segundos numerados na planta avera dous portais para a entrada de huns cabos [?] que ha-de aver entre os sobrados destas cazas e as loges estes serão do tamanho que estão riscados na planta e pilarados de hum delles da parte da cozinha huma escada para a varanda e serventia da cozinha na forma e tamanho que mostra a planta. Estas casas dos sotos levarão todas os pertais e frestas que lhe forem necessarios para lux capazes de se poderem fechar com portas; a escada principal sera feita de pedras inteiras com degraos de bucel muito bem feitos e bem lançada na forma e tamanho que mostra a planta seos corrimois dez o treceiro patio athe o ultimo e neste ultimo [folha rasurada] que mostra a planta do tamanho das genellas [que mostra o prefil] e todos os mais pertais que mostra a dita planta e frizos se farão do mesmo tamanho que ella mostra com os vãos para a goarda roupas baixos o que nelles quizerem quando se continuarem as paredes e fara tambem todos os tapamentos das alcobas e repartiçois que mostra a planta na caza que mostra a planta ultima da parte do puente em lugar de huma porta que tem fara hum per todo largo para alcoba se lhes parecer para mudar o corredor que fica junto da ultima parede entre as duas cazas que parte com elle e servir a que fica ultima para a dita alcoba e fara a cozinha na forma e tamanho da planta com o forno e chamine e lareira do tamanho que lha pedirem a quoal lareira e forno se fara sobre o arco de pedra ou emtulho levado de hum palmo do sobrado e diante da dita lareira a fase do sobrado lagiado de sinco palmos de largo na forma da planta e fara a varanda sobre pilares toscos e arcos para sobre elles fazer em cada pilar huma coluna com seu pedrastal lavrados para escodados para receberem os frechais na quoal varanda le farão duas necessarias huma para a parte da cozinha e outra para o fim da varanda com seus portais e fara as loges com os repartimentos que mostra a planta e portais necessarios; e em huma das loges de mais a mais fara hum repartimento na loge que lhe ordenarem e todos estes portais das loges exceto os da primeira e frestas se farão com os portais velhos que tem as ditas cazas como tambem os de todos exceto as primeiras duas da entrada e todas as mais pessas de escoadria serão de pedra da voldarte [sic] tudo elle dito mestre dara feito, prefeito e acabado com todo o primor da arte dentro de dous annos que começarão a correr des o primeiro de Outubro proximo vindouro deste prezente anno per diante e elle dito mestre fara cobrar e ajudara a correr a pedra enquanto trouxer gente no monte e ajudara a descarregar e elles ditos Reverendos Abbade e Conigo pagarão os carretos de toda a pedra que for necessaria e lhe darão cal e saibro e agoa para a dita obra e toda a pedra que tem as ditas cazas exceto o portal da fronteira e huma genella que rezervam e lhe darão por toda a dita obra prefeita e acabada na forma sobredita hum conto e trezentos mil reis pagos as mezadas a sincoenta mil reis cada mes os quoais lhos pagara

elle dito Reverendo Abbade e lhe dara logo per conta da dita obra sincoenta mil e no fim da obra outros sincoenta mil reis per maneira que no fim da obra se lhe acabe de pagar a dita conta e trezentos mil reis. E passados os ditos dous annos e hum mes que lhe der para falta de chuvas ou de alguns oficiais todo o tempo que pasar dos ditos dous annos e mes perdera elle dito mestre sincoenta reis cada mes não lhe faltando elles com pedra e cal e saibro e agoa tendo elle dito mestre quebrado a pedra e a tudo elle dito mestre asim cumprir e goardar e fazer a dita obra na forma atras dita obrigava como obrigou sua pesoa e todos seus bens moveis e de rais avidos e per aver e terço de sua alma que tudo expreçamente hipotecava e renunciava quoaisquer ferias, leis e previlegios de que se possa ajudar estando prezentes Pascoal Fernandez outrosim mestre de pedraria, pai delle dito mestre e morador na Rua da Regoa, arabaldes de São Victor pesoa per mim reconhecida per elle foi dito que fiava e ficava per fiador e principal pagador delle dito mestre seu filho per toda a copia e quontia desta obra prezente e divida della e tomava e renunciava sobre si in solidum toda esta obrigação e da mesma maneira que elle dito mestre Manoel Fernandez da Silva, seu filho estava obrigado se obrigava a fazer a dita obra com elle dito seu filho e sem elle se faltar e elles ditos Reverendos Abbade e Conigo foi dito que comprindo elles ditos mestres com tudo o atras dito o obrigava a lhes pagar a dita obra aos pagamentos na forma atras e a chegar-lhe a dita obra todos os metiriais atras declaros sob pena de lhe pagar [linha rasurada] e dannos que para esse respeito receberem e huns e outros [linha rasurada] e outorgarão e aceitarão de parte a parte e mandarão fazer o prezente instromento e delle dar hum e muitos e os que comprir. E eu tabeliam geral como pesoa publica estipulante e aseitante tudo estipulei e aseitei em nome das mais pesoas a que toca e tocar pode estando a tudo prezentes Antonio Ferreira, da Rua de Maximinos e Francisco Antunes meu familiar que todos asinarão e eu Francisco de Araujo Barrozo tabeliam geral o escrevi.
Francisco de Meira Carrilho / Afonço de Meira Carrilho / Manoel Fernandez da Silva / Antonio Ferreira / Francisco Antunes / de Pascoal Fernandez [uma cruz]».

Doc. n. 4
1703, Junho, 6
Igreja da Congregação do Oratório de Braga
A.D.B. - *Nota Geral,* 1ª série, n. 502, fls. 132v-134.

«Contrato de obra de pedraria da Igreja da Congregação com o mestre Manoel Fernandez da Silva.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato de obra de pedraria e obrigação virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e setecentos e tres annos aos seis dias do mes de Junho do dito anno nesta cidade de Braga na Congregação do Oratorio de São Phelipe Neri della ahi estando prezentes os Reverendos Padre Manoel Vasconcelos, Preposito della mais Reverendos padres do governo abaixo asinados de huma parte e da outra Manoel Fernandez da Silva, mestre de pedraria morador na Rua de São Marcos desta cidade pesoas per mim reconhecidas per elles ditos Reverendos padres logo foi dito que estavão contratados com elle dito mestre Manoel Fernandez da Silva de elle lhe fazer a igreja da dita Congregação na forma da planta e apontamentos seguintes: que sera a dita igreja mais ou menos comprida alta ou baixa larga ou estreita do que mostra a planta como elles ditos Reverendos padres detreminarem nos prencipios dos alicetes da dita igreja. E sera em tudo mais confor-

me as plantas e prefil a saber: em os feitios das capellas e arco cruzeiro e portas e cunhais e frizos, cornixas e todas as mais escoadrias com todos os refendimentos e cortes e resaltos que mostra as plantas e prefis mas se os Reverendos padres quizerem fazer mais ou menos alguma capella semelhantes das plantas ou levantar mais o arco cruzeiro ou portas ou outras quoaesquer pessas de pedraria da dita igreja sera elle dito mestre obrigado a fazer advertindo-lho elles Reverendos padres a tempo que lhe não de algum defazimento a obra que não falando elles Reverendos padres ao tal tempo corra per sua conta toda a satisfação de quoalquer mudança antes que se faça, e serão as paredes desta igreja de oito palmos de groço e nelles metidos os arcos das capellas do mesmo tamanho e feitio das plantas e prefile os quoais fara elle dito mestre per presso cada huma braça de dez palmos em coadro per fase que fazera aonde a parede tiver vão oitocentos palmos as quoais paredes serão medidas todos os vãos per cheos exceto o vão do arco cruzeiro para os pagamentos delle dito mestre como se fosem todas estas paredes mocissos medindo tambem todos os lugares das escoadrias per paredes e per cada huma braça nesta forma darão elles ditos Reverendos padres a elle dito mestre sete mil reis. E fara tambem elle dito mestre os aliceses desta igreja e os abrira por sua conta athe a firme com as groçuras necessarias os quoais lhe pagarão elles ditos Reverendos padres per cada huma braça de oitocentos palmos em coadro sete mil reis e fara todas as escoadrias interiores desta igreja e frontaria de pedra branca do monte do Carvalho deste pellos pressos seguintes: fara cada hum palmo coadro per huma fase de pedra lizo sem muldura alguma nem refendimento; pello lacerar e quebrar em monte a sincoenta reis que fas soma per cada huma braça de cem palmos sinco mil reis e para os carretos de cada huma braça lhe darão mais dous mil e quinhentos e corenta reis que fas soma cada huma braça destas de sete mil e quinhentos e quorenta reis. E fara cada hum palmo coadro refendido de quoalquer obra na forma dos prefis por presso e quantia e por cada cem palmos sete mil reis como tambem todas as arquetrabes de dentro e fora sendo medido tudo per altos e baixos exceto o sobreleito das alquitravas. E para os carretos de cada huma braça destas lhe darão mais dous mil e quinhentos e quorenta reis para as que forem da pedra do carvalho deste e para as que forem de pedra da Palmeira ou semelhantes darão para os carretos de cada huma braça mil e oitocentos reis que fas soma cada huma braça da pedra do Carvalho nove mil e quinhentos e corenta reis e as que forem de pedra da Palmeira ou semelhante soma cada huma oito mil e oitocentos reis. E fara tambem elle dito mestre cada huma braça de cem palmos per fase coadro cada hum de todas as cornixes de fora e de dentro, capiteis e bazas e sobazas tudo na forma e prefil e planta sendo medidas todas as mulduras em altos e baixos tudo lavrado per preso cada huma braça de des mil reis que super [sic] cada hum palmo cem reis e para os carretos de cada huma braça destas lhe darão mais das que forem pedra do Carvalho deste dous mil e quinhentos e corenta reis; fara mais cada huma braça de cem palmos coadros tambem medidos os altos e baixos do arco cruzeiro pella parte de baixo somente dos capiteis do mesmo arco e rematadas portas do encontro do dito arco per presso de quinze mil reis dando-lhe mais para os carretos de cada huma braça destas dous mil e quinhentos e corenta reis que fas soma cada huma braça de dezasete mil e quinhentos e corenta reis. E tambem fara toda a porta principal desta igreja per presso cada huma braça de des mil reis medidos como as mais ditas mas dito se entendera lavrada da vanda de fora não no que for lizo da dita porta dando-lhe mais para os carretos de cada huma braça dous mil quinhentos e corenta reis per ser da pedra do Carvalho deste que soma cada huma destas braças doze mil quinhentos e corenta reis e tambem fara os degraos de fora e de dentro per preso cada huma braça de cem palmos coadros medidos como as mais asima ditos por presso de seis mil reis; e para os carretos de cada huma dellas sendo de pedra do Carvalho deste lhe darão dezaseis testois; e sendo de pedra de Palmeira ou semelhante lhe darão setecentos e sasenta reis. E tambem fara o lageado de [...] a presso a braça com os caretos da pedra do monte do Carvalho des-

te a sete mil e seiscentos reis e sendo da pedra de Palmeira ou semelhante por preso de seis mil e oitocentos reis e querendo elles Reverendos padres o lagiado de fiadas a imcher fara per presso de coatro mil e oitocentos reis cada braça com carretos e asenta-la e sera obrigado elle dito mestre a fazer toda esta obra prefeita na forma das plantas e prefis e a segura-la sem que os Reverendos padres lhe dem nada mais que os dinheiros dos presos declarados para a fazer a dita obra; e as serventias grelas dezempedidas, e toda a cal necessaria para a fazer. E sera mais obrigado a começar esta obra no principio [de] Julho primeiro vindouro deste prezente anno e quebrar pedra para ella o mais tarde oito dias despois da feitura desta; sera obrigado elle dito mestre a continuar com esta obra em quoalquer tempo durante a sua vida que per seu falecimento não ficarão obrigados seus herdeiros a tal obrigação nem seu fiador mais que ajustar e satisfazer ou cobrar do que tiver feito ou gasto para a tal obra tudo o que se dever de parte a parte e serão obrigados elles ditos Reverendos padres dar parte a este dito mestre quando não quizerem continuar com a dita obra e dizer-lhe que não sendo para continuar pora elle dito mestre dispor as suas conveniencias com condição que despois de lhe darem elles Reverendos padres o tal acerto que sera publico e elle o afirmara per escrito lhe darão ainda depois cada vez que isto suseder duzentos mil reis para per conta dos ditos presos gastar na dita obra cada vez que a large, porem se despois de gastados cem mil reis destes duzentos vierem elles Reverendos padres mais cem mil reis avizando a elles de que tem mais cem mil reis sera elle dito mestre [sic] a continuar a obra athe se acabarem todos e outro se entende todas as vezes que despois de avisado que so tem duzentos para gastar lhes vier vindo cem mil reis depois de gastados cem dos duzentos que estava avizado na forma sobredita e tambem serão obrigados e depois vierem continuar a dita obra dar parte a elle dito mestre um mes antes que elle lhe de prencipio a dita continuação porque terão elles Reverendos padres ao menos de cada vez que o chamarem mil cruzados para continuarem a dita obra e não vindo elle dito mestre no tempo detreminado poderão elles ditos Reverendos padres se lhes parecer dar a dita obra a outro quoalquer mestre e se elles ditos Reverendos padres mandarem chegar alguma pedra de rigo de huma ou outra parte sera obrigado elle dito mestre levar-lhe em conta dos presos da dita obra o valor dos carretos que são sendo alvenaria a trinta reis cada hum carro e sendo escoadrias do val deste a duzentos e corenta reis e sendo de Palmeira ou de outra semelhante a cento e vinte reis com declaração que serão estes pressos discontados asim sendo os carretos iguais aos que elle dito mestre pagar que no cazo que seja mais demenutas se refarão para inteirar os pressos; darão mais os Reverendos padres a elle dito mestre por cada huma quantia de dous mil cruzados que se ajustar pelo preso delles em obra feita sincoenta mil reis os quoais lhe dão per se aver acomodado nos presos asim de alvenaria como de escoadria e outrosim dando a elle dito mestre o dinheiro que lhes pedir e for necessario para continuar com a obra e ajustarão contas de coatro em coatro mezes e ainda antes disso se parecer a quoalquer das partes e os que faltarem a este contrato pagara ao que esta estiver mil cruzados de pena convencional e sera a dita igreja feita no citio onde oje esta o Oratorio e na forma da planta prefis e apontamentos asima declarados e asinados a dita planta por elles ditos Reverendos padres e mestre per mim tabeliam geral e a tudo elles Reverendos padres e mestre tudo asim comprirem fazer e pagar obrigavão elles di digo [sic] obrigavão como obrigão elles ditos Reverendos padres os bens e rendas da sua Congregação e elle dito mestre sua pesoa e todos os seus bens moveis e de raiz avidos e per aver e terço de sua alma que tudo expresamente hipotecava sob pena de pagarem os que a esta faltarem alem da dita pena atras todas as perdas e danos aos que por esta estiverem e renunciarão quoaisquer ferias, leis e previlegios de que se possa ajudar e para mais segurança da dita Congregação e Reverendos padres della estando prezentes Bento Ferreira, orives, morador na Rua do Souto desta cidade pesoa per mim reconhecida per elle foi dito que de sua livre vontade fiava e ficava per fiador e principal pagador delle dito mestre per toda a copia

e quantia desta obrigação parte e divida della e a tomava e removia sobre si in solidum como principal devedor e obrigado e per tal se constetuia se sobre si as penas atras toda a obrigação de sua pesoa e bens e elle dito mestre se obrigava e tirava a pax e salvo de toda esta fiança que per elle faz com todas as perdas e danos que per esse respeito receber e bens e outros asima diserão e outorgarão e aseitarão de parte a parte e mandarão fazer o presente instromento e delle dar hum e muitos e os que comprir e eu tabeliam geral como pesoa publica estipulante e aseitante tudo estipulei e aseitei em nome das mais pesoas a que toca e tocar pode estando a tudo prezentes per testemunhas Antonio Ferreira, da Rua de Mauximinos e Manoel Gonçalves, carpinteiro do arabalde de S. Vicente que todos asinarão e eu Francisco de Araujo Barrozo, tabeliam geral o escrevi. Digo entre linha frente obrigado.
Manoel de Vasconcellos / Francisco Manoel / Francisco Gonçalves / Antonio Ramos / Antonio Ferreira / Feliciano da Silva / Manoel de Lima / Francisco da Cunha / Bento Ferreira / Manoel Fernandez da Silva / Manoel Gonçalves».

Doc. n. 5

1703, Julho, 23

Palácio do Cónego Francisco de Meira Carrilho e de seu irmão Afonso de Meira Carrilho, Abade de Fonte Boa, no Campo de Santiago

A.D.B. - *Nota Geral,* 1ª série, n. 503, fls. 66v-67v.

> «Contrato de obra de pedraria do Reverendo Conego Francisco de Meira Carrilho e seu irmão com Manoel Fernandez da Silva.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato de obra de pedraria e obrigação virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos e tres annos aos vinte e tres dias do mes de Julho do dito anno nesta cidade de Braga na Rua do Anjo della e pouzadas da morada do Reverendo Francisco de Meira Carrilho, Conego Prebendado nesta Santa See Primacial ahi perante mim tabeliam geral e testemunhas ao deante nomeadas aparecerão de huma parte o dito Reverendo Conego Francisco de Meira Carrilho e seu irmão o Reverendo doutor Affonço de Meira Carrilho, Abbade de Fonte Boa termo da villa de Barcellos e da outra Manoel Fernandez da Silva, mestre de pedraria morador na Rua de Sam Marcos desta cidade pessoas per mim reconhecidas por elles ditos Reverendos Conigo e Abbade logo foi dito que elles estavão contratados com elle dito Manoel Fernandez da Silva que elle lhe fazer humas cazas no campo de Sam Thiago indo para baixo para tras sam Marcos no sitio e campo que elles ahi tem da maneira que serão humas cazas de boa pedraria na forma da planta que se fes para a dita obra que consta de quatro papeis asegnados por elles ditos Conego e Abbade e pello dito mestre e per mim tabeliam geral e na forma dos apontamentos que tambem pera ella se fizerão tambem por todos asignados com declaração que elles ditos Reverendo Conigo e Abbade darão a cal e saibro necessario para a dita obra a sua custa e ao dito mestre a amesiara e grangeara e tambem elles ditos Reverendo Conigo e Abbade lhe mandarão chegar toda a pedra a sua custa quebrando-a elle dito mestre no monte e ajudando-a a carregar andando offeciais no monte quando se for buscar a tudo o mais de asentar e lavrar sera por conta delle dito mestre e lhe darão por toda a dita obra contheuda nos apontamentos sinco mil cruzados e cento e sinquenta mil reis em dinheiro de contado e dara a dita obra feita perfeita e acavada dentro de dous

annos e meio que comessarão a correr deste dia por deante e se lhe farão os pagamentos na maneira seguinte a saber: despois de comessada a dita obra e contenuando-lhe com ella lhe darão septenta e sinco mil reis no fim de cada mes e tendo-se-lhe pago ametade do dito presso se lhe fara conta a dita obra e estando ametade fora se lhe ira contenuando com os ditos pagamentos e não estando feita ametade da dita obra contenura [sic] elle dito mestre com ella athe fazer ametade sem se contenuarem os pagamentos emquanto não fizer ametade da dita obra e despois de feita e contenuada a dita obra sera vista por mestres da mesma arte pera ver se esta feita comforme as plantas e apontamentos e faltando-lhe alguma couza a perfara e perfeiteara elle dito mestre sem falta nem demenuição nem defeito algum e a tudo ahi comprir e pagar e satesfazer e correr com a dita obra disse elle dito mestre que se obrigava como obrigou por sua pessoa e todos os seus bens moveis e de rais avidos e per aver e terço de sua alma que tudo expressamente hipotecava sob pena que não a dando acabada nos ditos dous annos e meio a mandarão elles ditos Reverendos Conigo e Abbade acavar a custa delle dito mestre por conta do dito presso e não lhe chegando o dinheiro que elles lhe teverem pago acavar a dita obra pagara elle dito mestre tudo o que faltar não sendo a dita delação [sic] de a não acabar no dito tempo per falta delles ditos Reverendos Conigo e Abbade lhe não mandarem chegar a pedra cal e saibro porque sendo por sua culpa não estara elle dito mestre obrigado a da-la acavada no tal tempo antes lhe pagarão elles ditos Reverendos Conigo e Abbade toda a perda que elle dito mestre tever em os seus offeceais folgarem por falta de se lhe não dar o necessario para correr com a dita obra e todo o dinheiro que elles ditos Reverendos Conego e Abbade lhe der dara elle dito mestre paga delle ao que do treslado desta ou onde elles quezerem a qual paga elle der se lhe levara em conta e tera feita de escreptura publica e por tudo e cada couza se obrigava a responder perante as justissas desta dita cidade perante quaisquer que a demandar quezerem renunciando todas de seu foro e qualquer ferias leis e prevelegios de que se possa ajudar estando presente Paschoal Fernandez, mestre de pedraria pai delle dito mestre morador no arabalde de Sam Vitor desta dita cidade pessoa por mim reconhecida por elle foi dito que entrava nesta obra com elle dito seu filho per contrato de susiedade e tambem se obrigava como obrigou por sua pessoa e todos os seus bens moveis e de rais avidos e por aver e terso de sua alma que tudo expressamente hipotecava a satisfação de tudo na forma atras como principal devedor e obrigado por tal se constetuia na forma atras declarada que alem da obra dos ditos apontamentos farão duas portas nas varandas apelaradas que servão para duas nessessarias muito bem feitas comforme pedir a obra, e por eles ditos Reverendos Conigo e Abbade foi dito que comprindo elles ditos mestres com todo o atras dito obrigavão como obrigaram suas pesoas e bens e rendas a lhe fazerem pagamentos na forma atras declarada e a lhe darem a cal e saibro e pedra chegada per maneira que não folguem os offeciais por sua falta sob pena de lhe pagar todas as perdas e danos que per esse respeito receber e lhe pagarem os dias dos homens que folgarem por sua culpa alem do dito presso. E declararão que os goarda roupas serão como os de Antonio Carneiro da Silva com a altura da planta que serão como as novas [sic] e lhe da toda agoa chegada para a cal da dita obra per conta delle dito Reverendo Conego e huns e outros asi o diserão e outorgarão e aseitarão de parte a parte e mandarão fazer o prezente instromento e delle dar hum e muitos e os que comprir e eu tabeliam geral como pesoa publica estepulante e aseitante tudo estepulei e aseitei em nome das mais pessoas a que toqua e toquar pode estando a todo prezentes por testemunhas o Reverendo doutor Mathias de Mello e Lima, Dezembargador na Relação desta Corte e Sebastiam Alves, page delle dito Reverendo Conego que todos asegnarão e eu Antonio Ferreira tabeliam geral o escrevi.

Manoel Fernandez da Silva / Affonso de Meira Carrilho / Francisco de Meira Carrilho / De Pascoal Fernandes [uma cruz] / Mathias de Mello e Lima / Sebastião Alvez».

Doc. n. 6
1703 (antes de)
Vistoria de uma das torres da Sé de Braga
B.N.A. - 54-VIII-21 (63).

«Illustrissimo Senhor:

Por ordem de V. S. a rogo do Reverendo Mestre Eschola fui ver a torre com tres mestres da arte de pedraria por nomes Pantaleão Vieira, Manoel Fernandez e Paschoal Fernandez para vermos se estava a dita torre da Se capax de sustentar em si o relojo, ou se estava aruinada por algua parte e achamos estar sigura por todas as faces.

A primeira rezão he que esta aplumada por todos os lados, asi por fora como por dentro, como a espiriencia do plumo nos mostrou.

A sigunda he que essa torre tem tres releixos, hum saindo logo da terra tres ou quatro palmos, e os dous nos terços da altura, e cada hum destes releixos sera de meio palmo de largo com que vai recolhendo des o principio que sae da Rua ate o ultimo terço de sima um palmo e meio, que he prova de que dificultozamente se pode sobreplumar.

A terceira rezão he que esta athe o meio como se fora torre plenada, por razão da escada que a emche que vae para o coro de cima [...] a qual escada esta toda feita em arcos de abobedas de escoadria por todos os lados.

A coarta que as abobedas dessa dita escada todas estão fechadas sem que possão ter menos ameaça de detrimento por aonde possa fazer ruina.

A quinta rezão he que todas estas paredes de dentro estão sem nenhum genero de sintimento nem abertura alguma, ainda que pella parte de fora mostre alguma abertura não he couza que faça barriga, e aviriguarão os ditos mestres que isto em acento que fizera esta torre logo no prencipio (como asi he) com que não lhe fas dano algum; demais que esta torre he toda de cantaria por fora e por dentro, com que não podem fujir numca estas pedras per cerem todas de conta e medida. Demais que esta torre da parte do norte esta ligada e emparada com o corpo da Se, donde tem emcontro desta parte todo o fronteespicio e as abobedas do coro que são eternas, e da parte do nacente esta emparada com a nave que fica da parte da epistola a que emcontrão as abobedas da dita nave, com que não pode aver duvida nenhuma destas duas partes, e quando não tivera per si as rezões que digo lhe bastava estar tambem arimada; e da parte do sul fica-lhe tomando a força do vento o angulo ou canto, que esta direito ao dito sul com que lhe corta toda a furia, com que o que podia per esta cauza ter algum perigo esta sigura porque este vento de sul a toma de canto a canto; com que não vem esta torre do primeiro terço de sima ate baixo mais que huma esquina que esteja desemparada aos ventos, e esta não tem nenhum genero de ruina porque esta aplumada e sem brecha nem rezidura alguma de que se porvea [?] destas rezões estar maes que sigura.

A roina que fes avera vinte e tres ou vinte e coatro annos pouco maes ou menos, foi cauza hum terremoto que lhe fes dano que vemos pello concerto que se lhe fes, como tambem no mesmo dia ou tempo fes o mesmo terremoto o mesmo dano na porta fronha da casa do Senado da Camera, que tambem botou abaixo, com que bem mostra não ser isto cauza natural senão extraordinaria.

Demais que o campanario em que estava o sino do relojo era muito grande e muito alto o que tinha sobre o arco huma goarnição na forma do campanario do sino da Miziricordia desta cidade, e como este terremoto fes emprenção neste dito campanario asi pella altura como pello desemparo que tinha de todas as partes e o sino ser grande, por iso caio levando apos de si o pedaço

da parede da torre que lhe servia de santro ou alicerce ao dito campanario sem que fizese maes dano nenhum a nenhum dos angulos da dita torre, de que se prova não fora a obra tam boa como he de aruinar por qualquer dos outros angulos, o que não fes.
Com todas esta rezões não creio que podera aver quem as contradiga, porque não são aparentes senão tam justificadas como viram na dita torre, e asi dizem os mestres e eu com elles pellas expiriencias que tenho desta dita arte, que siguramente se pode por o relojo sem que possa aver termos de aroinar-se a tal torre com o pezo do sino nem de muitos sinos nem inda o maior pezo a semelhante obra pode fazer abalo quanto mais hum sino por maior que seja; quanto mais que fazendo-se huma armação de linhas de ferro para se poder estribar esse sino no meio fica sem nenhum genoro de cuidado, porque quando esse sino pudera ter tanto pezo que pudece dar algum detrimento a torre lhe bastava estar no sentro della para que todas as coatro paredes partisipacem do pezo e asi repartido esse por todos coatro fica muito limitado pezo a cada huma dellas, com que siguramente se pode por, não so o pezo desse sino mas de muitos maes des iguaes pezos.
E quando fique a Vossa Senhoria ainda algum escrupulo decadado [sic] neste particular contra o que digo, pode mandar-lhe botar algumas linhas de ferro emcruzadas do meio para sima que he a parte donde se podem botar, e ficara muito maes sigura, e algumas frestas que estejão emsima abertas, facha-las de pedra e cal por respeito que não joguem os ventos dentro da dita torre.
Advirto que se esta obra do relojo se ficar e se puzer emsima da armação do telhado, que he necesario ser este telhado de chumbo, por respeito de goardar eternamente as armações da agoa que ham-de ser de madeiras; sobre que tudo de asentar as armações de ferro que hão-de suspender o sino e asi fica tudo siguro sem que possa aver quem disso contradiga e asi o digo, e juntamente os ditos mestres de pedraria asima nomeados. Com que Vossa Senhoria podera mandar o que for servido, aquem me sojeito como subdito, e maes humilde servo de Vossa Senhoria.
Pantaleão da Rocha de Magalhães».

Doc. n. 7

1706, Abril, 09
Claustro do Colégio de Nossa Senhora da Graça do Pópulo
A.D.B. - *Nota Geral,* 1ª série, n. 516, fls. 78-80.

> «Contrato da obra de pedraria da parte de hum claustro do Collegio do Popollo com Pascoal Fernandes he Manoel Fernandes da Silva, archetectos desta cidade.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato de obra de pedraria e obrigação virem que no anno do nasemento de Noso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e seis annos aos nove dias do mes de Abril do dito anno nesta cidade de Braga no Collegio de Nossa Senhora do Popollo della ahi perante mim tabeliam geral e testemunhas ao deante asinadas apareceo prezente o Reverendo Padre Frei Miguel de Azevedo, Reitor deste Collegio e mais padres do serviço delle ao deante asinados que todos foram juntos para o cazo abaixo declarado de uma parte e da outra Pascoal Fernandes e Manoel Fernandes da Silva, arquitetos desta cidade todos pesoas por mim reconhecidas e logo pello dito Reverendo Padre Reitor e mais padres foi dito que estavão contratados com elle dito Pascoal Fernandes e Manoel Fernandes da Silva, arquitetos de lhe fazerem neste seu Collegio huma parte de hum claustro junto ao

dormitorio ao correr delle em o lugar onde mostra a planta antiga de todo o Collegio na forma e tamanho que mostra a planta e perfil com o seu petipe que de novo se fez maior que a antiga que avia por se achar estar pequena a qual planta e perfil esta toda em hum papel asinado por mim tabeliam geral e pelo Reverendo Padre Reitor e mais padres digo [sic] e por elles ditos mestres archetetos na forma e tamanho que mostra a dita planta e perfil farão elles ditos arquetetos a dita obra de toda a pedra da colidade da das mais obras da escoadria de que se compoem o dito Collegio com declaração que os vãos de entre as genellas farão de parede de alvenaria de tres palmos de groso e os pillares, pillastras de entre os coatro arquos prencepaes da parte exterior serão inteiros des as vazes the capiteis como tambem o serão os arcos que vão das jenellas da parte das cabesas e as sacadas ou soleiras dellas e tudo o mais sera de pesas bem ajustadas com todos os refendimentos e resaltos que mostra a planta e prefil desta obra sera coberta de abbobedas no andar e pavemento dos dormitorios deste Collegio e serão de tejollo asentado em cruz que ao menos fasa de grosura as abobedas hum bom palmo e serão de barrete asentadas de coatro lados cada hum barrete em arquo a saber da parte da fronteira sobre a que mostra a planta e da parte do dormitorio em huns arquos ou semelhansa delles que tambem se farão encostados ao dito dermitorio e meterão estes delmas digo [sic] de humas represas com seus capiteis que se meterão em toda a grosura da dita parede do dormitorio e delles nacerão outros arquos para os pillares fronteiros em que tambem descansarão as abbobedas todos estes terão lavrados e lizos e lansados fora das abbobedas coatro dedos e tambem ladrilharão com tejollo estas abobedas repartido com fiadas de pedra sobre os arquos ho coal tejollo sera da marqua de hum palmo de corpo e dois de comprido asentado com cal muito argamasada e que goarnecerão todas com cal como tambem as paredes e neste claustro para que fique bem brancas, e farão a sua custa delles archetetos os aliserces para esta obra e farão os dois cunhais interiores do claustro des o lagiado ou ladrilho para o tilhado sobradas serão com pellares e vazas e capeteis e serão as jenellas faixeadas e trespiladas por dentro a quoal obra farão elles arquitetos com a cal tresada com saibro por sua conta e tudo maes necesareo para ella tudo per preso e contia de setecentos e trinta mil reis em que ajustarão dentro de hum anno primeiro seguinte e darão feita e acabada o qual anno comesara decorrer des o tempo que prencipearem a dita obra que sera logo havendo dinheiro serão obrigados elles ditos arquetetos catorze braças de huma parede enclenada para a parte donde se faz o dito claustro a qual dezavarão tornarão a levantar a sua custa delles arquetetos por preso trinta e tres mil e duzentos reis sem este Collegeo e padres delle concorrer com couza alguma mais para a dita parede que com o dito dinheiro e elles arquetetos se aproveitarão da pedra que tem a mesma parede e por conta dos ditos setecentos e sesenta mil reis preso da obra do dito claustro [...] na mão do rendeiro da sua igreja de Santa Leocadia de Breteiros cento [...] mil reis e na mão do rendeiro de sua igreja das Regadas cem mil reis e na mão e poder de Simão da Cunha Pinto, thezoureiro geral e vedor da Caza do Illustrissimo Arcebispo Primaz todo o maes restante para satisfação dos ditos setecentos e sesenta mil reis e por elles ditos arquitetos Pascoal Fernandes e Manoel Fernandes da Silva foi dito que na dita forma aceitavão a dita obra do claustro da parede asima declarada e a darem feita na dita forma com toda a perfeição no dito tempo e pello dito preso obrigavão como obrigarão suas pesoas e todos os seus bens moveis e de rais avidos e per aver com o terso de suas almas que tudo cada hum expresamente hipotecava sob penna que pasado o dito anno e não a dando feita na dita forma perderam do preso della cem mil reis para o dito Collegio com tanto que não seja per algum impedemento deste Collegio ou relegiozos delle e avendo algum impedemento da parte deste Colegeo ou relegiozos delle lhe pagarão todas as perdas e dannos que per esa cauza elles mestres tiverem e que no cazo que os ditos rendeiros fação demora sobre o pagamento das coantias asima declaradas não as recebendo elles ditos arquetetos não serão obrigados a fazer nem acabar a dita obra que pella razão

do preso declarado couber a coantia que não receberem enquanto não estiverem entregues do dito dinheiro e por tudo he a dita cauza se obrigavão como obrigarão a responder perante as justiças desta dita cidade asi ecclesiasticas como seculares perante outras e coaesquer que as demandar quizer renunciando como logo renunciarão todas as do seu foro e coaisquer ferias, leis e previlegios de [que] se posão ajudar estando prezentes Semão da Cunha Pinto, Cavaleiro Profeso do Habito de Christo, thesoureiro geral e vedor da Caza do Illustrissimo Senhor Arcebispo Primas por mim reconhecido por elle foi dito que elle fiava e ficava por fiador prencepal pagador deste Collegeo e padres delle pella contia de quinhentos e trinta e outo mil reis que faltavão para a coantia dos seiscentos e sesenta mil reis da obra do claustro abatidos as partidas consenadas nas mãos dos rendeiros atras declarados e a pagar a elles ditos arquetetos a dita coantia a pagamentos a saber: no principio meio e fim da dita obra sob penna de lhe pagar todas as perdas e dannos que elles per este respeito receberem para o que obrigava como obrigou sua pesoa e bens presentes e futuros com o terso da sua alma que tudo expresamente hepotecava e renunciava quaesquer ferias leis e previlegios do que se posa ajudar e hum e outro asi o dicerão e outorgaram e aseitarão de parte a parte e mandarão fazer o presente instromento nesta nota e della dar hum e muitos e os que comprir e eu tabeliam geral como pesoa publica estepulante e aseitante a estepulei e aseitei em nome das mais pesoas a que toca e tocar pode e declararão elles mestres que per aver dinheiro neste Collegio se obrigavão na forma atras declarada a fazer a dita parede atras declarada pellos ditos trinta e tres mil e duzentos reis que juntos com os setecentos e sesenta mil reis da obra do claustro faz soma toda a obra de setecentos e noventa e tres mil e duzentos reis e per conta deste competo receberão [...] de duzentos e vinte e tres mil reis na mão dos rendeiros atras declarados e o maes sobrante lhe ha-de dar e emtregar o dito Semão da Cunha Pinto que são quenhentos sesenta e sete mil e duzentos reis e o dito Semão da Cunha Pinto a iso se obrigou na forma atraz declarada e asi o decerão e declararão e aseitarão estando a tudo prezentes por testemunhas Francisco Fernandes, da freguesia da Graça Couto de Tebais e Domingos Gonçalves, da freguesia de S. Pedro de Merlim [...] que todos aqui asenarão e eu Adrião Lobo Veigas, tabeliam geral de notas o escrevi».

[Seguem várias assinaturas entre as quais as de *Manoel Fernandez da Silva,* e de cruz Pascoal Fernandes].

Doc. n. 8

1706, Maio, 14

Capela e escadório de Santo António Esquecido.

A.D.B. - *Nota Geral,* 1ª série, n. 516, fls. 184v.-186.

> «Contrato de obra de pedraria de Santo Antonio Esquecido que se ha-de fazer no adro de São João com Manoel Fernandez, mestre de pedraria desta cidade com Jozeph Coimbra de Andrade e seu filho Lourenço Jozeph de Coimbra.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de comtrato de obra de pedraria e obrigação virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e setecentos e seis annos aos quatorze dias do mes de Maio do dito anno nesta cidade de Braga na Rua de São João do Souto della cazas da morada do Reverendo doutor Provizor Francisco de Ferrão ahi perante min tabeliam geral e testemunhas ao diante nomeadas apareserão prezentes de huma parte Jozeph de Coimbra e Andrade e seu filho Lourenço Jozeph de Coimbra, fidalgos da

Caza de Sua Majestade e da outra Manoel Fernandez, architeto desta cidade todos pesoas por min reconhecidas e logo por elles ditos Jozeph de Coimbra Andrade e seu filho Lourenço Jozeph de Coimbra foi dito que elles estavão contratados com elle dito Manoel Fernandez, archeteto delle fazer a capella de Santo Antonio Esquecido no adro de Sam João do Souto emcostada a capella de seu morgado de que são admenistradores para o que dão licença pelo dominio e admenistração que nella tem na forma da planta feita por elle dito mestre archeteto Manoel Fernandez da Silva asinada por elle e por min tabeliam geral que fica em poder delle dito mestre; a qual obra sera de pedra do Carvalho destes exceto os degraos e patios das escadas que sera da pedra de Palmeira ou Adoufe e que daria elle dito mestre a dita obra prefeita e acabada pondo todo o necessario para ella asim de pedra, cal, tejollo e todo maes necessario por sua conta he fara o pavimento da capella de tejollo e lajiado de pedra como tambem a abobeda da dita capella sera de tejollo e dara a dita obra feita, prefeita e acabada dentro de des mezes comtados deste dia por diante sem que elles ditos Jozeph de Coimbra e Andrade he seu filho comcorram para ella com couza alguma [...] em presso he quantia de seiscentos mil reis em dinheiro de comtado digo [sic] seiscentos e sesenta mil reis em dinheiro de comtado em pax e em salvo para elle dito mestre archeteto por conta dos quaes logo ao fazer desta em minha prezença e das ditas testemunhas Geraldo Pereira, da Rua de Sam Marcos como thezoureiro e zelador das esmollas do dito Santo deo e emtregou o dinheiro das ditas esmollas duzentos e quarenta mil reis a elle dito Manoel Fernandez da Silva archeteto em dinheiro de comtado por comcentimento e autoridade dos D. D. Francisco de Torres, Provisor e Governador deste Arcebispado Conego magestral e calificador do Santo Officio e Diogo Borges Pacheco, Dezembargador e Chanceller mor da Relaçam desta Corte que tambem prezentes estavam os quais são os devotos e primeiros zelladores da obra e devoção do dito Santo e mandarão a elle dito Geraldo Pereira como thezoureiro elegido por elles para receber as esmollas que se dão e vão dando que comtenuasse com o pagamento da dita obra ao dito mestre Manoel Fernandes que tudo se lhe levara em comta não que se lhe tomacem e por elle dito mestre Manoel Fernandez foi dito que na dita forma pellos ditos seiscentos e sesenta mil reis aseitava como aseitou a dita obra e a faze-la na forma sobredita e da planta que fica em seu poder asinada por elle e por elles ditos Jozeph de Coimbra e Andrade e seu filho e por min tabellião geral com toda a prefeição no dito tempo assima declarado e obrigava como obrigou sua pesoa e todos seos bens moveis e de rais avidos e per aver e tersso de sua alma que tudo expresamente hipotecou sob penna que passado o dito tempo e não dando a dita obra feita, prefeita e acabada de pagar de penna comvencional para o dito Santo sem mil reis com todas as perdas e dannos que por este respeito receber e per tudo e cada couza se obrigava a responder perante as justiças desta cidade assim ecleziasticas como secullares e perante outras coaesquer que o demandar quizerem renunciando como logo renunciou todas as de seu foro e quaesquer ferias, leis e privellegios de que se possa ajudar e se dava como deu como per emtregue dos ditos duzentos e quarenta mil reis e a elles ditos D. D. zelladores e thezoureiro Geraldo Pereira por quites e livres delles deste dia per sempre e por elles ditos D. D. zelladores e thezoureiro foi dito que comprindo elle dito mestre com a satisfação da dita na forma sobredita se obrigavão a lhe satisfazer e por buscar os ditos seiscentos e senta [sic] mil reis presso da dita obra ao que obrigavão suas pessoas e bens sob as pennas atras que huns e outros requererão a elles levados ou não tudo valha como nesta se comtem e declararão asim elles ditos Jozeph de Coimbra Andrade e seu filho e elles ditos D. D. Provizor e Diogo Borges Pacheco que suposto estava a obra no lanço de seiscentos e sesenta mil reis per Jozeph Moreira ouverão per bem da-la a elle dito Manoel Fernandes da Silva por este ter feito a planta e não se lhe ter paga, por elle dito mestre Manoel Fernandez debaixo do mesmo presso dos seiscentos e sesenta mil reis se dar per satisfeito do presso da dita obra e planta e hum e outros assim o diserão e outorgarão

e aseitarão de parte a parte e mandarão fazer o prezente instromento nesta nota, delle dar hum e muitos e os que comprir e eu tabeliam geral como pesoa publica estipullante he aseitante tudo estepullei e aseitei em nome das mais pesoas a que toca e toquar pode estando a tudo prezentes per testemunhas João Pereira familiar delle dito D. Diogo Borges Pacheco e Afonso Tello famillíar do dito D. Provesor Francisco de Torres que todos aqui asinarão. E eu Antonio Lobo Veigas tabeliam geral o escrevi e declararão elles ditos Jozeph de Coimbra e Andrade e seu filho Lourenço Jozeph de Coimbra que se obrigavão somente per suas pesoas e bens a darem e satisfazerem o presso desta obra a elle dito Manoel Fernandes das esmollas que se dão e vão dando para o dito Santo e onde as ditas esmollas não chegarem se obrigavão a satesfazer o dinheiro que faltar por sua conta e asim o declararão e aseitarão. Testemunhas as sobreditas sobredito o escrevi.

D.or Francisco de Torres / Diogo Borges Pacheco / Joseph de Coimbra / Lourenço Jozeph de Coimbra / Giraldo Pereira / Manoel Fernandez da Silva / João Pereira / Affonço Tello».

Doc. n. 9

1706, Julho, 02

Corredor do Hospital de S. João Marcos

A.D.B. - *Nota Geral,* 1ª série, n. 517, fls. 116-117.

«Contrato da obra do corredor do Hospital de São Marcos da Caza da Santa Mesericordia com Manoel Fernandez da Silva, arqueteto.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato de obra e obrigação virem que no anno do nasimento de Noso Senhor Jezus Christo de mil setecentos e seis anos aos dois dias do mes de Julho do dito anno nesta cidade de Braga na Menza da Santa Mezericordia della ahi perante mim tabeliam geral e testemunhas ao deante asenadas aparecerão prezentes o Reverendo Bento Carvalho da Silva, Provedor desta Santa Caza e os mais irmãos do serviso da Menza della abaixo asenados de huma parte e da outra Manoel Fernandes da Silva arqueteto desta cidade e logo pello dito Reverendo Provedor he os irmãos da Meza foi dito que estavão contratados com elle dito Manoel Fernandes da Silva arquiteto delle fazer no Hospital de São Marcos hum corredor contenuando do canto fronteiro ao cruzeiro entrando pellas cazas do pasem [?] the o quintal dellas com hum arquo e meada parede de rosto a quingosta que vem do Campo de São Tiago com altura de vinte palmos e outros vinte de largo feito o dito arquo o quão digo [sic] feito o dito arquo escodado e abatido como a dita fronteira do dito hospital e sua jenella rasgada no fim do dito corredor sobre o varal e varsa [?] que ha-de fazer livre do quintal das ditas cazas e com quatro frestas do mesmo tamanho das que tem o dito dormetorio para a parte das cazas do Machado e feitas do mesmo feitio e lhe dá elle dito Revendo [sic] Provedor e mais Irmãos da Menza por cada braza de parede de alvenaria de pedra e barro de coatro palmos no aliserce e tres dahi para sima sendo a braza de sem palmos coadros per face dois mil reis medidos por huma face e por cada hum palmo coadro per facetamentos escodado das arestas a sesenta reis medindo-se tambem os pilares como os mesmos para muitos [...] a dita medição he fara a dita jenella rasgada com sua sacada de altura de des palmos e sinco de largo com sua sacada de dois palmos e meio posta e asentada por sete mil reis e tudo elle dito mestre fara a sua custa e o acressento feito e acavado pello dito preso sem se lhe dar couza alguma do que a cal e saibro que for necesaria para asentar a escoadria e fara a obra de alvenaria a sua custa e pellas frestas feitas na forma atras declarada se lhe dara a sincoenta reis por cada palmo a qual obra prinsipiara e por conta della se lhe dão ao fazer desta cem mil reis e o maes dinheiro que

emportar a dita obra se lho hira dando asi como for correndo com a obra feita e que sendo cazo que aja algum embaraso por donde a dita obra deixe de fazer e contenuar e se lhe pagara o que estiver feito nella ou abrir digo [sic] ou gasto que tenha feito em abrir os ditos aleserces tomara o demaes dinheiro que elle dito mestre arqueteto Manoel Fernandez da Silva faz do quanto a dita forma e pellos ditos preços asima declarados se obrigava a fazer a dita obra e logo ao fazer desta em minha prezença e das ditas testemunhas João Pereira de Araujo, thezoureiro desta Caza deu e emtregou a elle dito mestre arqueteto por conta da dita obra cem mil reis em dinheiro de contado que elle contou e recebeo em si e deles se deu e ouve por entregue he satisfeito e o levara em conta na dita obra depois de feita e acavada na dita forma no que ella montar e a fazer a dita obra na dita forma e pellos ditos presos dito elle dito mestre que obrigava como obrigou sua pesoa e todos os seus bens presentes e futuros com o terso de sua alma que tudo expresamente hipotecava sob penna de pagar a esta Santa Caza e Hospital todas as perdas e danos que por ese respeito receber e huns e outros asi o dicerão e outorgarão e aceitarão de parte a parte e mandarão fazer o prezente instromento nesta nota e della dar hum e muitos e os que comprir e eu tabeliam geral como pesoa publica estepulante e aseitante a estepulei e aseitei em nome das mais pesoas que toca e tocar pode estando a tudo prezentes por testemunhas Domingos de Oliveira, da Rua de São Marcos e Simão da Cunha do serviço desta Santa Caza que todos aqui asinarão e eu Adrião Lobo Veigas o escrevi. E declarou elle Reverendo Provedor e maes irmãos da Menza que do custo da dita obra sera por conta das rendas do dito Hospital e para a mesma lhe dão para principio della ao dito Hospital sem mil reis atras declarados. Testemunhas as sobreditas sobredito o escrevi.
Provedor Bento de Carvalho da Silva / Theodozio Barboza de Almeida / Miguel Correa de Lacerda / Duarte Mendes de Vasconceloz / João Lopes da Silva / João Pinheiro / João Barboza Porta Nova / João Pereira de Araujo / Manoel Fernandez da Silva / Domingos de Oliveira / Simão da Cunha».

Doc. n. 10

1707, Setembro, 24
Capela de São Geraldo da Sé de Braga.
A.D.B. - *Nota Geral,* 1ª série, n. 522, fls. 69-70v.

> «Contrato da obra de pedraria da capela de S. Geraldo sita na Santa See desta cidade do Reverendo doutor Manoel Pinheiro Ramos com Manoel Fernandez da Silva, mestre de pedraria.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato de obra de pedraria e obrigação virem que no anno do nascimento de Noso Senhor Jezus Cristo de mil setecentos e sete annos aos vinte e quatro dias do mes de Setembro do dito anno nesta cidade de Braga na Rua do Forno della e cazas da morada do Reverendo doutor Manoel Pinheiro Ramos, Dezembargador na Relaçam desta Corte ahi perante min tabeliam geral e testemunhas abzentes nomeadas apareceo prezente de huma parte o dito Reverendo doutor Manoel Pinheiro Ramos e da outra Manoel Fernandez da Silva, mestre arqueteto de pedraria morador nas quingostas de Santa Anna desta cidade pesoas per min reconhecidas e por elle dito Reverendo doutor foi dito que por ordem que tinha do Illustrissimo Senhor D. Rodrigo de Moura Telles, Arcebispo Primas desta Corte estava contratado com elle dito Manoel Fernandez da Silva de elle fazer a obra da capela de São Geraldo sita nos claustros da Santa See desta cidade na forma e maneira que o dito Illustrissimo Senhor tinha ordenado na maneira seguinte: que elle dito mestre tirara a telha do te-

lhado da dita capela sem dano nem prejuizo da telha como tambem o azelejo da dita capela na melhor forma que ser pudesse e lançara a parede do lado da dita capela da parte da Hepistola athe os seos des [sic] athe fundamentos firmes adonde prencipiara os alecerses da nova parede de oito palmos de grosso athe a soprofiso da terra e dahi para sima continuara a dita parede de seis palmos de grosso de alvenaria boa bem feita tudo na forma de huma planta e prefil que elle dito Reverendo doutor para esse efeito fes que o dito Illustrissimo Senhor aprovou e na altura que o dito prefil pella parte interior mostra o frizo para madeira sera de pedra na forma da arte da ordem dorica e sobre elle fara huma abobeda de tijollo em bolta prefeita que tera de grusora o tejollo hum palmo e hum quarto de palmo acompanhado pella parte exterior com as paredes athe a altura necessaria em que bem asente o telhado sobre a dita abobeda que para isso entulhara elle dito mestre tanto no cume como nos tetos para se puder asentar a telha em argamassa e sobre as paredes da parte exterior fara tambem hum frixo cornixes e alquitraves da ordem toscana nos lugares que ficarão libres e pacentes a vista e que outro lado da parede da parte do Evangelho rompera para nella fazer as mesma conrespondensias do outro lado pelo dito prefil fazendo as frestas athe meia parede e o portal entrada [sic] a parede pera por elle aver serventia para a capela do Senhor D. Gonçalo Pereira e com o feitio da mesma sorte do do outro lado e que sendo duas paredes de huma e outra capela juntas as rompera elle dito mestre juntoirara huma com outra o que for necessario para que fiquem ambas em hum corpo capas de sustentar o acresimo que ha-de fazer e pezo da abobeda na forma dita e que tambem sendo necessario fara elle dito mestre hum arco fora da parte prencipal da dita capela junto a porta travessa da See desta parte que virara para a parte da capela de Santo Antonio para sobre elle se fazer o fronteespissio desta capela e ficar abaxo della des a porta principal da dita capela athe o arco e no fronteespissio lhe metera os aliceses que necessarios forem e sobre a porta prencipal da dita capela fara duas trebunas largas e altas para que por ellas se veja do coro para a capela as quais serão de escoadria lavradas de escoda como tambem serão todas as mais que mostrão a dita planta e prefis. E tambem fara elle dito mestre o outão da capela da parte do altar maior na maneira seguinte: sera desfeito athe a altura do pavimento da tribuna em rezão de des a dita altura estar cahindo para a parte de fora e tornara a fazer de novo des o dito lugar athe a altura das mais paredes e abobeda com sua cornixe e frizo na forma atras declarado com suas ezas no meio e piradimes nos cantos e nesta parede fara des o pavimento da trebuna hum arco da largura da mesma trebuna da grosura da parede com hum prepianho pelas costas de hum palmo de grosso e fara tambem elle tambem dito mestre huma escada para serventia da trebuna em o lugar e forma que elle dito Reverendo doutor lhe declarar como tambem fara outra escada elle dito mestre para serventia do coro que tera sua entrada da serventia da mesma co digo [sic] serventia da samchristia da mesma capela e sera em caracol e metido na grosura da parede do lado da capela o que puder ser e outro forma subira athe venser a capela de Santo Antonio e della para sima hira na milhor forma que se puder para se entrar no dito coro com segurança della e da dita obra a que tudo elle dito mestre dara prefeito e acabado com a qual e saibro por sua conta e tijollo da abobeda e tudo mais necessario para se fazer a dita obra excepto as grades de ferro que forem necessarias que essas serão por conta delle dito Reverendo doutor e que para asim lhe fazer a dita obra na sobredita forma lhe dara por cada brassa de alvenaria de sem palmos por fasses e seis de grosso de paredes seis mil e setecentos e sincoenta reis e por cada hum palmo lavrado lizo sincoenta reis que fas cada brassa sinco mil reis e para os carretos de cada huma brassa mil e trezentos e sincoenta reis que faz soma cada huma brassa destas seis mil e trezentos e sincoenta reis e por cada brassa de alquitrave a refendimentos medidos altos e baixos oito mil e trezentos e sincoenta e por cada brassa de cornigem de cem palmos medidos altos e baixos onze mil e trezentos e sincoenta e por cada brassa de lagiado sendo em coadro de todos a sete mil e setecentos e sesenta reis e por cada brassa de cem palmos de degrãos medidos para muitos abrasais [?] seis

mil e setecentos e sesenta reis e por cada brassa de abobeda de tijollo a sinco mil e quinhentos reis e que avendo paredes mais delegadas ou mais grossas do sobredito se pagarão a respeito do presso declarado por cada e que toda a argamassa das paredes fara elle dito mestre com huma parte de cal e tres de saibro e que a argamassa das escadrias sera de huma parte de cal e duas de saibro e argamassa da abobeda sera huma parte de cal e outra de saibro e outra de area e que toda a pedra velha que sahir na dita obra sera para elle dito mestre se aproveitar della pello trabalho de as desfazer e tirar o zelejo e telhado e abrir alicerses e lansar os entollos fora e emtulhar a balaba de entulho onde for necessario que onde fez de argamassa e pedra se lhe pagara pelos pressos das paredes com declaração que tambem lhe da elle dito Reverendo doutor a elle dito mestre a pedra da fronteira e a das costas da capella para fazer o arco della e prepianho atras declarado tosco sem por elle se lhe dar nada mais que o presso da parede conforme a sua grosura e para medição das alvenarias se medirão os vãos per cheos e por elle dito mestre Manoel Fernandez da Silva foi dito que na dita forma aseitava fazer a dita obra na forma atras declarada e pellos ditos pressos e quantias atras ditas e a fazer na sobredita forma feita, bem feita, prefeita e acabada na sobredita forma obrigava sua pesoa e todos seos bens moveis e de rais avidos e per aver e terço de sua alma que tudo expressamente hipotecava sob penna de pagar de penna em nome delle a elle dito Reverendo doutor todas as perdas e dannos que por esse respeito receber e renunsiava quaisquer ferias, leis e privilegios de que se possa ajudar e por elle dito Reverendo doutor foi dito que comprindo elle dito mestre com tudo o atras dito obrigava sua pesoa e bens e rendas a lhe pagar tudo a presso que se lhe montar na dita obra a lhe fazer os pagamentos della conforme a brevidade e travalho que elle dito mestre per si e seus officiaes travalharem nella sob pennas atras que hum e outro requererão e ellas levadas ou não tudo valha como nesta se contem a hum e outro asim o diserão e outorgarão e asertarão de parte a parte e mandaram fazer o presente instromento e delle dar hum e muitos e os que comprir e eu tabelião geral como pesoa publica e estepulante e aseitante tudo estipullei e aseitei em nome das mais pesoas a que tocar pode estando a tudo prezente por testemunhas Antonio Lobo Veigas, da Cruz da Pedra e João Lopes da Silva, mercador e morador na Rua do Souto desta cidade que todos aqui asinarão e eu Manoel de Sousa tabalião geral o escrevi. E declarou elle dito Reverendo doutor que elle dito mestre metera logo officiaes a travalhar na dita obra e a dara feita e acabada por todo o mes de Março do anno que vem de mil setecentos e oito sob penna que não a dando feita athe o dito tempo perdera dos pressos della sincoenta mil reis de penna convensional e por elle dito mestre foi dito que tudo asim aseitava e na sobredita forma se obrigava a faze-la feita e acabada athe o dito tempo e asim a declararão e tornarão aseitar e eu tabeliam geral a escrevi e estipulei e aseitei. Testemunhas as sobreditas sobredito o escrevi.
Manoel Pinheiro Ramos / Manoel Fernandez da Silva / Antonio Lobo Veigas / João Lopes da Silva».

Doc. n. 11

1707, Novembro, 26

Capela de S. Martinho de Dume e casa junto da sacristia, da Sé.

A.D.B. - *Nota Geral,* 1ª série, n. 523, fls. 8-9.

> «Contrato de obra de pedraria do Reverendo Bento Masiel, Fabriqueiro com Manoel Fernandez da Silva, pedreiro.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato de obra de pedraria e obrigação virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil sete-

centos e sete annos aos vinte e seis dias do mes de Novembro do ditto anno nesta cidade de Braga no Terreiro da Prassa do Pão della e cazas do cartorio deste oficio ahi perante min tabeliam geral e testemunhas ao diante nomeadas apareceram prezentes de huma parte o Reverendo Massiel Conego Prebendado na Santa See Primasial desta dita cidade ademenistrador da Fabrica della morador na Rua de São Miguel o Anjo e da outra Manoel Fernandez da Silva mestre arquetecto de pedraria morador nas quingostas de Santa Anna desta cidade pessoas per mim reconhesidas e por elle Reverendo Conigo Fabriqueiro foi dito que elle estava contratado com elle dito mestre Manoel Fernandes da Silva delle lhe fazer a obra da caza junto a samchristia da Santa See desta cidade como tambem a obra da capela de Sam Martinho sita na dita Santa See na maneira seguinte a saber: que elle dito mestre fara huma caza junto a nova que anda acabando para os despejos da Fabrica que continuara des o cunhal que esta feito para as cazas do Sargento Maior Alexandre de Paiva faseando pella parte da Rua a outra e samchristia athe o cunhal que sera triangular para da outra parte fasear com a samchrestia do Senhor; as paredes fundadas em firmeza com sete palmos de grosso athe o pavimento da caza que sera dois palmos abaixo da calsada da Rua do tal pavimento para sima terão a mesma cornixa que a outra, tera esta caza oito frestas a saber em baixo quatro duas para cada huma fasea da Rua Coubras coatro em sima na mesma conrespondensia e nellas asentara as grades de ferro por sua conta as quais lhe dara elle dito Reverendo Fabriqueiro; serão as paudes [sic] por fora lavradas as fiadas na mesma forma que a samchristia e caza, sera esta caza de abobeda em baixo e em sima de tejollo na mesma forma que as da outra caza que anda acabando e fara esta obra toda prefeita e acabada pelos mesmos presos em cada couza semelhantes a que elle mestre fas em a capela de S. Geraldo que constão de huma escriptura feita neste officio com declaração que enteirara elle mestre nesta obra a que falta fazer para o contrato da outra obra que fes com elle dito Reverendo Fabriqueiro e tudo o mais lhe sera pago e satisfeito pela escriptura que elle mestre fes a Sua Illustrissima da dita obra de S. Geraldo e na mesma forma dara os meteriais por sua conta para o que lhe dara elle dito Reverendo Fabriqueiro o dinheiro para ella digo [sic] o dinheiro para a continuação da dita obra quando elle mestre lho pedir e tambem lhe fara elle dito mestre a capela de S. Martinho sita na dita Santa See de novo na mesma forma e tamanho que a do Santisimo Sacramento da mesma See excepto no comprimento que não sera mais do que o que pode ter a capela do Santisimo Sacramento digo [sic] da Santisima Trindade na mesma See por respeito da porta da capela do Senhor e com a demais que a do Senhor; abobeda sera tambem de rompantes e toda de pedra com a declaração que deixara tudo prefeito e acabado da capela o que toca a pedraria na mesma forma que a do Santisimo com telhados feitos e argamassados em cal sobre emtulho sem madeira alguma tudo por conta delle mestre como tambem as seguranças das mais paredes da See que bolir por respeito desta obra com declaração que sendo necessario para fazer esta obra na forma sobredita fazer de novo as paredes de entremeio da capela de S. Pedro de Rates não fara elle dito mestre por sua conta mais que ametade da tal parede e outra ametade lhe pagara elle dito Reverendo Fabriqueiro ou fara pagas. E outrosi fara elle dito mestre na parede fronteira a capela sobredita duas frestas na mesma forma e tamanho que as que estão feitas defronte da capela de S. Pedro de Rates e os telhados que desfizer ou quebrar refara tudo per sua conta em que elle Reverendo Fabriqueiro lhe de nada para isso mais que o dinheiro que ajustarão que sam quinhentos mil reis por frestas e capela sobredita os quais quinhentos mil reis lhe dara elle dito Reverendo Fabriqueiro em pagamentos asoberantes [sic] que principie a obra para comprar meteriais lhe dara dozentos mil reis e o mais lhos dara conforme andar com a obra dos quais pagamentos elle dito mestre lhe pasara recibos que valerão como quitaçois publicas e por elle dito mestre foi dito que na dita forma e pelos ditos pressos ajustava as ditas obras declaradas e a faze-las na sobredita forma e com toda a brevidade possivel feitas, perfeitas e acabadas na sobredita forma obrigava

como obrigou sua pesoa e todos seos bens moveis e de raiz avidos e per aver e terços de sua alma que tudo expressamente hipotecava sob penna de lhe pagar de penna em nome della a elle dito Reverendo Fabriqueiro todas as perdas e dannos que por esse respeito receber e renunsiava quaisquer ferias, leis e previlegios de que se possa ajudar e declarou elle dito mestre que o principio desta obra da capela e frestas não sera obrigado a continuar com ella se não dipois que acabar a obra da capela de S. Geraldo que lhe tem mandado fazer o Illustrissimo Senhor Arcebispo per respeito das serventias estavão tomadas com a tal obra mas que continuaria logo com a caza sobredita junto da outra que anda acabando e por elle dito Reverendo Fabriqueiro foi dito que comprindo elle dito mestre com tudo atras dito obrigava os bens e rendas da dita Fabrica a lhe fazer os pagamentos das ditas obras na forma atras declarada de huma e outra e que tambem elle dito mestre se aproveitar de toda a pedra que bensser das ditas obras e hum e outro asim o diserão e outorgarão e aseitarão de parte a parte e mandarão fazer o prezente instromento e delle dar hum e muitos e os que comprir estando a tudo prezentes por testemunhas Antonio Lobo Veigas, da Cruz de Pedra e Francisco Antunes, asistentes nesta Caza que todos aqui asinarão e eu Manoel de Souza tabeliam geral o escrevi».
[Doc. não assinado]

Doc. n. 12

1707, Dezembro, 17
Capela da Santíssima Trindade da Sé.
A.D.B. - *Nota Geral,* 1ª série, n. 523, fls. 42-42v.

> «Contrato de obra de pedraria da capela da Santissima Trindade dos officiaes da Confraria della com Manoel Fernandes da Silva, mestre arquiteto.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de obra de pedraria e obrigação virem que no anno do nasimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos e sete annos aos dezasete dias do mes de Dezembro do dito anno nesta cidade de Braga no Terreiro da Prassa do Pão della e cazas do cartorio deste officio ahi perante mim tabeliam geral e testemunhas ao diente nomeadas aparecerão prezentes de huma parte o Reverendo Conigo Bento Maciel, Juis da Confraria da Santissima Trindade sita na Santa See desta cidade e mais officiaes della ao diente asinados e da outra Manoel Fernandez da Silva, mestre arquiteto de pedraria morador nas quingostas de Santa Ana pesoas per mim reconhesidas e por elle dito Reverendo Juis e mais oficiaes foi dito que elles estavão contratados com elle dito mestre Manoel Fernandez da Silva de lhe fazer a obra da capella da Santissima Trindade sita na dita Santa See de novo na maneira seguinte: que elle dito mestre fara esta dita capella de novo da mesma forma e tamanho e altura e largura da do Senhor da dita Santa See com o fundo que poder ser de abobeda de rompantes de pedra com telhados feitos, argamassados de cal sobre entulho sem madeira alguma e outrosi fara elle dito mestre a parede fronteira a capella sobredita duas frestas da mesma forma e tamanho que as que estão feitas defronte da capella de S. Pedro de Rates e os telhados que desfizer ou quebrar refara tudo por sua conta tudo na mesma forma e maneira da obra que ha-de fazer da capella de S. Martinho e demais fara huma porta para a caza da Mesa que se faz nova com a segurança das mais paredes da See que bolir por respeito desta obra a qual obra elle dito mestre fara por sua conta no que toca a cal e pedra e saibro, entulho e telhados e por ella asim fazer lhe davão elles ditos officiaes da dita Confraria quinhentos mil reis os quais lhe darão em

pagamentos a saber: que principie a obra para comprar metereais lhe darão dozentos mil reis e demais lhe darão conforme andar com a obra dos quais pagamentos elle dito mestre lhe pasar os recibos que valerão como quitaçois publicas a qual obra elle dito mestre principiara logo e sera obrigado a correr com ella com toda a brividade e por elle dito mestre foi dito que na dita forma e pelo dito preço dos ditos quinhentos mil reis aseitava a dita obra da dita capela e frestas e a faze-la na sobredita forma com toda a brevidade possivel feita, prefeita e acabada por sua conta obrigava como obrigou a sua pesoa e todos seos bens moveis e de rais avidos e por aver e terso da sua alma que tudo expressamente hipotecava sob penna de pagar de penna em nome della a dita Confraria e officiaes della todas as custas e danos que por esse respeito receberão e renunsiava quaisquer leis e previlegios de que se possa ajudar e por elle dito Reverendo Juis e mais officiaes foi dito comprindo elle dito mestre com tudo o atras dito obrigavão os bens e rendas da dita Confraria a lhe fazer o pagamento da dita obra na forma atras declarada e huns e outros asim o diserão, obrigarão e aseitarão de parte a parte e mandarão fazer o prezente instromento e delle dar hum e muitos e os que comprir e eu tabeliam geral como pesoa publica, estipulante e aseitante tudo estipulei e aseitei em nome das mais pesoas a que toca e tocar pode estando a tudo prezentes por testemunhas Francisco Antunes, asistente nesta Caza e Antonio Lobo Veigas, da Cruz de Pedra que todos aqui asinarão e eu Manoel de Souza tabeliam geral o escrevi.

Bento Maciel / O Pe. Bento Correa, secretario da Irmandade / Manoel Fernandez da Silva / Domingos da Silva / Bernardo de Almeida Ponte / Ignacio Correa / Antonio Lobo Veigas / Francisco Antunes».

Doc. n. 13

1709, Abril, 29

Acesso para a sacristia da capela do Santíssimo Sacramento da Sé.

A.D.B. - *Nota Geral,* 1ª série, n. 528, fls. 80v.-81.

> «Contrato de obra de pedraria de nova serventia para capella e sancrestia do Santisimo Sacramento da Santa See com Manoel da Silva, mestre de pedraria.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato de obra de pedraria e obrigação virem que no anno do nasimento de Nosso Senhor Jezus Cristo de mil e setecentos e nove annos aos vinte e nove dias do mes de Abril do dito anno nesta cidade de Braga na capella do Santissimo Sacramento da Santa See della ahi estando juntos e Meza Diogo de Sousa da Silva e o Reverendo Conigo Antonio Pais Nugueira de Miranda, Juizes da Confraria do Santissimo Sacramento e mais officiaes della ao diante asenados de huma parte e da outra Manoel Fernandez da Silva, mestre arquiteto de pedraria morador na quingosta de Santa Anna, pesoas per mim reconhesidas e por elles ditos Juizes e mais officiaes foi dito que elles estavão contratados com elle dito mestre Manoel Fernandez da Silva delle lhe fazer a obra da nova serventia do Santisimo digo [sic] serventia pera a samchristia e capella do Santisimo Sacramento da dita Santa See na maneira seguinte: que elle dito mestre rompera a parede que esta entre a dita capella do Santisimo Sacramento e a da Santisima Trindade fazendo-lhe huma porta no gigante que fica entre os pilares dos arcos principais das ditas capellas a qual porta tera de largo tres palmos e de alto o necesario para a dita serventia e da porta para dentro athe a sancristia ficara a dita serventia de coatro palmos de largo com a altura milhor para segurança das ditas capellas e tapadas as ilhargas, faces das ditas capellas e serventia de pedra prepianho de hum palmo de grosso que com os coatro de largura da serventia farão seis que he grusura que terão as ditas parede

geral; prepianho sera feito e nelles descansarão as aduellas do arco que serão todas inteiras para maior segurança das ditas capellas e para os prisbiteros e tirara o azulejo por sua conta e tornara asentar que fique na mesma forma em que hoje esta e lagiara a dita serventia de pedra lavrada e fara sobre a porta principal desta serventia huma pedra que posta a maneira receba a tribuna dos gigantes e fara toda esta obra de cal e pedra por sua conta, butara o entulho fora por sua conta e aperfeisoara o portal que hoje serve da dita capella para a samchristia para que fique no mesmo lugar para serventia nova que ha-de fazer para coal obra se aproveitara elle mestre de toda a pedra que se tirar da parede donde ha-de fazer a dita obra e elles ditos juizes e mais officiaes mandarão tirar por sua conta a parte do retabollo que for necesario tirar-lhe para a feitoria da dita obra a qual obra elle dito mestre dara feita, prefeita e acabada com toda a segurança das paredes e abbobadas des dia de Domingo do Senhor deste prezente anno athe o dia de Domingo do Anjo deste mesmo anno com declaração que não bolira nas paredes donde se ha-de fazer athe o dito dia de Domingo do Senhor per respeito da armação a festa que se ha-de fazer e per digo [sic] fazer com penna de que não a dando feita, prefeita e acabada athe o dito tempo referido com toda a segurança de perder a terça parte do presso desta obra e despois della feita sera vista por dois mestres que entendão se esta feita segura na dita forma e achando-se algum defeito se reformara a custa delle dito mestre e por asim fazer lhe darão elles ditos Juizes setenta mil reis de suas bolças da esmolla que dão ao Senhor para a dita obra per conta dos quais lhe darão logo de antemão corenta mil reis e os trinta do resto della no fim da dita obra feita e por elle dito mestre foi dito que na dita forma e pelo dito presso atras dito aseitava a dita obra e a faze-la bem feita, prefeita e acabada com toda a segurança das paredes e abobedas das ditas capellas e da dita Santa See athe o dito tempo obrigava como obrigou sua pesoa e todos seus bens moveis e de raiz avidos e per aver e terço de sua alma que tudo expressamente hipotecava sob penna digo [sic] sob as pennas atras que uns e outros requererão e ellas levados [sic] ou não tudo valha como nesta se contem e renunsiava quaisquer ferias, leis e privelegios de que se possa ajudar e por elles ditos Juizes foi dito que comprindo elle dito mestre com tudo o atras dito obrigavão suas pesoas e bens a lhe pagarem o presso da dita obra na forma atras e huns e outros asim o diserão e outorgarão e aseitarão de parte a parte a mandarão fazer o prezente instromento e delle dar hum e muitos e os que comprir. E eu tabeliam geral como pesoa publica estipulante e aseitante tudo estipulei e aseitei em nome das mais pesoas a que toca e tocar pode estando a tudo prezentes por testemunhas.»
[Doc. não assinado]

Doc. n. 14

1710-1771

Esmolas provenientes do Brasil e de Cabo Verde para obras, melhoramentos e aquisição de alfaias da capela do Bom Jesus de Fão.

A.I.B.J.F - *Livro das Esmollas que se dão Particulares para as obras do Senhor Bom Jezus; Livro das Eleições dos officiaes da Irmandade do Senhor Bom Jezus de Fam e Accordãos.*

«Deu Domingos Martins, surgião de esmolla por conta de seu sobrinho Pedro Du [sic] da Crus asistente na Bahia sesenta e sinco mil reis convem a saber corenta e coatro mil reis em dinheiro e vinte e um mil reis que deu em madeiras para as grades dos alicerces da obra que por tanto foi avalliada (...) 44$000». *Livro das Esmollas...*, fl. 3v.

«Deu para huns instromentos que se fizerão sobre huma herança de Cabo Verde que se ofreceo para estas obras e concelhos que sobre isto se tomarão, e dinheiro que se deu a Manoel Gomes da Crus, de Milhazes para tratar desta herança ao tudo gastou neste negocio cinco mil e seiscentos reis 5$600». *Livro das Esmollas...*, fl. 5v.

«Aos 15 de Maio de 1717 anos recebeo o thezoureiro Manoel Ferreira 9$600 reis de esmola que mandou Pedro Domingues da Crux do Brazil cuja esmola dizer dava e aplicava para as obras do Bom Jezus deste lugar de Fam....» *Livro das Esmollas*, fl. 10.

«Aos 20 de Agosto de 1719 entregou Antonio Rabello deste lugar huma moeda de ouro que dice mandava de esmolla o Reverendo Frei Angelo da Encarnação seu cunhado das partes do Brazil cuja esmolla aplicou para as obras....» [4$800 reis]. *Livro das Esmollas*, fl. 11.

«A sinco do mes de Outubro do ano de 1719 recebeo o tizoureiro João Manoel Braga sento e seis mil reis de huma esmolla que mandava da Bahia hum João Gomes filho de outro de Gemezes aplicado para as obras ...» *Livro das Esmollas*, fl. 11.

[1719]
«Entregou o Reverendo Manoel de Figueiredo, vigario de Gilmonde sincoenta mil reis de esmolla para as hobras demandado do Reverendo Domingos Torres, vigario de Nossa Senhora da Conceição de Sarapui do Rio de Janeiro...» *Livro de Esmollas...*, fl. 12.

«Aos 6 de Junho de 1732 annos entregou Luis João deste lugar que mandou Francisco Domingues, das Minas por legado que dice deixou seu irmão Victoriano da Costa para as obras do Senhor Bom Jezus trinta mil reis...» *Livro das Esmollas...*, fl. 22.

«Aos 11 dias do mes de Maio de 1733 deu Domingos Francisco da Crus de esmolla que mandou Simão Manoel, das Minas natural deste logar sinco mil reis...».
Livro das Esmollas..., fl. 23.

[22 de Junho de 1733]
«(...) entregou Agostinho Correa de Carvalho morador em Sam Bertholomeu do Mar, termo da villa de Esposende, como procurador bastante de Inacio Martins do Pilar testamenteiro de seu irmão Daniel Martins morador na cidade da Bahia cincoenta mil reis os coaes dice ser para se por a juro para de seu rendimento se alumiar com azeite o Senhor Bom Jezus...».
Livro das Esmollas..., fl. 23v.

[9 de Dezembro de 1734]
«(...) entregou Luis João deste lugar quatorze tostões que mandou Francisco Domingues natural deste mesmo lugar, das Minas onde assiste para as obras da cappella do Senhor Bom Jezus...». *Livro das Esmollas...*, fl. 24.

[25 de Novembro de 1738]
«(...) entregou o doutor Luis Thomaz Esteves da Silva, Juis de Fora da villa de Esposende cento e sincoenta mil reis em dinheiro de hum legado ou esmolla que deixara a Irmandade do Senhor Bom Jezus deste lugar de Fão o defunto Manoel Alvares da Silva que falleceo no Rio de Janeiro...». *Livro das Esmollas...*, fl. 25v.

[22 de Outubro de 1739]
«(...) entregou Andre Domingues, morador na freguesia de S. Martinho de Gandara, termo da villa de Esposende, vinte e nove mil e quinhentos em dinheiro que lhe remettera seu irmão Ignocencio Gonçalvez, morador nas Minas do Sabará...». *Livro das Esmollas...*, fl. 25v.

[19 de Abril de 1745]
«(...) recebeo o thezoureiro Manoel Rodrigues Pacheco sicoenta digo [sic] sincoenta e sinco mil e secenta reis que vierão de Pernambuco [...] deixados pelo defunto Joze Vieira de Mello...». *Livro das Esmollas...*, fl. 26 v.

[20 de Janeiro de 1747]
«(...) se recebeo de Pernambuco a quantia liquida de vinte mil novecentos e oitenta reis a conta do legado de Costodio Pereira dos Santos falecido no mesmo Pernambuco...».
Livro das Esmollas..., fls. 27-27v.

[17 de Outubro de 1749]
«(...) se recebeo com carta do P. Manoel Antonio Pinto assistente nas Minas a esmolla da quantia de duzentos noventa mil e cento e oitenta e sinco reis que em seu testamento deixou Simão Gonsalvez...». *Livro das Esmollas...*, fl. 27v.

[17 de Outubro de 1749]
«(...) se recebeo com carta do senhor Jozeph da Fonceca Silva assistente nas Minas a quantia da esmolla para as obras do Senhor Bom Jezus na sua capella procedida das medidas que desta Irmandade se lhe remeterão para as quaes derão suas esmollas os devotos que constam da lista que veio com a dita carta, e abatidas as despezas ordinarias recebemos a quantia liquida de cento e quarenta mil e quinhentos e vinte reis...». *Livro das Esmollas...*, fl. 28.

[13 de Janeiro de 1750]
«(...) foi proposto se havia mandar de fazer a obra do retabolo para o altar coleteral de Nossa Senhora das Dores por se achar em saco dinheiro de esmollas para se fazer junta huma esmolla que por vezes tem mandado do Brazil Jozeph de Affonseca e Silva e por todos foi acentado que se mandasse fazer e para esse effeito se mandarão por escriptos publicos pera se dar a dita obra; e pareceo Requial [?] e depois de varios lanços se ajustou o fazer a obra do dito retabelo pela planta que para esse effeito se mandou fazer a Coimbra pela quantia de duzentos setenta e cinco mil reis, dando o dito mestre fiança e fazendo escriptura e que se lhe daria a dita quantia em tres pagamentos...». *Livro das Eleições...*, fls. 30-30v.

[22 de Abril de 1750]
«(...) recebeo por via digo [sic] recebeo do filho de Domingos Manoel deste lugar assistente nas Minas de esmolla para as obras do Senhor Bom Jezus quinze mil reis...».
Livro das Esmollas..., fl. 28v.

[4 de Outubro de 1750]
«Recebeo-se de varios devotos assistentes nas Minas por via de Jozeph de Affonseca Silva e tambem esmolla sua a todo abatidas as despesas ordinarias (...) cento quarenta seis mil oitocentos e cincoenta reis...». *Livro das Esmollas...*, fl. 28v.

[26 de Novembro de 1751]
«Recebeo-se na frota deste anno de 1751 da esmolla que remetteo das Minas Jozeph de Affonseca Silva de si e mais devotos (...) cento e sete mil e trezentos reis...».
Livro das Esmollas..., fl. 29v.

[1752]
«Recebeo-se de huma esmolla que se mandou da cidade da Bahia de Todos os Santos por falecimento de hum sogeito (...) sincoenta mil reis...». *Livro das Esmollas...*, fl. 29v.

[4 de Abril de 1753]
«Recebeo-se na frota deste presente anno de 1753 de esmolla liquida abatidas as ordinarias despezas sento e tres mil trezentos e vinte sinco reis por mão do Reverendo Padre Manoel Leite, que das Minas remeteo de esmolla para as obras do Senhor Bom Jezus, Joze de Affonsequa Silva e mais debotos que constão da lista junta...». *Livro das Esmollas...*, fl. 30.

[28 de Novembro de 1761]
«(...) Seis mil e coatrocentos reis de esmolla para as obras do Senhor Bom Jezus que mandou Manoel da Silva Mariz hoje falecido nos Estados do Brazil...». *Livro das Esmollas...*, fl. 30v.

[24 de Agosto de 1770]
«(...) remeteo Manoel Diaz de Carvalho deste lugar asistente nas Minas por mão de seu procurador João da Costa de Carvalho, da vila de Rates a esmolla de sincoenta seis mil e quatrocentos reis...». *Livro das Esmollas...*, fl. 32.

«Aos nove dias do mes de Abril de 1771 annos recebeo esta Irmandade para hum lampadario de prata para o Senhor Bom Jezus por remessa que fez João de Amorim Pereira asistente nas Minas do Ouro Preto quatrocentos oito mil novecentos e dez reis que tinha cobrado do testamenteiro Manuel João Braga que o devia a testamentaria do defunto o capitão Jozeph de Affonceca Silva como tambem recebeo esta Irmandade o producto de huma barra de ouro secenta e dois mil settecentos secenta e quatro reis, esmolla que deu Manoel Gonçalvez Rego tambem asistente nas Minas, remessa que fez Manoel João Braga seu sobrinho, ambos naturaez deste lugar de Fão declarando ser para a dita obra do lampadario de prata..» *Livro de Esmollas...*, fl. 32.

Doc. n. 15
1712, Novembro, 26
Palácio do Deão Francisco Pereira da Silva (Biscaínhos).
A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 542, fls. 103-104.

> «Contrato de obra de pedraria do Reverendo D. Francisco Pereira da Silva, Deam nesta Santa Se com Manoel Fernandez da Silva, mestre pedreiro desta cidade.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato de obra de pedraria e obrigação virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e setecentos e doze annos aos vinte e seis dias do mes de Novembro do dito anno nesta cidade de Braga e na Rua dos Biscainhos della e cazas da morada do Reverendo Dom Francisco Pereira da Silva, Deam desta Santa Se Primasial ahi perante min tabeliam geral e testemunhas ao diante nomeadas apareserão prezentes de huma parte o dito Reverendo Deam e da outra Manoel Fernandez da Silva, mestre pedreiro morador nas quengostas de Santa Anna desta mesma pesoas por mim reconhecidas e por elle dito Reverendo Deam foi dito que elle estava contratado com elle dito Manoel Fernandez da Silva de elle lhe fazer a obra de pedraria destas suas cazas que de novo quer fazer nesta dita Rua que serão feitas na forma de hum modelo feito de papelão que para esse efeito elle dito mestre fes que esta asinado com o sobrenome de min tabeliam geral a qual obra das ditas cazas fica com a fronteira para a Rua dos Biscainhos e contenua athe a fronteira de suas cazas novas que elle dito Reverendo Deam tem para a parte do quental aonde continuara da mesma sorte e feitio que ellas estam com as janellas e portais que elle dito Reverendo Deam

ordenar ao fazer dellas com declaração que as cazas que serão de forma juntas as ditas duas que estam para a parte do quintal terão a mesma altura que ellas tem, que os meios serão mais altas do sobrado asima o que for necessario para ficarem em vinte e seis palmos excepto as paredes dos meios que subirão o que for necessario para lançarem as agoas fora a dita que mostra o modelo; sobre a caza do fogo sera feita na mesma forma e feitio em toda a largura das ditas cazas paresendo a elle Reverendo Deam que querendo-a na forma do modello ou na forma que elle dispozer digo [sic] que elle declara sera elle dito mestre obrigado a faze-la como tambem a toda a demais obra a deve atender [?] a elle dito Reverendo Deam a elle dito mestre em tempo e respeito das grossuras das paredes sera obrigado elle dito mestre a faze-las nos alisesos athe o olivel da terra de sete palmos e dahi athe o sobrado quatro e do sobrado para sima athe receber os frachais tres e meio e dos fraxais para sima de tres palmos e paresendo a elle dito mestre que em algumas paredes sera necessario mais grusora para boa segurança dellas a fara da grusura que for necessario de maneira que fiquem bem seguras, leadas, ajuntouradas e travadas para o que lhe dava elle dito Reverendo Deam por cada huma brassa de parede de trezentos palmos que he de tres palmos de grosso e des em coadro por fasses de cobrar, carretar e fazer a presso cada huma de tres mil e sento e sincoenta reis e a cal e saibro ao pe da obra que elle dito mestre sera obrigado brasar e amasar e sendo mais grossas ou delgadas pellos pal. digo [sic] pelos mesmos e apertando a grusura de tres para se demenuir ou acresentar ao presso conforme as grusoras que tiverem os vãos para cheos e cada huma das genellas da fronteira da parte do quental na forma e tamanho das que estam feitas lhe dara catorze mil reis como tambem para cada huma das mais que se fizerão da sua semelhança e por cada hum portal dos de entremeio na forma dos das cazas novas estão feitos nove mil e seiscentos reis e para cada huma janella e portais da fronteira da Rua na forma do prefil do modello das cazas lhe dara dezoito mil reis e por cada hum palmo coadro per fase de cunhais, frisos, estacos e o mais que for lizo excepto a escada de cobrar fazer e carretos a setenta e sinco reis e per cada hum palmo de cos digo [sic] palmo coadro de cornigens medido pelas mulduras a sento e vinte cinco reis; o mesmo pelas vazas, capiteis na forma do prefil e per cada hum palmo de escadaria como sam arcos intriores e mais obra que for de pico somente a sincoenta reis per cada hum palmo coadro de alquitrave medido pella modura a sem reis e per cada hum palmo coadro de entabalamento das cazas de sima a sem reis e per vinte e dois degrãos para a escada cada hum de des palmos [...] das paredes e dois e meio de paceos com busel e filires e seos coartos de palmo de alto e seos paceos tambem de padieiras para ficar tudo em vão pelo meio com seus corrimoins e cartellas e clunas para receberem o telhado que contão des palmos de alto com a grosura necessaria capiteis e vazas com seos arcos para as receberem cento e vinte mil reis, pellas jenellas do peitoril das cazas de sima per cada huma sete mil e quinhentos reis e as frestas que se fizerem escadas grandes ou piquenas a palmo coadro a setenta e sinco reis e as que forem de pico somente a sincoenta reis e que a pedra velha que ha no dito sitio lha da a elle dito mestre pella desfazer e abrir os alicerses e que sendo necessario estaquar os ditos alicerses lhe dara elle dito Reverendo Deam as madeiras feitas para elles e quarenta mil reis para os meter e asentar em todos os alicerses e no cazo que huns levam estacada e outros não lhe dara por toda a que couber comforme a cantia dos ditos corenta mil reis e outrosi lhe dara elle dito Reverendo Deam todas as madeiras necessarias para estrados a sesenta mil reis para os gendastes e que fazendo-lhe elle dito mestre esta dita obra na dita forma bem feita, prefeita e acabada com todo o primor da arte e depois de feita vista por mestres que entendão se esta feita na dita forma se obriga o dito Reverendo Deam por seus bens e rendas a lhe pagar a dita obra pelos pressos atras declarados e sera elle dito mestre obrigado a continuar logo com esta obra e a travalhar nella nos tempos convenientes para segurança della que sendo necesario a elle dito mestre para continuar com ella V. S. lhe dara o que for necesario

e do que lhe for dando se pasara elle dito mestre recibo nas costas do treslado desta que valerão como quitaçois publicas e por elle dito mestre Manoel Fernandez da Silva foi dito que na dita forma e pellos ditos pressos atras ditos se obrigava por sua pesoa e bens a fazer a dita obra na dita forma bem feita, prefeita e acabada com todo o primor da arte e que despois de feita sendo vista por mestres que entendão della e achando-lhe algum defeito se obriga a refazer por sua custa; e logo elle dito Reverendo Deam ao fazer desta perante mim tabeliam geral e testemunhas ao diante nomeadas deu e outorgou a elle dito mestre em principio de paga da dita obra para elle comesar a travalhar e cobrar pedras para ella trezentos mil reis em dinheiro de contado pela moeda de ouro e de prata corente neste reino que elle contou e recebeo em si e delles se deu como por bem pago, entregue, satisfeito para a conta do presso da dita obra e a elle dito Reverendo Deam por quites e livres delles digo [sic] se achou por quites e livres delles deste dia para todo o sempre. E hum e outro asim o deserão e outorgarão e aseitarão de parte a parte e mandarão fazer o prezente instromento e delle dar hum e muitos e os que comprir e eu tabeliam geral como pesoa publica estepulante e aseitante tudo estepulei e aseitei em nome das mais pesoas a que toca e tocar pode estando a tudo prezentes por testemunhas Antonio Lobo Veigas, da Cruz de Pedra e Belchior Antunes, estudante pagem delle dito Reverendo Deam que todos aqui asinarão e eu Manoel de Souza tabeliam geral o escrevi.
O Deão D. Francisco Pereira da Silva / Belchior Antunes / Manoel Fernandez da Silva / Antonio Lobo Veigas».

Doc. n. 16

1713, Julho, 30

Obras diversas no transepto da Sé, lado do Evangelho, tanto no interior como no exterior.

A.D.B. - *Nota Geral,* 1ª série, n. 545, fls. 136-137.

> «Contrato de obra de pedraria que fes o Reverendo Fabriqueiro da Santa See com Manoel Fernandez, mestre pedreiro.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato de obra de pedraria e obrigação virem que no anno do nasimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e setecentos e treze annos aos trinta dias do mes de Julho do dito anno nesta cidade de Braga no Terreiro da Prasa do Pão della e cazas da morada do cartorio deste officio ahi perante min tabeliam geral e testemunhas ao diente nomeadas apareserão prezentes de huma parte o Reverendo João Duarte dos Santos, Conigo Prebendado nesta Santa See Primasial admenistrador da Fabrica della e da outra Manoel Fernandez, mestre pedreiro morador na quingosta de Santa Anna desta cidade pesoas por min reconhesidas e por elle dito Reverendo Conigo Juão Duarte dos Santos foi dito que como ademenistrador que he da Fabrica desta dita Santa See estava contratado com elle dito Manoel Fernandez delle lhe fazer na dita Santa See a obra de pedraria da parede da porta travessa della pegado a capella e altar de S. Martinho na maneira seguinte a saber: hum vam em baixo de pedraria tudo de comprimento e altura e fundo como a de Santo Ouvido com o mesmo feitio e pedra e por sima outro na mesma forma e feitio que a do Senhor da Gonia que fes que comrespondendo na mesma forma e asim mais fara na parede da ilharga que olha para o mesmo altar de S. Martinho huma portada do mesmo feitio que a da sanchristia nova dando por ella serventia para o claustro o mais larga que puder ser, fechando nella huma abobeda de tejollos e na sahida para o claustro fechara hum arco com a maior largura que puder e nas costas do vão que comresponde aos de Santo Ouvido fara tambem hum arco para huma capelinha para Santo Antonio

com seu altar com capasidade para nella se poder dizer missa e os cunhais desta parede por detras serão tambem de pedraria athe sima e asim mais fara a serventia para o altar de sima onde melhor acomodar a obra que sera de degraos de pedra; sera mais obrigado a botar abaixo a parede da Rua da parte da Mizericordia e levanta-la athe a altura do coro da de S. Geraldo que gornesara com a mesma cornixa velha e limpa e lhe asentara as mesmas ameias e a parede por fora sera de pedra de cantaria na forma da de Sam Geraldo athe sima e por dentro tosca e rebocada muito bem e a porta mudara para o meio da dita parede e de huma e de outra parte lhe rasgara duas frestas dutadas da altura e comprimento que a parede premitir e para esse effeito se lhe dara as grades e para deser para a See lhe metera degraos novos os que forão necessarios e sera mais obrigado a meter hum arco de pedraria entre a dita porta da Rua e parede de S. Geraldo com capasidade de altar para se dizer missa com os degraos que para subir a elle forem necessarios e toda esta obra sera elle dito mestre a fazer por sua conta excepto a cal e grades e da-la feita e acabada por todo o mes de Fevereiro proximo vindouro do anno que vem de mil e setecentos e catorze sob penna que não a dando feita athe o dito dia digo [sic] tempo a perder trinta mil reis do presso della e para elle asim fazer toda a dita obra se obrigava elle dito Reverendo Fabriqueiro a dar-lhe por ella quinhentos e corenta mil reis e asim se obriga a dar-lhe toda a cal necessaria para ella com declaração que se a cal para a dita obra chegar a emportar sem mil reis lhe não dara elle dito Reverendo Fabriqueiro mais que quinhentos mil reis e não chegando a dita cal a emportar os ditos sem mil reis em presso dara elle dito Reverendo Fabriqueiro a dita quantia de quinhentos e corenta mil reis e lhe hira dando por conta delles o dinheiro que for necessario para hiso travalhando nella de que elle dito mestre lhe dara recibos do que for recebendo nas costas do tresllado desta que valerão como quitação publica e por elle dito Manoel Fernandez da Silva foi dito que na dita forma e no dito presso e quantia aseitava fazer as ditas obras e faze-las na dita forma bem feitas, prefeitas e acabadas athe o fim do dito mes de Fevereiro obrigava como obrigou sua pesoa e todos seos bens moveis e de rais avidos e por aver e tudo aseitava que expressamente hipotecava sob a dita penna atras e renunsiava quaisquer ferias, leis e privilegios de que se possa ajudar e hum e outro asim deserão e outorgarão e aceitarão de parte a parte e mandarão fazer o prezente instromento e delle dar hum e muitos e os que comprir. E eu tabeliam geral como pesoa publica, estipulante e aseitante tudo estipulei e aseitei em nome das mais pesoas a que toca e tocar pode estando a tudo prezentes por testemunhas Antonio Lobo Veigas, da Cruz da Pedra e Manoel da Costa, solicitador dos Chãos de Sima que todos aqui asinarão e eu Manoel de Souza tabeliam geral o escrevi. E declarou elle dito Reverendo Fabriqueiro que a pedra para a dita obra sera da da calidade da pedra de S. Martinho e ahi o declarou e asinarão testemunhas sobreditas sobredito o escrevi.
O Conigo Fabriqueiro João Duarte Santos / Manoel Fernandez da Silva / Manoel da Costa / Antonio Lobo Veigas».

Doc. n. 17

1713, Agosto, 19

Torre lanterna do cruzeiro da Sé.

A.D.B. - *Nota Geral,* 1ª série, n. 545, fls. 185-186.

> «Contrato de obra de pedraria da capela maior da Santa See do Reverendo Fabriqueiro com Manoel Fernandez da Silva, mestre pedreiro.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato de obra de pedraria e obrigação virem que no anno do nasimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e sete-

centos e treze annos aos dezanove dias do mes de Agosto do dito anno nesta cidade de Braga no Terreiro da Prassa do Pão della e cazas do cartorio deste officio ahi perante min tabeliam geral e testemunhas ao diante nomeadas apareserão prezentes de huma parte o Reverendo João Duarte dos Santos, Conego Prebendado nesta Santa See Primasial ademenistrador da Fabrica della e da outra Manoel Fernandez da Silva, mestre de pedraria morador na quingosta de Santa Anna desta cidade pesoas por mim reconhesidas e por elle dito Reverendo ademenistrador foi dito que como Fabriqueiro da dita Santa See estava contratado com elle dito mestre Manoel Fernandez da Silva em lhe lhe [sic] fazer a obra de pedraria do zimborio no cruzeiro da capela mor da dita Santa See na forma do risco que para esse effeito se fes que estava asinador por elle dito mestre e por elle dito Reverendo Fabriqueiro excepto as figuras dos cantos e frizo que ham-de ser de madeira mas per de novo digo [sic] mas per detras dellas ha-de levar seus pillares de pedraria em que hão-de emcastar as ditas figuras e toda a parede per fora e per dentro ha-de ser de emxalaria lavrada e sobre a parede ha-de levar por fora tambem de pedraria sua gurneção de papo de rolla e toda esta obra ha-de dar digo [sic] obra dara feita e acabada athe o fim do mes de Janeiro do anno que vem de mil setecentos e catorze sob penna de perder vinte mil reis do presso della e per ella asim fazer bem feita, prefeita e acabada na forma do risco lhe dara elle dito Reverendo ademenistrador seiscentos e sincoenta mil reis ficando elle dito mestre obrigado a por tudo o necessario para a dita obra e somente para a cal lhe dara elle dito Reverendo ademenistrador de mais do dito presso quinze mil reis e asim mais lhe dara oito mil reis de cal e fresta que elle dito mestre disse se lhe devia do tempo do Reverendo Conigo Bento Masiel, Fabriqueiro que foi da dita See e tudo o mais para a dita obra pora elle dito mestre por sua conta a que tocar a pedraria que constar de tudo e que nesta forma estava ajustado e contratado com elle dito mestre e por elle dito mestre Manoel Fernandez da Silva foi dito que na dita forma e pelo dito presso e quantia atras declarada se obrigava a fazer a dita obra e a faze-la bem feita, prefeita e acabada athe o dito tempo atras declarado na forma do dito risco obrigava como obrigou sua pesoa e todos seos bens moveis e de rais, abidos e per aver e terço de sua alma que tudo expressamente hipotecava sob penna que não a dando feita e acabada athe o dito tempo de perder do presso della os ditos vinte mil reis e de pagar a elle dito Reverendo ademenistrador todas as perdas e dannos que per respeito da dita obra receba e renunsiava quaisquer ferias, leis e privilegios de que se possa ajudar e por elle dito Reverendo ademenistrador foi dito que comprindo elle dito mestre com tudo atras dito e fazendo a dita obra na forma do dito risco bem feita, prefeita e com toda a segurança obrigava os bens e renda da dita Fabrica a lhe fazer o dito presso atras dito sam e de pax e a lhe hir dando todo o dinheiro que for necessario para contenuar com ella do que elle dito mestre lhe dara recibos nas costas desta que valerão como quitação publica e declarou elle dito Reverendo ademenistrador que a outra obra para abrigar o Santo Agostinho que consta da escreptura que elle dito mestre tem feito justa per necessario feita primeiro fica removida a obrigação della para dipois que elle dito mestre acabar esta a puder comesar a faze-la dentro de outro tanto tempo como na mesma escreptura se lhe dava que comessara a correr depois que elle acabar esta e hum e outro asim o diserão e outorgarão e asinarão de parte a parte e mandarão fazer o prezente instromento e delle dar hum e muitos a que comprir e eu tabeliam geral como pesoa publica e estepulante e aseitante tudo estepulei e aseitei em nome das mais pesoas a que toca e tocar pode estando a tudo prezentes por testemunhas Andre Pereira Soares, do Campo de Santa Anna, e João da Costa Catanco [?] da Rua de S. Marcos que todos aqui asinarão e eu Manoel de Souza tabeliam geral o escrevi.

O Conigo Fabriqueiro João Duarte dos Santos / Andre Pereira Soares / Manoel Fernandez da Silva / João da Costa».

Doc. n. 18

1715, Maio, 31

Capela de S. Sebastião das Carvalheiras.

A.D.B. - *Tabelião Público,* 1ª série, n. 109, fls. 136v-138.

> «Contrato de obra de pedraria da cappella de S. Sebastião dos Carvalhos desta cidade do Senado da Camara com Manoel Fernandez da Silva, mestre de pedraria.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato de obra de pedraria e obrigação virem que no anno do nasimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos e quinze annos aos trinta e hum dias do mes de Maio do dito anno nesta cidade de Braga em caza da Camara della onde estavão vindos em corpo de Camara os Regedores della Gregorio Jozeph da Silva Gaio e Francisco de Souza Castro, Corregedor do dito Senado Pedro Rodrigues, a que prezidia o Dr. Juiz de Fora desta Corte Antonio Crarvalho [?] de Campos ahi perante min tabelião e testemunhas ao diante nomeadas aparecerão prezentes de huma parte os ditos Regedores e Procurador da Camara e da outra Manoel Fernandez da Silva, mestre de pedraria morador Atras de Sam Marcos desta dita cidade todos pessoas de min tabelião reconhecidas e logo por elles ditos Regedores e Procurador da Camara foi dito que por lhe pertencer ao mesmo Senado o fazer a obra da igreja e capella de São Sebastião dos Carvalhos desta cidade estavão contratados digo [sic] cidade mandarão por a lanços a dita obra para lançar vandos [sic] que quem quizesse lançar na obra da dita cappella que se havia de fazer de novo que fosse dar seu lanço por que havia de se rematar a quem por menos a fizesse e na forma da planta que para isso se fes e não ouvera que nella desse outro lanço mais que o dito Manoel Fernandez da Silva que na dita obra lansara feita na forma da planta e ajuste que por hum papel se fes settecentos mil reis dando o Senado por sua conta os carretos e por não haver quem mais barata a fizesse se ajustarão e contratarão os ditos Regedores e Doutor com o dito mestre Manoel Fernandez da Silva de este lhe fazer a dita obra da cappella do martir S. Sebastião dos Carvalhos na forma oitavada pela parte de dentro com as mesmas esquadrias e forma que mostra o prefil que se fez em Vianna com paredes feitas em grossura de tres palmos e meio de grosso e trinta palmos de alto das soleiras asima em largura reta de trinta e dous palmos pela parte de dentro com suas sacrestias na forma da planta e tamanho o que der a sobredita largura e portas travessas na mesma forma e a princepal descontando a cada pessa o que lhe tocar para cada couza fique em sua igualdade e medida e pela parte de fora sera na mesma forma oitavada com as entradas e escoadrias na mesma forma da planta ou prefil em altura de trinta palmos como da parte de dentro se declara; e sera a cappella mor de abobeda de tijollo dobrado e a sacristia na mesma corrente da capella com as serventias por antre a parede como tambem a dita trebuna e coro e suas serventias na forma da planta e o mesmo os pulpetos como mostra a planta e o alpendre que mostra a planta sera fechado das ilhargas e somente tera huma porta naquelle lugar que sera a prencipal e levarão as paredes todas por dentro e por fora e se podera o dito mestre aproveitar da pedra velha da dita cappella para a dita obra ou para o que mais quezer. E elles Regedores serão obrigados a dar-lhe os carretos da dita pedra por conta do Senado e a ter-lhe a fonte com agoa sempre e lhe darão por toda a dita obra settecentos mil reis em tres pagas a saber: no principio da dita obra huma paga e tendo-a meia feita outra paga e no fim da dita obra perfeita e acavada a ultima paga tudo em dinheiro de contado moeda corrente deste reino e a tudo asim cumprir e satisfazer com a dita obra deu elle dito mestre Manoel Fernandez da Silva que se obrigava como obrigou por sua pessoa e todos os seus bens moveis e de rais havidos e por haver e terço de sua alma que tudo expressamente hipotecava a fazer a dita obra na forma atras dita e da dita planta com as

declarações aqui declaradas e elles Regedores tudo asim aseitarão e obrigarão os bens e rendas do dito Senado da Camara a satisfazer ao dito mestre Manoel Fernandez da Silva o dito preço e mais encargos na forma declarada. E declararão huns e outro que a respeito da paga do dinheiro da dita obra serão elles Regedores obrigados a darem logo a terça parte dos ditos settecentos mil reis e tanto que elle dito mestre tiver a terça parte da dita obra feita lhe darão elles Regedores outra terça parte feita digo [sic] terça parte do dito dinheiro e tendo elle dito mestre feito duas terças partes da dita obra feita não sera obrigado a contenuar a dita obra sem que elles Regedores lhe consignem a ultima terça parte do dito dinheiro preço principal da dita obra e sera obrigado o dito mestre a dar a dita obra feita athe o fim de Maio do ano que vem tal não declararão [sic]. E hum e outros asim o dicerão e outorgarão e aseitarão de parte a parte e mandarão fazer o prezente instromento e eu tabelião como pessoa publica estipulante e aseitante tudo estepulei e aseitei em nome das mais pessoas a que toca e tocar pode sendo testemunhas prezentes Manoel Pereira, Jozeph Gomes, goardas do dito Senado que todos asegnarão e Manoel Farcalhão o escrevi. E declararão elles Regedores que o segundo pagamento se fara do dinheiro das esmolas prometidas. E esta foi lida e outorgada em 27 de Agosto do dito ano, sobredito o escrevi.
Manoel Fernandez da Silva / Campos / Gajo / Castro / Rodrigues / Manoel Pereira».

Doc. n. 19

1715, Julho, 3
Frestas da nave central da Sé.
A.D.B. - *Nota Geral,* 1ª série, n. 554, fls. 66-66v.

> «Contrato da obra das frestas da Santa See que fas o Reverendo Fabriqueiro com Manoel Fernandez da Silva, mestre pedreiro.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato de obra e obrigação virem que no anno do nasimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos e quinze annos aos tres dias do mes de Julho do dito anno nesta cidade de Braga no Terreiro da Prassa do Pam della e cazas do Cartorio deste officio ahi perante mim tabeliam geral e testemunhas ao deante apareseram prezentes de huma parte o Reverendo Doutor João Duarte dos Santos, Reitor do Seminario Conigo Prebemdado nesta Santa See Primasial e ademenistrador da Fabrica della e da outra Manoel Fernandez da Silva, mestre de pedraria morador Atras de Sam Marquos desta mesma e por elle dito Reverendo ademenistrador foi dito que elle estava contratado com elle dito Manoel Fernandez da Silva delle lhe fazer catorze frestas nas paredes do corpo da dita Santa See do mesmo comprimento, altura e feitio das do Coro da mesma See duas entre cada vam dos arcos de huma e outra parte e por baixo das soleiras das ditas frestas e das do Coro pela parte de fora metera hum pasadisso de dois palmos e meio de largo e de feitio do do zimborio o qual passadisso de huma e outra parte por fora da See ha-de correr desde o zimborio athe topar nas torres onde ha des digo [sic] onde lhe ha-de abrir serventia para subir a elles tudo por presso de sincoenta mil reis cada duas frestas com o pasadisso de cada vam dos arcos e so elle Reverendo Fabriqueiro sera obrigado a lhe mandar azimbrar os arcos do cruzeiro e fazer e desfazer por sua conta os telhados pela parte de dentro da See per baixo das frestas mandara meter elle dito mestre meter humas sacadas com largura proposionada do feitio das da baranda de dentro do zimborio ou melhor se puder ser a presso cada brassa destas sacadas de tres mil reis e sera obrigado a dar a dita obra acabada por todo o mes de Setembro deste prezente anno sob penna de perder do presso della corenta mil reis e elle Reverendo Fabriqueiro lhe da tambem a pedra

que tirar das paredes e per conta do presso desta obra lhe tem ja dado elle dito Reverendo Fabriqueiro vinte e oito mil e oitocentos reis os quais elle dito mestre confisou ter ja em si recebido a qual obra sera obrigado a fazer com toda a perfeição e segurança da dita See e por elle dito mestre Manoel Fernandez da Silva foi dito que na dita forma e dentro do dito tempo se obrigava a fazer a dita obra na forma atras declarada com toda a perfeição e segurança e a tudo asim comprir e satisfazer pelos pressos atras declarados obrigava como obrigou sua pesoa e todos seos bens moveis e de raiz avidos e per aver e terço de sua alma que tudo expressamente hipoteca sob penna que não a dando feita, prefeita e acabada dentro do dito tempo de perder do dito presso della os ditos corenta mil reis e de pagar de mais a elle dito Reverendo Fabriqueiro todas as perdas e dannos que por esse respeito receber e renunsiava quaisquer ferias, leis e privilegios de que se possa ajudar e por elle dito Reverendo Fabriqueiro foi dito que comprindo elle dito mestre com tudo o atras dito obrigava os bens e rendas da dita Fabrica a lhe fazer o pagamento da dita obra bem e de pax e a lhe fazer os pagamentos dellas comforme elle dito mestre correr com ella. E hum e outro asim disserão e outorgarão e aseitarão de parte a parte e mandarão fazer o prezente instromento e delle dar hum e muitos e os que comprir e eu tabeliam geral como pesoa publica estipulante e aseitante tudo estipulei e aseitei em nome das mais pesoas a que toca e tocar pode estando a tudo prezentes por testemunhas Manoel da Costa, solicitador morador aos Penedos dos Chãos e Manoel Pereira Roza, samchristão nesta Santa See que todos aqui asinarão e eu Manoel de Souza tabeliam geral o escrevi. E declaração afirmada do Reverendo Fabriqueiro com elle dito mestre que as brassas da cornige da parte de dentro se entende a cada brassa de des palmos de comprido com sua largura e grossura pelo presso ja foi dito e que pelos vão que sam sinco onde não vão frestas lhe dara pelo pasadisso da parte de fora sinco mil reis e que toda esta obra dara elle dito mestre feita, prefeita e acabada athe o fim de Outubro primeiro vindouro deste prezente anno e asim declararão testemunhas abaixo, testemunhas as sobreditas sobredito o escrevi.
O Conigo Fabriqueiro João Duarte dos Santos / Manoel Fernandez da Silva / Manoel Pereira Roza / Manoel da Costa».

Doc. n. 20

1717, Maio, 3

Remate da fachada da capela de S. Vicente.

A.D.B. - *Tabelião Público,* 1ª série, n. 42, fls. 28-29.

> «Contrato que fez a Irmandade de São Vicente com Manoel Fernandez da Silva, mestre de pedraria sobre a obra da fronteira da igreja do dito Santo.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato e obrigação ou como em direito milhor nome e lugar haja virem que sendo no anno do nasimento de Noso Senhor Jezus Christo de mil e setecentos e dezassete annos aos tres dias do mes de Maio do dito anno nesta cidade de Braga e na caza da Meza da Irmandade do martir São Vicente della que he na igreja do dito santo ahi perante min tabellião e testemunhas ao diante nomeadas e asinadas aparesseram prezentes de huma parte Antonio de Oliveira, da Rua dos Chãos de Baixo desta cidade Juis que de prezente he da dita Irmandade de São Vicente com os mais Irmãos do serviço da Meza della abaixo asinado que todos estavão juntos em Meza e da outra parte Manoel Fernadez da Silva mestre de pedraria desta cidade todos pesoas de min taballião reconhecidas e logo pellos ditos Juis e mais Irmãos da Meza da dita Irmandade foi dito que elles puzeram a lansos a obra de pedraria que falta na fronteira da dita igreja de São Vicente para efeito de a manda-

rem fazer e darem a mestre a fizesse e que por não acharem pesoa que com mais comodo a fizesse do que o dito Manoel Fernandez da Silva, mestre de pedraria que a queria fazer por preso de duzentos e sincoenta mil reis em dinheiro dando-lhe a dita Irmandade somente toda a cal necessaria tinhão acentado em Meza de lhe dar a dita obra pello dito preso a quoal obra vinha a ser toda a que falta pera acabar a fronteira da dita igreja que seria feita na forma do prefil que ao fazer desta se mostrou que vai asinado por min taballião e pello dito mestre e pello Juis e escrivão da dita Irmandade com declarassão que nos dois cantos das ilhargas serão duas figuras na forma que de huma parte se ve no prefillo e que para a dita obra não darão elles officiais da dita Irmandade material algum mais do que a cal necessaria e juntamente todos os mais aprestos que tem a caza que ja serviram na mais obra como tambem alguma pedra lavrada e por lavrar que se acha ja junto da dita igreja que estava ja para a dita obra excepto as frestas da igreja velha o que isso reservavão para si e que feita a dita obra tornara elle dito mestre a entregar a Irmandade os aprestos que se lhe entregarem na forma em que ficarem e que nesta forma tinham ajustado com o dito mestre e por que elle tinha aceito querião que do ajuste della se fizesse escriptura publica em comprimento do que por este prezente publico instromento disserão elles ditos Juis e mais Irmãos da Meza da dita Irmandade que davão como derão a dita obra na forma asima declarada e pello dito preço de duzentos e sincoenta mil reis ao dito mestre Manoel Fernandez da Silva para elle fazer na forma atras declarada e logo pello dito mestre Manoel Fernandez da Silva foi dito que na dita forma aceitava a dita obra e se obrigava a faze-la na forma atras declarada pello dito preso de duzentos e sincoenta mil reis em dinheiro e mais couzas atras declaradas e que se obrigava a da-la feita no fim do mes de Outubro primeiro vindouro com declaração que lhe dara a dita Irmandade logo em principio da paga sincoenta mil reis para comessar a dita obra e ao dipois quarenta mil reis cada mes athe ajustar a dita quoantia de duzentos e sincoenta mil reis. E declararão asim os ditos officiais da dita Mesa da dita Irmandade como tambem o dito mestre que se elle dito mestre não desse a obra acabada no dito tempo perderia sincoenta mil reis do preso della e na mesma forma tambem se os officiais da dita Irmandade lhe faltarem com a cal e elle dito mestre tivesse por isso com algum determi. digo [sic] algum detrimento emcorrerião na mesma penna de sincoenta mil reis pera elle dito mestre e asim o disserão e outorgarão e mandarão fazer o prezente instromento nesta nota e delle dar hum e muitos e os que comprir e eu taballião como pesoa publica estipullante e aseitante tudo estipullei e aceitei em nome das mais pesoas a que toca e tocar pode estando a tudo prezentes por testemunhas Domingos Gonçalves, alfaate da Rua dos Chãos de Baixo desta cidade e Paullo Araujo, sarralheiro morador atras desta cappella de São Vicente que todos asinarão com elles outorgantes e eu Domingos Pereira da Costa tabalião que o escrevi.
[Seguem várias assinaturas entre as quais a de *Manoel Fernandez da Silva].*»

Doc. n. 21

1717, Dezembro, 15
Aljube de Braga.
A.D.B. - *Nota Geral,* 1ª série, n. 566, fls. 95v-97v.

> «Contrato de obra do Aljube novo que fes o Reverendo Doutor Manoel Carneiro de Lima Vigario Geral nesta Corte Procurador do muito Illustrissimo Senhor Arcebispo Primas com Manoel Fernandez da Silva, mestre de pedraria.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato de obra de pedraria do Aljube novo e obrigação virem que no anno do nasimento de Nosso Senhor Jezus Cristo

de mil setecentos e dezasete annos aos quinze dias do mes de Dezembro do dito anno nesta cidade de Braga nos Passos Arcebispais della ahi perante min tabeliam geral e testemunhas ao diente nomeadas apareserão prezentes de huma parte o Reverendo Doutor Manoel Carneiro de Lima, Dezembargador na Relação desta Corte Vigario Geral nella e o Doutor João Esteves de Carvalho, Procurador Geral da Mitra e Dezembargador na dita cidade e da outra Manoel Fernandez da Silva, mestre pedreiro morador Atras de S. Marcos desta dita cidade pesoas por mim reconhecidas e por elles ditos Reverendo Doutor Manoel Carneiro Lima e João Esteves de Carvalho foi logo aprezentado hum escripto do Illustrissimo Senhor Dom Rodrigo de Moura Telles Arcebispo Primas desta Corte cujo theor delle de verbo adverbum he o seguinte: 'Na consederação [...] da cadea do Aljube e do muito que as pesoas que estam nella ainda padicião mais que como prezos pellas descomidades que exprementão temos detriminado mandar edificar novo Aljube no sitio ja detreminado junto a cadea do Castello para o qual ja se acha feita a planta pello Coronel Emgenheiro Manoel Pinto Villa Lobos e por que para a rematação da dita obra se ha-de fazer escriptura concedemos poderes e facilidades ao Reverendo Doutor Vigario Geral Manoel Carneiro de Lima e ao Doutor Procurador Geral da Mitra João Esteves de Carvalho para asertarem a dita escriptura e asinarem e nella ajustarem as quantias com o mestre pedreiro Manoel Fernandez ou com outros quaisquer que tomarem a dita obra na forma da planta e apontamentos feitos pello dito Coronel com as seguranças necessarias e do dinheiro que estiver pertensente as despezas em poder do thesoureiro dellas se mandarem dar ao dito Manoel Fernandez ou a outros mestres que tomarem a dita obra a que se ajustarem na dita escriptura e ao que não chegar o dinheiro das despezas lhe mandamos satisfazer dos rendimentos da nossa Mitra e determinarem ao dito Manoel Fernandez ou outros que tomarem a dita obra do Aljube asim para que a hão-de dar acabada e prefeita da maneira que se posam pasar para elles os prezos que nesse tempo a forem no Aljube ou na cadea donde esteverem. Braga, catorze de Dezembro de mil setecentos e dezasete. Arcebispo Primas.' a que me reporto fica junto ao tresllado desta por vertude da qual deserão elles ditos Reverendo Doutor Manoel Carneiro de Lima e João Esteves Carvalho que estavão contratados com elle dito mestre Manoel Fernandez da Silva de elle fazer a dita obra do Aljube novo no sitio do Terreiro da igreja dos Terceiros que a Caza serve de Alfandega a saber: a fronteira do dito Aljube em sima da parede da barbacam ficando o vam do dito Aljube entre ella e o muro do dito castello na forma da planta e apontamentos que para esse effeito fizera o Coronel Emgenheiro o dito Manoel Pinto Villa Lobos e da planta que fes para a dita obra os quais apontamentos ficão os principais juntos ao tresllado desta asinados pelos digo [sic] asinados por elles ditos Reverendos Dezembargador Geral e Procurador Geral da Mitra e pello dito mestre Manoel Fernandez da Silva e numerados e rubricados e reconhecidos por min tabeliam geral os quais apontamentos contem de tres adisois a saber, a principal que he da obra de pedraria e a segunda da madeira e a outra da ferrage todas feitas por ciensa [?] delle dito Coronel Emgenheiro e por elle asinados cuja letra eu tabeliam geral reconheci ser dito Emgenheiro o Coronel Manoel Pinto Villa Lobos e que na forma da dita planta e apontamentos, grusuras e alturas de paredes, grandeza de poucas, jenellas grusuras de grades vecinas [sic] de madeiras sera elle dito mestre obrigado a fazer a dita obra sem falta nem demenuição alguma de que constão os ditos apontamentos e planta de boa pedra e madeira bem feita e segura e para elle asim fazer a dita obra de pedraria, madeira e ferragens, telhado e sobrado e de tudo o mais necessario excepto cal tudo na forma da planta e apontamentos se lhe dara des mil cruzados de dinheiro dos prezos que estiver em poder do thesoureiro delles e adonde elle não chegar se lhe satisfara pelos rendimentos das rendas da Mitra Primas na forma da escreptura do Illustrissimo Senhor Arcebispo Primas em pagamentos conforme elle dito mestre for continuando com a dita obriga digo [sic] com a dita obra e por conta do dito presso e ajustes se lhe tinha ja dado a elle dito mestre em principio da obra hum conto de reis que elle confesou ter arecebido da mão do thezoureiro della

Manoel Fernando Picado por ordem delle dito Dezembargador Vigario Geral e o demais restante se lhe hira satisfazendo comforme prefaça tocar a cada mes do tempo que ha-de dar feita a dita obra com declaração que sendo necessario fazer-lhe mais algum acresentamento alem do que se contem na dita planta e apontamentos se lhe pagara o que justamente for avaluado que elle mere-se como temção de sua Illustrissima mandar fazer alguma demenuição na grusura dos ferros das grades ou em outra qualquer obra das declaradas na planta e apontamentos se lhe fara abitimento no presso por sua justa vallia descontando-se-lhe do presso principal o que for abatido e para a dita obra por quanto fara elle dito mestre tudo o que for necessario para ella excepto a qual que ella se lhe dara como tambem os ferros do Aljube velho a qual obra sera obrigado elle dito mestre obrigado a dar feita e acabada de tudo o necessario com a chave na mão aos de sua Illustrissima athe dia de Natal do anno que ha-de vir de mil setecentos e dezoito sob penna que não a dando feita no dito tempo detriminado de perder do presso della sem mil reis e por cada mes que dahi em diente for faltando sem a dar feita perdera trinta mil reis e depois de feita a dita obra ou em qualquer tempo que se fara ver por mestres que o entendão se esta bem digo [sic] se esta ou vai feita na forma da dita planta e apontamentos achando-se-lhe algum defeito o refara elle dito mestre outra vez a sua custa e por elle dito mestre Manoel Fernandez da Silva foi dito que na dita forma e dos ditos apontamentos e planta se obrigava a fazer a dita obra bem feita e segura dentro do dito tempo pelos ditos des mil crozados debaixo de todas as clauzulas, condesoins, pennas e obrigaçoins atras estepulladas e ao comprimento de tudo obrigava como obrigou sua pesoa e todos seos bens moveis e de rais avidos e per aver e terço de sua alma que tudo expressamente hipoteca-va sob as pennas atras e para comprimento de tudo se sobmetia debaixo das sentenças expreças delle dito Reverendo Doutor Vigario Geral e mais justiças desta cidade e renunsiava juizo e jus-tisa e toda e quaisquer ferias, leis e previlegios de que se possa ajudar e por elle dito Reverendo Doutor Manoel digo [sic] Dezembargador Geral e Procurador Geral da Mitra foi dito que comprin-do elle dito mestre com todo o atras dito obrigava os rendimentos das ditas despenças e das ren-das da Meza Primas a lhe fazerem o pagamento da dita obra bom e de pax na forma atras declarada. E huns e outros asim o disserão e outorgarão e aseitarão de parte a parte e mandaram fazer o prezente instromento e delle dar hum e muitos e os que comprir e eu tabeliam geral como pesoa publica estepulante e aseitante tudo estepulei e aseitei em nome das mais pesoas a que toca e tocar pode estando a tudo prezentes por testemunhas Antonio Lobo Veigas, da Cruz de Pedra e o dito Coronel Manoel Pinto Villalobos que todos asinarão e eu Manoel de Souza tabeliam geral o escrevi. Manoel Carneiro de Lima / João Esteves de Carvalho / Manoel Fernandez da Silva / Manoel Pinto de Vilalobos.

E declaro que o dito mestre Manoel Fernandez da Silva recebeo a planta da dita obra que vai em duas mejas de papel em foral assinadas por elle dito Reverendo Dezembargador Geral e Pro-vedor Geral da Mitra e pelo dito Emgenheiro e mestre pedreiro e por mim tabeliam geral e co-mo tambem o tresllado dos apontamentos e de como os recebeo asinou aqui comigo Manoel de Souza tabeliam geral o escrevi. Manoel Fernandez da Silva.»

Doc. n. 22

1718, Março, 27

Capela de Nossa Senhora de Guadalupe.

A.D.B. - *Tabelião Público,* 2ª série, n. 70, fls. 90-91.

«Contrato de obra da Comfraria de Nosa Senhora de Agoadelupe com Manoel Fernandez.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato de obra de pedra-ria e obrigasão virem que no anno do nasimento de Noso Senhor Jezus Christo de mil setecen-

tos e dezoito annos aos vinte e sete dias do mes de Marso do dito anno nesta cidade de Braga e na cappella de Nosa Senhora de Agoadelupe desta cidade ahi estando juntos o Juis e mais officiaes da dita Comfraria da mesma Senhora adiante asignados de huma parte e da outra Manoel Fernandez da Silva, mestre de pedraria morador na Rua de Tras São Marcos desta cidade todos de mim tabeliam reconhesidos por elles dito Juis e mais offissiaes da dita Comfraria foi dito estavão comtratados com o dito mestre Manoel Fernandez da Silva de elle fazer a capella da dita Senhora de novo no mesmo sitio e lugar donde esta situada a cappela da Senhora se ha-de desfazer para se fazer a que de novo o dito mestre ha-de fazer de toda a pedraria nesesaria na forma da planta e apontamentos do risco que se deu ao dito mestre que elles ditos offissiais da dita Comfraria asignarão a quoal sera de largura de trinta e sinco palmos fora dos cascos das cappelas para o que lhe dara a dita Comfraria per cada brassa de parede que for de grosura de oito palmos a quatro mil e oitosentos reis que fazem oitosentos palmos e toda a parede que se fizer menos da dita grosura dos ditos palmos se pagara ao dito mestre a brasa comforme a grosura que tiver respeitando aos palmos que se demenuir da dita grosura a respeito do preso dos quoatro mil e oitosentos reis de sorte que asim como demenuir a grossura da parede assim demenuira no dito preso o que a respeito de cada palmo tocar e pella escoadria labrada se daria ao dito mestre per cada palmo labrado a sincoenta reis e per cada palmo de cornige a sem reis e per cada palmo de alquitrave a satenta reis e para toda a dita obra lhe dara a Comfraria toda a cal nesesaria e chegar-lhe a esquadria digo [sic] e chegar-lhe a pedra esquadria que o dito mestre Manoel Fernandez da Silva mandar cortar ou quebrar por sua conta no territorio da dita cappela sendo capas para iso e da mesma sorte toda a alvenaria que emquanto ouver pedra no dito territorio a tirara nelle ou seja de penedos ou de outra qualquer sorte de alvenaria e não fara delle e a dita cappela fara o dito mestre segura com bomas paredes e esquadria na altura que os offissiais da dita Comfraria lhe disserem imda que seja fora da planta que se lhe deu sendo nesesario o tal acresentamento para melhor perfeisão da dita cappela sera tudo medido não por elles e na sobredita forma faria o dito mestre toda a dita obra pellos presos asima declarados que comesara a fazer logo e continuar com ella emquanto os offisiais da dita Comfraria lhe pagarem que estiver e faltando-lhe com o tal pagamento e deixando elle dito mestre de continuar com ella por esa cauza nem para iso serão obrigados os herdeiros do dito mestre dar satisfasão a acabar a dita cappela no cazo que elle satisfasa antes a dita obra se acabe e quando os offesiais da Comfraria quizerem continuar com a tal obra serão obrigados ao dezer do dito mestre e por se averem per acomodado pellos ditos presos asim de alvenaria como escadria e outrosim darão ao dito mestre todo o dinheiro que lhes pedir e for nesesario para continuar com a dita obra e a pagamentos de dois em dois meses e inda antes diso se pareser a quoalquer das partes e os que faltarem a este comtrato pagara ao que por esta estiver sem mil reis de penna comvensional e sera a dita cappela feita no sitio adonde se tem asignallado e na forma da planta que dito fica e apontamentos asima declarados e a tudo elles ditos offisiais da dita Comfraria que hora são e ao diante e elle dito mestre tudo asim comprirem fazer e pagar obrigavão como obrigarão elles ditos offisiais da dita Comfraria bens e renda da dita Comfraria e elle dito mestre sua pesoa e todos os seus bens moveis e de rais avidos e per aver e tersso de sua alma tudo expresamente hipotecavão sob penna de pagarem os que a esta faltarem alem da dita penna atras todas as perdas e dannos e aos que por esta estiverem. E declararão elles ditos offisiais e mestre que os vãos per cheio que se hão-de pagar não se entende o do arco cruzeiro e cappela maior e arco cruzeiro e mais cappellas que estes se não pagarão e os mais sim e a tudo asim cumprirem e satisfazerem obrigavão suas pesoas e bens na forma asima dita renunsiando juizos e justissas de seu foro e quoaisquer ferias, leis previlegios de que se posão ajudar que de nada poderão huns e outros uzar antes tudo cumprir e satisfazer como dito he sem falta alguma ao que hipotecavão os offisiais da dita Comfraria os bens della e o dito mestre todos os seus bens da mesma maneira atras com pacto de os não poderem ven-

der nem alhear durante o tempo desta obrigasão e que vendendo-os huns e outros alheando-os que a tal venda e valleasão seja feita nulla e per nenhum presso de que a esta obrigassão e huns e outros asim diserão e outorgarão e aseitarão de parte a parte e mandarão fazer o prezente instromento e delle dar um e muitos e os que comprir e eu tabelião como pesoa publica estepulante e aseitante que tudo estepulei e aseitei em nome das mais pesoas a que toca e tocar pode estando a tudo prezente por testemunhas Lionel de Lima Carvalhais, morador no Sardoal do Campo de Santa Anna cidadão desta cidade e Francisco da Costa, morador no dito Campo de Santa Anna que todos asignarão e era o Juis da Comfraria Miguel Gomes de Abreu e os mais offisiais della abaixo asignados e eu Custodio de Oliveira tabalião que o escrevi. E não fasa demenuida asi a menda que dis da Silva que estava verdade, sobredito o escrevi.
Miguel Gomes de Abreu / O Padre Luias de Oliveira / Francisco Rodrigues / Manoel Costa Machado / Ignacio Dias da Motta / João da Rocha Leite / Leonel de Lima Carvalho / Francisco da Costa / Manoel Fernandez da Silva.»

Doc. n. 23

1719, Janeiro, 28

Capela-mor e sacristia da igreja de Rio Mau e sacristia da igreja de Travassós. A.D.B. - *Nota Geral,* 1ª série, n. 571, fls. 181-182v.

> «Contrato de obra de pedraria da capela mor e samcrestia da igreja de S. Martinho de Rio Mau que o Reverendo della [sic] com Manoel da Silva.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato de obra de pedraria e obrigação virem que no anno do nasimento de Nosso Senhor Jezus Cristo de mil e setecentos e dezanove annos aos vinte oito dias do mes de Janeiro do dito anno nesta cidade de Braga no Terreiro da Prasa do Pão della e cazas do Cartorio deste officio ahi perante min tabeliam geral e testemunhas ao diante nomeadas apareserão prezentes o Reverendo Domingos Carvalho, Abbade de S. Martinho de Rio Mau concelho de Portela das Cabras e da outra Manoel Fernandez da Silva, mestre de pedraria morador Atraz de Sam Marcos desta cidade pesoas por min reconhesidas e por elle dito Reverendo Abbade foi dito que estava contratado com elle dito mestre Manoel Fernandez da Silva delle lhe fazer a obra da capella mor e sancristia da sua igreja de S. Martinho de Rio Mau tudo porpossionado ao corpo de sorte que não so sera preporsseonado nas medidas da altura, comprimento e largura mas tambem sera cornigem de pedra pela parte de dentro e de fora, cunhais de pedra apilarados suas frestas com suas vidrassas que terão redes de arame amarello, empenna crus e piramidas como as do corpo da igreja, altar de pedra, presviterio com seos degraos ladrilhada de escoadria forrrada de tumba de madeira de castanho, goarda po emmadeirada tudo de castanho, telhado pregado na forma do que tem o corpo da igreja de carcella rebocada por dentro e por fora de cal e area, hum miclozinho [sic] junto do altar para por as galhetas e as paredes serão de coatro palmos de largo feitas como as do corpo da igreja e tambem lhe fara huma samcrestia que ficara por detras da capella mor para o que ficara a porta no lugar em que a dispoem [...] tera hum corredor com parede de tres palmos de largo, duas frestas com suas vidrassas seos cunhais e cornigem de pedra lavrada e samcrestia tera hum labatorio de pedra com seu esgicho bem feito hum almario para calses e misais com seos repartimentos e portas com fechaduras e chaves o que se entende huma porta e fechadura do almario e outra da entrada da samcrestia e terão o corredor e samcristia sua cornigem por fora de papo de

rolla e serão forrados de madeira de castanho e tera a samcristia huma fresta com sua vidrassa e rede de arame amarello e terão as paredes a grussura necessaria para sua firmeza com telhado rebocado como o do corpo da igreja e serão o corredor samcristia lageados e para segurança de tudo fara hum paredão bem fundado para a parte dos Nugras [sic] per ser ladeira e fara hum cano para a rega da agoa que de prezente vai por detras da capela mor ou a pora em forma que fique sempre com o luco [sic] capas para se regar e passar a dita agoa ou seja por debaixo da samcrestia ou por fora e serão as paredes da samcristia e corredor rebocadas por dentro e por fora de cal e area. Tambem lhe fara a samcristia da anexa de Sam Martinho de Travasos com as medidas de alto, comprido e largo conforme o corpo da dita capela mor e tera hum lavatorio de pedra com o seu esguicho, fresta e vidrassa, almario para os calses e misais com porta e fechadura forrada de madeira castanha, lageada cahada e rebocada telhada com boa telha na forma da igreja anexa. As portas do almario e samcrestia terão suas chaves e fechaduras e serão de madeira castanho e por lhe asim fazer a dita obra de tudo o necessario dem. digo [sic] de todo o necessario na forma dita com a chave na mão lhe dara trezentos e corenta mil reis em dinheiro de contado os quais cobrara elle dito mestre Manoel Fernandez da Silva da mão de Jasinto da Silva Coelho, mercador e morador a Porta do Souto desta cidade, a saber: sem mil reis logo para principio da dita obra e o mais restantes lho digo [sic] restantes hira cobrando da mão do dito Jasinto da Silva Coelho a corenta mil reis cada mes e elle dito mestre sera obrigado a dar a dita obra feita e acabada dentro de seis mezes que principiarão des o primeiro de Fevereiro proximo vindouro por diente sob penna que não a dando feita no dito tempo de perder do presso della corenta mil reis aplicados para a donataria [...] do Reverendo Abbade Jozeph Correia defunto e alem do dito presso lhe da elle dito Reverendo Abbade toda a pedra, madeira, telha e ferragens que de prezente tem a samcrestia e capella mor da igreja de Rio Mau ficando só para elle dito Reverendo Abbade o retabollo almario da samcrestia e taburnos e por elle dito mestre foi dito que na dita forma, presso e tempo atras dito se obrigava a fazer a dita obra de tudo o necessario na forma dita bem feita, prefeita e segura na forma que pedir a arte a tudo asim comprir a saber fazer obrigava como obrigou sua pesoa e todos seos bens moveis e de rais avidos e per aver e terço de sua alma que tudo expressamente hipotecava sob penna atras declarada e renunsiava quaisquer ferias, leis e previlegios de que se possa ajudar estando outrosi prezente o dito Jasinto da Silva Coelho outrosi pesoa por min reconhesida por elle foi dito que elle se obrigava a satisfazer os ditos digo [sic] a elle dito mestre os ditos trezentos e corenta mil reis na forma atras declarada os quais serão a conta de trezentos e sincoenta mil reis que Jozepha de Ribeiro [?] viuva que ficou do Doutor Manoel da Costa Maia, moradora na Rua do Carvalhal e era obrigada dar a elle dito Reverendo Abbade por hum termo declaração que entre si fizeram e satisfeitos os ditos trezentos e sincoenta mil reis elle dito Reverendo Abbade a da por desobrigada de toda a obra da capela mor e samcristia da igreja de Rio Mau e da anexa digo [sic] e da samcristia da anexa de Sam Martinho de Travassos e reparo e conserto das cazas do Mato e a tudo a si comprir satisfazer a elle dito mestre comprindo elle com tudo o atras dito disse elle dito Jasinto da Silva Coelho que se obrigava como obrigou por sua e bens digo [sic] por sua pesoa e bens sob penna de lhe pagar todas as perdas e danos que por esse respeito receber. E huns e outros asim o diserão e outorgarão e asseitarão de parte a parte e mandarão fazer o presente instromento e delle dar hum e muitos e os que comprir e eu tabeliam geral como pesoa publica estepulante e aseitante tudo estepulei e asseitei em nome das mais pesoas a que toca e tocar pode estando a tudo prezentes por testemunhas António Lobo Veigas, da Cruz de Pedra, e Verisimo da Rocha, da Rua da Agoa que todos asenarão e eu Manoel de Sousa tabeliam geral o escrevi.
O Abbade Domingos de Carvalho e Araujo / Jacintho Coelho da Silva / Verissimo da Rocha / Manoel Fernandez da Silva / Antonio Lobo Veigas.»

Doc. n. 24

1719, Maio, 1

Capela de Nossa Senhora de Guadalupe.

A.D.B. - *Tabelião Público,* 1ª série, n. 42, fls. 133v-135v.

«Contrato dos officiaes da Confraria da Senhora da Agoadalupe com Manoel Fernandez da Silva, mestre de pedraria.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato e obrigaçam virem que sendo no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e setecentos e dezanove annos ao primeiro dia do mes de Maio do ditto anno nesta cappella da Senhora da Goadolupe que fica sercumvizinha da cidade de Braga e no arabalde della ahi perante mim tabeliam e testemunhas ao diante nomeadas e asinadas apareserão presentes de huma parte Francisco de Souza de Menezes cidadão desta cidade, Juis que de presente he da Comfraria da Senhora da Goadalupe e os mais officiais da dita Comfraria abaixo asinados que todos forão juntos para o cazo ao diante declarado e da outra Manoel Fernandez da Silva, mestre pedreiro desta mesma cidade todos pesoas de mim tabeliam reconhecidas e por elles todos e cada hum foi dito que elles ditos officiais da dita Comfraria estavão contratados com elle dito Manoel Fernandez da Silva, mestre de pedraria delle lhe fazer huma cappella nova para a dita Senhora da Agoadalupe e sua Comfraria no mesmo monte e citio em que esta a velha quoal cappella sera feita pela forma e maneira dos riscos que pera ella se fizeram em que elles ditos officiaes da dita Comfraria estavão asinados com elle dito mestre pedreiro Manoel Fernandez da Silva e eu tabeliam tambem os rubriquei cujos riscos estam em dous papeis e tera a dita cappella trinta e coatro palmos asim de comprido como de largo e isto se entendia por dentro de cunhal a cunhal e tera de alto vinte e sette palmos athe a cornige e esta tera coatro palmos de alto que entraram nos vinte e sete e boara um palmo e tres coartos de palmo e os cunhais por dentro tera tudo dous palmos e hum coarto de largo e os capiteis e vazas seram comforme mostra a planta doricos e levara coatro pilares entre os cunhais na forma que mostra o prefilo da planta dos quoais os primeiros dous na frente da cappella maior começão os pulpitos com seus padrastais em baixo com seus frizos e sera o rompido da porta do pulpito de nove palmos com seu frizo por sima e concha que servira de guarda po tornejara este pilar na cornige e na relega de meio palmo como tambem o mesmo pillar o quoal asentara sobre elle hum plinto de altura de tres palmos para receber humas estatuas que ao dipois se porão; e tera coatro arcos iguais combem a saber: a cappella maior com o seu comrrespondente e coleterais no quoal arco principal levara huma tarja como mostra a planta, terão os coatro arcos iguais dezasete palmos em vão e de alto trinta e seis; a cappela maior tera de comprido dezasete palmos e o seu comrespondente tera sete palmos de comprido athe a porta principal. As cappellas coletrais que ficam dentro dos arcos teram de largo doze palmos e de alto vinte e coatro e todas as larguras dos arcos sam sem as vazas sem o pilar, os cunhais da parte de dentro levaram suas almofadas do cappitel, a vaza como tambem os arcos que cai sobre elles na comrespondencia dos pilares dos pulpitos levara em cada hum huma fresta com seu frizo e concha e na comrespondencia do pulpito; os arcos das cappellas coletrais levaram outros inferiores abaixo da cornige que serviram em forma de cappella com nichos com sua abobeda de tijolo, pilares, vazas e capiteis comforme mostra a planta; na volta deste arco levara hum cachorro, levara por detras destas cappellas duas samchristias que teram de vão sete palmos os quoais subiram athe a cornige de fora entre os quoais ficara uma tribuna com sua fresta pera a parte de dentro da igreja; a cappella maior tera duas portas para serventia da samchristia tera sobre ellas duas frestas de altura de seis palmos e coatro de largo, tornejará a cornige por dentro a cappella

maior como tambem tornejara o comrespondente com as mesmas duas portas huma para a mesma escada de caracol que subira athe o coro com lus e chegara a cornige de fora para servidão do telhado e sahir á cornige de dentro; tera a porta principal quinze palmos de alto e sete de largo, sobre ella asentara hum frizo com tres cachorros que receberam hum arco para a tribuna ou coro que tera de largo o arco doze palmos e de alto nove o quoal arco tera seus pilares com suas bazas e capiteis comforme mostra a planta pellos figuras que nella [...] capiteis, pulpitos, cornige de dentro e de fora em cuja forma sera elle mestre obrigado a fazer e teram as paredes de groso sinco palmos exceto a da cappella maior como tambem o seu comrrespondente e sanchrestia que estes teram de largo tres palmos; teram as samchristias duas frestas cada huma que deem lus bastante huma em baixo outra em sima outra na trebuna; sera a cappella maior lagiada com seus degraos como mostra a planta como tambem os colatrais em que levaram seu degrao para subir ao altar. Levara a igreja hum sopodal pera receber as grades, teram no pasadiço para a samchrestia duas portas em comrrespondencia pella parte de fora e nas portas do coro huma para a escada como fica dito e na comrrespondente sera todo o disteito [sic] que permitir a parede para recolhimento de alguma fabrica. Levara huma fronteira ou fronteespecio na forma como mostra a planta principiando em tres arcos que tera de alto o prinsipal dezouto palmos e nove de largo e os comrrespondentes teram honze de alto e seis e meio de largo feitos com suas cunhas; sobre o arco principal levara huma sacada que recebera huma janella de altura de nove palmos e quatro e meio de largo sobre a quoal levara seu timpano comforme mostra a planta levara duas cartelas nas ilhargas da janella que caeham na sacada a qual sacada tera suficiencia para se andar nella levara dous pilares das bandas que toquem na cornige a quoal cornige tornejara no lugar delles sobre a quoal asentaram duas piraminas no meio da quoal fronteira ou fronteespicio levara hum campanario para o sino de altura de outo palmos com dous padrastais das bandas e bolas asima e huma targe que acompanha o dito campanario com sua concha e asima [?] e tambem pora duas pias para a agoa benta no lugar onde melhor convier. Tera toda esta obra de alto por fora trinta e outo palmos em que entrara a cornigem e que nesta forma faria elle mestre a dita obra da dita cappella e a pedra sera boma e as corniges serão livres de quebraduras e que pella dita obra lhe daram setecentos e trinta mil reis e a pedra chegada ao pe da obra porem a quebradura sera por conta delle mestre e elle dito mestre tambem dara para a dita obra a cal e a area e sendo o mais necessario de sorte que a dita Comfraria so ha-de ser obrigada a chegar a pedra da escoadria ao pe da obra e tambem a pedra da alvenaria que faltar ao dispois de quebrada toda a pedra que se achar dentro do sercuito da dita cappela, e que a dita pedra da alvenaria que faltar sera elle mestre obrigado a quebra-la o mais perto que puder ser a contento da Comfraria para evitar grandes carretos e que dara feita e acabada a dita obra dentro de hum anno que comessa de hoje em diante e que os materiais da cappella velha ficaram a Comfraria e que o dito preço da dita obra o pagaram elles officiais a elle mestre dentro do dito anno fazendo-lhe pagamento cada mes do que a cada mes tocar por conta a respeito do dito preço e que não dando elle mestre a dita obra acabada na dita forma dentro do dito anno digo [sic] a respeito do dito preço e nesta forma se ajustaram o sobreditos officiais da dita Comfraria e mestre pedreiro a elles se obrigou a fazer a dita obra na dita forma e da-la feita e acabada dentro do dito tempo e pellos ditos officiais da dita Comfraria foi dito que obrigavão os bens e rendas da dita Comfraria prezentes e futuros ao pagamento da dita obra e por elles darem satisfeita com o preço della como tambem a tudo o mais que fica a cargo delles officiais darem para a dita obra na forma que atras se declara e que esta obrigaçam faziam em nome seu e dos officiais que sucederem na dita Comfraria e hum e outro assim o disserão e outorgaram e aceitarão de parte a parte e mandaram fazer o prezente instromento nesta nota e delle dar hum e muitos e os que comprir e eu tabeliam como pesoa publica estepullante e aseitante tudo estepullei e aceitei em nome das mais pessoas a que toca

e tocar pode estando a tudo prezente por testemunha Vicente Dias, ourives da Rua do Chão de Trigo desta cidade e Antonio Correia Pinto da mesma Rua dos Chãos de Baixo que todos asinarão com elles outorgantes. E declararão que elle mestre tambem poria uma faixa de pedra de escoadria na dita cappella em redondo pello pe da cappella na forma que pede a planta. Eu Domingos Pereira da Costa tabeliam que o escrevi. E declararão que elle mestre não sera obrigado a fazer abobeda alguma na dita cappella mais do que a abobeda das cappellas colletrais nem lagiado do corpo da cappella mais do que o que ja fica declarado e que tambem não sera obrigado elle mestre a grade de ferro alguma para a dita obra. E asim tornarão a declarar testemunhas sobreditas e asinarão e eu sobredito Domingos Pereira da Costa tabeliam que o escrevi.
Manoel Fernandez da Silva / Tezoureiro Manoel Machado / Francisco Rodrigues, Mordomo / Manoel Rebello da Costa, Procurador / João da Rocha Leite / Vicente Dias / Antonio Correia Pinto.»

Doc. n. 25

1720, Junho, 4
Igreja do Convento de Nossa Senhora de Penha de França.
A.D.B. - *Nota Geral,* 1ª série, n. 579, fls. 101-102v.

> «Contrato da obra da igreja do Mosteiro da Penha de França com Manoel Fernandez da Silva, mestre pedreiro.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato de obra de pedraria e obrigação virem que no anno do nasimento de Nosso Senhor Jezus Cristo de mil setecentos e vinte annos aos coatro dias do mes de Junho do dito anno nesta cidade de Braga no Campo de Santa Anna no Colhimento das Madres da Penha de França ahi perante mim tabeliam geral e testemunhas ao diante apareserão prezentes de huma parte a Madre Maria do Sacramento, Regente deste dito Recolhimento e mais Madres do governo delle ao diante asinadas e da outra Manoel Fernandez da Silva, mestre pedreiro morador Atraz de Sam Marcos desta cidade pesoas por mim reconhecidas e por ellas ditas Madre Regente e mais Madres Deputadas foi dito que ellas estavão contratadas com elle dito Manoel Fernandez da Silva de elle lhe fazer a obra de pedraria da sua igreja deste dito Recolhimento na maneira seguinte: que sera feita a dita igreja no comprimento e largura que mostra a planta como tambem da atura digo [sic] como tambem da altura e grusura de coatro palmos de terra asima os alecerses serão fundos atherra [sic] firme as soleiras da porta prencipal ficara em olivel do pasadisso destes bancos que vai pello Campo na sua fronteira para que fique todo o pavimento da igreja livre das immundissas das agoas, tudos os alicerses terão para cada parte em grosura mais hum palmo de sapata a parede que devide o Convento da Caza do Confeseonarios e samcristia tera da terra asima athe o sobrado tres palmos e meio e do sobrado para sima tres palmos com os seus licerses na forma dita, a porta da igreja a que estava na igreja velha sim acresentada para ficar na largura que mostra a planta e a altura dupla e limpo e hum escudo das armas de Sua Illustrissima as mais escodrias serão na forma e tamanho que mostra a planta e toda sera bem lavrada de escoda serão as cornigens de dentro na forma do dezenho da pedra e por fora para a parte da Rua ou do Campo de Santa Anna sera de papo de rolla levara em penna sobre as grades do coro e outra sobre o arco cruzeiro e outra sobre a capela maior com suas cruzes e peradimas e rufos o corpo da capella maior e cruzeiro athe o degrao que mostra a planta sera lageado e presviterios, arco de trebuna a samcrestia com seu

lavatorio, frestas e portais para o que darão ellas Reverendas Madres tudo digo [sic] darão grades de ferro que elle mestre asentara cada huma em seu lugar. Tambem darão ellas madres toda a cal para asentar as escoadrias e todas as paredes seram de barro que elle mestre dara por sua conta e toda a pedra que tiver as cazas velhas gastara elle mestre na obra da igreja excepto os portais, janellas e simalhas que tem as ditas cazas que lhas tirara elle mestre e pora dentro na sua serca dellas Madres para ellas se aproveitarem della na obra que lhe paresser; as paredes de canto serão continuadas somente athe a largura da igreja velha de huma e outra parte com as frestas que lhe tocar as escadas que na planta se ve dezenhadas serão feitas de madeira somente asentara elle mestre cada huma hum degrao de pedra para principiar as ditas escadas e do corredor da samchristia que sobe para a trebuna sera repartida de prepianho com sua porta por baixo para despejos da samcrestia aproveitar-se-ha elle mestre de toda a escodria que tem a fronteira da igreja velha e asentara o campanario que ha feito sobre parede nova da igreja ou caza dos confesionarios em o lugar mais conveniente para acomodação do Convento dara elle mestre tuda a pedra que faltar para a dita igreja na forma da planta e prefil aproveitando-se somente do que asima fica dito fara todas as paredes de barros que tambem dara por sua conta e saibro somente e querendo ellas madres mostrar ou fazer alguma obra fora do que esta dito ou mostra a planta sera obrigado elle dito mestre a faze-la pelo presso que logo se ajustar ou depois avalluar e quando para esse efeito seja necessario desfazer alguma obra da que estava feita sera por conta dellas Reverendas Madres. Fara elle mestre os tres cunhais de baixo das tres empennas de huma fasse dois e de duas fasses hum que he o do arco cruzeiro que ha-de sair mais do Campo terão suas vazes e capiteis e metera hum cunhal dos da igreja ao direito da cabessa do coro para a parte do Campo de Santa Anna e fara as paredes do coro da banda dentro na dereitura do cunhal de fora na forma que detriminou a vista de Sua Illustrissima a qual obra fara elle mestre com toda a prefeição e segurança na dita forma e da dita planta dentro de oito mezes proximos seguintes ou o mais perto que puder ser e por ella asim fazer lhe darão ellas Reverendas Madres novecentos mil reis com prencipio a conta do pagamento dellas para continuar com a dita obra lhe deram ellas ditas Madres a elle dito mestre ao fazer destes dozentos mil reis em dinheiro de contado que elle contou e recebeo em si e delles se deu por bem pago, entregue e satisfeito e a ellas ditas madres por quites e libres delles deste dia para todo o sempre e o mais restante do dito presso lhe hirão dando ellas ditas madres conforme elle dito mestre for concluindo com a dita obra e dar pagamentos que lhe forem fazendo lhe dara elle dito mestre recibo para no fim da dita obra lho levarem em conta e por elle dito mestre Manoel Fernandez da Silva foi dito que na dita forma e pello dito presso se obrigava a fazer a dita obra dentro do dito tempo bem feita, prefeita e segura e a tudo asim comprir e goardar obrigava como obrigou sua pesoa e tudos seos bens moveis e de rais avidos e por aver e terço de sua alma que tudo expressamente hipotecava sob penna de pagar de penna nome della a ellas ditas Madres tudas as perdas e danos que por esse respeito meter e renunsiava quaisquer ferias, leis e previlegios de que se possa ajudar e huns e outros asim o disserão e outorgarão e aseitarão de parte a parte e mandarão fazer o prezente instromento e delle dar hum e muitos e os que comprir e eu tabeliam geral como pesoa publica estepulante e aseitante tudo estipulei e aseitei em nome das mais pesoas a que toca e tocar pode estando a tudo prezentes por testemunhas o Padre Custodio Antunes de Barros, do Campo da Senhora Abranca desta cidade e o Padre João Luis, coreiro na Santa See desta cidade de que tudos asinarão e eu Manoel de Souza, tabeliam geral o escrevi. E declaro que a dita planta da dita obra fica asinada por mim tabeliam geral e por elle dito mestre as quoais sam duas huma que he planta da obra e outra que he o prefil de hum prelongo que ambas ficão a elle dito mestre, testemunhas as sobreditas sobredito o escrevi.»

[Seguem várias assinaturas, entre as quais a de *Manoel Fernandez da Silva*].

Doc. n. 26

1720, Novembro, 26

Hospital de S. João Marcos.

A.D.B. - *Nota Geral,* 1ª série, n. 582, fls. 71-73.

«Contrato de obra de pedraria do Hospital de S. João Marcos com Pascoal Fernandez e seu filho Manoel Fernandez da Silva.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato a obra de pedraria e obrigação virem que no anno do nasimento de Nosso Senhor Jezus Cristo de mil setecentos e vinte annos aos vinte e seis dias do mes de Novembro do dito anno nesta cidade de Braga na Caza da Santa Meziricordia della ahi estando juntos em Meza o Doutor Diogo Borges Pachequo, Dezembargador e Chanceler mor na Relação desta Corte Provedor desta Santa Caza e o Reverendo Affonso de Meira Carrilho, Abbade Reservatario de Fonte Boa Provedor do Hospital de Sam João Marcos e mais senhores da Meza desta santa Caza como ademenistradores desta Santa C. digo [sic] ademenistradores do dito Hospital de huma parte e da outra Pascoal Fernandez e seu filho Manoel Fernandez da Silva, mestres de pedraria desta cidade pesoas por min reconhecidas e por elles ditos senhores Provedores e mais senhores desta Santa Caza foi dito que para melhor comodo da comvalesensia dos pobres emfermos do dito Hospital de Sam Marcos desta cidade como ademenistradores delle estavão contratados com elles ditos mestres pedreiros Pascoal Fernandez e seu filho Manoel Fernandez da Silva de elles lhe fazerem a obra nova de pedraria para a sua comvalesensa dos ditos pobres emfermos do dito Hospital e melhor recolhimento das cazas delles na maneira seguinte: que elles ditos mestres serão obrigados a fazerem a dita obra de pedraria e tijollo na forma da planta e apontamentos que para esse efeito se fizerão que estam asinados por elles ditos Procuradores e por elles ditos mestres e por min tabeliam geral com toda a prefeição de boa pedraria de pedra e cal e elle digo [sic] e cal tudo por sua conta no que toca a pedraria e somente elles senhores da Meza que hora sam e ao diente forem lhe darão para a dita obra ao pe della toda a cal necessaria e o tijollo para abobeda e tudo o mais sera por conta delles ditos mestres e se ao brir dos alicerses sahir algum saibro ou pedra elles ditos mestres se ajudarão delles para a dita obra e por ella asim fazerem bem feita e segura na forma das ditas plantas e apontamentos lhe darão elles ditos senhores da Meza desta Santa Caza que hora sam e ao diente forem por cada brassa coadra de alvenaria de trezentos palmos corporios como sustilha nesta provinsia a dois mil e dozentos reis e por cada brassa covita de terra que se abrir nos alicerses que he sem palmos corporios a oitocentos reis e por cada brassa coadra de perpianho tosco que he de sem palmos em coadro cada brassa tres mil e dozentos e por cada brassa coadra de reboque que tambem he de sem palmos coadros sento e sesenta reis e por cada brassa coadra de abobeda de tijollo de sem palmos coadros cada brassa de feitio dando-se-lhe o tejollo mil e coatrocentos reis e por cada brassa coadra de sem palmos de lagiado da baranda lavrado de ambas as partes sinco mil reis e por cada brassa coadra dos mesmos sem palmos do lagiado labrado so por huma parte de picom dois mil e oitocentos reis e por cada brasa corrente de des palmos em comprido do que soquo pelos pes das pontas tambem de picão mil e novecentos reis e por cada brassa corrente de des palmos em comprimento e de talude lizo que corre no andar dos sobrados sendo de picão meudo mil e seiscentos reis e por cada brassa corrente de des palmos de comprido cada brassa de papo de pomba do entabalamento desta obra dois mil e quinhentos e por cada brassa corrente do mesmo comprimento do frizo do emtabalamento que corre sobre as colunas do claustro e sobre os arcos tres mil e quinhentos e por cada bras-

sa corrente de des palmos de cano tosco para vazão das agoas do pateo do claustro dois mil e quinhentos e cada coluna do claustro com sua vaze e capitel toscanno tres mil e quinhentos e cada arco de claustro com suas pilastras com vazas e capiteis toscanos dezasseis mil reis cada arco dos que atravesam o claustro seis mil reis cada porta nas paredes de seis palmos de grosso on*ze mil reis cada janella piquena* nas mesmas paredes seis mil e quinhentos cada fresta nas mesmas paredes de seis palmos de grosso nove mil e quinhentos cada porta nas paredes de coatro palmos de grosso nove mil reis cada fresta nas mesmas paredes sete mil reis cada porta nas paredes de tres palmos de grosso oito mil reis cada frestas nas mesmas paredes de tres palmos seis mil reis cada janella pequena nas mesmas paredes oito mil reis cada bravicel que for necessario para se travejar cento e sincoenta cada palmo de degrau lizo para a escada que dese da cozinha cento e vinte e por cada palmo de degrau com seu busil cento e oitenta e pela chamine da cozinha dez mil reis e pella valla para vazam das agoas da cozinha mil e quinhentos e pello ado de baixo da despensa donde ha-de fazer a galinheira que ha-de de [sic] ser riscado oito mil reis e pela porta do carro como mostra a planta dezaseis mil reis e por cada repeza das que ham-de sustentar a baranda des mil reis e por cada arco tosco que fizer nas letrinas sete mil reis e por cada brassa coadra de trezentos palmos corporios que desmanchar das paredes velhas cento e oitenta e por cada brassa corrente parapeito da baranda do claustro com seus frizos de dois palmos de comprido seis mil e quinhentos e por cada brassa corrente de des palmos e cunhais de cantaria e de dois palmos e meio de largo dois mil e quinhentos e que toda esta obra serão elles ditos mestres obrigados a fazerem-na pellos ditos pressos em que estam ajustados de a fazer e que avendo mais alguns acresentamentos alem do que mostra a planta e apontamentos de alguns goarda roupas nas paredes ou chamenes que serão necessarios para melhor perfeição da dita obra elles ditos mestres serão obrigados aos fazer pello presso da mais obra dos ditos apontamentos e a dita obra se medira vam por cheo e cheo por vam e serão elles ditos mestres obrigados a comesar e continuar com a dita obra no principio do mes de Março primeiro vendouro do anno que vem de *mil e setecentos e vinte e um e darem-na feita, perfeita e acabada* no que lhe toca a sua obrigação dentro de dois annos e meio e dahi por diente sob penna que deixando de continuarem na dita obra continuamente para o efeito de se acabar dentro dos ditos dois annos e meio de se meterem oficiais nella a custa delles ditos mestres a maior [...] sem *elles para isso serem mais sitados, chamados, nem requeridos e so pagarião* ao dito Hospital todas as perdas e dannos que por esse respeito receber e por elles ditos mestres Manoel Fernandez digo [sic] mestre Pascoal Fernandez e seu filho Manoel Fernandez da Silva foi dito que na dita forma aseitavam ao fazer a dita obra pelos ditos pressos atras declarados dentro do dito *tempo bem feita, prefeita e segura* e a tudo asim comprir e satisfazer obrigavão como obrigarão suas pesoas e todos seus bens moveis e de rais avidos e por aver e terço de suas almas que tudo expressamente hipotecavam sob penna de pagarem ao dito Hospital todas as perdas e danos que por esse respeito receber e renunsiavão quaisquer ferias, leis e previlegios de que se possão ajudar e pellos senhores da Meza foi dito que comprindo elles ditos mestres na forma atras dita obrigavão os bens e rendas desta Caza a lhe fazerem os pagamentos da dita obra bem e de pax e huns e outros asim o disserão e outorgarão e aseitarão de parte a parte e mandarão fazer o prezente instromento e delle dar hum e muitos e os que comprir e eu tabeliam geral como pesoa publica estepulante e aseitante tudo estepulei e aseitei em nome das mais pesoas a que toca e tocar pode estando a tudo prezentes por testemunhas Semão da Cunha e Manoel de Araujo, servos desta Caza que todos asinarão e eu Manoel de Souza, tabeliam geral o escrevi».

[Seguem várias assinaturas entre as quais as de Pascoal Fernandes, em cruz, e de *Manoel Fernandez da Silva*].

Doc. n. 27

1723, Fevereiro, 21

Fachada e torres da Sé.

A.D.B. - *Nota Geral,* 1ª série, n. 594, fls. 83-85.

> «Contrato de obra de pedraria das torres da Santa See desta cidade que fas o Illutrissimo Senhor Arcebispo Primas com Manoel Fernandez da Silva, mestre pedreiro.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato de obra de pedraria e obrigação virem que no anno do nasimento de Nosso Senhor Jezus Cristo de mil e setecentos e vinte e tres annos aos vinte e hum dias do mes de Fevereiro do dito anno nesta cidade de Braga no Terreiro da Prassa do Pão della e cazas do Cartorio deste officio ahi perante min tabeliam geral e testemunhas ao diante nomeadas apareserão prezentes de huma parte o Reverendo Antonio Felgueira Lima, Conigo Prebendado nesta Santa See Primasial ademenistrador da Fabrica della e da outra Manoel Fernandez da Silva, mestre pedreiro morador na Rua de Sam Marquos digo [sic] morador Atras do Hospital de Sam João Marcos desta cidade pesoas por mim reconhesidas e por elle dito Reverendo Conigo Antonio Felgueira Lima foi logo aprezentado uma procuração a elle feita do Illustrissimo Senhor Dom Rodrigo de Moura Telles, Arcebispo Primas desta Corte e por elle asinada cujo theor della de verbo adeverbum he o seguinte: 'D. Rodrigo de Moura Telles por mersse de Deos e da Santa See Apostolica Arcebispo e Senhor de Braga Primas das Hespanhas do Concelho de Estado del Rei meu Senhor e ja sobmiller da Cortina e guarda porquanto o mesmo cuidado que nos obriga a tratar do bem espiritual da nossa Diosezi nos costrange tambem a solicitaçam siozamente o material aseo e desensia desta nossa See seja cabessa depois que bem ficaramos com aquella apredicil e lostoza fe a movera como ja se acha em tanto que a quem nella entra levanta o pensamento aos louvores de Deos querendo que as primeiras vistas do Ceo fronteespisio emculquem na magnefisensia as excelensias que dentro emserra a que consegninamos fabricando de novas torres que ja por desproproseonada ja por rohunozas dis [sic] ja por ruinozas estava solositando as nossas atensois ao seu reparo sem embargo do muito que temos despendido nas presedentes obras da mesma See antes como inestigando-nos aquellas despesas a imformação de que a reparação de huma das torres pertensse a Fabrica da mesma See e a outra ao Senado da Camera desta Corte quezemos tomar por nossa conta o despendio de ambas por consederarmos que os rendimentos da Fabrica da mesma See sam os nada poucos para a satisfação das obras e muitos empregos a que os tem aplicado o Reverendo Conigo Antonio Felgueira Lima, Fabriqueiro della e que a Camera desta cidade se acha empenhada com as obras que tem feito convinientes ao bem publico e por estas razões ajustamos com o mestre pedreiro Manoel Fernandez da Silva a fabrica das ditas torres acabada comforme a planta que nos mostrou e nos asertamos por presso e quantia de honze mil e novecentos de que logo ao fazer da escreptura cobrara e arecadara dois e os mais hira cobrando do Reverendo Conigo Antonio Felgueira Lima como tezoureiro geral da nossa Mitra proprosionalmente aos mezes e conforme a continuação ou custo da obra a qual dara prefeita e acabada de tudo o necessario a sua custa, cuidado e deligencia a huma prefeição como na previa que sera tal que se concluera dentro de hum anno que comesara a correr do dia da dita escreptura publica em diente ou antes de se acabar o dito anno se puder ser e para esta se selebrar com o dito mestre com todas as clauzulas asima referidas e mais requezitos em direito necessarios e com todas as condessois, feanças e seguranças que serão convenientes para a melhor concluzão desta obra feita por ordem nossa ha custa das rendas da nossa Mitra por aquellas razões que ponderamos, queremos

e constetuhimos por este alvara de procuração nosso bastante procurador ao Reverendo Conigo Antonio Felgueira Lima administrador da nossa Caza para que em nosso nome como se prezente foramos selebre e ajuste com o dito mestre Manoel Fernandez da Silva contrato da escriptura desta obra na forma sobredita e a podera asinar e fazer todos os mais atos consernentes a boa segurança e so digo [sic] segurança e estabelesimento della para o que lhe concedemos os poderes que em direito nos sam premetidos e para entregar ao dito mestre no ato da dita escriptura a dita quantia de dois mil cruzados de que nella se dara por entregue e pasara quitação a conta do emportante do dito ajuste. Dado em Braga sob nosso sinal e sello de nossas armas aos des de Fevereiro de mil setecentos e vinte e tres e eu Felix da Silva de Oliveira, notario de Sua Illustrissima Primas a escrevi de seu expesial mando. Arcebispo Primas' Alvara de Procuração porque Vossa Illustrissima he servido conceder poder ao Reverendo Conigo Antonio Felgueira Lima para selebrar com o mestre Pedreiro Manoel Fernandez da Silva a escriptura de contrato para a obra das torres e fronteespisso da Se Primas na forma asima para vossa Illustrissima dar celebrar a que me reporto que tal [?] me ja entregou a vista do qual o lhe elle dito Reverendo Conigo Antonio Felgueira Lima estava contratado com elle dito mestre Manoel Fernandez da Silva de elle lhe fazer a obra do fronteespissio desta Santa See de Braga e torres na forma de um prefil ou dezenho que para esse efeito se fez com a declaração de huns apontamentos asinados todos pelo dito Illustrissimo Senhor Primas e pello digo [sic] mestre por min tabeliam geral e por elle Reverendo Conigo Antonio Felgueira Lima que na forma do dito prefil e dezenho e declaração por apontamentos se obrigava elle dito mestre a fazer a dita obra bem feita, prefeita e acabada com toda a segurança na forma dos ditos apontamentos e prefil por pressos e quantia dos ditos honze mil crozados pagos na forma que declara o Alvara de procuração do dito Illustrissimo Senhor a qual obra se obriga elle dito mestre a dar feita, prefeita e acabada de todo necessario do feitto desta a hum anno proximo seguinte sob penna que não a dando feita, prefeita e acabada dentro do dito tempo de perder do presso della a terça parte e depois della feita sera vista por dois mestres que a entendam se esta feita segura na dita forma dos ditos apontamentos e dezenho e achando-se-lhe algum defeito se reformara a custa delle dito mestre e logo ao fazer desta perante mim tabeliam geral e testemunhas elle dito Reverendo Conigo deu e entregou a elle dito mestre dois mil cruzados em dinheiro de contado pela moeda de ouro e de prata corrente neste Reino que elle contou e recebeo em si e delle se dava como deu e ouve por bem pago, entregue e satisfeito e ao Illustrissimo Senhor recibo a sua Meza por quites e libres delles deste dia por tudo sempre o mais tambem lhe hira dando na forma atras e por elle dito mestre Manoel Fernandez foi dito que na dita forma e pello dito presso atraz declarado aseitava a dita obra e a faze-la bem feita, prefeita e acabada com toda a segurança athe o dito tempo obrigava como obrigou sua pesoa e todos seus bens moveis e de rais avidos e por aver e terço de sua alma que tudo expressamente hipotecava sob as pennas atras que huns e outros requerirão [...] ouvir tudo valha como nesta se contem e renunciava quaisquer ferias, leis e previlegios de que se possa ajudar e hum e outro asim o disserão e outorgarão e aseitarão de parte a parte e mandarão fazer o prezente instromento e delle dar hum e muitos e os que comprir e eu tabeliam geral como pesoa publica estepulante e aseitante tudo estepulei e aseitei em nome *das maes pesoas a que toca e tocar pode estando a tudo prezentes por testemunha* o Reverendo Semão Barboza de Almeida e o Reverendo Costodio Ferreira Velho ambos Conigos nesta Santa Se que todos asinarão e eu Manoel de Souza, tabeliam geral o escrevi.
Manoel Fernandez da Silva / Antonio Felgueira Lima / Simão Barboza de Almeida / Custodio Ferreira Velho.»

Doc. n. 28

1724, Março, 19

Palácio do Cónego António Felgueira Lima, em Viana do Castelo.

A.D.V.C. - *Livro de Notas,* 4.33.1.23, n. 8, fl. 87.

«Saibam quantos este publico instromento de escritura de declarasam de outra, e obrigação ou como em direito milhor nome e lugar haja e valer se possa virem como no anno de nasimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e vinte e quatro annos aos dezanove dias do mes de Março do dito anno e nesta muito notavel villa de Vianna da Fos do Lima e cazas da morada de Antonio Gonçalvez Lima aonde eu tabeliam vim e ahi em minha presença e das testemunhas no fim desta nomeadas ahi apparecerão prezentes e outorgantes apparecerão prezentes e outrogantes [sic] Jeronimo de Oliveira e seu irmão Manoel de Oliveira, mestres pedreiros e moradores nesta dita vila pessoas de min tabeliam reconhecidos pellos proprios de que dou fee e por elles foi dito e disserão que elles tinhão tomado ao Muito Reverendo Conigo Antonio Felgueira Lima que o he na Santa See Primas a obra de pedraria e cantaria das suas nobres cazas que quer erigir no Eirado de São Domingos desta mesma villa na comformidade de huma escritura de obrigação e contrato feita nestas notas em o vinte e outo de Dezembro do dito an. digo [sic] do anno proximo passado de mil e setecentos e vinte e tres o que supposto como pello Reverendo e dito Conigo Antonio Felgueira Lima se tinha dado nova forma a feitura da dita obra provião nova planta, que por estar prezente mostrou a elles mestres que asignarão com os mesmos o dito Reverendo Conigo e eu tabeliam que nos termos e propostas não dissonando a fronteira, portadas, arcos e mais offiseuras de cantaria da materia proximamente estipullada comtudo na opullencia da obra ja tomada pella primeira planta e apontamentos tinha a prezente planta disconto e per assi ser disserão que na forma desta segunda planta asimma referida e que pello referido modo ja [?] asignada se obrigavão elles mestres a fazerem e darem feita a dita obra na forma em que a mesma planta mostra e a dita escritura reffere no preço de hum conto quatrocentos e sincoenta e quatro mil e duzentos e dezassete a cuja conta tem ja recebido o que hi deu o Reverendo João Alves Seixas que a dita escritura declara como porem para a espleiação [?] e governo desta obra se comece de novos apontamentos estes há que se obriga a mandar o Reverendo Conigo da cidade de Braga feitos pello mestre Manoel Fernandez que fabricou a planta e pellos mesmos seguindo o discurço da mesma planta disserão elles outrogantes que se obrigavão a não somente asigna-los mas compri-los assi do mesmo modo que tem feito na dita escritura de obrigaçam refferida, e precedentemente outorgada a que esta se reffere no que respeita ao preço refferido e formalidade da extenção das cazas no interior dellas que ficam para o Norte supposto que não differe a fronteira da mesma obrigação e forma da planta primeira. E a todo o comprimento. e bem assim de todas as m [sic] mais obrigasoins disserão elles outorgantes que se obrigavão por suas pessoas e bens e tersos de suas almas prometendo como promete de não encontravam [sic] a prezente em juizo ou fora delle e por estar prezente o dito Reverendo Conigo Antonio Felgueira Lima pessoa que reconheço por elle foi dito e disse que elle aceitava esta escritura e na confformidade della e dos ffuturos apontamentos que ha-de remeter se obriga a fazer pronta a satisffação da dita quantia estepullada dos hum conto e quatrocentos e sincoenta e quatro mil e duzentos e dezassete reis que asima reffere e asim o diserão e outorgarão e aceitarão de parte a parte reciprocamente asignarão junto testemunhas o Reverendo Doutor Manoel Pinheiro Ramos, Abbade de Carrains, o Cappitam Fernando Bento da Rocha, desta villa e as mais abaixo asignadas que todos asignarão depois desta lhe ser lida por min Joze Francisco da Silva tabeliam o escrevi.
Antonio Felgueira Lima / Manoel de Oliveira / Jeronimo de Oliveira / Manoel Pinheiro Ramos / Fernando Bento da Rocha / João Barreto [...] Bento Correa de [...]».

Doc. n. 29

1725, Fevereiro, 5

Quitação da obra da fachada e torres da Sé.

A.D.B. - *Nota Geral,* 1ª série, n. 605, fl. 59.

> «Quitação da obra das torres da Santa See que deo Manoel Fernandez da Silva, mestre de pedraria ao Illustrissimo Senhor Arcebispo Primas.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de quitação de presso de obra e obrigação virem que no anno do nasimento de Nosso Senhor Jezus Cristo de mil setecentos e vinte e sinco annos aos sinco dias do mes de Fevereiro do dito anno nesta cidade de Braga no Terreiro da Prassa do Pão della e cazas do Cartorio deste officio ahi perante mim tabeliam geral e testemunhas ao diante nomeadas apareseo prezente Manoel Fernandez da Silva, mestre de pedraria morador Atras Sam João Marcos desta cidade pesoa por min reconhesida e por elle foi dito que o Illustrissimo Senhor Dom Rodrigo de Moura Telles, Arcebispo Primas desta Corte lhe dera a obra das torres desta Santa See em presso e quantia de honze mil cruzados como da escriptura de contrato da dita obra melhor constava o qual presso da dita obra o dito Illustrissimo Senhor Arcebispo lhe tinha ja tudo pago, entregue e satisfeito e por asim ser por este prezente publico instromento disse elle dito Manoel Fernandez da Silva que se dava como deo por bem pago, entregue e satisfeito de todo o presso da dita obra e avia do dito Illustrissimo Senhor Arcebispo e a seus bens e herdeiros por quites e libres de tudo deste dia para para [sic] todo sempre e se obrigava como obrigou por sua pesoa e bens moveis e de rais avidos e por aver e terço de sua alma que tudo expressamente hipotecava a não pedir nem pertender mais couza alguma do dito Illustrissimo Senhor nem de seus bens e herdeiros por respeito da dita obra de que por esta lhe dava plenisima paga e quitação deste dia para todo o sempre e asim disse e outorgou e mandou fazer o prezente instromento e delle hum e muitos e os que comprir e eu tabeliam geral como pesoa publica estepulante e aseitante tudo estepulei e aseitei em nome das mais pessoas a que toca e tocar pode estando a tudo prezentes por testemunhas Manoel Gomes da Costa, da Rua dos Pallames e o Padre Francisco Correa Borges, dos Chãos de Sima que ambos asinarão e eu Manoel de Souza tabeliam geral o escrevi.

Manoel Fernandez da Silva / O Pe. Francisco Borges Correa / Manoel Gomes da Costa.»

Doc. n. 30

1728, Maio, 11

Igreja do Convento de Nossa Senhora da Conceição.

A.D.B. - *Nota Geral,* 1ª série, n. 621, fls. 24v-25v.

> «Contrato da obra de pedraria da igreja do Convento da Conceição desta cidade com Manoel Fernandez, mestre pedreiro morador Atras do Hospital.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato de obra de pedraria e obrigação virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos e vinte oito annos aos honze dias do mes de Maio do dito anno nesta cidade de Braga e nos Passos Arcebispais della ahi perante min tabeliam geral e testemunhas ao diante asinadas aparecerão prezentes o muito Reverendo Antonio Felgueira Lima, Conigo Provendado nesta San-

ta See Primacial de huma parte e da outra Manoel Fernandez, mestre de pedraria morador Atras de S. João Marcos desta dita cidade pessoas por min reconhecidas e por elle dito Reverendo Conigo me foi logo apresentada huma Procuraçam escrita a elle feita do Illustrissimo Senhor Dom Rodrigo de Moura Telles, Arcebispo Primas das Espanhas cujo theor della de verbo adverbum he o seguinte: 'Dom Rodrigo de Moura Telles por merce de Deos e da Santa See Apostolica Arcebispo e Senhor de Braga Primas das Espanhas do Conselho de Estado del Rei meu Senhor e seu Sumilher de Cortina. Pelo prezente Alvara de procuraçam bastante constetuhimos e elegemos por nosso procurador ao Reverendo Conigo Antonio Felgueira Lima, thizoureiro geral da nossa Mitra e vedor da nossa Caza para o efeito de poder selebrar e asinar huma escriptura de contrato porque o mestre pedreiro Manoel Fernandez se obriga a fazer e a dar perfeitamente acabada por sua conta a nova obra digo [sic] a nova igreja que mandamos fazer no nosso Convento da Conceição desta nossa cidade pello que respeita a paredes e pedraria tudo na forma da planta e apontamentos que lhe mandados [sic] entregar que serão asinados por elle Reverendo nosso Procurador e juntamente pello mestre pedreiro e escrivão que fizer a escriptura em presso e contia de sinco mil e quinhentos cruzados em que se tem ajustado cuja escriptura se fara em nota publica e com as seguranças necessarias para cujo efeito concedemos todos os poderes em direito necessarios com a clauzula in solidum ao dito nosso Reverendo constetuido e nomeado Procurador. Dado em Braga sob nosso sinal e sello de nossas armas aos nove dias do mes de Maio de mil setecentos e vinte e oito. Rodrigo, Arcebispo Primas'. Alvara de procuraçam porque Vossa Illustrissima da poder ao Reverendo Conigo Antonio Felgueira de Lima, thizoureiro geral da sua Mitra e vedor da sua Fazenda digo [sic] da sua Caza e Fazenda para poder selebrar huma escriptura de contrato porque Manoel Fernandez, mestre pedreiro se obriga a fazer a nova igreja da Conceição na forma da planta e apontamentos em presso de sinco mil e quinhentos cruzados a que me reporto que tornei a entregar ao muito Reverendo Conigo por vertude da coal por elle muito Reverendo Antonio Felgueira de Lima foi dito que elle estava comtratado com elle dito mestre pedreiro Manoel Fernandez de elle fazer por sua conta a obra de pedraria da nova igreja do Convento da Conceição desta cidade na forma dos apontamentos e tres plantas asinadas por elle dito Reverendo Conigo e mestre pedreiro e por min tabeliam geral athe dia de Paschoa primeira vindouro do anno que ha-de vir de mil e setecentos e vinte e nove annos sera elle dito mestre pedreiro obrigado a dar esta obra feita e acabada athe o dito dia e não a dando feita dentro do dito tempo perdera do presso della duzentos mil reis para o mesmo Convento e por elle dito mestre asim fazer a dita igreja tudo por sua conta lhe dara o Illustrissimo seu constituinte sinco mil e quinhentos cruzados por cujo presso se obrigou elle dito mestre a fazer a dita obra por conta dos coais logo ao fazer desta em prezença de min tabeliam geral e testemunhas ao diante asinadas elle muito Reverendo Conigo deu e pagou a elle dito mestre Manoel Fernandez seiscentos mil reis em dinheiro de contado pela moeda de ouro e prata corrente neste reino que elle contou e recebeo em si e delles se deu e ouve por entregue, bem pago e satisfeito e a elle muito Reverendo Conigo e muito Illustrissimo seu constituinte por quites e libres delles deste dia para todo o sempre e o mais resto que falta pagar para ajuste dos ditos sinco mil e quinhentos cruzados se lhe hira pagando todos os mezes comforme a obra correr ao que obrigava as rendas do muito Illustrissimo seu constituinte e por elle dito mestre Manoel Fernandez foi dito que na dita forma dos apontamentos e tres plantas e pello dito presso e dentro do dito tempo se obrigava a fazer a dita igreja e da-la feita, perfeita e acabada da pedraria por sua conta na forma dos ditos apontamentos e tres plantas pello muito Reverendo Conigo asinadas e por elle dito mestre e por min tabeliam geral tudo bem feito, forte e seguro e tudo a sua custa e pello dito presso e a tudo asim comprir e goardar e satisfazer obrigava como obrigou sua pessoa e todos seus bens moveis e de rais havidos e por haver e tersso de sua alma que tudo expressamente hipotecava sob as penas atras e por tudo

e cada couza se obrigava a responder perante as justiças desta cidade e perante o Doutor Vigario Geral desta Corte e renunciava o juizo e justiças do seu foro e coaisquer ferias, leis e previlegios de que se possa ajudar e hum e outro asim dicerão e outorgarão e aseitarão de parte a parte e mandarão fazer o prezente instromento e delle dar hum e muitos e os que comprir e eu tabeliam geral como pessoa publica estepullante e aseitante tudo estipullei e aseitei em nome das mais pessoas a que toca e tocar pode estando a tudo prezentes por testemunhas os Reverendos Conegos Simão Barboza de Almeida e Costodio Ferreira Velho que todos aqui asinarão. Rafael da Rocha Malheiro, tabeliam geral o escrevi. E declaro que se obriga o dito mestre a dar a dita obra feita e acabada na forma atras athe dia de S. João Baptista do anno de 172 digo [sic] do anno de mil setecentos e vinte e nove sob as penas asima declaradas. Testemunhas as sobreditas sobredito o escrevi.
Antonio Felgueira Lima / Custodio Ferreira Velho / Simão Barboza de Almeida / Manoel Fernandez da Silva.»

Doc. n. 31

1729, Agosto, 9

Coro e antecoro do Convento de Nossa Senhora da Conceição.

A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 627, fls. 22-23.

> «Contrato da obra do Coro novo para a nova igreja do Convento de Nossa Senhora da Conceição com Manoel Fernandez da Silva, mestre das obras de pedraria.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato e obrigação virem que no anno do nasimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e setecentos e vinte e nove annos aos nove dias do mes de Agosto do dito anno nesta cidade de Braga no Convento de Nossa Senhora Jezus Christo de mil e setecentos e vinte e nove annos digo [sic] de Nossa Senhora da Conceição della as grades do Despacho delle aonde eu tabeliam geral fui vindo ahi perante min e as testemunhas ao diante asinadas aparecerão prezentes da parte de dentro das ditas grades a Reverenda Madre D. Jasinta Catarina do Deserto, D. Abbadeça deste dito Convento e mais discretas e concelliarias delle ao diante asinadas de huma parte e da outra Manoel Fernandez da Silva, mestre das obras de pedraria morador Atras de S. Marcos desta dita cidade pessoas por min reconhecidas e por ella Reverenda Madre D. Abbadeça e mais descretas e concelliarias deste dito Convento foi dito que ellas estavão contratadas com elle dito mestre Manoel Fernandez da Silva de elle lhe fazer o coro e antecoro da igreja nova deste dito Convento e mais obras tudo na forma dos apontamentos asinados por ella Reverenda Madre Abbadesça e dito mestre e por min tabeliam geral digo [sic] apontamentos e tres plantas asinados por ella Reverenda Madre D. Abbadeça e dito mestre e por min tabaliam geral a coal obra fara elle dito mestre a sua custa na forma dos ditos apontamentos e tres plantas perfeita, bem feita e acabada athe des dias do mes de Novembro primeiro vindouro deste prezente anno de mil setecentos e vinte e nove annos e pella dita obra se lhe daria coatro mil cruzados e cem mil reis em dinheiro de contado em pas e em salvo para elle dito mestre a coal contia se lhe daria na forma que a obra fosse correndo do coal presso tinha recebido o que constasse das pagas que tinha dado della Reverenda Madre D. Abbadeça e não faltando a dita obra no dito tempo ou faltando a este contrato mandara ella Reverenda Madre Abbadeça fazer a dita obra por conta delle dito mestre como tambem ficando a dita obra com algum defeito se desfara a custa do dito mestre e por elle dito mestre foi dito que elle se obrigava a fazer a dita obra do coro e antecoro da dita igreja na forma das tres plantas e apontamen-

tos atras declarados asinados por ella Reverenda Madre D. Abbadeça e elle dito mestre e por min tabeliam geral e da-la feita, bem feita e acabada dentro no dito tempo a sua propria custa e pellos ditos coatro mil cruzados e cem mil reis e com todas as mais clauzulas e condiçois nos ditos apontamentos declarados ao que obrigava sua pessoa e todos seus bens moveis e de rais havidos e por haver e tersso da sua alma que tudo expressamente hipotecava a dar a dita obra feita na sobredita forma e no dito tempo e pello dito presso a sua propria custa sob pena de pagar de pena em nome della a este dito Convento todas as perdas e danos que por este respeito receber e por ella Reverenda Madre D. Abbadeça e mais discretas foi dito que comprindo elle dito mestre com tudo atras dito obrigava os bens e rendas deste dito seu Convento a lhe dar e pagar os ditos coatro mil cruzados e cem mil reis ou o resto que delles lhe esta devendo e hum e outros asim o dicerão e outrogarão e aceitarão de parte a parte e mandarão fazer o prezente instromento e delle dar hum e muitos e os que comprir e eu tabeliam geral como pessoa publica estipullante e aseitante tudo estipullei e aseitei em nome das mais pessoas a que toca e tocar pode estando a tudo prezentes por testemunhas o Doutor Costodio Barrozo de Carvalho, Bento Pereira de Abreu, desta cidade que todos aqui asinarão. Rafael da Rocha Malheiro, tabeliam geral o escrevi. Declaro que os apontamentos e tres plantas ficão na mão do dito mestre e declara ella Reverenda Madre Abbadeça que esta obra a dera a fazer por ordem do Reverendo Cabido com esmollas que elle para isso lhe dera alem das que deu sua Illustrissima de que tudo daria conta com os recibos do mes das obras aos mesmos Illustrissimo Cabido e declarou ella Reverenda Madre Abbadeça que suposto atras ter obrigado os bens e rendas deste dito Convento ao comprimento da paga da dita obra numqua estes nem os bens da comonidade ficão obrigados nella pois somente ha-de ser feita das esmollas que se tem dado e esperão que se lhe deem e que não havendo dinheiro digo [sic] se lhe deem athe se concluir a dita obra de tal sorte que não havendo esmollas sesara a obra nem o dito mestre sera obrigado a contenuar com ella e declaro que não asistirão a esta escriptura as discretas e conceliarias sobreditas. Sobredito o escrevi.
D. Jacinta Catarina do Deserto, Abbadeça / D. Jozepha Michaella do Paraizo, Escrivã / Manoel Fernandez da Silva / Custodio Barrozo Carvalho / Bento Pereira de Abreu.»

Doc. n. 32

1730, Dezembro, 22
Igreja de Santa Cruz.
A.D.B. - *Nota Geral*, 1ª série, n. 632, fls. 146-147.

> «Contrato da obra de pedraria da Igreja de Santa Crus desta cidade com Manoel Fernandez da Silva, mestre de obras de pedraria desta cidade.

Em nome de Deos amen. Saibão quantos este publico instromento de contrato de obra e obrigação virem que no anno do nasimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e setecentos e trinta annos aos vinte e dois dias do mes de Dezembro do dito anno nesta cidade de Braga na Caza da Irmandade de Santa Crus della aonde eu tabeliam geral fui vindo ahi estando juntos em Meza o Doutor Costodio Barroz de Carvalho, Juis desta dita Irmandade e mais senhores da Meza della ao deante asinados de huma parte e da outra Manoel Fernandez da Silva, mestre de obras de pedraria morador Atras de S. Marcos desta dita cidade pessoas por min reconhecidas e por elles senhores da Meza foi dito que elles estavão contratados com elle dito mestre Manoel Fernandez da Silva de lhe fazer por sua conta a obra de pedraria desta dita igreja de Santa Crus na forma declarada nos apontamentos que lhe derão asinados por elles senhores da Meza e dito mes-

tre e por min tabeliam geral a coal obra elle dito mestre principiara na entrada do mes de Janeiro proximo vindouro do anno que ha-de vir de mil setecentos e trinta e hum annos e não sahira della com seus oficiais athe a não findar a coal obra fara bem feita, perfeita e acabada a contento delles senhores da Meza e feita ella se meterão louvados para averiguarem se esta feita na forma dos ditos apontamentos e não estando feita na forma delles se mandar fazer por conta delle dito mestre tudo o que faltar a coal fara elle dito mestre a sua propria custa na forma dos ditos apontamentos pella coal lhe darião e pagarião novecentos mil reis em dinheiro de contado livres para elle dito mestre ao pagamento dos coais obrigavão os bens e rendas desta dita Irmandade e por elle dito mestre Manoel Fernandez da Silva foi dito que com todas as ditas clauzullas e condiçons, penas e obrigaçons e mais couzas atras declaradas aseitava a dita obra pello dito presso e se obrigava a faze-la na forma dos ditos apontamentos a vontade e contento delles senhores da Meza e principia-la no dito tempo atras declarado e não sahir della com seus oficiais athe a não concluir e acabar e consentia se metecem louvados depois della feita na forma atras declarada e para se desfazerem os erros e faltas que tiver a sua custa e tudo asim comprir e goardar obrigava como obrigou sua pessoa e todos seus bens moveis e de rais havidos e por haver e tersso de sua alma que tudo expressamente hipotecava sob pena de pagar de pena em nome desta Irmandade todas as perdas e dannos que por esse respeito receber renunciando coaisquer ferias, leis e previlegios de que se possão ajudar e huns e outros asim o dicerão e outorgarão e aseitarão de parte a parte e mandarão fazer o prezente instromento e delle dar hum e muitos e os que comprir e eu tabeliam geral como pessoa publica estepullante e aseitante tudo estepullei e aseitei em nome das mais pessoas a que toca e tocar pode estando a tudo prezentes por testemunhas Francisco Antunes, servo desta Santa Caza digo [sic] desta Irmandade e João Soares Vivas desta cidade que todos aqui asinarão. Rafael da Rocha Malheiro, tabeliam geral que o escrevi. E declararão elles senhores da Meza que elle dito mestre se levantasse da dita obra com os oficiais que nella trouxer ou não conservar no dito tempo atras declarado elles senhores da Meza meterião oficiais na dita obra por conta delle dito mestre e por elle dito mestre foi dito que tudo asim aseitava e asim o dicerão e declararão todos os sobreditos. Sobredito o escrevi.
O Pe. Bernardo de Barros Araujo / Custodio Barros Carvalho / O Pe. Francisco Ferreira da Silva / O Pe. Manuel Souto de Aman [...] / Faustino do Valle Campos / Manoel Gomes Cardozo / Manoel Fernandez da Silva / Pe. Francisco Diogo de Azevedo / João Soares Vivas / Francisco Antunes.»

Apêndice Fotográfico

Fot. 1 - Fachada da Sé de Braga (H.R.C) 267

Fot. 2 - Remate da fachada da Sé de Braga 268

Fot. 3 - Esfera armilar na fachada da Sé de Braga 268

Fot. 4 - Capela do Santíssimo Sacramento da Sé. Interior transformado (H.R.C.) 269

Fot. 5 - Um dos únicos retábulos que se mantém na Sé de Braga da transformação de D. Rodrigo de Moura Teles (H.R.C.) 269

Fot. 6 - Diálogo de expressões artísticas na Lanterna do cruzeiro da Sé (H.R.C) 270

Fot. 7 - Volumetria exterior da sacristia da Sé de Braga (H.R.C.) 271

Fot. 8 - Porta no interior da Sé para acesso à sacristia (H.R.C.) 271

Fot. 9 - Ambiente arquitectónico do interior da sacristia (H.R.C.) 272

Fot. 10 - Um dos dois lavatórios da sacristia (H.R.C.) 272

Fot. 11 - Interior da capela de S. Geraldo 273

Fot. 12 - Integração do Convento de Penha de França no Campo de Santa Ana e distribuição de volumes (H.R.C.) 274

Fot. 13 - Porta da igreja do Convento de Penha de França (H.R.C.) . . . 274

Fot. 14 - Arco na parede da nave da igreja do Convento de Penha de França 275

Fot. 15 - Coro da igreja do Convento de Penha de França 275

Fot. 16 - Claustro do Convento de Penha de França 276

Fot. 17 - Um dos lavatórios do Claustro 276

Fot. 18 - Ala sul do Claustro do Convento de Penha de França 277

Fot. 19 - Fachada da igreja do Convento de Nossa Senhora da Conceição, aproveitada da antiga igreja 278

Fot. 20 - Pormenor da Fachada 278

Fot. 21 - Capela-mor da igreja do Convento de Nossa Senhora da Conceição 279

Fot. 22 - Coros da igreja do Convento de Nossa Senhora da Conceição 280

Fot. 23 - Arco na parede da nave para retábulo colateral e acesso ao púlpito 280

Fot. 24 - Pormenor do interior da porta de acesso à igreja do Convento de Nossa Senhora da Conceição 281

Fot. 25 - Arco junto ao Coro para instalação de órgão 281

Fot. 26 - Capelas laterais da igreja da Congregação do Oratório 282

Fot. 27 - Um dos nichos 282

Fot. 28 - Arcos do claustro do Colégio do Pópulo 283

Fot. 29 - Pormenor do claustro 283

Fot. 30 - Passadiço no Terreiro do Mosteiro de S. Martinho de Tibães 284

Fot. 31 - Alegretes do Passadiço 284

Fot. 32 - Fonte do Anho no Passadiço do Mosteiro de S. Martinho de Tibães 285

Fot. 33 - Nicho de S. João na parede do Passadiço 285

Fot. 34 - Escadório de S. Bento na Cerca do Mosteiro de S. Martinho de Tibães 286

Fot. 35 - Jardim definido pela construção do Passadiço 286

Fot. 36 - Igreja dos Terceiros de S. Francisco (H.R.C.) 287

Fot. 37 - Pormenor do remate da fachada da igreja dos Terceiros de S. Francisco 288

Fot. 38 - Frontão sobre a porta principal 288

Fot. 39 - Torre sineira da igreja dos Terceiros de S. Francisco 289

Fot. 40 - Capela e escadório de Santo António Esquecido antes da demolição (Fotografia de ± 1910) 290

Fot. 41 - Fachada da capela do Bom Jesus de Fão 291

Fot. 42 - Elementos decorativos na fachada 291

Fot. 43 - Volumetrias laterais da capela do Bom Jesus de Fão 292

Fot. 44 - Torre sineira 292

Fot. 45 -	Arco do Coro da capela do Bom Jesus de Fão	293
Fot. 46 -	Arranque das coberturas da nave e transepto	293
Fot. 47 -	Fachada da igreja de S. Vicente (H.R.C.)	294
Fot. 48 -	Vista exterior da capela de S. Sebastião das Carvalheiras a partir da torre sineira traseira	295
Fot. 49 -	Interior da capela de S. Sebastião das Carvalheiras	295
Fot. 50 -	Capela de Nossa Senhora de Guadalupe	296
Fot. 51 -	Planos alternados curvilíneos no exterior	296
Fot. 52 -	Coro da capela de Nossa Senhora de Guadalupe	297
Fot. 53 -	Uma das capelas colaterais	297
Fot. 54 -	Igreja de S. Martinho de Rio Mau	298
Fot. 55 -	Fachada	298
Fot. 56 -	Coro da igreja de S. Martinho de Rio Mau	299
Fot. 57 -	Capelas laterais	299
Fot. 58 -	Fachada da igreja matriz da Póvoa de Varzim	300
Fot. 59 -	Remate da fachada	300
Fot. 60 -	Pormenor da fachada da igreja matriz da Póvoa de Varzim	301
Fot. 61 -	Frontão sobre o portal com as armas reais	301
Fots. 62 e 63 -	Exemplos de frontões na fachada da igreja matriz da Póvoa de Varzim	302
Fot. 64 -	Interior da igreja matriz da Póvoa de Varzim	303
Fot. 65 -	Parede lateral da nave e transepto	303
Fot. 66 -	Fachada da casa de Manuel da Costa Pessoa	304
Fot. 67 -	Pormenor da fachada	304
Fot. 68 -	Palácio dos Meira Carrilho no Campo de Santiago	305
Fot. 69 -	Jogo de aberturas no corpo central	305
Fot. 70 -	Ala Nascente do Palácio dos Biscaínhos	306
Fot. 71 -	Ala voltada a Sul	306
Fot. 72 -	Fachada do Palácio do Cónego António Felgueira Lima	307
Fot. 73 -	Pormenor da fachada	307

Fots. 74 e 75 - Pormenores do portal e das armas do Palácio de António Felgueira Lima 308

Fot. 76 - Janela de avental no Palácio do Cónego António Felgueira Lima 309

Fot. 77 - Volumetria da capela do Palácio do Cónego António Felgueira Lima 309

Fot. 78 - Varanda do Palácio do Cónego António Felgueira Lima voltada ao jardim 310

Fot. 79 - Pormenor da escadaria interior do Palácio do Cónego António Felgueira Lima 310

Fot. 80 - Casa da Vedoria de Viana do Castelo. Risco de Manuel Pinto Vila Lobos 311

Fot. 81 - Chafariz do Largo do Terreiro 312

Fot. 82 - Pormenor do Chafariz 312



Fot. 1 - Fachada da Sé de Braga (H.R.C.).



Fot. 2 - Remate da fachada da Sé de Braga.



Fot. 3 - Esfera armilar na fachada da Sé de Braga.



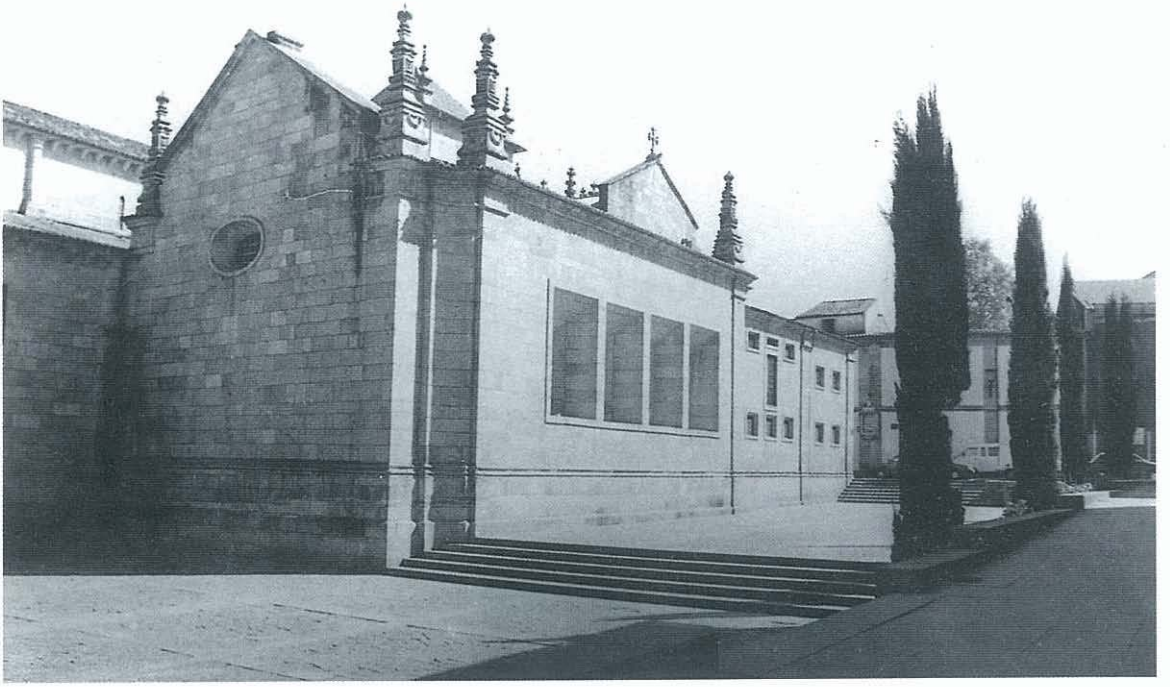
Fot. 4 - Capela do Santíssimo Sacramento da Sé. Interior transformado (H.R.C.).



Fot. 5 - Um dos únicos retábulos que se mantém na Sé de Braga da transformação de D. Rodrigo de Moura Teles (H.R.C.).



t. 6 - Diálogo de expressões artísticas na Lanterna do cruzeiro da Sé (H.R.C.).



Fot. 7 - Volumetria exterior da sacristia da Sé de Braga (H.C.R.).



Fot. 8 - Porta no interior da Sé para acesso à sacristia (H.R.C.).



Fot. 9 - Ambiente arquitectónico do interior da sacristia (H.R.C.).



Fot. 10 - Um dos dois lavatórios da sacristia (H.R.C.).



Fot. 11 - Interior da capela de S. Geraldo.



ot. 12 - Integração do Convento de Penha de França no Campo de Santa Ana e distribuição de volumes (H.R.C.).



Fot. 13 - Porta da igreja do Convento de Penha de França (H.R.C.).



Fot. 14 - Arco na parede da nave da igreja do Convento de Penha de França.



Fot. 15 - Coro a igreja do Convento de Penha de França.



Fot. 16 - Claustro do Convento de Penha de França.



Fot. 17 - Um dos lavatórios do Claustro.



Fot. 18 - Ala sul do Claustro do Convento de Penha de França.



Fot. 19 - Fachada da igreja do Convento de Nossa Senhora da Conceição, aproveitada da antiga igreja.



Fot. 20 - Pormenor da fachada.



Fot. 21 - Capela-mor da igreja do Convento de Nossa Senhora da Conceição.



Fot. 22 - Coros da igreja do Convento de Nossa Senhora da Conceição.



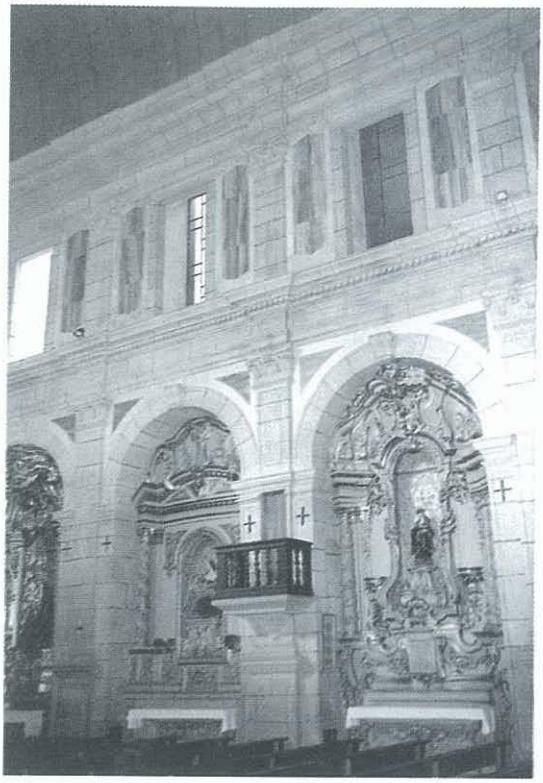
Fot. 23 - Arco na parede da nave para retábulo colateral e acesso ao púlpito.



Fot. 24 - Pormenor do interior da porta de acesso à igreja do Convento de Nossa Senhora da Conceição.



Fot. 25 - Arco junto ao Coro para instalação de órgão.



Fot. 26 - Capelas laterais da igreja da Congregação do Oratório.



Fot. 27 - Um dos nichos.



Fot. 28 - Arcos do claustro do Colégio do Pópulo.



Fot. 29 - Pormenor do claustro.



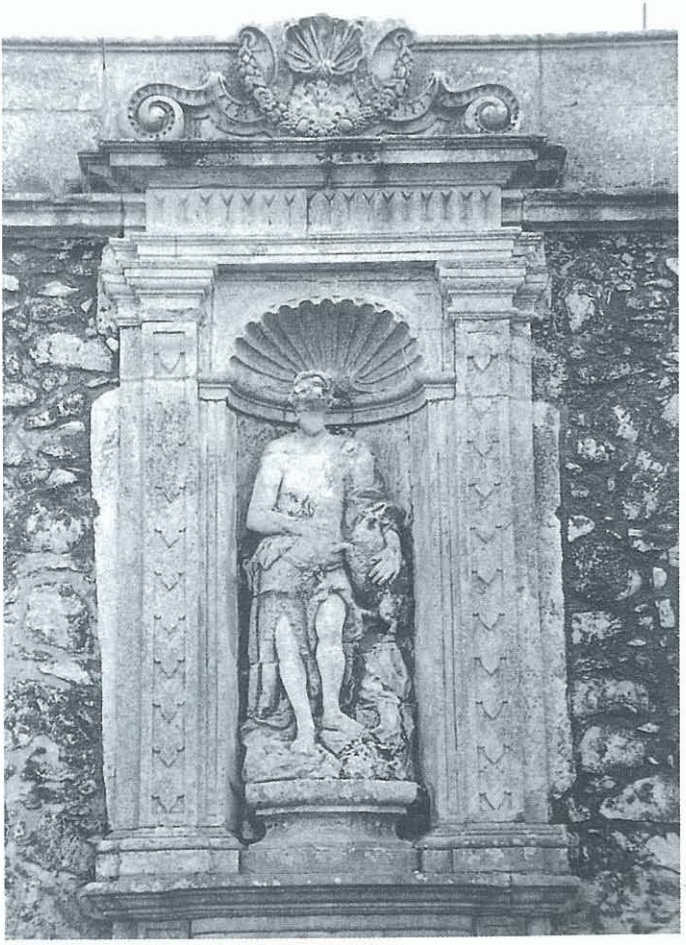
Fot. 30 - Passadiço no Terreiro do Mosteiro de S. Martinho de Tibães.



Fot. 31 - Alegretes do Passadiço.



Fot. 32 - Fonte do Anho no Passadiço do Mosteiro de S. Martinho de Tibães.



Fot. 33 - Nicho de S. João na parede do Passadiço.



Fot. 34 - Escadório de S. Bento na Cerca do Mosteiro de S. Martinho de Tibães.



Fot. 35 - Jardim definido pela construção do Passadiço.



Fot. 36 - Igreja dos Terceiros de S. Francisco (H.R.C.).



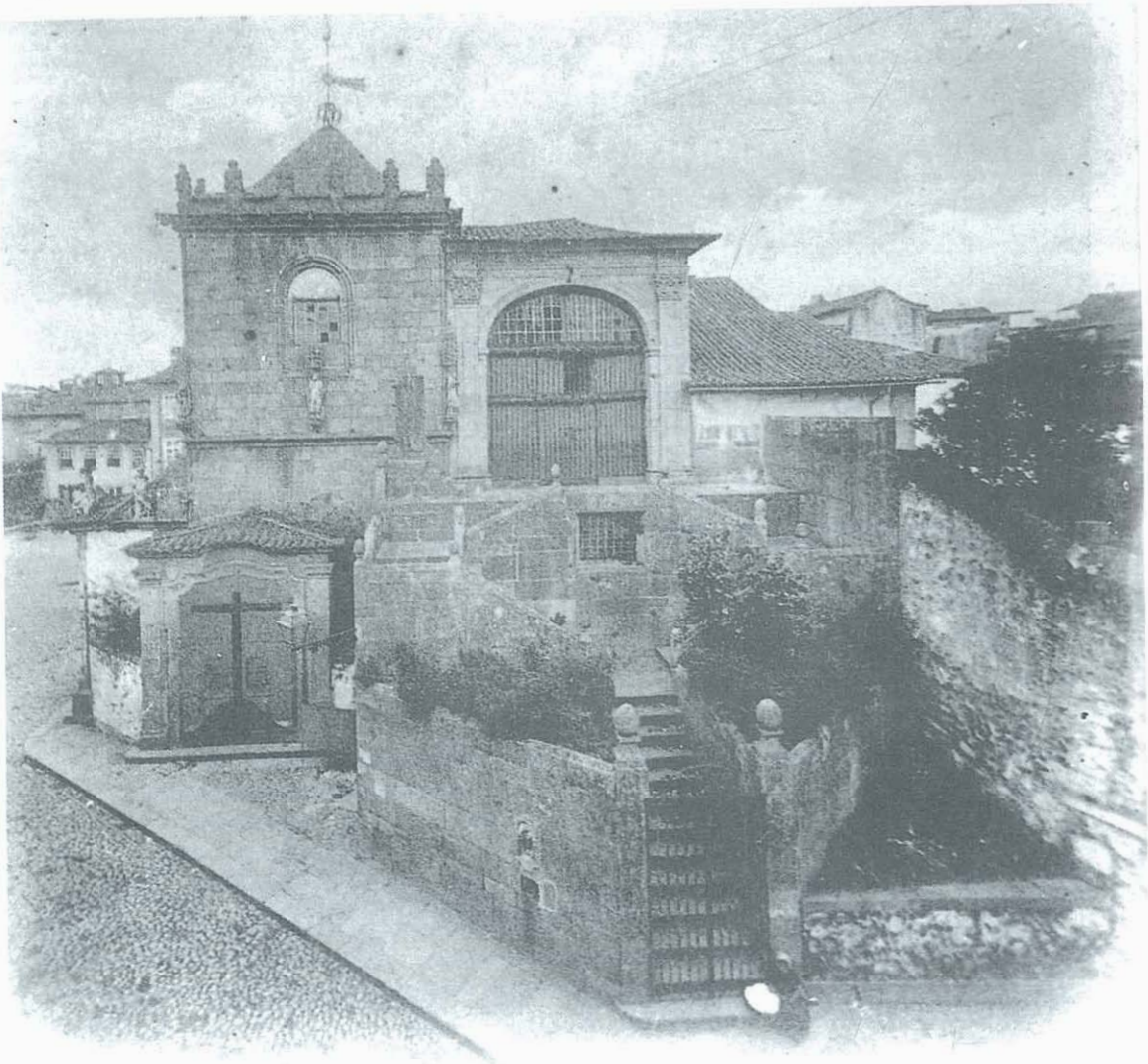
ot. 37 - Pormenor do remate da fachada da igreja dos Terceiros de S. Francisco.



t. 38 - Frontão sobre a porta principal.



Fot. 39 - Torre sineira da igreja dos Terceiros de S. Francisco.



Fot. 40 - Capela e escadório de Santo António Esquecido antes da demolição (Fotografia de ± 1910).



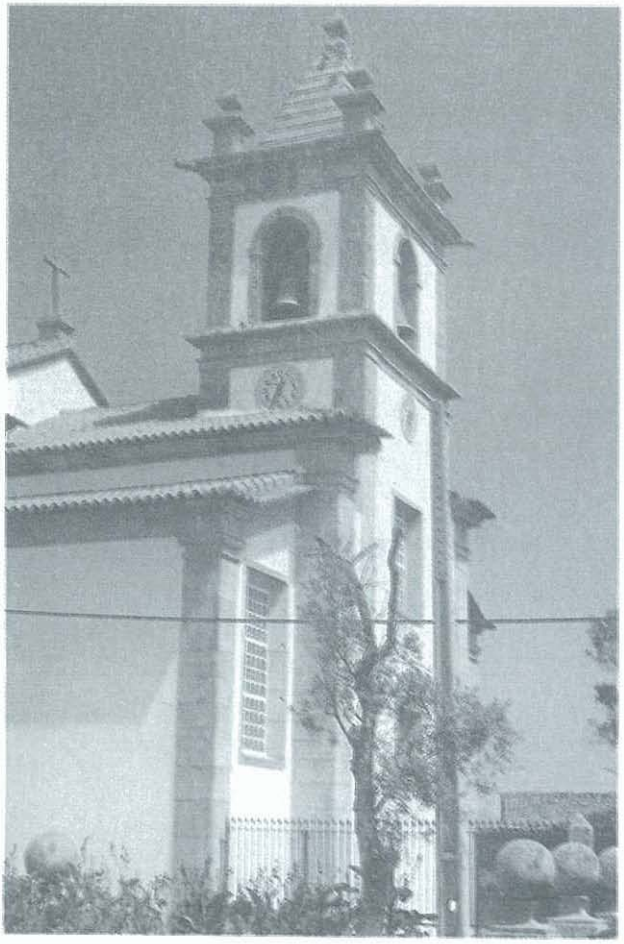
Fot. 41 - Fachada da capela do Bom Jesus de Fão.



Fot. 42 - Elementos decorativos na fachada.



Fot. 43 - Volumetrias laterais da capela do Bom Jesus de Fão.



Fot. 44 - Torre sineira.



Fot. 45 - Arco do Coro da capela do Bom Jesus de Fão.



Fot. 46 - Arranque das coberturas da nave e transepto.



Fot. 47 - Fachada da igreja de S. Vicente (H.R.C.).



48 - Vista exterior da capela
S. Sebastião das Carvalheiras
artir da torre sineira traseira.



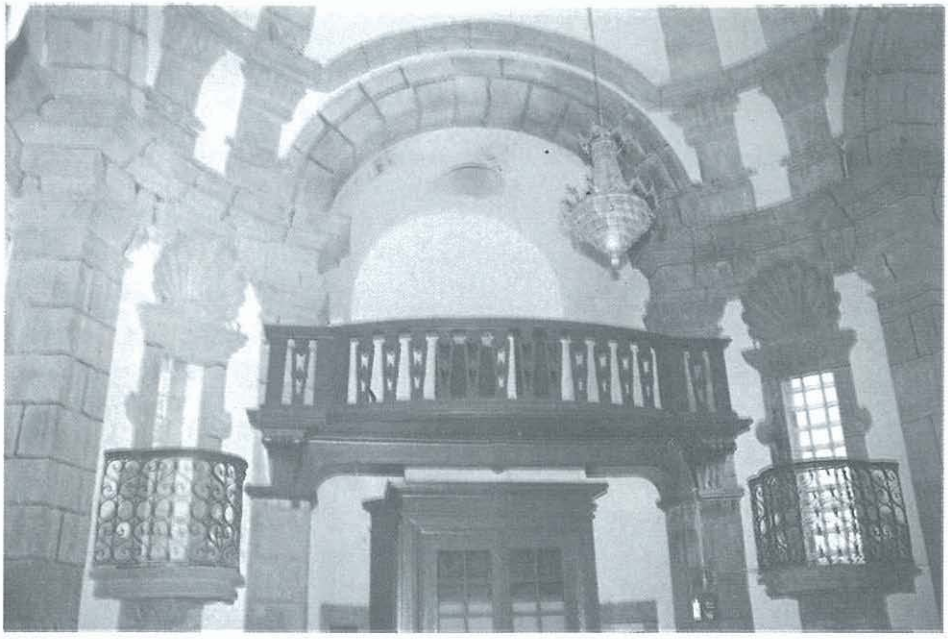
Fot. 49 - Interior da capela de S. Sebastião das Carvalheiras.



t. 50 - Capela de Nossa Senhora de Guadalupe.



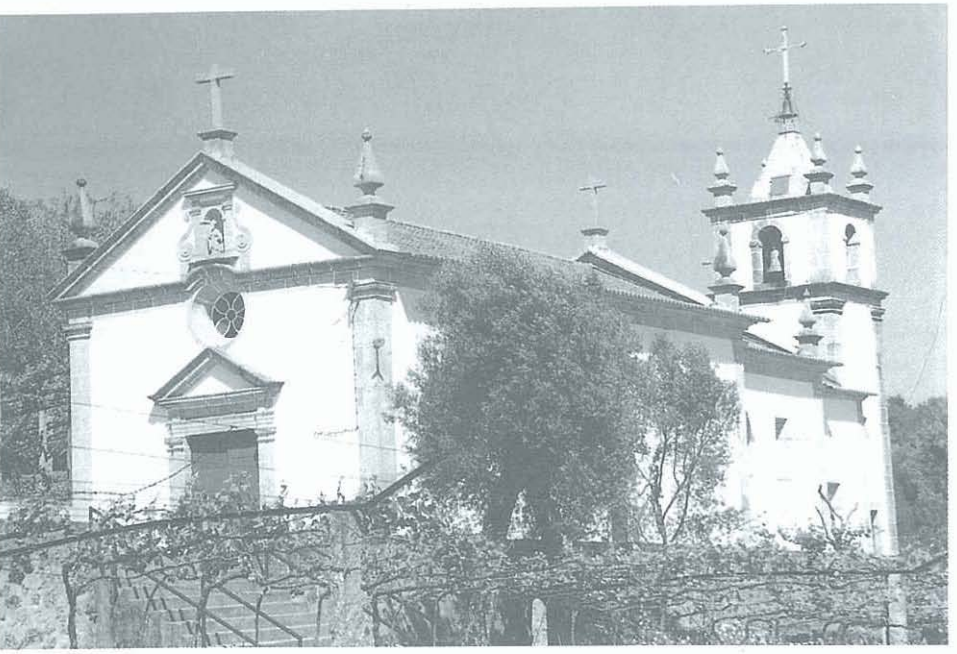
51 - Planos alternados curvilíneos no exterior.



Fot. 52 - Coro da capela de Nossa Senhora de Guadalupe.



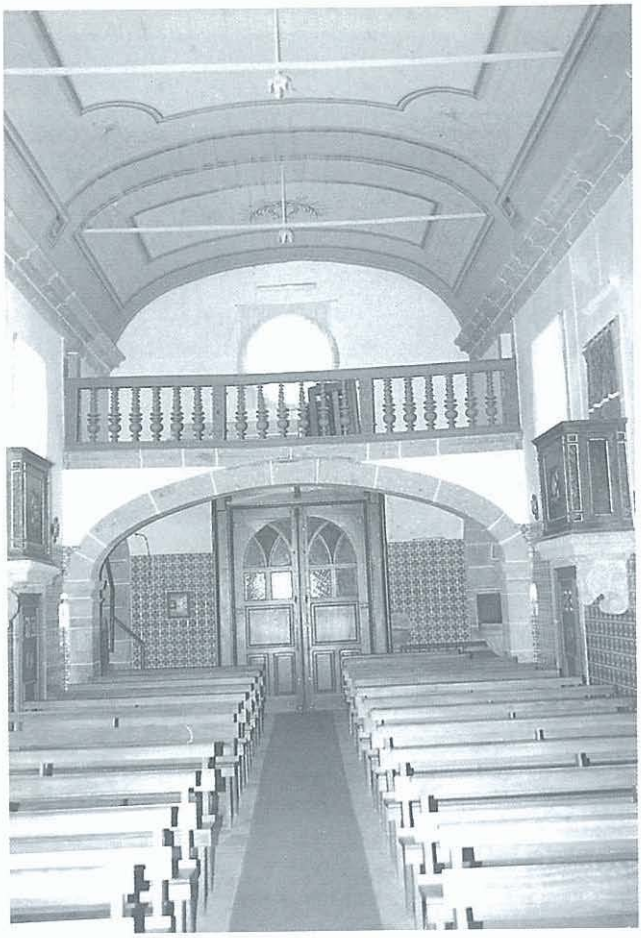
Fot. 53 - Uma das capelas colaterais.



Fot. 54 - Igreja de S. Martinho de Rio Mau.



Fot. 55 - Fachada.



Fot. 56 - Coro da igreja de S. Martinho de Rio Mau.



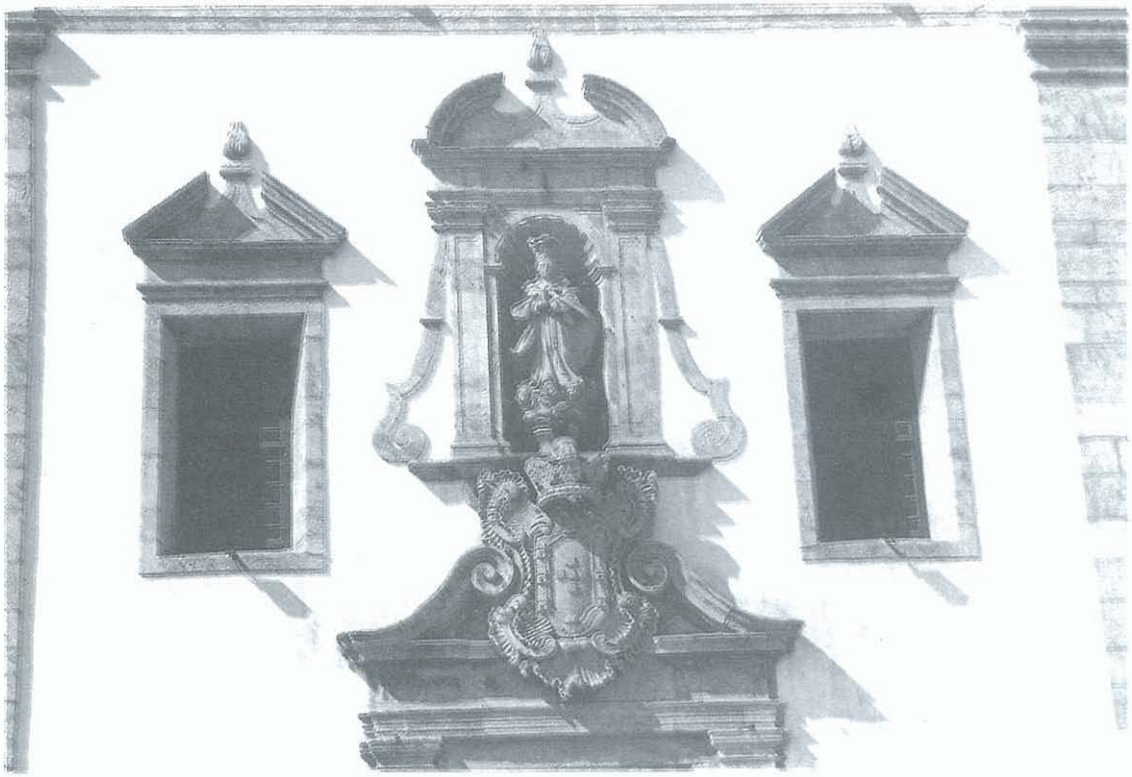
Fot. 57 - Capelas laterais.



Fot. 58 - Fachada da igreja matriz da Póvoa de Varzim.



9 - Remate
chada.



Fot. 60 - Pormenor da fachada da igreja matriz da Póvoa de Varzim.



Fot. 61 - Frontão sobre o portal com as armas reais.





Fot. 62 e 63 - Exemplos de frontões na fachada da igreja matriz da Póvoa de Varzim.



Fot. 64 - Interior da igreja matriz da Póvoa de Varzim.



Fot. 65 - Parede lateral da nave e transepto.



Fot. 66 - Fachada da casa de Manuel da Costa Pessoa.



Fot. 66 - Pormenor da fachada.



Fot. 68 Palácio dos Meira Carrilho no Campo de Santiago.



Fot. 69 - Jogo de aberturas no corpo central.



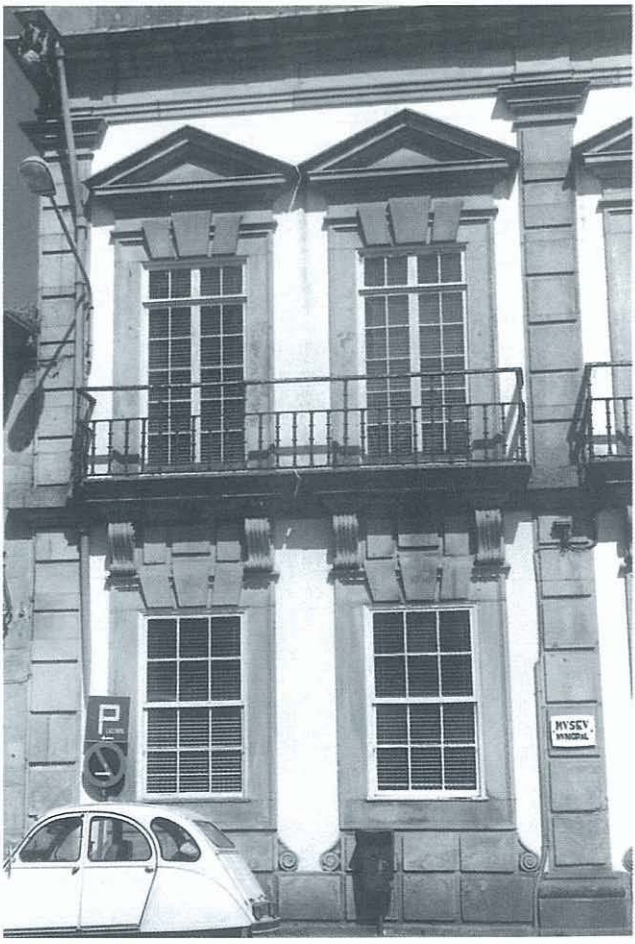
Fot. 70 - Ala Nascente do Palácio dos Biscaínhos.



Fot. 71 - Ala voltada a Sul.

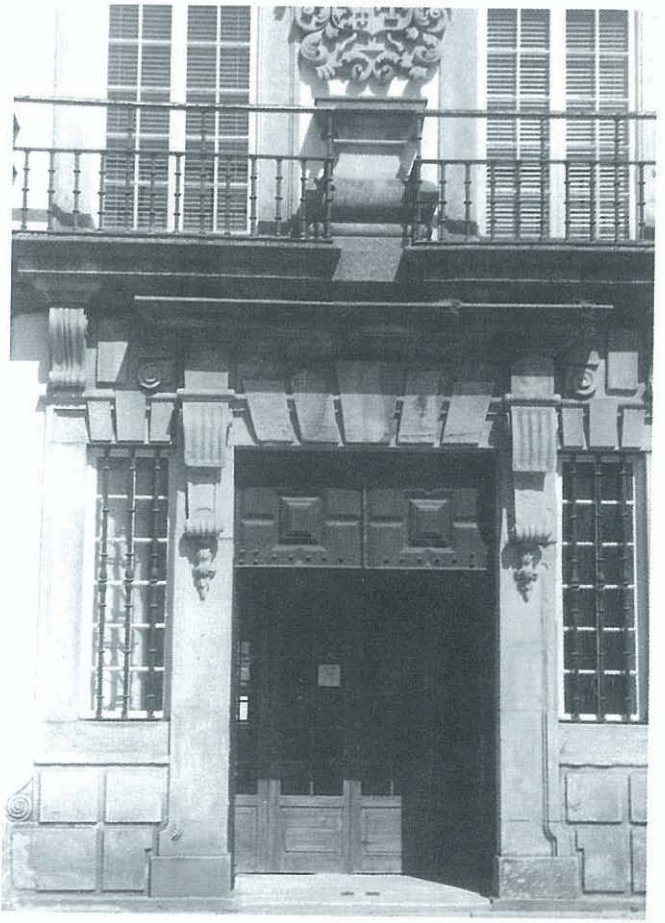


Fot. 72 - Fachada do Palácio do Cónego António Felgueira Lima.



Fot. 73 - Pormenor da fachada.

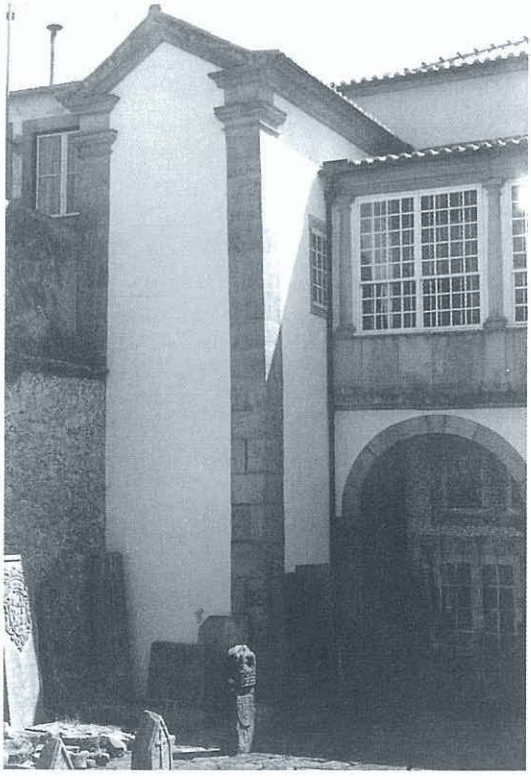




Fot. 74 e 75 - Pormenores do portal e das armas do Palácio de António Felgueira Lima.



Fot. 76 - Janela de avental no Palácio do Cónego António Felgueira Lima.



Fot. 77 - Volumetria da capela do Palácio do Cónego António Felgueira Lima.



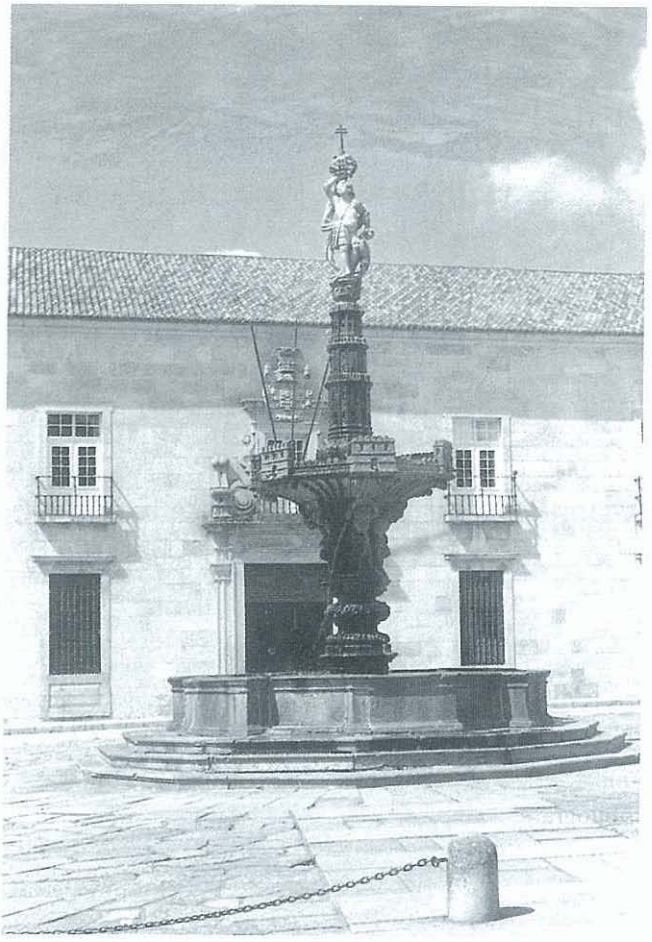
Fot. 78 - Varanda do Palácio do Cónego António Felgueira Lima voltada ao jardim.



Fot. 79 - Pormenor da escadaria interior do Palácio do Cónego António Felgueira Lima.



Fot. 80 - Casa da Vedoria de Viana do Castelo. Risco de Manuel Pinto Vila Lobos.



Fot. 81 - Chafariz do Largo do Terreiro.



Fot. 82 - Pormenor do Chafariz.

Índice Geral

PREFÁCIO 7

PLANO DE TRABALHO 9

NOTA PRELIMINAR 13

FONTES E BIBLIOGRAFIA 15
Fontes Manuscritas 15
Bibliografia 19

ABREVIATURAS E SINAIS 25

INTRODUÇÃO 27
Apresentação 27
Fontes e Metodologia 28

I. BRAGA, CORTE RELIGIOSA 31
1. Os Poderes 31
2. A Política de Intervenção e de Espectáculo 38

II. MANUEL FERNANDES DA SILVA - O HOMEM 53
1. A Família 53
2. A Formação: De Aprendiz a Arquitecto de Pedraria 58
3. Os Seus Representantes 64

III. MANUEL FERNANDES DA SILVA - A OBRA 69
1. Arquitectura Religiosa 69
1.1. A Transformação da Sé 69
1.1.1. Estrutura da Sé na Primeira Metade do Século XVIII 71

1.1.2. A Igreja 78
1.1.2.1. Capela de S. Martinho de Dume e outras obras 78
1.1.2.2..Capela da Santíssima Trindade 80
1.1.2.3. Acesso da Capela do Santíssimo Sacramento para a Sacristia Privativa 81
1.1.2.4. Obras no Transepto do lado do Evangelho - Interior e Exterior ... 81
1.1.2.5. O Sistema de Iluminação 83
1.1.2.5.1. A Torre Lanterna do Cruzeiro 84
1.1.2.5.2. Frestas da Nave Central 85
1.1.2.6. A Fachada 87
1.1.2.6.1. A Fachada Primitiva e Antecedentes à Reconstrução 87
1.1.2.6.2. A Nova Fachada 89
1.1.3. A Sacristia 91
1.1.4. Capela de S. Geraldo 94

1.2. O Espaço Conventual 99
1.2.1. Conventos Femininos 99
1.2.1.1. Convento de S. Francisco de Jesus de Monção 99
1.2.1.2. De Recolhimento a Convento de Nª. Sra. Penha de França 103
1.2.1.3. Convento de Nª. Sra. da Conceição 111
1.2.1.4. Outras Intervenções 114
1.2.1.4.1. Convento do Salvador 114
1.2.1.4.2. Convento de S. Bento de Viana do Castelo 114
1.2.1.4.3. Convento de Nª. Sra. dos Remédios 116
1.2.2. Conventos Masculinos 118
1.2.2.1. Congregação do Oratório 118
1.2.2.2. Colégio de Nª. Sra. da Graça do Pópulo 121
1.2.2.3. Mosteiro de S. Martinho de Tibães 122

1.3. As Igrejas e Capelas 125
1.3.1. Confrarias e Irmandades 125
1.3.1.1. Igreja de Santa Cruz 125
1.3.1.2. Capela de Santa Maria Madalena do Monte da Falperra 128
1.3.1.3. Igreja dos Terceiros de S. Francisco 130
1.3.1.4. Capela de Santo António Esquecido 132
1.3.1.5. Capela do Bom Jesus de Fão 135
1.3.1.6. Igreja de S. Vicente 142
1.3.1.7. Capela de S. Sebastião das Carvalheiras 143
1.3.1.8. Capela de Nª. Srª. de Guadalupe 146
1.3.2. Igrejas Matrizes 150
1.3.2.1. S. Martinho de Rio Mau 150
1.3.2.2. S. Martinho de Travassós 152
1.3.2.3. Nª. Srª da Conceição da Póvoa de Varzim 152

2. Arquitectura Civil 157
2.1. Pública 157
2.1.1. Hospital de S. João Marcos 157
2.1.2. Aljube de Braga 159
2.2. Privada 161
2.2.1. Casa de Manuel da Costa Pessoa 161
2.2.2. Casas dos Meira Carrilho 164
2.2.2.1. Residência da Rua do Anjo 164
2.2.2.2. Residência do Campo de Santiago 166
2.2.3. Palácio do Deão Francisco Pereira da Silva 168
2.2.4. Quinta de S. Miguel - S. Clemente de Sande 172
2.2.5. Palácio do Cónego António Felgueira Lima 173

3. Outras Obras 177
3.1. Chafariz do Largo do Paço 177
3.2. Obras Atribuídas - Ensaio 179
4. Cronologia da actividade de Manuel Fernandes da Silva 187

IV. MANUEL FERNANDES DA SILVA - O ARTISTA 191
1. Mestre de Obras e Arquitecto e Sua Clientela 191
2. Arte e Expressão 195

CONCLUSÃO 203

APÊNDICES 205
1. Documental 207
2. Fotográfico 263

